ALEXANDRE AMARAL RODRIGUES

Ambição e prudência:

Os sistemas econômicos de Adam Smith

Versão Corrigida

Tese apresentada ao Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Área de concentração: Filosofia

Orientadora: Profa. Dra. Maria das Graças de Souza

De acordo: _____

Profa. Dra. Maria das Graças de Souza

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

R696a

Rodrigues, Alexandre Amaral
Ambição e prudência: os sistemas econômicos de Adam Smith / Alexandre Amaral Rodrigues ; orientadora Maria das Graças de Souza. - São Paulo, 2017.
255 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Filosofia. Área de concentração: Filosofia.

1. História da Filosofia Moderna. 2. Ilustração Escocesa. 3. Século XVIII. 4. Filosofia Política. 5. Economia Política. I. de Souza, Maria das Graças, orient. II. Título.

A meus pais, Inoil e

Daniel

O [seô Habão] pronunciou que tinha prazer naquilo, que sua boiada toda estava às ordens; mas, como por uma regra, perguntou assim mesmo quantas cabeças, mais ou menos, a gente tinha consumido. Assim ele dava balanço, inquiria, e espiava gerente para tudo, como se até do céu, e do vento suão, homem carecesse de cuidar comercial. Eu pensei: enquanto aquele homem vivesse, a gente sabia que o mundo não se acabava. [...] Porque seô Habão, mansoso e manso, sem glória nenhuma, era um toco de pau, que não se destorce, fincado sempre para o seu arrumo. Ele só entendia de assuntos triviais, mas cuidava deles com uma força vagarosa, verdadeira, de boi-de-côice.

Guimarães Rosa, por Riobaldo
Grande sertão: veredas

- Ó Padilha, gracejei, você já fechou cigarros? Padilha comprava cigarros feitos.
- É mais cômodo, concordei, mas é mais caro. Pois, Padilha, se você tivesse fechado cigarros, sabia como é difícil enrolar um milheiro deles. Imagine agora que dá mais trabalho ganhar dez tostões que fechar um cigarro. E um conto de réis tem mil notas de dez tostões. Vinte contos de réis são vinte mil notas de dez tostões. Parece que você ignora isto. Fala em vinte contos assim com essa carinha, como se dinheiro fosse papel sujo. Dinheiro é dinheiro!

Graciliano Ramos, por Paulo Honório
São Bernardo

SUMÁRIO

Agradecimentos 5

Resumo 8

Abreviaturas 9

Introdução 10

CAPÍTULO I
A SIMPATIA FÁCIL COM A RIQUEZA E A AVERSÃO À POBREZA 19

I.i. Simpatia e harmonia 22
I.ii. Retorno ao problema Hume 27
I.iii. A corrupção de nossos sentimentos morais 37
I.iv. Continuação 44
I.v. A ilusão e a "simpatia peculiar" com os ricos e poderosos 48
I.vi. Irregularidade de nossos sentimentos morais: conclusão 69

CAPÍTULO II

O QUADRO DO "PEQUENO SISTEMA ECONÔMICO" DA TEORIA DOS SENTIMENTOS MORAIS 72

II.i. A pobreza e a prudência 73
II.ii. Infelicidades privadas, benefícios públicos? 79
II. iii. A verdadeira tendência à infelicidade 90
II.iii.1. Quem são os pobres 90
II.iii.2. Os graus de ambição: quem são os acumuladores 91
II.iii.3. Conclusão sobre prosperidade e infelicidade 95
II.iv. Conclusão do capítulo 95

CAPÍTULO III

A ACUMULAÇÃO NA TEORIA DOS SENTIMENTOS MORAIS E NA RIQUEZA DAS NAÇÕES 98

III.i. Rumo à opulência 100
III.ii. divisão do trabalho e acumulação de reservas (stocks) 110
III.iii. Interesse privado e aprimoramento 115
III.iv. O desejo de melhorar a própria condição 121
III.v. Conclusão do capítulo 132

CAPÍTULO IV

A INFLUÊNCIA DA TEORIA FISIOCRÁTICA SOBRE O PENSAMENTO DE SMITH NA RIQUEZA DAS NAÇÕES 134

IV.i. O "sistema da opulência" 135
IV.ii. A influência dos fisiocratas 138

SUMÁRIO

IV.iii. Uma nova concepção de sociedade 149
IV.iv. Conclusão do capítulo 153

CAPÍTULO V

O ACUMULADOR DE CAPITAL N' A RIQUEZA DAS NAÇÕES: DO OSTENTADOR VAIDOSO AO HOMEM PRUDENTE 155

V.i. O rico arrendatário e o proprietário de capital 157
V.ii. Acumulação de capital e felicidade individual 160
V.iii. A acumulação redimida 164
V.iv. O capítulo 3 de 1790 171
V.v. O homem prudente 181
V.vi. Conclusão do capítulo 193

CAPÍTULO VI

A FELICIDADE NA SOCIEDADE DO COMÉRCIO 195

VI.i. O argumento da "defesa" limitada 196
VI.ii. Felicidade e progesso 200
VI.iii. Felicidade, virtude e prosperidade: a questão do "equilíbrio" 205
VI.iv. O "óbvio e simples sistema da liberdade natural" 213
VI.v. O comércio e as pré-condições para a felicidade 218
VI.vi. Os males persistentes da pobreza 232
VI.vii. Suma do debate 237
VI.viii. Conclusão do capítulo 240

SUMA CONCLUSIVA 243

BIBLIOGRAFIA 250

Agradecimentos

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pela concessão de duas bolsas de doutorado, a primeira no Brasil, de julho de 2013 em diante (Processo FAPESP 2013/06546-5), a segunda para o período de um ano de pesquisas em Paris (FAPESP BEPE, processo 2013/20552-8), de março de 2014 a março de 2015.

À CAPES, pela concessão de bolsa de doutorado entre janeiro e junho de 2013.

Ao pessoal da Secretaria do Departamento de Filosofia da USP, particularmente Marie Márcia Pedroso, Geni Ferreira Lima, Luciana Bezerra Nóbrega e Susan Thiery Satake, pelas incontáveis e amistosas ajudas com as formalidades institucionais.

Minha profunda gratidão à professora Maria das Graças de Souza, que ministrou a primeira disciplina de filosofia a que assisti, antes mesmo de entrar para o Curso de Graduação em Filosofia, pelo incentivo para que eu ingressasse no Programa de Pós-Graduação para este doutoramento, e por todo o apoio prestado desde então, que foi muito além da orientação acadêmica.

Não posso deixar de expressar minha dívida para com o professor Raul Cristóvão dos Santos, que orientou meus primeiros estudos sobre Adam Smith na FEA-USP, e me franqueou acesso a sua tese de doutorado, então recém-finalizada. Por ocasião de meu trabalho de conclusão de curso, ele procurou mostrar-me, debalde, que minha verdadeira questão residia nas dificuldades de uma teoria da produção e da distribuição de riquezas baseada no valor gerado pelo trabalho, o que veio a se tornar objeto de parte desta tese.

Sou muito grato ao professor Laurent Jaffro, pela atenção ao meu trabalho e a gentileza que me dedicou durante a estadia em Paris.

Quero registrar meus agradecimentos ao professor Daniel Diatkine, pelos comentários ao meu projeto de tese de doutorado, os quais foram determinantes para os caminhos posteriormente seguidos na pesquisa.

A Deborah Werner, pela amizade, interlocução, e por ter apontado uma peculiaridade do conceito de “estado natural e ordinário do gênero humano” que me permitiu solucionar problemas na elaboração desta tese.

Ao professor e amigo Pedro Paulo Garrido Pimenta, pela apresentação de aspectos tão inusitados da filosofia britânica.

Ao professor Márcio Suzuki, que primeiramente me guiou pelas questões menos aparentes das Luzes Britânicas.

Ao professor e amigo Fernão de Oliveira Salles dos Santos Cruz, pela conversação ilustrada, em que tantos pontos importantes da filosofia britânica e francesa foram levantados.

À professora e amiga Maria Lúcia Mello e Oliveira Cacciola, cuja ampla e rigorosa cultura geral e filosófica tantas vezes me valeu.

A Daniel Lago Monteiro, por ter me indicado a importância dos ensaios em estética de Adam Smith.

A Leonardo André Paes Müller, por valiosos esclarecimentos sobre questões relativas à obra de Adam Smith.

A Júlia Fleider Marchevsky, pela amizade e pela interlocução sobre Adam Smith.

A Thiago Vargas Escobar Azevedo, pela indicação da leitura de Dennis Rasmussen, que acabou por ser decisiva para a circunscrição do tema desta tese.

Ao Grupo de Estudos Rousseau e ao Grupo de Estudos de Fisiologia e Economia Política, que me permitiram inicialmente reconhecer a importância de Rousseau e de Quesnay para a obra de Adam Smith, e renderam tantas boas conversas.

A Ana Aguiar Cotrim, pela longa e preciosa amizade, pelo apoio em todos os momentos, e pelo acolhimento durante parte do tempo em que elaborei esta tese.

A Vera Aguiar Cotrim, pela amizade franca, pela companhia e constante disposição para ajudar, e pela interlocução quanto a temas de economia política clássica.

A Márcia Aguiar, cara amiga, e ao sr. Aloísio Aguiar, pela hospitalidade ímpar com que me receberam em sua casa durante um período desta pesquisa.

A Natália Rangel Azevedo, pelo carinho e amizade, e pela conversação, sempre prazerosa e frutífera.

A Dalva Garcia, pela inestimável companhia, pelo carinho e acolhimento, e por todo aporte que me trouxe sua ampla e precisa cultura filosófica.

A Bruno Costa Simões, por tantas audições de música clássica, pelos estudos conjuntos e pelos comentários e extratos da obra de Mandeville.

A Alexander de Luca Weiss, Eduardo Correia de Souza e Gabriel de Abreu Madeira, duradouras amizades de primeiro momento da vida universitária, constantes interlocutores.

A Cristina Kenne de Paula, pelo inestimável apoio nos últimos e difíceis momentos de redação da tese.

A Luciana Gonçales, que me proporcionou os auxílios da afetuosidade e da ciência nos momentos de *spleen*.

A Iracema Oliveira, amiga de tantas jornadas, e de tantos debates conceituais em fins de noite imprevistos.

A minha querida tia, Teresinha, por todo o carinho, recíproco, que sempre demonstrou por mim, e por ter trazido os ventos de uma nova juventude durante os primeiros tempos de minha vida.

A minha mãe, Inoil, por toda a dedicação, carinho e apoio, pelo auxílio material, pelo

acolhimento no período final de elaboração desta tese, e por sua inquietude vital, que fez com que em minha mente, desde cedo, irrompessem interrogações.

A meu pai, Daniel, pela afetuosidade, pelo auxílio material durante longo período, e pelo prudente ceticismo, que ainda em criança infundiu-me o espírito de precisão e de questionamento quanto ao que habitualmente se tem por certo.

A minha irmã, Daniela, companheira da infância, espirituosa, cuja compenetração, perseverança e método nos estudos, visíveis desde tenra idade, fizeram-me admirar virtudes que jamais cheguei perto de exercer com perfeição.

Aos meus sobrinhos Benjamim e Nilo, que me trouxeram alegria lúdica para quebrar a aridez dos estudos, e me permitiram contemplar a beleza do desenvolvimento das faculdades e da linguagem.

Acredito que a tese de doutorado, na forma em que existe hoje, seja uma espécie de artesanato, cuja confecção depende das condições materiais de existência, dos afetos e da cultura em nosso entorno. Nesse sentido, inúmeras contribuições inevitavelmente deixaram de ser mencionadas. Sou grato a todas as pessoas aqui citadas, e a tantas outras que não pude ou me esqueci de citar, por terem me proporcionado todo o necessário para que viesse à tona este artefato, fruto de tantos anos de estudo e convívio acadêmico e extra acadêmico. A elas se associam os méritos que esta tese possua, e nenhum de seus deméritos.

Resumo

RODRIGUES, A. A. **Ambition and prudence: os sistemas econômicos de Adam Smith**. 2017. 255 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Filosofia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

A tese procura sustentar que Adam Smith atenua seu posicionamento crítico com relação à busca por acumulação de riquezas nas sociedades comerciais entre a *Teoria dos Sentimentos Morais* e *A Riqueza das Nações*. Tal mudança se associa a um novo "personagem" das relações econômicas que surge na última dessas obras: o acumulador de capital. A diferença entre a busca pela fortuna e a acumulação de capital, segundo defendemos, se associa a uma diferença conceitual entre riqueza e capital, diferença essa que se deveria, conforme nossa concepção, à influência do pensamento fisiocrático, e particularmente do Quadro Econômico de Quesnay, sobre a ideia smithiana de "progresso da opulência", e mesmo, talvez, sobre sua visão geral da sociedade. Sustentamos, finalmente – e esse é nosso ponto principal –, que Adam Smith procurou conciliar tal mudança com o que havia escrito em sua primeira obra. Essa tentativa se patenteia por aspectos sutis, porém relevantes, das modificações que o filósofo introduziu no texto da *Teoria dos Sentimentos Morais* em sua última revisão, de 1790.

Palavras-chave: Filosofia Política, Ética, Economia Política, Capital, Felicidade.

Abstract

RODRIGUES, A. A. **Ambition and prudence: Adam Smith's economic systems**. 2017. 255 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Filosofia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

The thesis sustains that Adam Smith attenuates his critical position with regard to the search for wealth accumulation in commercial societies between the *Theory of Moral Sentiments* and *The Wealth of Nations*. Such a change is associated with a new "character" of economic relations that emerges in the last of these works: the accumulator of capital. The difference between the search for fortune and the accumulation of capital, we argue, is associated with a conceptual difference between wealth and capital, which is owed, according to our conception, to the physiocrat's influence over the Smithian idea of "progress of opulence," and perhaps even over his general view of society. Finally, we argue - and this is our main point - that Adam Smith sought to reconcile this change with what he had written in his first work. This attempt was evidenced by subtle but relevant aspects of the modifications that the philosopher introduced in the text of the Theory of Moral Sentiments in his last revision of 1790.

Keywords: Political Philosophy, Ethics, Political Economy, Capital, Happiness.

Abreviaturas

Ao longo do texto desta tese, referimo-nos aos textos de Adam Smith pelas seguintes abreviaturas:

TMS *Theory of moral sentiments* (*Teoria dos sentimentos morais*)
WN *The wealth of nations* (*A riqueza das nações*)
EPS *Essays on philosophical subjects*
LRBL *Lectures on rhetoric and belles lettres*
LJ *Lectures on jurisprudence*

Todas as citações das obras de Adam Smith foram retiradas do texto estabelecido pela The Glasgow Edition of the Complete Works of Adam Smith, edição fac-similar publicada pelo Liberty Fund. As referências utilizam o padrão adotado por essa edição para a *Teoria dos sentimentos morais* (TMS I.i.1.1 corresponde a Parte I, Seção i, Capítulo 1, Parágrafo 1) e para *A riqueza das nações* (WN I.i.1 corresponde a Livro I, Capítulo i, Parágrafo 1). Para os *Essays on philosophical subjects*, foi utilizada a abreviatura acima, seguido pelo título do ensaio e o número da página. Para as demais obras, utilizamos as abreviaturas acima, seguidas do número da página.

Introdução

A partir do momento em que se começou a estudar academicamente a obra de Adam Smith, e, portanto, pretendeu-se encontrar um sentido no conjunto de seu pensamento, iniciaram-se também as questões acerca da coerência ou não entre seus dois livros publicados em vida: a *Teoria dos sentimentos morais* (1759) e *Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações* (1776). O tempo transcorrido entre uma e outra obra, a aparição esporádica de frases e palavras de uma em outra, acrescidos do silêncio do autor acerca da continuidade de seu pensamento, ao mesmo tempo em que manteve o interesse em ambas até o fim de sua vida, tudo isso só poderia atiçar a curiosidade especulativa dos acadêmicos. E, ao que tudo indica, os estudos sobre o pensamento filosófico do autor só farão aumentar, visto que as notas estudantis das aulas que Smith ministrou em Glasgow sobre jurisprudência[1] só foram editadas em 1896, por Edwin Cannan, mais de cem anos após a publicação da WN. As notas de suas aulas anteriores, em Edimburgo, sobre retórica e belas letras[2], foram ainda mais recentemente trazidas a lume, em 1963, por John M. Lothian[3].

Os *Essays on philosophical subjects* – uma coletânea de textos variados que Smith poupou ao fogo, publicada cinco anos após sua morte (1790) – foram, no entanto, ainda menos estudados do que suas notas de aula, a ponto de a *História da astronomia*, primeiro dos ensaios do livro, ter surpreendido Schumpeter – autor que dedicou críticas ácidas à *Riqueza das nações*, chegando a afirmar, sobre Adam Smith, que

> Sua própria limitação o destinou ao sucesso. Fosse mais brilhante, não o teriam levado a sério. Houvesse escavado mais a fundo, desenterrado verdade mais recôndita, utilizado métodos mais difíceis e engenhosos, não o teriam compreendido. Mas ele não tinha tais ambições; na verdade, ele não gostava de nada que fosse além do óbvio senso comum. Ele jamais se colocou acima das cabeças nem dos mais tacanhos leitores. Ele os conduzia gentilmente, encorajava-os com trivialidades e observações familiares, de modo a que se sentissem confortáveis todo o tempo. (Schumpeter, 1954, p. 185).

Sua surpresa com os *Essays on philosophical subjects*, especialmente com "Os princípios que conduzem e orientam as investigações filosóficas; ilustrados pela história da astronomia", está registrada na mesma obra: "Ouso dizer [...] que, não fosse fato

---

[1] Lectures on jurisprudence.
[2] Lectures on rhetoric and belles lettres
[3] Cf. MEEK, R. L.; RAPHAEL, D. D. et STEIN, P. G., 1978, pp. 4-5.

inegável, ninguém atribuiria ao autor de *A riqueza das nações* o poder de escrevê-los [*os Ensaios*]" (Ibid., p. 182)[4].

Foi principalmente nos anos 1970, com a aproximação dos duzentos anos da célebre *Investigação*, que surgiram várias leituras novas e interessantes, que consideravam o conjunto da obra, a filosofia de Adam Smith[5]. Seus autores preocupavam-se com a retomada da TMS e das notas estudantis dos cursos ministrados por Smith. No entanto, mesmo esses estudiosos não consideravam Adam Smith um filósofo propriamente dito, plenamente inserido em um movimento filosófico e em diálogo, inclusive, com o continente.

O conceito, hoje corrente, de *Scottish Enlightenment*, isto é, a ideia de considerar a efervescência intelectual escocesa do século XVIII como um conjunto, um fenômeno singular, e ao mesmo tempo interligado às Luzes francesas, começou a surgir apenas em fins dos anos 60. A expressão foi cunhada em 1967, em artigo de Hugh Trevor Roper, intitulado "The Scottish Enlightenement". Em 1973, dois artigos antagônicos ganham certa notoriedade, o primeiro de autoria de Nicholas Phillipson, "Towards a definition of the Scottish enlightenment", e o segundo, de Roger L. Emerson, intitulado "The social composition of the enlightened Scotland". No entanto, o primeiro artigo largamente citado sobre o movimento escocês data de 1981, "The Scottish Enlightenment", de Phillipson, seguido, somente em 1996, por "Enlightened ages, ages of improvement and the Scottish Enlightenment", de Emerson, que apresenta uma visão oposta à de Philipson.

Apenas em 1999 publicou-se o primeiro livro inteiramente dedicado à filosofia smithiana: trata-se da obra de Charles L. Griswold, *Adam Smith and the virtues of enlightenment*. Desde então, houve um *boon* de artigos sobre a filosofia do autor, e foram publicados mais de uma dezena de livros sobre o tema.

Vemos, portanto, que os estudos sobre Adam Smith são um campo vasto, ainda em aberto. Nessa variedade de interesses, recoloca-se constantemente a questão acima mencionada, a saber, a da coerência entre as obras do autor. Como uma cabeça de Hidra, o problema tem sido tão frequentemente refutado quanto de imediato ressurgente.

---

[4] A esse respeito, ver ORTMANN, Andreas; BARANOWSKI, David et WALREAVENS, Benoit, 2015. Esse texto trata também das Lectures on rethoric and belles lettres, para mostrar o porquê de Smith ter um estilo agradável e fácil de se ler em A riqueza das nações. Quanto a este último tema, ver BROWN, 1994.

5 Dentre estes, contam-se T. D. Campbell, *Adam Smith´s Science of morals* (1971), Ronald L. Meek, *Smith, Marx and after* (1977) e Andrew S. Skinner e Thomas Wilson (org.), *Essays on Adam Smith* (1975), que contém o célebre artigo do primeiro desses organizadores, "Adam Smith: an economic interpretation of history".

Talvez, a situação seja análoga, quanto à sua resolubilidade, à questão da fidelidade conjugal ou não da personagem Capitu, na obra *Don Casmurro*, de Machado de Assis: provavelmente não se terá uma resposta definitiva, já que o autor não se pronuncia assertivamente a seu respeito, ao mesmo tempo em que sempre nos tenta a buscar uma resposta, pois que a dúvida compõe inequivocamente a trama. Por que, então, não tapar os ouvidos com cera, como Ulisses mandou a seus comandados? Por que nos debruçarmos sobre esse problema?

Para dar uma resposta, ainda que parcial, a essa pergunta, cabe fazer algumas distinções. Provavelmente a dúvida quanto à existência ou não de ruptura cairia na situação de insolubilidade, tanto mais que, nesse caso, cabe definir o que caracteriza uma ruptura. Pode-se, porém, descartar algumas alegadas contradições por meio da consulta rigorosa ao texto, como ocorreu com a suposta incompatibilidade entre simpatia e interesse, caso indiscutivelmente resolvido pela leitura rigorosa dos textos. Ademais, o debate a esse respeito não permanece em torno do mesmo: na medida em que hipóteses são refutadas, o eixo da discussão move-se para outros temas. Deixou-se de tratar da suposta contradição entre simpatia e interesse, por exemplo, para se pensar na avaliação que Smith faz da sociedade comercial, se é uma sociedade propensa à felicidade humana ou não. É nesse contexto que esta tese se insere.

Seria pretencioso, talvez, arrogarmo-nos a tarefa de elucidar o "*das Adam Smith problem*", ainda que restrito a um aspecto. O que visamos é a contribuir, quiçá, para uma interpretação mais coerente e detalhada do texto, de modo a salientar aspectos pouco estudados ou conhecidos da obra.

Têm-se frequentemente atribuído um caráter sociológico à obra smithiana. Joseph Schumpeter afirma que "a divisão do trabalho, as origens da propriedade privada da terra, o crescente controle sobre a natureza, a liberdade econômica e a segurança jurídica" são "os mais importantes elementos a constituir a 'sociologia econômica' de Adam Smith". Segundo ele, "Todos esses elementos claramente se relacionam à estrutura social do curso dos eventos econômicos, não uma espontaneidade destes"[6].

Para nós, parece haver em Smith uma filosofia na qual o âmbito econômico é indissociável dos demais âmbitos do humano; as leis, a moral, a estética, todos se relacionam, sob certo aspecto, à produção dos bens necessários e convenientes à vida. É

[6] SCHUMPETER, Joseph. The Theory of Economic Development. Nova Iorque: Oxford University Press, 1961. Pp. 59-60 n. Apud. ARRIGHI, 2007.

o próprio Smith que o teria afirmado em seu curso sobre jurisprudência, segundo nota estudantil de 1762-3:

> [...] sob certo modo de ver as coisas, as ciências, a lei e o governo, a sabedoria e mesmo a virtude em si tendem todos a uma mesma coisa, o provimento de carne, bebida, vestes e abrigos para os homens – cuja obtenção normalmente é considerada o mais vil dos empregos, a não ser seguido por ninguém, a não ser as camadas mais rasas e inferiores da população. Todas as várias artes e ocupações da vida tendem a tornar os bens necessários e convenientes à vida mais acessíveis. (LJ, vi.20-22, p. 338).

No mesmo curso, no início, a economia já constituiria o principal ramo da polícia (ou política de estado):

> A terceira parte da polícia (*police*) é o *bon marché* ou o bom preço das provisões, bem como o bom suprimento do mercado com todos os tipos de mercadorias. Isso deve incluir não apenas a promoção da livre comunicação da cidade com o campo, mas também com a abundância ou opulência do país vizinho.
> Esse é o mais importante ramo da polícia, e é o que consideraremos quando viermos a tratar do tema (LJ, i.4-5).

Mais do que um ramo importante, a economia parece, em alguns momentos, condicionar ou ter forte influência sobre a estética. É o caso, por exemplo, do desenvolvimento da prosa, segundo as anotações estudantis do curso sobre *Belles Lettres* de Smith:

> É a introdução do comércio, ou da opulência que geralmente acompanha o comércio, que provoca o desenvolvimento da prosa. Opulência e comércio geralmente precedem o desenvolvimento das artes e de todos os tipos de refinamento. Não quero com isso dizer que o desenvolvimento das artes e o refinamento das maneiras são a consequência necessária do comércio [...], mas apenas que este é um pré-requisito para aqueles. Onde quer que os habitantes das cidades sejam ricos e opulentos, e desfrutem dos bens necessários e convenientes à vida com tranquilidade e segurança, ali as artes serão cultivadas e o refinamento das maneiras jamais deixará de acompanha-las. Pois em todos esses estados deve necessariamente haver muitos que não são obrigados a trabalhar para sobreviver, e nada têm a fazer, a não ser empregar-se no que mais lhes apraz o gosto e buscar o prazer em todas as suas formas. Nesse estado é que a prosa começa a cultivar-se. A prosa é naturalmente a linguagem dos negócios, assim como a poesia é a do prazer e da diversão. A prosa é o estilo em que são tratados todas as ocupações da vida, em que todos os negócios e acordos são feitos. Ninguém jamais barganhou em versos, pois nesse caso não é o prazer que se busca. [...] Nas primeiras eras da humanidade [...] a prosa não é ornamentada, nem os versos se aplicam em assuntos de negócios. É apenas quando o prazer é a única coisa

> que se busca que a prosa passa a ser estudada. Pessoas ricas e ociosas não se dão ao trabalho de nada, a não ser que esperem algum prazer. As transações comuns da vida, as deliberações e consultas quanto ao que devem fazer, são por si mesmas muito áridas e desagradáveis para eles sem os ornamentos da linguagem e a elegância da expressão. É então que se estuda a eloquência nas deliberações e questões judiciais, e se busca toda sorte de ornamentos que lhes caibam (LJ, iii, p. 137-38).

Do mesmo modo, ao tratar da música e da dança, o filósofo as relaciona a questões sócio-econômicas:

> Nas nações civilizadas, as camadas inferiores do povo têm muito pouco lazer, e as camadas superiores dispõe de muitos outros divertimentos; nem as primeiras, nem as últimas, portanto, conseguem despender muito tempo com a música e a dança. Entre as nações selvagens, a grande massa do povo frequentemente desfruta de grandes períodos de lazer, e quase não dispõem de qualquer outro divertimento; por conseguinte, eles naturalmente despendem grande parte de seu tempo naquele que é quase o único ao seu alcance (EPS, Imitative Arts, II.1).

Em seu ensaio sobre a "História da astronomia", Smith condiciona a origem da filosofia, aqui compreendida sobretudo como filosofia natural, à segurança da lei e ao suprimento regular da subsistência:

> Mas uma vez que a lei tenha estabelecido a ordem e a segurança, e a subsistência tenha deixado de ser precária, a curiosidade do gênero humano aumenta, e seus medos diminuem. O ócio de que desfrutam torna-os mais atentos às aparências da natureza, mais observadores de suas menores irregularidades, e mais desejosos de saber qual é o elo que as liga. (EPS, III.3)

Não é preciso aqui mostrar a importância do tema na *Teoria dos sentimentos morais* e na *Riqueza das nações*, pois se trata do próprio objeto de nossa tese. A produção e disponibilização dos "bens necessários e convenientes à vida" é, portanto, certamente um fio condutor de sua obra, ainda que não o único.

A importância do tema na filosofia smithiana orientou nossa pesquisa para o estudo da questão da prosperidade social e individual na TMS. Tínhamos o objetivo de investigar os aspectos morais, na visão de Adam Smith, envolvidos no que hoje chamamos de crescimento econômico. Deparamo-nos, no entanto, com duas surpresas.

Na introdução à sua tese de doutorado, *A filosofia de Adam Smith: imaginação e especulação*, Leonardo A. P. Muller sintetiza as partes de que se constitui a obra moral do filósofo. Ela se divide, essencialmente, entre uma parte prática, sobre a natureza da virtude, e outra "especulativa" ou teórica, sobre o princípio que nos faz aprovar ou

reprovar os sentimentos, qualidades e condutas alheios (cf. MÜLLER, 2016, pp. 08-09). Mas, se a parte especulativa trata do princípio de aprovação (ou reprovação) das condutas e sentimentos manifestos, a questão especulativa que Smith propõe, como uma das duas que devem ser consideradas "ao se tratar dos princípios da moral", diz respeito à virtude: "[...] por meio de que poder ou faculdade da mente é que esse caráter [da virtude] nos é recomendado?" (TMS VII.i.2).

Por isso, em TMS I.i, Smith nos mostra que a aprovação comporta graus, que vão desde a simples aprovação de um comportamento ou sentimento como "correto" até a admiração ou louvor, que é seu grau máximo, conferido à virtude (cf. TMS I.i.5.6 e 7). Virtude é excelência, o que está acima do que normalmente se observa, e merece, mais do que simples aprovação, admiração, louvor (ibid.).

Aí surge o primeiro ponto surpreendente para nós: na seção sobre o efeito da prosperidade sobre nossos juízos morais (TMS I.iii), o filósofo aponta que a posse de riqueza recebe, mais do que mera aprovação, admiração por parte dos espectadores (Cf. TMS I.iii.2.3-4). E, no entanto, ela não é uma virtude, nem a conduta acumuladora é virtuosa – ao contrário, comporta aspectos viciosos. Ademais, a busca por riqueza tende a conduzir o indivíduo e o conjunto da sociedade à infelicidade (Cf. TMS I.iii.2.1, IV.i.8). O que está por trás dessa espécie de "dissonância" é a ilusão derivada da "utilidade", que nos faz desejar os meios mais sofisticados, os mais propícios para produzir um efeito útil ou benéfico, em detrimento dos fins mesmos (Cf. TMS IV.i.3). Essa ilusão, segundo Smith, é produzida em nós pela própria "natureza", e é responsável pelo "contínuo movimento [d]a indústria do gênero humano" (TMS IV.i.10).

Assim, aparentemente, a busca por riquezas é motivada pela ilusão, que, em virtude de nossa vaidade, desperta nossa ambição (Cf. TMS I.iii.2.1), a qual tende a produzir a infelicidade dos indivíduos, embora resulte no bom provimento das necessidades materiais humanas, no estabelecimento da ordem social (Cf. TMS I.iii.2.3) e, de modo geral, na instauração e progresso da civilização em todos os seus aspectos (Cf. TMS IV.i.10-11).

Mas o que nos chamou a atenção antes de tudo não foi isso, e sim outra aparente dissonância daquela seção sobre a prosperidade na TMS. Em I.iii.2, lemos que importa, na motivação para a busca por riqueza, não só a tendência a simpatizar facilmente com os ricos, mas também a relutância em simpatizar com os pobres. Esse é um elemento importante para o equilíbrio da conduta acumuladora: buscamos a riqueza e evitamos a pobreza, pois simpatizamos muito com os ricos e nada, ou quase nada,

com os pobres, e o que queremos, no fim das contas, é obter a simpatia alheia. Ora, o capítulo primeiro dessa seção nos mostra que a relutância em simpatizar com os pobres decorre de sentimentos naturais: a "natureza" nos ensina a evitar essa simpatia.

> Parece que a natureza, quando nos sobrecarregou com nossas próprias dores, julgou-as suficientes, e por conseguinte não nos ordenou que tomássemos parte nas alheias mais do que o necessário para nos incitar a serená-las. (TMS, I.iii. I.12; Trad., p. 56)

Como não podemos "serenar" o indivíduo pobre, já que seu sofrimento deriva de condições que, geralmente, não podemos resolver, evitamos tomar parte em suas dores. Todavia, esse "ensinamento" da "natureza" parecia não corresponder ao que Smith afirmara na primeira seção da TMS. Ali, lê-se que a "natureza" nos ensina a sempre buscar alcançar as condições para simpatizar com o outro:

> [...] assim como a natureza ensina os espectadores a assumirem as mesmas circunstâncias da pessoa principalmente envolvida, também ensina esta em alguma medida a assumir as dos espectadores. (TMS, I.i.4.8)

E isso não apenas nas situações de alegria, mas também nas de tristeza:

> Apressamo-nos não apenas para nos congratularmos com os exitosos, mas para nos condoermos com os aflitos; e o prazer que encontramos na conversação com alguém com cujas paixões do coração conseguimos simpatizar inteiramente parece mais que compensar a dor com que a visão de seu estado nos afeta. Ao contrário, é sempre desagradável sentirmos que não conseguimos simpatizar com a pessoa; e em vez de nos aprazermos com a isenção da dor por simpatia, dói-nos verificar que não conseguimos partilhar de sua intranquilidade. (TMS, I.i.2.6)

Dedicamo-nos, assim, ao estudo do "mecanismo" da prosperidade na TMS, a fim de elucidar essas aparentes contradições, que tanto incômodo causaram à nossa imaginação. Procuramos verificar, igualmente, como e se esses elementos operavam, ainda que implicitamente, na WN.

No entanto, constatamos que ali a acumulação de riquezas não é apresentada da mesma maneira que na TMS. Na obra de economia política, a conduta acumuladora não tem a avidez que Smith atribuía à ambição na obra de filosofia moral. Ela é "calma e desapaixonada":

> Mas o princípio que leva a poupar é o desejo de melhorar a própria condição, desejo esse que, **embora calmo e desapaixonado**, acompanha-nos desde o ventre materno, e não nos abandona até que cheguemos ao túmulo. Em todo o intervalo entre esses dois momentos, dificilmente se encontra um único instante em que qualquer homem esteja tão perfeita e completamente satisfeito com sua situação, que não deseje nenhuma mudança ou aprimoramento, seja qual for. Um aumento da fortuna é o meio pelo qual a maior parte dos homens se propõem e desejam melhorar sua condição. Trata-se do meio mais comum e mais óbvio. E a maneira mais provável de aumentarem sua fortuna é a poupança ou acumulação de uma parte do que obtêm, **seja regularmente ou anualmente, ou ainda em ocasiões extraordinárias** (WN, II.iii.28-29. Grifos nossos.).

A partir disso, nossa pesquisa nos levou a concluir que o sistema econômico apresentado na WN é completamente diverso daquele que se verifica na TMS, tanto no que respeita ao seu "mecanismo" quanto no que respeita às suas consequências para a felicidade individual. Averiguamos que a acumulação de riquezas na WN não tende mais a conduzir à frustração e à infelicidade, antes o contrário. Isso se associa a um novo conceito de riqueza introduzido na última obra, o capital. Acumulação que não é para o gasto ou para a ostentação, mas para proporcionar um rendimento regular.

A esse novo conceito associa-se também um novo personagem, o "proprietário de capital" ou, como o denomina Daniel Diatkine (2010), o "acumulador silencioso". Tais inovações teóricas na filosofia de Smith representam uma mudança de posicionamento do autor quanto à acumulação de riqueza. O filósofo abandona a crítica a essa conduta, e modifica seus traços gerais.

Isso nos inseriu no debate quanto à unidade ou não entre a TMS e a WN. O chamado "problema Adam Smith" é manifestamente desprezado pela maioria dos comentadores do filósofo. E, no entanto, parece-nos que é precisamente disso que eles continuam a tratar. A questão da identificação ou não entre o processo de acumulação de riquezas descrito na TMS e o processo de acumulação de capital na WN acabou por se mostrar a questão atual da querela sobre o "problema Adam Smith". Esse problema, embora não nomeado dessa forma, me foi apontado por Daniel Diatkine ao analisar meu projeto, e está presente em seu comentário[7], está implicado na interpretação de Charles Griswold (1999), segundo a qual Smith teria uma visão não muito otimista da sociedade comercial, é respondida por Samuel Fleischacker em sua obra *On Adam Smith's wealth*

[7] DIATKINE, Daniel. "L'utilité et l'amour des systèmes dans la Théorie des sentiments moraux". Revue Philosophique, Vol. 4, 2000.

of nations, e é, finalmente, o ponto principal de Dennis Rasmussen em *The problems and promise of commercial society*. É o último autor quem delimita os comentadores em debate:

> Se muitos dos aparentes conflitos do *corpus* de Smith foram analisados e resolvidos nas muitas refutações ao "Problema Adam Smith" que surgiram ao longo de décadas, esse conflito quanto à felicidade [entre opulência social e felicidade pessoal] tem recebido muito menos atenção. Dois dos melhores trabalhos recentes sobre Smith, no entanto, efetivamente tratam desse conflito: *Adam Smith and the virtues of enlightenment*, de Charles Griswold, e *On Adam Smith's Wealth of nations*, de Samuel Fleischacker. Ambos oferecem discussões perspicazes sobre o lugar da felicidade no pensamento de Smith, mas não creio que nenhum deles tenha tido pleno êxito em resolver esse aparente conflito (RASMUSSEN, 2008, p. 133).

Ao longo dos capítulos dessa investigação pretendemos demonstrar que Adam Smith muda seu posicionamento crítico com relação à busca por acumulação de riquezas nas sociedades comerciais entre a TMS e WN, ao defendermos que ele procurou conciliar tal mudança com o que havia escrito em sua primeira obra, o que se patenteia pelas modificações que o filósofo introduziu no texto da TMS em sua última revisão, de 1790.

Nos dois primeiros capítulos, expomos o que denominamos de "pequeno sistema econômico da TMS"; no terceiro, mostramos as linhas gerais da acumulação de capital na WN. Aqui, destacamos as diferenças entre esses dois sistemas. No Capítulo IV, sustentamos que essa mudança se deve à influência do pensamento fisiocrático, e particularmente do *Quadro Econômico* de Quesnay, sobre a ideia smithiana de "progresso da opulência", e mesmo, talvez, sobre sua visão geral da sociedade. No Capítulo V – e esse é nosso ponto principal –, demonstramos que Adam Smith não só tinha ciência de sua mudança de concepção, como procurou conciliá-la com o que havia escrito em sua primeira obra. Finalmente, no Capítulo VI, analisamos as consequências desse novo posicionamento para a avaliação que o filósofo faz da sociedade comercial, especialmente no que concerne à felicidade dos indivíduos.

Capítulo I

Simpatia fácil com a riqueza e a aversão à pobreza: o "problema Hume"

A *Teoria dos sentimentos morais; ou ensaio para a análise dos princípios pelos quais os homens naturalmente julgam quanto à conduta e ao caráter, primeiro, de seus próximos, e posteriormente de si mesmos* (1759) e a *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações* (1776), de Adam Smith, foram acusadas, ao longo de praticamente dois séculos, de incorrer no hoje célebre de "o problema Adam Smith", como apontam D. D. Raphael e A. L. Mcfie em sua "Introdução" à TMS, (p. 20). Veremos que, de fato, trata-se de dois problemas, ambos tidos pelos editores de Oxford como satisfatoriamente refutados.

O mais célebre deles consiste em uma suposta inconsistência entre as duas obras de Smith. Elaborado, segundo Raphael e Mcfie, primeiramente por Bruno Hildebrand, em 1848 , e posteriormente aceito por grande número de estudiosos ao longo da segunda metade do século, o problema residiria na diferença entre os motivos atribuídos às ações humanas na primeira e na segunda obra. Na TMS elas seriam predominantemente movidas pela simpatia, associada à benevolência. Já em WN, pelo autointeresse, associado ao egoísmo. (cf. TMS, Introd., pp. 20-22)

Tal asserção, no entanto, foi inteiramente desqualificada no século XX pela generalidade dos estudiosos da obra de Smith. Seu equívoco é notório, como o apontam com precisão Raphael e Mcfie (cf. TMS, Introd., pp. 21-22), pois há uma clara distinção entre a simpatia e os motivos das ações humanas, ou paixões. Os críticos de Adam Smith consideraram, erroneamente, que a simpatia se confundia com a benevolência, mas como se verá abaixo, ela não se confunde com, mas pode incluir a benevolência, como também o autointeresse, ou qualquer outra paixão.

> Pena e compaixão são palavras adequadas para significar nosso sentimento solidário (*fellow-feeling*) com o sofrimento alheio. A palavra simpatia, porém, embora seu significado talvez fosse originalmente o mesmo, pode ser utilizada agora, sem grande impropriedade, para denotar nosso sentimento solidário com qualquer paixão, seja qual for. (TMS, I.i.1.5)

Mais precisamente, a simpatia consiste em experimentar, enquanto espectador, "algum grau da mesma emoção" (TMS, I.i.1.2), ou "uma emoção análoga" (TMS, I.i.1.4) à que sente outra pessoa em certa situação, mediante um transporte imaginário do espectador para essa situação e a representação para si de quais seriam as suas próprias emoções ou paixões naquelas circunstâncias (cf. TMS, I.i.1.2 e I.i.1.4). Tal "emoção análoga" ou "sentimento solidário", Smith fará ser o fundamento dos juízos morais.

Por outro lado, o interesse privado não é, como consideraram os autores do "problema Adam Smith", necessariamente egoísta para Smith, no sentido de ser "contra o outro", mas, ao contrário, quando bem medido, é um elemento diretamente necessário à virtude, e, portanto, ao bem comum:

> Parece que, em muitas ocasiões, os cuidados com nossa própria felicidade e interesse privados também constituem princípios de ação dignos de louvor. Os hábitos da previdência, da indústria, da prudência, da atenção e da compenetração geralmente são cultivados, segundo se supõe, por motivos de interesse privado (*self-interested motives*), e, no entanto, são considerados qualidades valorosas, merecedoras da estima e da aprovação de todos.
> (...)
> Se pudéssemos realmente acreditar (...) que alguém, a não ser por atenção à sua família e amigos, deixaria de adotar os cuidados adequados para com sua saúde, sua vida e sua fortuna, para os quais a mera autopreservação deveria ser motivo suficiente, isso sem dúvida seria uma falha, embora uma dessas falhas amáveis, que tornam a pessoa mais objeto de piedade do que de desprezo ou raiva. Ainda assim, ela diminuiria um tanto a dignidade e a respeitabilidade de seu caráter. A negligência e a imprevidência são universalmente desaprovadas; não, contudo, por procederem da falta de benevolência, mas sim da falta de atenção adequada para com os objetos do autointeresse. (TMS, VII.ii.3.16)

Fica claro, portanto, a partir de uma leitura atenta, que não há contradição alguma entre simpatia e autointeresse, nem necessariamente entre este e o bem alheio.

Mais complexa, contudo, segundo nossa visão, é a dificuldade levantada por David Hume, o outro tópico do chamado "problema Adam Smith". Trata-se de uma alegada contradição interna à obra, uma diferença entre a concepção do mecanismo de simpatia tal como apresentado na Seção I, "Do senso de propriedade", e aquele descrito na Seção III, "Dos efeitos da prosperidade e da adversidade sobre o juízo dos homens", ambos da Parte I da TMS. Para compreendermos o argumento de Hume, no entanto,

convém expormos brevemente o funcionamento da simpatia na concepção de Adam Smith.

I.i. Simpatia e harmonia

Como exposta na TMS (I.i), simpatia é uma operação imaginária pela qual nos colocamos no lugar do outro, o que suscita em nós um sentimento, considerado como o que sentiríamos se estivéssemos naquele mesmo lugar. Esse exercício da imaginação é natural a todos os humanos, fazemô-lo de maneira espontânea e, em larga medida, involuntária (I.i.1.3 e .2.1), seja quando imediatamente observamos a outrem em determinadas situações ou quando ouvimos falar de pessoas em situações de alegria ou de tristeza, especialmente quando as conhecemos. Isso depende, no entanto, de uma condição: que as emoções da "pessoa principalmente envolvida" estejam, de alguma forma, próximas do "tom" das nossas (I.i.4.7), isto é, não sejam nem muito mais nem muito menos intensas do que as nossas naquele momento. Há casos em que não estamos com disposição para simpatizar com alguém, mas as "regras gerais de experiência" nos mostram que nós simpatizaríamos com ele, não fosse o humor específico em que nos encontramos, e então simpatizamos indiretamente com a pessoa - ou condicionalmente, nas palavras de Smith (I.i.3.4).

Quando alguém simpatiza conosco, ele sente, por colocar-se em nosso lugar, um prazer ou uma dor que é reflexo do nosso sentimento. E nós também simpatizamos com esse sentimento reflexo, de modo que ele "se adiciona", por assim dizer, ao nosso sentimento original. Por isso a simpatia alheia aviva nossa alegria, pois também nos colocamos no lugar daquele que simpatiza conosco, e sentimos, além do que inicialmente experimentávamos, uma alegria reflexa daquela que o espectador deriva para si ao se colocar em nossa situação. Isso explicaria, segundo Smith, o prazer que sentimos, por exemplo, ao ler para alguém uma obra que, em virtude de longa familiaridade, já não nos excita mais.

> Quando já lemos tantas vezes um livro ou poema que já não encontramos mais divertimento em sua leitura, podemos ainda ter prazer ao lê-lo para uma companhia. Para ela, a obra tem todas as graças da novidade; entramos na surpresa e na admiração que ela naturalmente lhe suscita, mas que não é mais capaz de suscitar em nós; consideramos todas as ideias nela contidas antes sob o aspecto como elas aparecem para a companhia do que sob aquele como elas aparecem a nós, e nos divertimos por simpatia com a diversão dela, que assim aviva a nossa (TMS I.i.2.2).

O mesmo ocorre com o sentimento de tristeza ou pesar. Por isso, os desafortunados são afetados de maneira ainda mais forte pela tristeza ao relatar seus infortúnios a outra pessoa.

> [...] ao relatar seus infortúnios, eles renovam em alguma medida o seu pesar. Eles despertam em sua memória a lembrança das circunstâncias que causaram sua aflição. Suas lágrimas, com efeito, correm mais rapidamente do que antes, e eles tendem a abandonar-se a todo o abatimento da tristeza (TMS I.i.2.4).

Mas precisamente disso Smith infere haver um prazer específico, não reflexo, na percepção de que o outro sente o mesmo que nós, pois, não fosse assim, os desafortunados não teriam por que procurar "desabafar" com os amigos, já que isso apenas agravaria seu estado de tristeza e pesar.

> A simpatia que meus amigos expressam para com minha alegria poderia, de fato, dar-me prazer por avivar essa alegria; mas a que eles expressam para com meu pesar não poderia dar-me prazer algum se servisse apenas para avivar esse pesar. A simpatia, contudo, aviva a alegria e alivia o pesar. Ela aviva a alegria ao apresentar outra fonte de satisfação; e alivia o pesar ao introduzir no coração quase a única sensação agradável que naquele momento ele é capaz de receber.
> E, de fato, é de se observar que somos mais ansiosos para comunicar a nossos amigos nossas paixões desagradáveis do que as agradáveis, que derivamos ainda mais satisfação de sua simpatia com as primeiras do que com as últimas, e que ficamos ainda mais chocados se ela nos faltar no primeiro caso (TMS I.i.2-3).

Aquele que simpatiza com alguém também deriva um prazer em perceber que seus sentimentos correspondem aos do outro. Sempre que simpatizamos com alguém, temos um sentimento (*feeling*) de alegria ou de pesar que é, em geral, o reflexo da situação alegre ou pesarosa da pessoa com a qual simpatizamos (I.i.1.4 e I.iii.1.9-nota). Mas além do sentimento reflexo, temos um prazer ou uma dor conforme observamos que esse sentimento corresponde ou não às emoções da pessoa na situação real. Em caso afirmativo, tal prazer mais do que compensa a eventual dor sentida por simpatia.

> Assim como a pessoa principalmente interessada em qualquer evento se apraz com nossa simpatia e se sente ferida caso ela lhe falte, assim também nós parecemos aprazer-nos quando conseguimos simpatizar com elas, e sentir-nos feridos quando não conseguimos fazê-lo. Apressamo-nos não apenas para nos congratular com os exitosos, mas para nos condoer com os aflitos; e o prazer que encontramos na conversação com alguém com cujas paixões do coração conseguimos

> simpatizar inteiramente parece mais que compensar a dor com que a visão de seu estado nos afeta. Ao contrário, é sempre desagradável sentirmos que não conseguimos simpatizar com a pessoa; e em vez de nos aprazermos com a isenção da dor por simpatia, dói-nos verificar que não conseguimos partilhar de sua intranquilidade (TMS, I.i.2.6).

É nesse prazer específico em observar a correspondência entre nossos sentimentos e os alheios que Smith fundamenta os juízos de aprovação ou reprovação. Caso o espectador observe que suas emoções por simpatia correspondem às da "pessoa principalmente envolvida", ele sente um prazer e aprova as emoções do outro como apropriadas (*proper*) à sua situação. Do contrário, a pessoa que simpatiza sente uma espécie de dor, correspondente à ausência do prazer esperado da "simpatia plena", e reprova as emoções do outro como inapropriadas.

> (...) aprovar as paixões de alguém como adequadas às suas causas é o mesmo que observar que simpatizamos inteiramente com elas; e não aprová-las como tais é o mesmo que observar que não simpatizamos inteiramente com elas. (TMS, I.i.3.1)

Já vimos que, além do prazer sentido pela pessoa que simpatiza, há também um prazer, igualmente forte, em receber a simpatia alheia. Como consequência, buscamos a aprovação do espectador e evitamos sua reprovação.

Contudo, já mencionamos que, para que o espectador simpatize com a pessoa observada, é necessário que os sentimentos desta não estejam em um "tom" muito mais elevado que os do observador. Isso será tanto mais necessário quanto menos a pessoa observada for familiar ao espectador. Somos mais dispostos a simpatizar com pessoas próximas do que com conhecidos, e mais com conhecidos do que com estranhos. Por isso, alçamo-nos mais facilmente ao "tom" das emoções das primeiras, menos ao dos segundos, e menos ainda ao dos últimos.

Há, porém, um remédio para isso, proveniente da atuação da própria simpatia. Dado que ambas as partes desejam ter o prazer da correspondência de sentimentos, ambas procurarão adequar seu tom uma à outra. O espectador se esforçará para conceber todos os aspectos da situação da "pessoa principalmente envolvida", de modo a poder alcançar seu tom.

> [...] para que haja alguma correspondência de sentimentos entre o espectador e a pessoa atingida, o espectador deve, antes de tudo, esforçar-se tanto quanto possível para colocar-se na situação do outro,

> e tornar sua cada pequena circunstância de aflição que provavelmente ocorre ao sofredor. Deverá adotar todo o caso de sua companhia com os mínimos incidentes; e empenhar-se por tornar tão perfeita quanto possível a mudança imaginária de situação na qual se baseia a simpatia (TMS I.i.4.6. Trad. de Lya Luft, pp. 21-22. Com modificações nossas.).

E a "pessoa principalmente envolvida" também se empenhará em baixar o "tom" de suas emoções, para que o espectador possa alcançá-las.

> Mas depois de tudo isso as emoções do espectador muito provavelmente ainda não alcançarão toda a violência do que o sofredor sente. Embora naturalmente inclinados à simpatia, os homens nunca concebem o que sobreveio a alguém com o mesmo grau de paixão que naturalmente anima a pessoa atingida. Essa mudança imaginária de situação, sobre a qual se baseia sua simpatia, é apenas momentânea. O pensamento de sua própria segurança, de que não são eles próprios os verdadeiros sofredores, constantemente se faz presente; e, embora não os impeça de conceber uma paixão de certa forma análoga à que experimenta o sofredor, impede-os de concebê-la com o mesmo grau de intensidade. A pessoa diretamente atingida sente isso, mas ao mesmo tempo deseja, apaixonadamente, uma simpatia mais completa. Anseia por aquele alívio que nada, senão a concordância total dos afetos dos espectadores com os seus, pode lhe dar. [...] Mas só pode esperar obter isso se rebaixar sua paixão até aquele limite em que os espectadores são capazes de acompanhá-lo. Precisa, se me permitis dizer assim, abrandar a intensidade se seu tom natural, reduzindo-o à harmonia e concordância com as emoções dos que estão ao seu redor (TMS I.i.4.3. Trad. de Lya Luft, p. 22. Com modificações nossas.).

Desse modo, a natureza nos ensina a buscar simpatizar e obter a simpatia alheia – isto é, a buscar as condições para aprovar e obter a aprovação do outro:

> A fim de produzir essa consonância, do mesmo modo como a natureza ensina o espectador a assumir as circunstâncias da pessoa principalmente envolvida, também ensina a esta última a assumir, em certa medida, as dos espectadores. [...] Assim como a simpatia destes os faz ver tal situação em certa medida com os olhos do sofredor, também a simpatia deste o faz considera-la em certa medida com os olhos dos espectadores, especialmente quando em sua presença e agindo sob sua observação (TMS I.i.4.4. Trad. de Lya Luft, p. 23. Com modificações nossas.).

Essa concordância de sentimentos importa para a harmonia da sociedade – na verdade, esta a requer. Embora sejam sempre um tanto diversos, pois o sentimento reflexo, além de ser necessariamente mais fraco que o original, é também "em alguma

medida, diverso em gênero" (TMS, I.i.4.7), isso não impede que ambos sejam harmônicos:

> Esses dois sentimentos podem, evidentemente, ter um com o outro uma correspondência tal que seja suficiente para ***harmonia da sociedade***. Embora não sejam jamais uníssonos, eles podem ser consonantes, e isso é tudo o que se busca ou requer (TMS, I.i.4.7).

Além da harmonia social, a busca da concordância dos sentimentos é capaz de recompor a harmonia interna ao indivíduo, se ele eventualmente se destemperou.

> Raras vezes [...] a mente fica tão perturbada que a companhia de um amigo não lhe restaure algum grau de tranquilidade e calma. Em alguma medida o peito fica composto e calmo no momento em que estamos em sua presença. Somos imediatamente lembrados da maneira como ele verá nossa situação, e de nossa parte começamos a vê-la também da mesma maneira, pois o efeito da simpatia é instantâneo. Esperamos menos simpatia de um mero conhecido do que de um amigo; não podemos abrir ao primeiro todos os pequenos detalhes que revelamos ao último; por isso assumimos mais tranquilidade diante do conhecido, e esforçamo-nos para fixar nossos pensamentos nas linhas gerais de nossa situação, as quais ele está disposto a considerar. Esperamos ainda menos simpatia de um grupo de estranhos, e por essa razão assumimos uma tranquilidade ainda maior diante deles, e sempre tentamos reduzir nossa paixão ao nível que as pessoas com as quais estamos poderão acompanhar. E essa aparência não é apenas superficial, pois se formos realmente senhores de nós mesmos, a presença de um mero conhecido irá verdadeiramente nos compor, mais ainda do que a de um amigo; e a de um grupo de estranhos, mais ainda do que a de um conhecido.
> Por isso, a companhia e a conversação são os mais poderosos remédios para restituir à mente sua tranquilidade, caso em algum momento, por infortúnio, se a tenha perdido; e são também os melhores preservadores do temperamento feliz e equilibrado, tão necessário para a autossatisfação e o prazer. Homens retraídos e especulativos, que tendem a se fechar em casa refletindo sobre sua dor ou ressentimento, ainda que muitas vezes possam ter maior humanidade, mais generosidade e um senso de honra mais apurado, raramente possuem aquele equilíbrio de temperamento tão comum entre os homens do mundo (TMS I.i.4.9-10. Trad. de Lya Luft, pp. 23-24. Com modificações nossas.).

Assim, vimos que para Adam Smith a simpatia é o fundamento dos juízos de aprovação e de reprovação. Nisso se assentará todo o seu sistema no que respeita à justiça e à virtude. A correspondência de sentimentos com o outro gera um prazer que sempre desejamos, e, visto que receber a plena simpatia alheia é o mesmo que receber aprovação, e simpatizar completamente com os sentimentos de alguém é o mesmo que

aprova-los, buscamos sempre receber a aprovação alheia e evitamos incorrer em sua reprovação; por outro lado, somos sempre desejosos de submeter o outro ao nosso juízo.

É quanto a um aparente desvio relativo a essa questão que se coloca o problema apontado por David Hume.

I.ii. Retorno ao problema Hume

Como mencionado acima, o problema que Hume destaca refere-se a uma aparente contradição na TMS, uma diferença entre o mecanismo de simpatia apresentado na Seção I, "Do senso de propriedade", e aquele descrito na Seção III da Parte I, "Dos efeitos da prosperidade e da adversidade sobre o juízo dos homens". Em suma, na primeira seção, aparentemente, sempre se busca simpatizar com os sentimentos alheios, mesmo os de tristeza e pesar, pois sempre que se consegue simpatizar deriva-se disso um prazer que é superior à dor com a qual se simpatiza. Nisso residiria o fundamento dos juízos que fazemos das paixões alheias. Na Seção III da Parte I, porém, Smith postula que há uma relutância em simpatizar com os sentimentos de tristeza e pesar, pois, não obstante o prazer que a própria simpatia provoca, há uma mistura desagradável com a dor do sofrimento alheio refletido em nós; em contrapartida, há uma especial inclinação em simpatizar com o prazer alheio, pelo motivo oposto.

> Apesar de tudo, frequentemente lutamos para minimizar nossa simpatia com o sofrimento alheio. Sempre que não estamos sob a observação daquele que sofre, esforçamo-nos, pelo nosso próprio bem, para suprimi-la tanto quanto possível, e nem sempre o conseguimos.
> (TMS, I.iii.1.4)
> É agradável simpatizar com o prazer, e, contanto que a inveja não venha a se opor, nosso coração se entrega de bom grado aos mais elevados arrebatamentos do sentimento prazeroso. Mas é doloroso seguir o pesar, e sempre o recebemos com relutância. (TMS, I.iii.1.9)

A isso David Hume faz uma objeção que parece coerente. Em sua carta a Smith de 28 de julho de 1759, afirma ele:

> Eu gostaria que você houvesse provado de modo mais pleno e específico que todas as espécies de simpatia são necessariamente agradáveis. Esse é o ponto crítico (*the hinge*) de seu sistema (...). Agora parece que há uma simpatia desagradável e outra agradável.

> (...) Receio (...) que essa proposição lhe tenha escapado, ou melhor, está entrelaçada a seus raciocínios naquela parte [Parte I, Seção iii, cap. 1]. Você diz expressamente: *é doloroso seguir o pesar, e sempre participamos dele com relutância*. (Carta 36, *apud*. TMS, I.iii.1, nota 2)

Na segunda edição da TMS, Smith dedica uma breve resposta a essa objeção. Afirma ele:

> Foi-me objetado que como embaso o sentimento de aprovação, que é sempre agradável, na simpatia, é inconsistente com meu sistema admitir qualquer simpatia desagradável. Respondo que no sentimento de aprovação há duas coisas a ser consideradas: primeiro, a paixão por simpatia do espectador; e, em segundo lugar, a emoção suscitada pela observação da perfeita coincidência entre essa paixão por simpatia no próprio espectador e a paixão original na pessoa principalmente envolvida. Essa última emoção, em que consiste propriamente o sentimento de aprovação, é sempre agradável e prazerosa. A outra pode ser agradável ou desagradável, conforme a natureza da paixão original, cujas características aquela sempre retém em alguma medida. (TMS, I.iii.1, nota b*)

Ou seja, o filósofo explica que a aprovação por simpatia é composta, primeiramente, pelo sentimento reflexo daquele que a "pessoa principalmente envolvida" manifesta, e, em segundo lugar, pelo sentimento de prazer suscitado pela observação da correspondência de sentimentos, se a houver. Desse modo, o prazer da plena simpatia não elimina a dor da emoção simpática. Todavia, Smith afirmara que a primeira mais que compensa a segunda. Portanto, a resposta continua a deixar a solução do problema para ser encontrado pelo leitor.

De fato, o que Hume aponta pareceria desequilibrar completamente o sistema que Smith vinha até ali apresentando. Nossos juízos de aprovação e reprovação padeceriam de um grande viés. Tenderíamos a aprovar mais facilmente os sentimentos e situações que envolvem alegria e prazer do que os que compreendem tristeza e sofrimento. Desse modo, poderíamos, por exemplo, não aprovar o sofrimento do luto, por não querermos simpatizar com o sofredor. Por outro lado, se o prazer de simpatizar completamente com qualquer situação, seja de sofrimento, seja de alegria, sempre mais do que compensasse a dor do sentimento reflexo, não haveria preferência alguma entre frequentar um evento festivo ou um de dor, sofrimento e morte. Isso não corresponde às nossas observações sobre o humano. Como diz Hume, fosse assim, "Um hospital seria

um lugar mais divertido do que um baile" (ibid.). Certamente, no hospital haveria muito mais com que simpatizar.

Smith, porém, já havia qualificado o prazer que sentimos ao simpatizar com o sofrimento e com a alegria. A simpatia com os diversos tipos de paixões depende dos "graus" com que elas se manifestam, e tal proporção varia segundo o tipo de paixão. Assim, em TMS I.ii.1, o filósofo já afirmara que simpatizamos pouco com as paixões que têm origem no corpo, e, particularmente, no parágrafo 5, tratou da dificuldade em simpatizar com a dor física:

> É pela mesma razão que gritar por dor física, por mais intolerável que esta seja, é sempre inconveniente e contrário à masculinidade [...] E tal é o caso de todas as paixões que se originam do corpo: elas não despertam nenhuma simpatia, ou, se o fazem, é em um grau inteiramente desproporcional à violência do que sente o sofredor (TMS I.ii.1.5).

Portanto, o hospital não é um lugar em que gostemos de fazer um passeio simpático. Mas o trecho a que Hume se refere (TMS I.iii.1) introduz o problema da relutância a simpatizar com a pobreza. Acresce que, em I.ii.5, ao tratar dos graus de manifestação das "paixões egoístas" com que simpatizamos mais ou menos facilmente, Smith se também detinha na questão da prosperidade e da adversidade. Para ele, temos dificuldade em simpatizar com a prosperidade súbita, pois ela sempre desperta inveja nos antigos companheiros e arrogância nos que haviam chegado antes à condição à qual o próspero ascende (I.ii.5.1). Por isso, o melhor é progredir gradualmente, já que desse modo os demais se acostumam durante bastante tempo ao fato da pessoa, por esforço continuado, "se destinar" a tal condição (ibid.). O contrário ocorre com a adversidade. "Pequenas vexações não provocam nenhuma simpatia, mas as aflições profundas suscitam-nas em seu mais alto grau". E Smith prossegue na justificação de por que não simpatizamos com as pequenas adversidades.

> Alegria é uma emoção agradável, e com prazer nos entregamos a ela na menor ocasião [se não houver inveja]. Portanto, simpatizamos prontamente com a alegria de outras pessoas, sempre que a inveja não nos prejudique. Mas o sofrimento é doloroso e, ainda quando se trata de nosso próprio infortúnio, a mente naturalmente resiste e afasta-se dele. Esforçar-nos-íamos para sequer concebê-lo, ou para nos esquivarmos dele assim que o concebêssemos. Nossa aversão à dor, contudo, nem sempre nos impedirá de a experimentarmos por motivos muito triviais, mas nos impede constantemente de simpatizar com a de outras pessoas, quando causadas pelos mesmos motivos fúteis. Pois

> resistimos menos às paixões originais do que às reflexas. Além disso, há nos homens uma malícia que não apenas impede toda a simpatia por pequenos desconfortos, mas de certa maneira os faz divertir-se com eles. Daí o deleite que todos sentimos pela troça [...] (TMS I.ii.5.3. Trad. Lya Luft, p. 49, com modificações nossas.).

Todavia, no caso das graves aflições, nossa disposição a simpatizar é muito maior:

> Ao contrário, nossa simpatia com a aflição profunda é muito forte e muito sincera. [...] Por conseguinte, se sofrerdes por causa de qualquer prenúncio de calamidade; se por algum extraordinário infortúnio empobrecestes, adoecestes, caístes em desgraça ou vos decepcionastes; mesmo que em parte seja vossa a culpa, ainda assim, em geral, podeis depender da mais sincera simpatia de todos os vossos amigos, e, na medida em que o permitirem os interesses e a honra, também podereis contar com sua mais bondosa ajuda. Mas se o vosso infortúnio não for assim tão terrível, se apenas tivestes a ambição um pouco frustrada, se apenas fostes repudiados por vossa amante, ou se vossa esposa manda em vós, preparai-vos para a troça de todos os vossos conhecidos (TMS I.ii.5.4. Trad. Lya Luft, p. 50, com modificações nossas.).

Não é desse modo, no entanto, que Smith nos apresenta o problema da tendência a simpatizar com os ricos e a aversão a simpatizar com os pobres. Em TMS I.iii.1, o filósofo afirma que "é doloroso seguir o pesar, e sempre o recebemos com relutância", mesmo em caso de grande adversidade (TMS, I.iii.1.9). Por outro lado, se não houver inveja, "a maior parte dos homens [...] não pode encontrar grande dificuldade em elevar-se a todos os prazeres" que qualquer acréscimo de riqueza pode trazer a outra pessoa. Disso, Smith deriva nossa tendência a simpatizar facilmente com os ricos e nossa relutância em simpatizar com os pobres. Para que essa assimetria fosse justificada, contudo, Smith operou uma igualação entre pobreza, doença ou dor física e culpa.

O filósofo principia por estabelecer o conceito de um "estado natural e ordinário do gênero humano", o do "homem que goza de boa saúde, não está endividado e tem a consciência limpa", estado em que, segundo ele, "a maioria dos homens" se encontra, e quanto ao qual qualquer degrau acima é, na verdade, bem menos significativo do que se imagina, ao passo que cada degrau abaixo dessa condição representa uma enorme distância em relação ao degrau imediatamente superior, seja para quem realmente decai, seja para o observador. Pois para os que estão no "estado normal" ou acima deste, qualquer perda causa grande sofrimento. Como entre o "estado

normal" e a pobreza há vários degraus, simpatizar com os pobres causa, por simpatia, um sofrimento quase insuportável. E esse sofrimento é tão grande que não é compensado pelo prazer peculiar à plena simpatia. Por isso, todos os que se encontram na condição normal (a maioria das pessoas) ou acima desta evitam tanto quanto podem simpatizar com a pobreza – ou, caso não consigam evitá-lo, seu "sentimento solidário" (*fellow feeling*) será muito inferior ao sentimento do sofredor.

> O que pode se acrescentar à felicidade do homem que goza de saúde, nada deve e tem a consciência limpa? Para um homem nessa situação pode-se dizer que todos os acréscimos de fortuna são supérfluos (...). Essa situação, no entanto, pode muito bem denominar-se o estado natural e ordinário da humanidade. Não obstante a atual miséria e degradação do mundo, tão justamente lamentadas, esse é, na verdade, o estado da maior parte dos homens. A maior parte dos homens, portanto, não pode encontrar grande dificuldade em se transportar a toda a alegria que qualquer acréscimo a essa situação pode suscitar em seus companheiros.
> Mas, embora pouco possa se acrescentar a esse estado, muito se lhe pode subtrair. Embora entre essa condição e o ápice da prosperidade humana o intervalo seja apenas uma ninharia, entre aquela e o mais baixo nível de miséria a distância é enorme e prodigiosa. Por essa razão a adversidade necessariamente lança o espírito do sofredor para muito mais abaixo do seu estado natural do que a prosperidade é capaz de elevá-lo acima desse estado. O espectador deve, pois, julgar muito mais difícil simpatizar inteiramente com a infelicidade (...) do que partilhar completamente da alegria alheia, e deve afastar-se de seu natural e comum estado de espírito mais num caso do que no outro. Daí porque, embora nossa simpatia com a infelicidade seja muitas vezes uma sensação mais pungente do que a simpatia com a alegria, sempre lhe falta a intensidade do que naturalmente sente a pessoa diretamente atingida. (TMS, I.iii.I.7-8; Trad., pp. 53-54)

Vale a pena nos determos nesse trecho. Smith trata da dificuldade em simpatizar com a dor e a tristeza (ou sofrimento), algo de que já havia tratado antes (na Seção II), mas quando postula a existência do "estado natural e ordinário do gênero humano", este compreende a boa saúde (e, portanto, ausência de dor física), a consciência limpa (portanto ausência de culpa), mas também "não estar endividado". Ora, desse modo o autor inclui, súbita e tacitamente, em um conjunto de circunstâncias concernentes à humanidade em geral e em qualquer sociedade, uma situação peculiar ao comércio: a dívida, entendida como dívida financeira. Assim ele estabelece uma homogeneidade entre dor, culpa e uma condição especificamente econômica. Essa operação se completa quando as palavras "prosperidade" e "adversidade" são inseridas para se referir, respectivamente, à condição acima ou abaixo da "normal". Ora, o significado da palavra "prosperidade" no capítulo anterior era, como em geral é para

nós, a melhora da condição econômica individual. Assim, ao opor à "adversidade" a "prosperidade", tudo está pronto para uma rápida associação da prosperidade com a riqueza e da adversidade com a pobreza. Aqui está completa a equalização entre dor, culpa e pobreza, e entre saúde, consciência limpa e riqueza. É por isso que Smith pode afirmar que a simpatia com a riqueza é muito fácil, ao passo que a simpatia com a pobreza é evitada, pois "é doloroso acompanhar o pesar, e sempre o recebemos com relutância" (TMS, I.iii.1.9). Nessa escala, o pesar da pobreza estaria muito distante de nós; e o prazer da riqueza, além de já ser agradável, não estaria tão distante quanto imaginamos.

Mas isso difere do que vimos na seção anterior da TMS. Ali, Smith afirmava que as graves aflições atraem alto grau de simpatia (I.ii.5.4). Ora, em I.iii.1 a pobreza foi associada a uma grande aflição, e, mesmo assim, repele nossa simpatia. Por outro lado, em I.ii.5.1 a ascensão social era frequentemente acompanhada pela inveja, o que perturbava ou impedia o funcionamento da simpatia. Agora, simpatizamos facilmente com a riqueza. Como explicar essa diferença.

Quanto ao último ponto, não há dificuldades. Ali, Smith trata claramente não da condição de riqueza perante um espectador em geral, mas da súbita ascensão e os sentimentos que suscita nos próximos. Com efeito, o filósofo salienta que "a multidão [...] nunca tem qualquer inveja de seus superiores" (I.iii.1.11). Na seção anterior, o espectador era próximo; na Seção III, ele está distante da pessoa observada.

Leonardo Müller (2016, pp. 136-37) aponta o relevo que assume aqui a distância real entre os espectadores e os observados[8]. Em I.ii.5, trata-se do efeito do enriquecimento sobre os amigos e conhecidos daquele que se eleva a um estrato superior. Já em I.iii, a relação é entre um público que não é rico e aquele que já o é.

Müller afirma, ainda, que essa circunstância retira os "ricos e poderosos" da esfera da simpatia da multidão, e por isso não há inveja. "Para Smith, indivíduos de famílias ricas e poderosas estão fora do alcance da inveja porque estão fora do alcance da simpatia" (ibid.), afirma o autor.

No entanto, parece-nos que a simpatia é atuante em ambos os casos, porém de maneira distinta. Para essa diferença, importa que, à absoluta separação no que respeita

[8] Fonna Forman-Barzilai, em seu livro *Adam Smith and the circles of sympathy*, trata do tema da relação entre distância e simpatia. Como, porém, seu intuito não é principalmente ligado à história da filosofia, já que ela pretende "atualizar" a teoria smithiana a fim de defender certa corrente da filosofia estadunidense contemporânea ("Cosmopolitismo"), a autora não atribui especial importância à distinção entre as edições. Contudo, em sua obra enfatiza-se adequadamente a importância da proximidade espacial, social e cultural para a operação da simpatia no pensamento de Adam Smith.

ao convívio entre esses dois grupos, não corresponde uma distância em graus entre suas condições na escala mental do observador. Vimos acima que entre a "condição natural e ordinária" do "gênero humano" e o "ápice da prosperidade humana o intervalo" não passa de "uma ninharia" (I.iii.1.7). Essa verdade que não percebemos, mas à qual nossos sentimentos obedecem, faz com que não haja impropriedade, do ponto de vista do espectador, no prazer associado à condição dos "ricos e poderosos", daí ele poder simpatizar facilmente com estes. É por isso que Smith afirma:

> Quando consideramos a condição dos grandes, nas cores ilusórias com que a imaginação tende a pintá-la, ela parece quase a ideia abstrata de um estado feliz e perfeito. É aquele mesmo que, quando sonhamos acordados ou em nossos devaneios ociosos, esboçamos para nós mesmos como o objeto final de todos os nossos desejos. Sentimos, portanto, uma simpatia peculiar para com os que nele se encontram (TMS I.iii.2.2).

A simpatia "peculiar" que sentimos pelos "ricos e poderosos" não é transtornada pela inveja porque não convivemos com eles, e porque essa condição está dada: são, de acordo com Smith, "nossos superiores", não segundo "a doutrina da razão e da filosofia", mas segundo a "doutrina da Natureza", isto é, conforme à inclinação que nos imprimem nossos sentimentos espontâneos e irrefletidos, sentimentos naturais (TMS I.iii.2.3). A inveja que sentimos de nossos conhecidos ou amigos em rápida ascensão social se deve ao abandono da antiga condição de igualdade entre nós: o afluente se nos distancia, e isso inspira a inveja. Daí ser mais improvável que isso ocorra se a progressão for gradual, e resultante de contínuo esforço – acostumamo-nos à previsão de seu êxito (I.ii.5.1).

O mesmo distanciamento explica a diferença entre o alto grau de simpatia que o autor afirma que sentimos relativamente às graves aflições dos que "caíram em pobreza, doença, desgraça ou decepção" em I.ii.5.4 e a pouca ou nenhuma simpatia que temos para com os pobres em I.iii.2. No primeiro caso, trata-se de um amigo ou conhecido que decai; no segundo, de um desconhecido cuja condição é dada.

Notemos que Smith afirma que:

> Parece que a natureza, quando nos sobrecarregou de nossas próprias dores, julgou-as suficientes, e, por conseguinte, não nos ordenou que tomássemos parte nas alheias mais do que o necessário para nos incitar a serená-las. (TMS, I.iii. I.12; Trad., p. 56)

Destaca-se que a recomendação "da natureza" para que não tomemos parte nas dores alheias tem uma restrição: não "mais do que o necessário para [...] serená-las". Está fora de nosso alcance serenar as dores da pobreza em geral, ou de um desconhecido em particular. Não podemos mudar sua condição, ou ajudar a todos.

Otteson (2002, p. 140) aponta que, segundo Smith, nossa simpatia com o sofrimento alheio é tanto maior quanto mais nos é familiar aquele que sofre – ou, inversamente, é tanto menor quanto menos conhecida for a pessoa. Isso corresponde ao que podemos fazer pelos outros, e é a ordem que a natureza estabelece para o exercício de nossa benevolência (cf. TMS III.3.5 e VI.ii.1). O problema é que os trechos a que o comentador remete foram inseridos na última edição da TMS, após a publicação da WN, e nesta tese procuraremos demonstrar a hipótese segundo a qual Smith muda seu posicionamento quanto aos efeitos sociais e individuais da acumulação de riquezas a partir da última dessas obras.

Contudo, já se pode inferir algo assim do trecho acima citado, I.i.4.9, no qual se lê que "Esperamos menos simpatia de um mero conhecido do que de um amigo; [...] [e] ainda menos simpatia de um grupo de estranhos [do que de conhecidos]". No entanto, havia sempre algum tipo de convívio direto. Já a seção sobre o efeito da prosperidade e da adversidade sobre os "juízos do gênero humano" tem algo que a diferencia de tudo que a havia precedido: é o primeiro momento em que Smith trata de grandes grupos sociais – de coletividades – e das paixões pertinentes às suas inter-relações. São sentimentos gerais, de grupos quanto a grupos, não entre pessoas próximas[9]. São pessoas que não travam conversação entre si, e, portanto, estariam separadas umas das outras. Elas se observam à distância, reconhecem-se pela mera aparência. Se a perfeição da simpatia é proporcional à proximidade das pessoas; se nossa capacidade, possibilidade, e mesmo disposição a simpatizar com os infortúnios alheios segue essa mesma regra, então Smith pode afirmar que, em geral, relutamos em simpatizar com a pobreza.

Tal gradação da simpatia segundo a proximidade, conquanto pareça não estar inteiramente explicitada nas primeiras edições da TMS, encontra confirmação nas notas estudantis das LJ. No relatório de 1762-3 (LJ(A)), reporta-se que Smith teria afirmado que os escravos, cuja situação é de todas as humanas a mais miserável (LJ, pp. 178-79), são mais maltratados em países ricos do que em países pobres, e mais por proprietários

[9] Sou grato a Deborah Werner por haver proposto essa formulação precisa em conversação sobre o tema.

muito ricos do que pelos mais pobres. Isso se deveria à distância ou desproporção de condições entre o proprietário e o escravo, pois nossa compaixão, isto é, simpatia com o sofrimento alheio, guardaria uma proporção direta com a semelhança que reconhecemos entre nós e os sofredores.

> Em um país pobre, não pode haver grande diferença entre o mestre e o escravo em nenhum aspecto. Eles comerão à mesma mesa, trabalharão juntos e se vestirão da mesma maneira, e serão semelhantes quanto a todas as demais particularidades. Em um país rico, a diferença entre eles será prodigiosa quanto a tudo isso. Essa desproporção tornará os homens ricos muito mais severos com seus escravos do que os mais pobres. [...] A desproporção entre eles, entre a condição do nobre e a de seu servo, é tão grande que aquele mal considerará este como alguém do mesmo gênero [*kind*] que o seu; o nobre julga que o servo não tem direito sequer aos prazeres ordinários da vida, e pouco sente por seus infortúnios. O agricultor, por outro lado, considera seu servo quase como um igual, e, portanto, é mais capaz de sentir por ele. As pessoas que mais suscitam nossa compaixão e tendem mais a afetar nossa simpatia são aquelas que se assemelham a nós, e quanto maior a diferença, menos elas nos afetam. O caso é o mesmo com os escravos (LJ, p. 184).

Diremos que o caso é o mesmo com os pobres. É nessas circunstâncias que a distância "subjetiva" entre a "condição natural e ordinária" dos indivíduos e a condição de pobreza é enorme. Temos aqui a conjugação de duas qualidades de distância, ambas associadas às condições materiais de vida: a primeira, de convívio; a segunda, mental. Sob a condição de distanciamento de convívio, não aceitamos "cair muito abaixo" do estado "natural e ordinário" de nossas mentes para simpatizar com a pobreza. E, embora Smith pareça explicar isso como um efeito da vontade, quase uma deliberação, tudo se dá "instantaneamente", como evitamos a dor em qualquer outra circunstância. Por isso, as pessoas fora do estado de pobreza "desviam seus olhos" do pobre (TMS I.iii.2.1).

Após essa análise, é possível respondermos ao problema apontado por David Hume. O prazer em observar nossa correspondência de sentimentos com alguém permanece, de modo geral, maior do que a dor que essa simpatia nos provoca por reflexo. Isso, porém, obedece a condições, conforme Smith desde o início salienta. A simpatia com o sofrimento extremo é particularmente difícil, e mais ainda o será quando a pessoa observada é inteiramente desconhecida e absolutamente distante de nosso convívio. Mesmo assim, muitas vezes não deixamos de simpatizar. Smith não afirma que não simpatizamos com os pobres, mas que relutamos em deixar que isso ocorra. Ora, se relutamos, é porque tendemos a simpatizar em algum grau. Como desde o

princípio defendeu o autor, a simpatia é espontânea, como que automática, "instantânea" – não está em nosso poder de bloqueá-la completamente. Mas podemos, sim, resistir-lhe ou não. Em virtude dessa espécie de "economia dos sentimentos"[10], há, ainda, casos em que não simpatizamos, apesar de nossa vontade ser a oposta. No caso, por exemplo, do enriquecimento súbito de um amigo, a inveja impede em larga media a simpatia – e isso a despeito de nossa vergonha por termos inveja, e nosso desejo de simpatizar. Em suma, "Frequentemente sentimos uma simpatia com o sofrimento quando desejaríamos nos ver livres dela; e frequentemente deixamos de simpatizar com a alegria, quando gostaríamos que isso ocorresse" (TMS I.iii.1.4).

Não é possível, contudo, afirmar que reprovamos à pobreza. Pois, rigorosamente, a reprovação consiste em simpatizar e observar que nossos sentimentos não correspondem aos manifestados pela "pessoa principalmente envolvida". Smith atenta para isso, e enfatiza que não reprovamos os pobres, mas tendemos a ignorá-los. Os efeitos dessa desconsideração, contudo, podem ser muito semelhantes ao da reprovação. O pobre, além de padecer da carência material, sofrerá também pela ausência da gratificação que nos causa a simpatia do público.

> Ele é mortificado pelos dois motivos; pois embora ser ignorado e ser desaprovado sejam coisas completamente diferentes, ainda assim, como a obscuridade nos oculta da luz diurna da honra e da aprovação, sentir que não nos notam necessariamente sufoca a mais agradável esperança, e desaponta o mais ardente desejo da natureza humana (TMS I.iii.2.1).

Sabemos disso, inclusive por simpatia, ainda que relutante, com a pobreza. Por esse motivo acautelamo-nos para não cair nessa situação.

---

[10] O uso dessa expressão não significa que partilhamos da concepção de James A. Otteson (2002), segundo a qual: "[...] um exame da análise de Smith da moralidade humana na TMS revela que as regras que ele encontrou para descrever nosso comportamento moral são conformes com determinado modelo, [...] o de um mercado em que as trocas livres entre os participantes dão origem, ao longo do tempo, a um sistema ordenado não intencional" (p. 101). Inclinamo-nos a considerar que se passa o contrário: a concepção do "mercado" como um sistema autorregulado no século XVIII resulta da aplicação ao âmbito do humano de princípios concernentes a modelos fisiológicos de autorregulação. Nesse sentido, a palavra "oeconomy" não é utilizada no sentido comercial, mas sim segundo significado mais antigo, como estruturação espontânea e autorregulada de um todo. Mas não nos debruçaremos sobre essa questão nesta tese. Para um estudo do tema, ver DUCHESNEAU, François; "La physiologie des lumières: Empirismo, modèles et théories", *Dix-huitième Siècle*, 1983, Vol. 15, No. 1, pp. 510-511. Para maior aprofundamento, ver, do mesmo autor, *Les modèles du vivant de Descartes à Leibniz*; Paris: Vrin, 1998.

I.iii. A corrupção de nossos sentimentos morais

Se Smith não incorre na contradição apontada por Hume, o efeito de nossas inclinações com relação à pobreza e à riqueza parece aproximar-se muito daquilo que destacamos mais acima. Afirmamos que, se a incoerência apontada por Hume fosse verdadeira, haveria um viés em nossos juízos de aprovação e reprovação. O que não é pouca coisa, visto que desses juízos depende o senso de justiça: eles dão a medida socialmente aceita de até onde pode ir nossa "preferência por nós mesmos" em detrimento do outro (cf. TMS II.ii.2)[11]. Ser justo significa abster-se de fazer mal aos outros por motivos impróprios, isto é, que o espectador não aprove.

> A mera justiça, na maioria das ocasiões, não passa de uma virtude negativa, e apenas nos impede de prejudicar nosso próximo. Aquele que meramente se abstém de violar a pessoa, a propriedade ou a reputação de seus vizinhos, possui, evidentemente, muito pouco mérito positivo. Ele cumpre, no entanto, todas as regras do que peculiarmente se chama justiça, e nisso consiste tudo o que os seus iguais podem com propriedade forçá-lo a fazer, ou podem puni-lo por não fazer. Frequentemente podemos cumprir todas as regras da justiça ao permanecer sentados sem nada fazer. (TMS II.ii.1.10).
>
> Ações de tendência prejudicial, decorrentes de motivos impróprios, parecem ser as únicas a merecer punição; pois somente elas são os objetos aprovados do ressentimento, ou suscitam por simpatia o ressentimento no espectador (TMS II.ii..1.2).

A efetiva manutenção da justiça decorre da possibilidade de se aplicar, com a aprovação do espectador, uma punição a quem a descumprir. O sentimento que leva alguém a querer punir outra pessoa chama-se ressentimento. A aprovação do ressentimento, contudo, tem como pré-condição que não aprovemos – isto é, que consideremos impróprio – o motivo da ação causadora de danos à pessoa ressentida. Somente é considerada injusta, portanto, a ação de alguém que causa um dano ao outro por motivos que não aprovamos. Nesse caso, aprovamos o ressentimento do prejudicado, e, por conseguinte, a punição ao autor da primeira ação.

Podemos, no entanto, considerar muitas ações danosas a nós, e elas podem despertar nosso ressentimento contra seu causador, sem que sejam necessariamente injustas. A medida do que é propriamente justo ou injusto depende da aprovação, por

[11] Para uma análise detalhada dos "sensos" em Adam Smith, ver Müller (2016), cap. I, pp. 13-50.

parte do espectador, do nosso ressentimento. A aprovação deste, por sua vez, depende, rigorosamente, da desaprovação, por parte do espectador, dos motivos do autor da ação que causou dano a nossa pessoa, nossa propriedade ou nossa reputação. Ao fim e ao cabo, consequentemente, a medida do que é justo ou não é condicionada pela simpatia completa ou não, por parte do espectador, com quem pratica uma ação, por um lado, e com quem a sofre e a considera danosa para si, por outro. A essa medida Smith denomina "senso de justiça". As ações injustas são motivadas pelo egoísmo, isto é, o amor de si ou autointeresse levado para além do nível que o espectador acompanha. Isso envolve especialmente a esfera da ambição e da luta por ascensão social.

> Se [um homem] quer agir de modo a que o espectador imparcial possa se identificar com os princípios de sua conduta, que é o que de todas as coisas ele mais deseja, ele deve, em ocasiões assim, como em todas as outras, atenuar a arrogância de seu amor próprio, e rebaixá-lo a um nível tal que outros homens possam acompanhá-lo. Eles concordarão com o amor próprio a ponto de lhe permitir ser mais preocupado com sua própria felicidade do que com a dos outros, e buscá-la, igualmente, de maneira mais enérgica. Até aí, sempre que se colocarem em seu lugar, eles prontamente o acompanharão. **Na corrida pela riqueza, honras, distinções**, que ele se empenhe ao máximo, que force cada nervo e cada músculo para ultrapassar todos os seus competidores. Mas se ele acotovelar ou empurrar qualquer um deles, a tolerância dos espectadores acabará inteiramente. Trata-se de uma violação da competição leal, o que eles não podem admitir. O outro homem é, para eles, em todos os aspectos, tão bom quanto ele. Eles não se identificam com esse amor próprio que o faz preferir a si mesmo tão mais do que ao outro, e não podem acompanhar o motivo pelo qual ele o fere. (TMS, II.ii.2.1. Grifos nossos)

Ora, se o juízo de aprovação ou reprovação tiver um viés contrário aos pobres, talvez seja mais difícil o espectador considerar que o pobre é "em todos os aspectos, tão bom quanto" outra pessoa, não pobre, que ele acuse de lhe ter causado um dano por motivos impróprios. Nesse caso, talvez nossa sensibilidade para com a injustiça causada a pessoas na condição de pobreza seja baixa, e deixemos passar muitas coisas – talvez nem vejamos alguns atos de injustiça, já que "desviamos nosso olhar" dos pobres. Isso faria, igualmente, com que negligenciássemos injustiças ocorridas entre os pobres, ou condenássemos facilmente pobres por supostos danos causados a não pobres. Vê-se facilmente que juízos de aprovação com viés favorável aos ricos acentuariam todos esses desvios.

Logo, um viés "natural" nos juízos de aprovação e reprovação significaria que eles têm, sob alguns aspectos, uma tendência a ser injustos, ou seja, aquilo que responde pela justiça poderia ser inerentemente, em parte, injusto. E, no entanto, Smith sugere que isso possa ocorrer:

> [...] sempre parece em alguma medida baixo e desprezível aquele que se afunda em sofrimento e desânimo por conta de qualquer calamidade pessoal. Não logramos sentir por ele o que ele sente por si próprio, e o que talvez sentiríamos se estivéssemos em sua situação; desprezamo-lo, portanto, talvez injustamente, se é que podemos considerar injusto qualquer sentimento para o qual a natureza nos determinou irresistivelmente (TMS I.iii.1.15).

Disso se depreende que, se nossos sentimentos tendem naturalmente para alguma direção, isso não significa que nossa razão não possa considerá-los injustos. Como destaca Smith, uma coisa é a "doutrina da razão e da filosofia", outra, a "doutrina da natureza" (I.iii.2.3). E, relativamente à pobreza e à riqueza, veremos que, segundo Smith, há, apesar de tudo, sentimentos enviesados, e ele o explicita mais de uma vez.

Primeiramente, "riqueza e grandeza" são admiradas como se fossem virtudes. E, no entanto, a posse de "riqueza e poder" não é uma virtude, nem a conduta acumuladora é virtuosa – ao contrário, comportam aspectos viciosos. É o que procuraremos mostrar a seguir.

Na introdução à sua tese de doutorado, *A filosofia de Adam Smith: imaginação e especulação*, Leonardo A. P. Muller sintetiza as partes de que se constitui a obra moral do filósofo:

> Por um lado, há a parte prática da filosofia moral, com questões sobre a natureza da virtude; por outro lado, há as questões teóricas (ou especulativas) da filosofia moral, sobre o princípio de aprovação. A sexta e última edição da *Teoria* cobre ambos esses aspectos e inclui uma seção especulativa (Partes I a V), uma seção prática (Parte VI), e uma seção histórica (Parte VII) (MÜLLER, 2016, pp. 08-09).

De fato, a parte especulativa trata do princípio de aprovação (ou reprovação) das condutas e sentimentos manifestos. Porém, a questão especulativa que Smith propõe, como uma das duas que devem ser consideradas "ao se tratar dos princípios da moral", diz respeito à virtude: "[...] por meio de que poder ou faculdade da mente é que esse caráter [da virtude] nos é recomendado?" (TMS VII.i.2).

Por isso, em TMS I.i, Smith nos mostra que a aprovação comporta graus, que vão desde o simples juízo de que um comportamento ou sentimento é "correto" até a admiração ou louvor, que é seu grau máximo, conferido à virtude. Afirma Smith:

> Virtude é excelência, algo incomumente grande e belo, que se alça acima do vulgar e ordinário [...].
> Há [...] considerável diferença entre virtude e mera propriedade; entre as qualidades e ações que merecem ser admiradas e celebradas, e aquelas que simplesmente merecem ser aprovadas (TMS I.i.5.6 e 7).

Portanto, a admiração, no âmbito da moral, é o grau de aprovação que recebe a virtude. Ora, em TMS I.iii Smith aponta que "riqueza e grandeza" recebem, mais do que mera aprovação, admiração por parte dos espectadores.

> Nossa obsequiosidade para com nossos superiores surge mais frequentemente de **nossa admiração pelas vantagens de sua situação** do que de quaisquer expectativas privadas de receber benefícios em virtude de sua boa vontade (TMS I.iii.2.3. Grifos nossos. Cf. tb. I.iii.2.4)

Assim, consideramos os "ricos e poderosos" nossos superiores em virtude de uma admiração não por suas ações, mas por sua condição. No entanto, tal admiração se estende às suas pessoas, e a elas nos submetemos de bom grado. O respeito que caberia aos virtuosos, recebem-no em grau ainda maior os "grandes". Entretanto, as virtudes pelas quais os "grandes" se destacam não são, absolutamente, "conhecimento, indústria, paciência, abnegação ou qualquer outro tipo de virtude". Suas "virtudes" consistem em "Seus ares, suas maneiras, sua postura", que "marcam aquela elegante e graciosa consciência de sua própria superioridade, que os que foram criados nos estratos inferiores dificilmente podem alcançar" (I.iii.2.4). Faltam-lhes por completo as qualidades necessárias para a realização de qualquer coisa, bem como as "que se requerem" em "situações de perturbação pública"; "Destacar-se em um baile é seu maior triunfo, e ser bem sucedido numa intriga de galanteria, seu maior empreendimento" (I.iii.2.5). Os "ricos e poderosos", tão admirados, são fracos e frívolos, em síntese.

Quanto à conduta acumuladora, ela é impulsionada pela paixão da ambição, cuja base, assinala Smith, é a vaidade.

> De onde vem, então, essa emulação que arrebata todas as classes de

> homens, e quais são as vantagens que almejamos obter por meio do grande propósito da vida humana, ao qual denominamos melhorar nossa condição (*bettering our condition*)? Ser observados, servidos, notados, com simpatia, consideração e aprovação; eis todas as vantagens que por esse meio podemos almejar. É a vaidade, e não a tranquilidade e o prazer, que nos interessa. Mas a vaidade é sempre fundada na crença de sermos objeto de atenção e aprovação (TMS, I.iii.2.1).

A busca por acumulação de riquezas, a ambição, tem, por conseguinte, o objetivo de satisfazer à vaidade, por meio da simpatia fácil que se tem com as pessoas dos "estratos superiores". Porém, a vaidade não é nenhuma virtude. Ao contrário, parece ser uma paixão bastante indigna de louvor. Nas palavras de Smith,

> Tentarei apenas mostrar que o desejo de fazer o que é honroso e nobre, de nos tornarmos objetos próprios de estima e aprovação, não pode ser chamado de vaidade. Até mesmo o amor da fama e da reputação bem fundadas, o desejo de adquirir estima pelo que é realmente estimável, não merece esse nome. O primeiro é o amor da virtude, a mais nobre e a melhor paixão da natureza humana. O segundo é o amor da verdadeira glória, uma paixão inferior sem dúvida à primeira, mas que em dignidade parece vir imediatamente depois dela. **É culpado de vaidade aquele que deseja louvor por qualidades que não são dignas de louvor em qualquer grau, ou não na medida em que ele espera ser louvado graças a elas, e que assenta seu caráter nos ornamentos frívolos das vestes e da equipagem, ou nas realizações igualmente frívolas do comportamento cotidiano.** É culpado de vaidade quem deseja elogios pelo que realmente é meritório, mas que ele sabe perfeitamente não lhe pertencer. O desclassificado vazio que se dá ares de uma importância para a qual ele não se qualifica, o mentiroso bobo que assume o mérito de aventuras que nunca aconteceram, o plagiário tolo que se faz de autor daquilo a que ele não pode pretender, todos são devidamente acusados dessa paixão. Também se diz que é culpado de vaidade quem não se contenta com os sentimentos silenciosos de estima e aprovação, que parece ser mais afeiçoado a suas expressões e aclamações barulhentas do que aos próprios sentimentos, que nunca está satisfeito, a não ser quando os elogios lhe soam aos ouvidos, e que solicita com a mais importuna inquietação todas as marcas externas de respeito; **que é ansioso por títulos, louvores, visitas de cortesia, por ser acompanhado, ser notado em lugares públicos, com mostras de deferência e atenção.** Essa paixão frívola é completamente diferente de qualquer uma das duas primeiras, e é a paixão dos mais baixos e menores do gênero humano, como as primeiras são dos mais nobres e maiores. (TMS VII.ii.4.8. Grifos nossos.)

Essa passagem mostra bem o tipo de avaliação que Smith faz da vaidade: "é a paixão dos mais baixos e menores do gênero humano". Note-se que, dentre os

comportamentos e desejos que denotam a mais frívola vaidade, estão todos aqueles que se querem realizar por meio da aquisição de riquezas em I.iii.2 (cf. pars. 1, 4 e 5) e IV.1 (cf. par. 8, pp. 182-83).

A ambição que a vaidade suscita em nós, por outro lado, também não é virtuosa. O capítulo que até 1790 se seguia àquele em que Smith situa a origem da ambição e da distinção de posições sociais (I.iii.2) intitulava-se "Da filosofia estoica". A ela, Smith afirmava que não havia nada a se opor, "exceto a honorável objeção de que nos ensina a almejar uma perfeição inteiramente fora do alcance da natureza humana" (TMS I.iii.3a.3). Segundo esse ideal, "riquezas, poder, autoridade" deveriam ser buscados apenas na medida em que favorecem "saúde, força, serenidade e perfeição" pessoais, objetos de nossos apetites primários; mas essa busca deveria fazer-se segundo "certa ordem, propriedade [*propriety*] e graça, cuja observância era de consequência infinitamente maior para nossa felicidade e perfeição do que o próprio alcance desses mesmos objetos" (ibid., par. 2). Acrescenta o autor que "Os objetos de nossos apetites e aversões primários deveriam ser buscados ou evitados principalmente porque a observância dessa graça e propriedade exigia tal conduta" (ibid.).

Ora, o comportamento do ambicioso, do acumulador que Smith descreve no capítulo anterior ao mencionado parece ser o oposto disso. Segundo ele, o "homem de posição inferior" que desejar ascender a posições superiores "deve adquirir dependentes para contrabalançar os dependentes dos grandes" (I.ii.2.5), ou seja, visa claramente a satisfazer uma vaidade, objetiva à ostentação. No mesmo trecho, Smith narra a avidez do ambicioso que deseja ascender socialmente:

> Com que impaciência o homem de espírito e ambição, descontente com sua condição, busca em seu entorno alguma grande oportunidade para distinguir-se? Nenhuma circunstância que possa proporcionar-lhe essa oportunidade é vista como indesejável. Ele até olha para diante com satisfação em face da perspectiva de uma guerra no estrangeiro, ou alguma dissenção civil; e, com secreto arrebatamento e prazer, entrevê, em meio à confusão e derramamento de sangue que acompanham tais situações, a probabilidade de apresentarem-se as tão ansiadas ocasiões para atrair para si a atenção e a admiração do gênero humano. (TMS I.iii.2.5)

Mais que ávido, portanto, o ambicioso é também um oportunista, e insensível aos males que as circunstâncias pelas quais procura causariam à generalidade das pessoas. Ele tem um "secreto prazer" com a "confusão e o derramamento de sangue", apenas porque tal situação lhe abre oportunidades.

Isso se associa ao fato de que a ambição é uma paixão dominante; ela toma o

lugar do amor e dos prazeres que não se relacionam a ela.

> "Do amor", diz milorde La Rochefoucault, "sempre se segue a ambição, mas da ambição dificilmente se segue o amor". Essa paixão, uma vez que tenha tomado plena posse do peito, não admitirá nem rival, nem sucessor. Aos que se acostumaram à admiração pública, ou mesmo a esperá-la, todos os outros prazeres adoecem ou decaem (TMS I.iii.2.7).

Ora, Smith classifica o amor entre as paixões benevolentes, sociáveis, que recebem uma simpatia redobrada, pois simpatizamos tanto com quem as possui quanto com quem é seu objeto (cf. TMS I.ii.4.1). Tomado nesse sentido, o amor é da maior importância para a felicidade dos indivíduos:

> Pois, assim como ser objeto de ódio e indignação causa mais dor do que todo o mal que um guerreiro pode temer de seus inimigos, assim também há uma satisfação na consciência de ser amada, a qual, para a pessoa de delicadeza e sensibilidade, é de mais importância para a felicidade do que todas as vantagens que ela pode esperar derivar disso. [...] Esses afetos [da amizade], essa harmonia, esse comércio, são sentidos, não só pelos ternos e os delicados, mas pelo mais rude vulgo do gênero humano, como de maior importância para a felicidade do que todos os pequenos serviços que se poderiam esperar como sua consequência (TMS I.ii.4.1).

Mas esse sentimento, no ambicioso, é obnubilado por sua paixão dominante. Todos os seus prazeres se reduzem àqueles que satisfazem à vaidade, e tudo o mais são oportunidades para isso. Daí a ambição ser fonte de muitos males sociais:

> Tal é a enorme importância que parece ter, nas imaginações dos homens, estar na situação que os coloca mais às vistas da simpatia e da atenção gerais. Daí a posição [*place*], o grande objeto que divide as esposas dos chefes aldeões, ser o propósito de metade dos trabalhos da vida humana; e a causa de todo o tumulto e atropelo, de toda a rapina e injustiça que a avareza e a ambição introduziram neste mundo (TMS I.iii.2.8).

E, apesar de todos os vícios que cercam "a riqueza e a grandeza", nós as admiramos como se fossem virtudes. Veremos que, do mesmo modo, temos uma aversão à pobreza, e lhe atribuímos um caráter vicioso. Trataremos disso imediatamente.

I.iv. A corrupção de nossos sentimentos morais – continuação

Já vimos que, se a "natureza" nos "ensina" a refrear a simpatia com o sofrimento (I.iii.1.12), essa tendência será extrema quando se trata de simpatizar com os que estão em situação de pobreza. Mostramos, igualmente, que, para defender que a simpatia pela pobreza suscita sentimentos extremamente dolorosos, Smith postula haver uma situação denominada "natural e ordinária", em se encontraria a maioria dos homens. O aumento de felicidade que se sente com qualquer acréscimo a essa situação não pode representar um "intervalo" (*interval*) muito grande em relação à felicidade própria da situação normal. No entanto, qualquer subtração a essa normalidade corresponde a um sofrimento cujo "intervalo" em relação ao bem-estar normal é demasiado grande. Daí que, para o espectador, simpatizar com a pobreza exigiria que ele "descesse" demais em relação à sua condição, com um sofrimento proporcional, e por isso ele relutará em fazê-lo (cf. TMS, I.iii.I.7-8).

Como decorrência da pequena distância que há entre a situação "normal" e a de riqueza, e por esta se associar ao prazer, tendemos fortemente a simpatizar com a riqueza (Cf. TMS, I.iii.2.1). Sabemos que evitar simpatizar não é o mesmo que reprovar, mas embora Smith saliente que "ser ignorado e ser reprovado" são "coisas inteiramente diferentes" (TMS, I.iii.2.1), e evite a todo momento afirmar que os pobres incorrem na reprovação alheia, os efeitos do "desprezo" que lhes recai parecem ser até maiores do que os da simples reprovação. Aquele que se encontra na condição de pobreza parece sentir uma vergonha pungente de si mesmo:

> O pobre (...) se envergonha de sua pobreza. Sente que ela o exclui das vistas da humanidade, ou, se acaso o notam, ainda assim não têm quase nenhum sentimento solidário para com a penúria e a aflição de que padece. Em ambos os casos ele é mortificado. Pois embora ser ignorado e ser reprovado sejam coisas inteiramente diferentes, ainda assim, como a obscuridade nos oculta da luz diurna da honra e da aprovação, sentir que ninguém nos nota necessariamente sufoca a mais agradável esperança e frustra o mais ardente desejo da natureza humana. (TMS, I.iii.2.1; Trad., p. 60).

Além da obscuridade, o pobre padece por simpatizar com a relutância que temos em simpatizar com ele:

> O desgraçado cujos infortúnios provocam nossa compaixão sente com que relutância provavelmente partilharemos de seu sofrimento, e por isso

> apresenta-nos sua dor com medo e hesitação; até dissimula parte dela e, por ser tão duro o coração dos homens, envergonha-se de dar vazão à plenitude de seu sofrimento. (TMS, I.iii.1.9; Trad., pp. 54-55)

Quanto ao observador, a dor gerada pela simpatia com a pobreza suscita-lhe, mais que desprezo, aversão, e chega mesmo a motivar atitudes agressivas para com o sofredor:

> O pobre entra e sai sem que ninguém atente para ele, e em meio a uma multidão encontra-se tão na obscuridade como quando encerrado em seu casebre. Os humildes trabalhos e as dolorosas inquietações que ocupam a gente de sua condição não proporcionam deleite algum aos pródigos e boas-vidas. Estes lhe desviam os olhos, ou se o extremo de sua penúria os força a vê-lo, é apenas para enxotar para fora de suas vistas tão desagradável objeto. Os orgulhosos e bem afortunados se espantam com a insolência da desgraça humana, que se atreve a mostrar-se a eles e, acintosamente, perturbar sua serena felicidade com a face nauseabunda da miséria (TMS, I.iii.2.1; Trad., p. 60).

Vê-se, portanto, que a situação de pobreza resulta em sentimentos muito mais fortes do que os de dor física. Na verdade, seus efeitos se aproximam daqueles gerados pelas paixões e atos julgados injustos. Aquele que comete um crime sente medo do olhar do público, remorso pelo que fez (cf. TMS, II.ii.2.3), e, quando flagrado, incita o desejo de executar ações contra ele, puni-lo, excluí-lo da vida social (cf. I.ii.1.7). O pobre, de modo semelhante, envergonha-se de sua pobreza e suscita sentimentos que motivam maus tratos e exclusão da vida social.

A ideia de que a pobreza atrai juízos que seriam próprios apenas aos vícios, assim como a riqueza atrai os que seriam próprios apenas à virtude, parece confirmada por Smith no Capítulo 3 (Parte I, Seção iii) inserido em 1790. Nesse caso, parece-nos lícito utilizar um escrito posterior à publicação da WN porque ele vai ao encontro de tudo o que havia sido afirmado antes[12]. Ali, lê-se:

> Que a riqueza e a grandeza são frequentemente vistos com o respeito e a admiração que seriam devidos apenas à sabedoria e à virtude; e que o desprezo [*contempt*], de que o vício e a loucura seriam os únicos objetos adequados, é frequentemente, da maneira mais injusta, dirigido à pobreza e à debilidade, tem sido a queixa de moralistas de todos os tempos (TMS I.iii.3.1).

[12] Veremos nos capítulos V e VI desta tese que a mudança de posicionamento relevante no referido capítulo 3 da TMS se dá a partir do parágrafo 5. Os anteriores são perfeitamente coerentes com o capítulo 2, que o precede. Sustentaremos que isso se deve justamente a uma tentativa de conciliar o antigo ponto de vista de Smith com sua nova concepção da acumulação.

E essa queixa, Smith considera bem fundada: "É pouco concorde à boa moral, ou até à boa linguagem, talvez, dizer que a mera riqueza ou grandeza, abstraídas do mérito e da virtude, merecem nosso respeito" (Ibid., par. 4). Todavia, essa parece ser a "doutrina da razão e da filosofia", não a "doutrina da natureza": "Devemos reconhecer, contudo, que elas quase sempre o obtêm; e que elas podem ser [*may be*], portanto, consideradas, sob alguns aspectos, objetos naturais desse respeito" (ibid.)[13].

Eis, portanto, que, embora a filosofia moral o lamente, é natural que a riqueza e a grandeza sejam tratadas com o respeito que a sabedoria e a virtude merecem. O mesmo ocorreria quanto ao desprezo que recebem a pobreza e a debilidade? Talvez fosse demasiadamente grosseiro e desumano afirmar que tais são os objetos naturais, ainda que com restrições, desses sentimentos. Possivelmente Smith teria pensado que,

[13] Smith utiliza aqui explicitamente o método proposto para a "ciência do homem" por David Hume. Segundo este, "Já se observou que, em nenhum caso, a conexão final de quaisquer objetos é descoberta, quer por nossos sentidos, quer por nossa razão, e que jamais podemos penetrar tão fundo na essência e construção dos corpos, a ponto perceber o princípio de que depende a sua influência mútua. É com sua união constante que estamos familiarizados; e é da união constante que surge a necessidade. Se os objetos não tivessem uma conjunção uniforme e regular uns com os outros, nós nunca chegaríamos a qualquer ideia de causa e efeito; e mesmo depois de tudo, a necessidade que essa ideia abarca não passa de uma determinação da mente de passar de um objeto para o seu acompanhante habitual, e inferir a existência de um a partir da existência do outro. Aqui estão, portanto, duas particularidades que devemos considerar essenciais para a necessidade, viz. a união constante e a inferência da mente; e onde quer que as descubramos nós devemos reconhecer uma necessidade. Como as ações da matéria não têm nenhuma necessidade, a não ser a que deriva dessas circunstâncias, e não é por qualquer visão interna da essência dos corpos que descobrimos sua conexão, a ausência dessa visão interna jamais irá, em caso algum, enquanto a união e a inferência permanecerem, remover a necessidade. É a observação da união que produz a inferência; razão pela qual se provarmos a união constante entre as ações da mente, ela pode ser considerada suficiente para se estabelecer a inferência, e com ela a necessidade dessas ações.
Para esse fim, uma visão muito ligeira e geral do curso comum dos assuntos humanos será suficiente. Não há nenhum aspecto sob o qual os consideremos que não possa confirmar esse princípio. Pouco importa se consideramos a humanidade de acordo com a diferença de sexos, idades, governos, condições ou métodos de educação; distinguem-se as mesmas uniformidade e regularidade de operação dos princípios naturais. Causas semelhantes produzem constantemente efeitos semelhantes, da mesma maneira que na ação mútua dos elementos e poderes da natureza". (HUME, *Treatise on human nature*, pp. 273-74). Esse princípio é resumido formidavelmente na "boutade" de Charing-Cross, na Enquiry on human understanding. Ali, afirma Hume, "Um homem que ao meio-dia deixa sua bolsa cheia de ouro em Charing-Cross, pode tanto esperar que ela voe para longe como uma pena, como que ele vá encontrá-la intocada uma hora depois. Mais de metade dos raciocínios humanos contêm inferências de natureza semelhante, com maior ou menor grau de certeza, proporcional à nossa experiência da conduta usual da humanidade em tais situações" (HUME, *Enquiry on human understanding*, p. 66). Gerard Lebrun, em seu artigo "La boutade de Charing-Cross" (1978), elucida perfeitamente que esse trecho não significa um afrouxamento da necessidade física, mas, ao contrário, a atadura do nó da necessidade das relações entre causas e efeitos no âmbito da natureza humana. É essa inferência que Smith faz quanto à atribuição de respeito e admiração à riqueza e a grandeza: se elas com grande constância obtêm esse respeito, é porque é natural que o obtenham, ao menos em certa medida e sob certos aspectos.

se houvesse alguma dúvida quanto a isso, melhor seria não se pronunciar a respeito, não dar a chancela do filósofo, mesmo que mínima e conjectural, a tamanha atrocidade[14].

E o filósofo reitera a desigualdade dos juízos que recaem sobre os ricos e sobre os pobres:

> Essas elevadas posições podem, sem dúvida, degradar-se completamente pelo vício e pela loucura. Mas o vício e a loucura devem ser muito grandes antes que possam operar essa completa degradação. A devassidão de um homem da moda [*man of fashion*] é vista com muito menos desprezo do que a de um homem de condição mais baixa. Quanto ao último, geralmente causa muito mais ***ressentimento*** uma simples transgressão das regras da temperança e da propriedade [*propriety*] do que o descaso constante e confesso dessas regras por parte do primeiro (TMS I.iii.3.4. Trad., pp. 73-4. Com modificações. Grifos nossos.).

Aqui está clara a tendência a injustiçar o pobre. Qualquer mínima transgressão causa um grande "ressentimento" contra ele. O ressentimento só é próprio às ações injustas. Logo, o pobre pode ser considerado injusto por motivos muito menores do que os necessários para que um rico seja considerado assim.

Smith não parece fornecer uma explicação completa para essa espécie de desvio da simpatia e dos juízos morais. Certamente, ele proporcionou razões para a relutância em simpatizar com os pobres, mas não para que, mais do que desviar nosso olhar, os consideremos quase como viciosos. Veremos também que ele situa na ilusão que o prazer da utilidade nos causa a "simpatia peculiar" que temos com os ricos e poderosos, e, mesmo assim, não sabemos por que, precisamente, essa simpatia se eleva à admiração.

Quanto à pobreza, os elementos de que já dispomos nos permitem fazer uma conjectura. Vimos que Smith ressalta que originalmente não há desaprovação pelos pobres, pois a desaprovação, tal como definida em TMS I.i.2.6 e I.iii.3.1, consiste em colocar-se no lugar de outra pessoa e observar que seus sentimentos imaginários não correspondem ao da "pessoa principalmente envolvida". E, como mostrado em TMS I.iii.1.9, evitamos simpatizar com os pobres, tanto quanto com extrema tristeza e dor – nós os ignoramos, e, consequentemente, não chegamos, quanto a eles, ao ponto necessário para aprovar ou desaprovar os sentimentos ou ações de alguém. Por isso Smith sustenta que eles não recebem desaprovação, mas desprezo.

---

[14] Smith parece ter certo pudor mesmo em afirmar que "riqueza ou grandeza" seriam objetos naturais de respeito: seu fraseado é hesitante e adversativo, "podem ser" [may be], "sob alguns aspectos".

Porém, o filósofo afirma, em I.i.4.6, que, quando se trata de simpatizar com os infortúnios alheios, "o espectador deve, antes de tudo, esforçar-se, tanto quanto possível, para se colocar na situação do outro e trazer para si cada pequena circunstância de angústia que pode ocorrer ao sofredor". É certo que, como vimos, isso não pode ocorrer com as pessoas distantes de nós, com as quais não temos convívio nem travamos conversação amistosa. O fato desse tipo de simpatia concernir à relação distante entre grupos sociais apartados não permite o "funcionamento" completo da simpatia. O problema é que, no que respeita aos pobres, não há apenas ausência de uma simpatia mais perfeita, mas ocorre o extremo oposto: os observadores se esforçam para simpatizar o menos possível com eles (I.iii.1.9).

Podem-se inferir disso consequências importantes. Se simpatizamos com resistência, consideramos mal, nem sequer queremos considerar as circunstâncias peculiares àquele grupo social ou pessoa. A simpatia aqui não pode deixar de ser muito enviesada. Isso poderia engendrar preconceitos e desaprovação infundada. Talvez o espectador, ao ver, por exemplo, uma pessoa pobre portadora de doença em estágio avançado, mas que poderia ser curada incialmente, considere: "Não se tratou porque é relapsa". Ele julga, nesse caso, que naquela situação agiria diferentemente, faria o que costuma fazer em sua própria situação, não na da pessoa observada. Desconsideraria, portanto, as dificuldades específicas da pessoa em questão. Ao observar pessoas em trabalhos demasiadamente penosos e mal remunerados, talvez criticasse: "Por que não estudam, para melhorar de vida?". E assim por diante. Junte-se a isso o mal-estar causado pela dor reflexa da simpatia, sentida a contragosto, e tem-se, talvez, a possibilidade de uma espécie de censura ou até de raiva contra os pobres.

Quanto à admiração injustificada pela "riqueza e grandeza", há fatores mais complexos em questão, e examinaremos mais detidamente o problema.

I.v. A ilusão e a "simpatia peculiar" com os ricos e poderosos

Smith afirma que sentimos uma "simpatia peculiar com a satisfação" dos "grandes". Qual é a peculiaridade dessa simpatia? Retomemos o trecho que contém essa asserção:

> Quando consideramos a condição dos grandes, nas cores ilusórias com que a imaginação tende a pintá-la, ela parece quase a ideia abstrata de

> um estado feliz e perfeito. É aquele mesmo que, quando sonhamos acordados ou em nossos devaneios ociosos, esboçamos para nós próprios como o objeto final de todos os nossos desejos. Sentimos, portanto, uma simpatia peculiar para com os que nele se encontram (TMS I.iii.2.2).

Nota-se, primeiramente, que nessa simpatia nossa imaginação é muito ativa – ela nos "pinta" a condição considerada, e as "cores" com que ela o faz são "ilusórias". Já se destacou que o fato de não haver proximidade entre o espectador e as pessoas na condição de pobreza impede o perfeito "funcionamento" da simpatia. Não conhecemos suas condições, e nada podemos fazer para aliviar o sofrimento dos pobres. Porém, ali, por ser uma situação de sofrimento, há a dor reflexa da simpatia, e, sempre que podemos, evitamos a dor. Aqui, ocorre o contrário: a situação é de prazer, e nós buscamos o prazer. O distanciamento afasta circunstâncias que poderiam perturbar a simpatia, tal como a inveja. Se conhecêssemos verdadeiramente a situação das pessoas observadas, talvez víssemos nelas sofrimentos, tristezas ou aspectos que nos desagradassem. Mas tudo isso está afastado, porque não temos muitas observações sobre elas, a não ser superficiais, distantes. Por isso a imaginação a completa com tintas – ilusórias. Em nenhum outro momento Smith havia utilizado a metáfora da pintura para se referir à representação imaginária da situação alheia, exceto ao falar da concepção poética, pastoril, da realização da paixão amorosa.

> Embora não sintamos propriamente simpatia por uma ligação desse tipo, embora nem mesmo na imaginação possamos conceber uma paixão por aquela pessoa em especial, contudo, uma vez que já concebemos ou podemos estar predispostos a conceber paixões do mesmo tipo, prontamente partilhamos das elevadas esperanças de felicidade com que a satisfação dessa paixão nos acena, bem como com a intensa aflição que sua decepção nos faz temer. [...] Sentimos como para a mente é natural, em certa situação, quando a indolência a afrouxa e a violência do desejo a fatiga, aspirar à serenidade e quietude, esperar encontrá-las na satisfação dessa paixão que a aflige, e compor para si mesma aquela vida de tranquilidade e retiro bucólicos que o elegante, terno e apaixonado Tíbulo tanto gosta de descrever [...]. Mas até cenas como essas nos interessam mais quando são pintadas como aquilo que se espera do que como aquilo de que se desfruta (TMS I.ii.2.2. Trad. p. 35, com modificações).

A metáfora da pintura aponta para um papel mais ativo da imaginação do que na representação de algo mais cotidiano. Porém, por mais que não simpatizemos com determinada paixão amorosa, temos alguma familiaridade com seu gênero. Da situação

dos “grandes”, no entanto, pouco sabemos. Vemo-los a uma distância intransponível. Nossa representação da situação dos “grandes”, portanto, é pouco informada, e a imaginação a completa, aparentemente, com tintas conformes à satisfação e prazer que superficialmente ela parece lhes proporcionar.

Para nós, aquela situação é “quase [uma] ideia abstrata”, portanto não a condição real em que vive determinada pessoa. Trata-se do estado com que “sonhamos acordados”. Imagem fantasiosa, de um “estado feliz e perfeito”, portanto de completude, em que nada nos faltaria. Um estado de imobilidade, realização absoluta “de todos os nossos desejos”. Ora, a simpatia consiste em colocar-se imaginariamente no lugar de alguém; por isso, a que sentimos pelos “grandes” é “peculiar”, de um tipo especial. Smith não fala de outra simpatia pela qual nos transportemos a uma situação que, muito mais do que desejável, consiste na fantasia da realização absoluta de todos os desejos – cujo fluxo, na vida humana, é incessante. É a fantasia do mais perfeito repouso em contínuo prazer. Ao nos colocarmos no lugar dos “grandes”, estamos a realizar o sonho – é a nós que imaginamos em seu lugar, na condição de completude. Daí desejarmos que nada estrague a perfeita felicidade daquelas pessoas; que nada estrague a perfeição do quadro em que gostamos de nos projetar fantasticamente.

> Favorecemos todas as suas inclinações, e estimulamos todos os seus desejos. Que pena, pensamos, que qualquer coisa possa estragar ou corromper tão agradável situação! Poderíamos até deseja-los imortais; e parece duro para nós que a morte finalmente ponha fim a tão perfeito deleite. É crueldade, pensamos, da Natureza compeli-los de sua elevada condição para aquele lar humilde, mas hospitaleiro, que ela reserva para todos os seus filhos (TMS I.iii.2.2). [...]
> [...] Somos ávidos por ajudá-los a completar um sistema de felicidade que tanto se aproxima da perfeição; e desejamos servi-los pelo seu próprio bem, sem qualquer outra recompensa que não a vaidade ou a honra de lhes agradar (ibid., 3).

É por isso que Smith afirma que “os admiradores e veneradores [...] da riqueza e da grandeza”, “a grande massa da população”, são admiradores e veneradores “desinteressados” (I.iii.3.2). Eles não pensam em obter vantagem alguma por meio da “riqueza e grandeza”; admiram-na e, mais que isso, submetem-se, em virtude da ilusão desse sonho.

Mas Adam Smith não nos deixa sem explicação para o fato de atribuirmos à “riqueza e a grandeza” aquela condição fantástica de perfeita felicidade. Fascinamo-nos com o luxo e a pompa dos “ricos e poderosos” porque está em nossa natureza incorrer

em um engano, pelo qual valorizamos a perfeição dos meios, em detrimento do bem que os fins possam nos proporcionar. Essa espécie de inversão é fruto do efeito da "utilidade" sobre nosso sentimento de aprovação, tema ao qual o filósofo dedica uma parte importante da TMS, fundamental para a constituição de seu "pequeno sistema econômico".

David Hume já havia tratado da importância da utilidade para a explicação da estima que dedicamos aos ricos e da aversão que temos pelos pobres. Afirma ele que

> Nada tem maior tendência a nos causar estima por qualquer pessoa, do que seu poder e sua riqueza; ou de causar desprezo por ela, do que sua pobreza ou inferioridade [*meanness*]: e como estima e desprezo devem ser considerados espécies de amor e de ódio, será apropriado aqui explicar esses fenômenos (HUME, 1978, p. 357).

Segundo o filósofo, há três causas possíveis para a estima que os ricos suscitam em nós: o prazer que sentimos ao observar os objetos que eles possuem; a expectativa de obter vantagens de suas riquezas; e a simpatia, que faz com que participemos da satisfação das pessoas que observamos (Ibid., pp. 357-58).

Hume descarta a segunda dessas possibilidades como causa geral da estima pelos ricos, pois somente se pode esperar obter vantagens daqueles com quem temos proximidade, e muito mais frequentemente se observa esse sentimento surgir relativamente a pessoas que não conhecemos do que àquelas com quem temos algum grau de familiaridade (Ibid., 361-64).

> [...] observo não só que respeitamos os ricos e poderosos quando eles não mostram nenhuma inclinação para nos servir, mas também quando estamos tão distantes de sua esfera de atividade, que não podemos sequer supô-los capazes de fazê-lo. (ibid., 361) De uma centena de homens de crédito e fortuna com quem encontro, não há, talvez, um de quem eu possa esperar vantagem [...] (ibid., 362).

Estimamos os ricos, portanto, na visão de Hume, desinteressadamente, da mesma maneira que Smith considera o fenômeno. Simpatizamos com o prazer que a pessoa observada deriva da posse de um bem em virtude da beleza que a utilidade confere a este, e não por qualquer interesse nosso em obter o benefício que o objeto pode proporcionar.

> Alguém que nos mostra uma casa ou edifício toma particular cuidado, entre outras coisas, para apontar a conveniência dos apartamentos, as vantagens de sua localização e o pequeno espaço perdido para as escadas, câmaras e passagens; e de fato é evidente que a parte principal de sua beleza consiste nesses detalhes. A observação de conveniência dá prazer, já que conveniência é uma beleza. Mas de que maneira ela dá prazer? É certo que nosso próprio interesse não se envolve nem um pouco nisso; e, como essa é uma beleza de interesse, não de forma, por assim dizer, deve deliciar-nos apenas pela comunicação, e pela nossa simpatia com o proprietário da residência. Nós entramos em seu interesse pela força da imaginação, e sentimos a mesma satisfação que os objetos naturalmente lhe ocasionam. Essa observação estende-se a mesas, cadeiras, escrivaninhas, lareiras, coches, selas, arados, e certamente a toda obra da arte; sendo uma regra universal que sua beleza é principalmente derivada de sua utilidade, e de sua aptidão para o fim a que estão destinados. Mas essa é uma vantagem que diz respeito apenas ao proprietário, e não há nada além da simpatia que possa interessar o espectador (ibid., 363-64).

A estima pelos ricos também não pode derivar somente da beleza que observamos nos objetos que eles possuem, pois destinamos o mesmo sentimento àqueles que possuem riqueza, ou poder[15] de adquirir tais objetos, sem, no entanto, exercer tal poder. O mero fato de sabermos que eles são capazes de obtê-los, caso queiram, já os torna, aos nossos olhos, ricos, e, portanto, estimados.

> Acrescente-se que as riquezas e o poder sozinhos, mesmo quando não são utilizados, naturalmente causam estima e respeito. E, consequentemente, essas paixões não surgem da ideia de objetos belos ou agradáveis. É verdade; o dinheiro implica uma espécie de representação de tais objetos, pelo poder que oferece para obtê-los; e por essa razão ainda pode ser estimado próprio para transmitir essas

[15] Importante salientar que o "poder" a que Hume se refere nestes trechos é sempre aquisitivo, não político. Hume utiliza a palavra em sentido bastante conceitual. No que concerne à "filosofia de nossas paixões" (HUME, 1978, p. 311), afirma Hume, "poder consiste na possibilidade ou probabilidade de qualquer ação, tal como observada na experiência e na prática do mundo" (ibid., p. 313). "[...] riquezas devem ser consideradas como o poder de adquirir a propriedade do que nos aprouver; e é apenas nessa perspectiva que elas têm qualquer influência sobre as paixões" (ibid., p. 311). Essa concepção possivelmente inspirou a ideia original smithiana de "poder de comando sobre trabalho": "Riqueza é poder, como diz Hobbes. Mas a pessoa que adquire ou herda uma grande fortuna não necessariamente adquire ou herda, com isto, qualquer poder político, seja civil ou militar. Talvez sua fortuna possa proporcionar-lhe os meios para adquirir esses dois poderes, mas a simples posse da fortuna não lhe assegurará nenhum deles. O poder que a posse dessa fortuna lhe assegura, de forma imediata e direta, é o poder de compra; um certo comando sobre todo o trabalho ou sobre todo o produto do trabalho que esteja então no mercado. Sua fortuna é maior ou menor exatamente na proporção da extensão desse poder; ou seja, de acordo com a quantidade de trabalho alheio ou – o que é a mesma coisa – do produto do trabalho alheio que esse poder lhe dá condições de comprar ou comandar. O valor de troca de cada coisa será sempre exatamente igual à extensão desse poder que essa coisa traz a seu proprietário" (WN I.v.3. Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996. P. 88).

> imagens agradáveis, que podem dar origem à paixão. Mas como essa perspectiva é muito distante, é mais natural para nós tomar um objeto contíguo, viz., a satisfação que esse poder dá à pessoa que o possui. E disso estaremos mais convencidos, se considerarmos que as riquezas somente representam os bens da vida por meio da vontade que as emprega; e, portanto, implicam em sua própria natureza uma ideia da pessoa, e não podem ser consideradas sem uma espécie de simpatia com suas sensações e prazeres (ibid., 359).

Esse poder que algo tem de proporcionar um bem, direta ou indiretamente, a quem o possui é sua utilidade. Portanto, para Hume, a utilidade não está imediatamente no bem proporcionado, mas no poder de proporcioná-lo. Isso causa um prazer à pessoa que o possui, pela perspectiva do bem antecipado – ou da possibilidade desimpedida de obter esse bem quando queira, mesmo que a pessoa não realize tal possibilidade. Esse tipo de prazer envolve uma "ilusão da fantasia", pois o deleite do bem só existiria em virtude da realização do bem. Mas, por causa de nossa natureza, quando algo tem grande probabilidade de existir, somos afetados quase como se ele efetivamente existisse. Tal é o prazer que o rico tem na contemplação de sua riqueza: ao observá-la, ele antecipa continuamente o bem que ela tem a possibilidade de lhe causar. Porém, aquele que não detém tal poder não tem uma ideia tão forte da "aproximação da realidade" dos objetos que ele pode efetivar.

> Já observei que o poder, distinto de seu exercício, ou não tem qualquer significado, ou não é nada além de uma possibilidade ou probabilidade de existência, pela qual qualquer objeto se aproxima da realidade, e tem uma sensível influência sobre a mente. Também observei que essa aproximação, por uma ilusão da fantasia, parece muito maior, quando nós mesmos somos possuidores do poder, do que quando ele é desfrutado por outrem; e que, no primeiro caso, os objetos parecem beirar a própria realidade, e transmitir quase uma satisfação igual, como se realmente estivessem em nossa posse (Ibid., p. 360).

Por isso, o prazer que o observador tem com a riqueza alheia não pode ser derivado diretamente da observação de seu poder de proporcionar benefícios ou prazeres. Para Hume, haverá de ser o efeito da simpatia que temos com a satisfação do possuidor do poder ou da riqueza.

> Pois bem, afirmo que, quando estimamos uma pessoa por causa de suas riquezas, devemos entrar nesse sentimento do proprietário, e que,

> sem tal simpatia, a ideia dos objetos agradáveis que elas lhe dão o poder de produzir teriam apenas uma fraca influência sobre nós. Um homem avaro é respeitado por seu dinheiro, embora ele mal tenha um poder; ou melhor, há escassa probabilidade ou mesmo possibilidade de ele empregá-lo na aquisição dos prazeres e conveniências da vida. Para ele próprio, no entanto, esse poder parece perfeito e completo; e, portanto, devemos receber seus sentimentos por simpatia, antes que possamos ter uma forte e intensa ideia desses prazeres, ou estimá-lo por conta deles (ibid.).

Daí Hume concluir que a estima que sentimos pelos ricos deriva da simpatia com a satisfação ou prazer que eles têm por meio da posse dos bens que a riqueza pode proporcionar, ou meramente dos recursos para obtê-los. Isso, porém, tem um efeito cumulativo no prazer que a riqueza causa a seu possuidor, pois este percebe a estima e o prazer que sua condição causa no observador, e simpatiza com ele, de modo que seu prazer é, assim, redobrado. O mesmo ocorre com o observador, que simpatiza com o prazer adicional do rico em ser observado com prazer e estima, o que, consequentemente, redobra seu prazer e estima relativamente ao rico. A riqueza, portanto, confere prazer ao possuidor por sua mera posse, pela realização dos benefícios dela derivados e pela simpatia do espectador. Os espectadores têm prazer por simpatizar com a satisfação do possuidor de riqueza em virtude da satisfação que ele sente com posse, dos benefícios que obtém por seu meio e do fato dos outros o observarem com prazer e estima.

Segundo Hume, é o último desses prazeres derivados da riqueza, o amor e a estima que os observadores dedicam ao seu possuidor, que se torna o principal motivo para se desejar a riqueza ou estimá-la em outros. A essa espécie de motivo, Hume denomina vaidade. A vaidade consiste, portanto, na principal razão tanto para se admirar a riqueza quanto para a buscar.

> Em geral, podemos observar que as mentes dos homens são espelhos umas para as outras, não só porque refletem as emoções uns dos outros, mas também porque esses raios de paixões, sentimentos e opiniões podem ser diversas vezes reverberados, assim como podem desintegrar-se, por graus insensíveis. Assim, o prazer que um rico recebe de suas posses, sendo jogado sobre o espectador, causa neste último prazer e estima; sentimentos esses que, sendo novamente percebidos e constituindo-se em objetos de simpatia, aumentam o prazer do possuidor; o qual, sendo mais uma vez refletido, torna-se nova base para o prazer e estima do espectador. Há certamente uma satisfação original nas riquezas, derivada do poder que elas concedem de se desfrutar todos os prazeres da vida; e como essa é sua própria natureza e essência, ela deve ser a primeira fonte de todas as paixões

> que delas surgem. Uma das mais consideráveis dessas paixões é a do amor ou estima alheios, que, portanto, procede de uma simpatia com o prazer do possuidor. Mas o possuidor tem também uma satisfação secundária nas riquezas, que surge do amor e estima que ele adquire por meio delas, e essa satisfação não é senão um segundo reflexo daquele prazer original, que procede de sua própria pessoa. Essa satisfação secundária ou vaidade torna-se uma das principais recomendações das riquezas, e é a principal razão pela qual nós a desejamos para nós mesmos, ou as estimamos em outros. Aqui está, então, um terceiro desdobramento do prazer original, após o qual é difícil distinguir as imagens e reflexos, por causa de sua fraqueza e confusão (ibid., p. 365).

Vemos, portanto, que em Hume, assim como em Smith, é a vaidade que move o desejo de se acumular riqueza – e, mais do que isso, é a principal razão, anterior mesmo à busca por enriquecimento, de a admirarmos. Essa vaidade se origina do prazer que temos com a utilidade dos objetos, entendida como seu poder de proporcionar um bem. Porém, veremos que em Smith a ilusão da utilidade comporta um segundo grau, que será determinante para tornar nossa admiração pela riqueza independente da observação da satisfação de seu possuidor – esta será pressuposta. Consequentemente, ela fará com que o acumulador de riqueza não se importe em se submeter a maior grau de transtorno e insatisfação para obtê-la do que todo o prazer ou satisfação que sua posse pode proporcionar.

Segundo Smith, a utilidade de uma "máquina ou sistema" consiste em sua "adequação (…) para produzir o fim para o qual ele foi projetado" (TMS, IV.1.1). Assim, um relógio, por exemplo, tem utilidade porque sua constituição é adequada para produzir seu fim, mostrar as horas. Quanto mais adequado ele for para produzir seu fim, maior será sua utilidade. Esta produz no observador uma sensação agradável, a do belo – o que, por seu turno, "confere certa propriedade e beleza ao conjunto, e faz com que pensá-lo ou contemplá-lo seja em si mesmo agradável" (Id., ibid.). Como consequência, temos tanto mais prazer em contemplar algo quanto mais perfeitamente adequado ele for para produzir seu fim; isto é, o prazer da utilidade não guarda mais proporção com o fim, o bem a ser causado, mas com a boa constituição para causa-lo.

Expliquemos melhor. Inicialmente, Smith concorda com Hume quanto ao prazer que um objeto útil causa ao seu proprietário e, por simpatia, ao observador.

> A utilidade de qualquer objeto, segundo ele [David Hume], apraz a seu proprietário ao sugerir-lhe perpetuamente o prazer ou conveniência que ele é projetado para promover. Toda vez que ele o observa, esse prazer lhe vem à mente; e dessa maneira o objeto se

> torna uma fonte perpétua de satisfação e deleite. O espectador se identifica, por simpatia, com os sentimentos do proprietário, e necessariamente vê o objeto sob o mesmo aspecto agradável. Quando visitamos os palácios dos poderosos, não podemos evitar conceber a satisfação de que desfrutaríamos, fôssemos nós mesmos seus possuidores, e dispuséssemos de acomodação planejada com tanta habilidade e engenho. Explica-se de modo similar por que a aparência inconveniente de qualquer objeto o torna desagradável tanto para seu proprietário quanto para o espectador. (TMS, IV.1.2)

O prazer que a utilidade causa, porém, acaba por afetar nossa imaginação de modo que ela tenda a produzir uma espécie de inversão muito sutil, mas de grandes efeitos, no juízo de valor que fazemos acerca dos objetos de utilidade.

> Mas que tal adequação, essa feliz concepção de qualquer produto da arte, seja frequentemente mais valorizada do que o próprio fim para o qual ele foi projetado; e que o exato ajuste dos meios para obter qualquer conveniência ou prazer seja frequentemente mais observado do que a própria conveniência ou prazer, em cuja obtenção pareceria consistir todo o seu mérito, isso, creio, ainda não foi, tanto quanto eu saiba, notado por ninguém. Que é isso, no entanto, o que muito frequentemente ocorre, pode-se verificar por mil exemplos tanto das mais frívolas como das mais importantes preocupações da vida humana. (TMS, IV.1.3)

Nossa imaginação, portanto, faz-nos valorizar mais a boa concepção de uma coisa para produzir certo efeito do que o próprio efeito. O resultado dessa espécie de inversão, pela qual atentamos para a beleza do arranjo dos meios e deixamos de atentar para os fins a que eles servem, é que passamos a desejar os meios pelos meios, e não pelos fins. Smith dá vários exemplos disso nas condutas individuais. É o caso da pessoa que se dá ao trabalho, em dado momento, de dispor todas as cadeiras da sala encostadas à parede, para que assim haja mais espaço na sala e ela se torne mais conveniente ao conforto. Porém, para promover esse arranjo momentâneo, a pessoa se expõe a um maior desconforto do que a falta do espaço lhe teria causado (cf. TMS IV.1.4). Um apreciador de relógios troca seu antigo por outro, muito mais caro, que é mais preciso em dois minutos do que o anterior. No entanto, ele não é particularmente pontual, nem tem qualquer outro interesse no conhecimento exato dos horários; ele apenas aprecia o relógio pela perfeição de seu mecanismo (cf. IV.1.5).

> Quantos não se arruínam por jogar dinheiro fora em bugigangas de frívola utilidade? O que agrada a esses adoradores de brinquedos não

> é tanto a utilidade das engenhocas, mas a aptidão de seu projeto para promovê-la. Seus bolsos são abarrotados de pequenas conveniências. Eles concebem novos bolsos, inexistentes nas roupas das outras pessoas, a fim de carregar maior número delas. Vagueiam pelas ruas com uma multiplicidade de tranqueiras, não inferiores em peso, e por vezes nem em valor, a uma caixa comum de mascate judeu [*jew's box*][16]; algumas delas podem até ser de algum uso, mas a todo momento se poderia muito bem passar sem elas, e certamente toda a sua utilidade não vale o esforço de carregá-las consigo. (TMS, IV.1.6)

Assim, a princípio, uma coisa é útil pelo bem que pode nos proporcionar, e vemos beleza naquilo que tem tal aptidão. Nesse sentido, um objeto será tanto mais belo quanto mais apropriado for para causar seu efeito útil. Nesse ponto, porém, a imaginação se move imperceptivelmente do amor aos fins para o amor aos meios. Isso gera uma desproporção, pois o bom cumprimento de um fim não necessariamente requer a mais alta sofisticação dos meios. Tal desproporção ou assimetria se reflete em nossos esforços para alcançar os objetos de desejo: como nos descuidamos dos fins reais e tendemos a projetar o bem nos meios para proporcioná-los, podemos abdicar de maiores bens para obtê-los do que aquele que eles podem causar. Os aficionados por relógios e os colecionadores de bugigangas são ilustrações desse efeito da utilidade.

Para Smith, o mesmo ocorre com a "riqueza e a grandeza". Todos os luxos de que se cercam os ricos e poderosos não passariam de meios para lhes proporcionar certa conveniência e bem-estar. Na verdade, eles são desproporcionalmente bem arranjados e concebidos relativamente ao que visam a propiciar. Somos atraídos, no entanto, pela beleza dessa sua boa constituição e organização, e não tanto pelo bem-estar que de fato têm o poder de causar. Desse modo, "riqueza e grandeza" não passam de versões hipertrofiadas das bugigangas dos colecionadores, e delas não diferem, a não ser por atraírem muito mais a atenção das pessoas.

> [...] riqueza e grandeza são meros enfeites frívolos, em nada mais capazes de propiciar alívio ao corpo e tranquilidade à mente do que os estojos dos aficionados por bugigangas e que, como elas, são um fardo mais pesado para quem as carrega, que cômodas pela soma de vantagens que poderiam proporcionar. Nenhuma outra diferença há entre eles, exceto que as comodidades de um são mais notáveis do que as de outro (TMS IV.1.8. Trad. p. 222-23, com modificações).

[16] Segundo os editores da TMS, uma caixa de mercadorias de mascate.

Isso, porém, não é percebido pelos observadores. Eles são presas de uma ilusão que atua em vários níveis. Em um primeiro momento, aparentemente percebemos que os objetos da riqueza causam satisfação a quem os possui, e seria com isso que simpatizaríamos.

> Os palácios, jardins, carruagens e serviçais dos poderosos são objetos cuja manifesta conveniência impressiona a todos. Não é necessário que seus donos nos indiquem em que consiste sua utilidade. De bom grado os apreciamos prontamente, por simpatia usufruímos e, por isso, aplaudimos a satisfação que são capazes de proporcionar aos seus donos (ibid., trad. p. 223).

Nesse ponto, opera aquele segundo reflexo a que se referiu Hume: a riqueza é, mais do que um bem por si, objeto de vaidade para seu possuidor:

> Mas a curiosidade de um palito de dentes, de um limpador de ouvidos ou de um aparelho de cortar unhas, enfim, de qualquer bugiganga desse tipo, não é tão manifesta. Sua conveniência pode ser igualmente grande, mas não é tão impressionante, e não partilhamos tão prontamente da satisfação de quem os possui. São, portanto, objetos de vaidade menos razoáveis do que a magnificência da riqueza e da grandeza; e nisso consiste a única vantagem destas últimas. Elas gratificam mais efetivamente o amor pela distinção, tão comum ao homem. (ibid., trad. p. 223).

No terceiro reflexo, o espectador não simpatiza tanto com o proprietário, mas antes com os demais espectadores – ele julga a situação do proprietário não pelo modo como imagina que este se sente, mas pelo modo como os outros espectadores o imaginam.

> Se [a pessoa] vive em companhia de outros, não há comparação, porque nesse, como em todos os outros casos, sempre levamos mais em conta os sentimentos do espectador do que os da pessoa principalmente envolvida, e consideramos mais como sua situação se mostrará aos outros do que como se mostrará a ela mesma. (ibid.)

Isso implica que, ao se colocar no lugar do proprietário, ele se imagina como julga que os demais espectadores o veriam. No fundo, portanto, o que o espectador deseja, por simpatia, é o olhar alheio. Esse olhar, entretanto, não é originalmente voltado para o bem que aqueles objetos causam a seu proprietário, nem para a satisfação que este sentiria. Ele é atraído pelo bom ajuste dos fins aos meios:

> Se examinarmos, porém, por que o espectador distingue com tal admiração a condição dos ricos e poderosos, descobriremos que não é tanto por conta da tranquilidade e prazer superiores de que se supõe que desfrutam, mas sim pelos inumeráveis expedientes sofisticados e elegantes que os cercam para promover tal tranquilidade e prazer. O espectador nem sequer imagina que eles sejam realmente mais felizes do que os outros, mas imagina que eles possuem mais meios para a felicidade. E é no ajuste engenhoso e esmerado desses meios ao fim para o qual foram concebidos que consiste a principal fonte dessa admiração [...]. (ibid.)

Note-se que Smith utiliza uma frase condicional: "Se examinarmos...". É preciso atenção para notar esses deslocamentos de nossa simpatia. Normalmente, o espectador tende a não perceber nenhum deles. Pensa simpatizar com o prazer que os ricos sentiriam por conta da conveniência que seus meios lhes proporcionam, quando, na verdade, esse prazer, de que ele julga que os ricos fruam, advém da satisfação que ele próprio tem com a contemplação da beleza dos meios. Ele não percebe com clareza, igualmente, que o que deseja não é tanto usufruir desses meios, mas satisfazer sua vaidade através do olhar dos outros espectadores. Finalmente, ele não percebe distintamente que "nem sequer imagina que o rico seja *realmente* mais feliz do que os outros" (grifos nossos). Perceber todo esse processo é o fruto da "filosofia e da razão". É preciso retornar a "cena", pará-la ponto a ponto, examiná-la em detalhes. Naturalmente, não é isso que ocorre. Julgamos simpatizar com a felicidade do proprietário, por ter ele tantos meios de satisfazer seus desejos.

> Ficamos [...] encantados pela beleza das comodidades que reinam nos palácios e na economia dos grandes[17]; admiramos o quanto tudo é adaptado para promover seu conforto, prevenir que algo lhes falte, gratificar suas vontades, diverti-los e entretê-los segundo seus mais frívolos desejos. Se considerarmos a verdadeira satisfação que todas essas coisas são capazes de proporcionar, por si mesma e separada da beleza do bom arranjo para promovê-la, ela sempre parecerá desprezível e leviana no mais alto grau. Mas raramente a vemos sob essa luz filosófica e abstrata. Naturalmente a confundimos em nossa imaginação com a ordem, o movimento regular e harmonioso do sistema,

[17] "Economia da grandeza", "economia dos grandes", Smith utiliza essas expressões em algumas passagens da TMS. "*Oeconomy of greatness*". Aqui, "economia" nada tem a ver com dinheiro. Trata-se daquilo que o Dicionário Caldas Aulete (online) define como "estruturação dos elementos de um todo", isto é, os objetos, pessoas e organização intrínsecos à vida de todos os "ricos e poderosos".

> máquina ou economia por meio do qual ela se produz. Os prazeres da riqueza e da grandeza, considerados desse ponto de vista complexo, afetam a imaginação como algo grande e belo e nobre, cuja obtenção bem vale toda a fadiga e ansiedade que tanto tendemos a dedicar-lhe (TMS IV.1.8-9. Trad. pp. 224-25, com modificações).

O ponto fundamental, em resumo, é que nossa imaginação reúne de maneira indistinta e complexa a ideia da satisfação que julgamos sentir o rico com o efeito prazeroso que nos causa a contemplação da beleza da ordem dos meios. Acresce que aquela satisfação também se confunde com a admiração dos espectadores pela mesma beleza dos meios.

Assim, a ilusão da utilidade atua em vários níveis. Há uma conveniência verdadeira dos objetos observados. Porém, o prazer que seus efeitos podem dar, separadamente da beleza de sua boa constituição para causá-los, não se compara ao prazer que eles de fato causam. Este resulta do esplendor da constituição e organização do luxo – sua mais sofisticada adequação para promover o bem-estar de quem o possui. A "economia da grandeza" traz, portanto, essa conveniência: ela é observada com admiração, por isso satisfaz à vaidade de seu possuidor. Isso significa que, para o proprietário, toda a riqueza e a grandeza de que ele usufrui é igual ao deleite que o colecionador pode ter com um estojo de utilidades ou um conjunto de relógios, nada mais – exceto pela satisfação da vaidade. Portanto, o que mais importa em todo o esplendor da riqueza e da grandeza é ser observado com admiração. A isso Smith acrescenta algo surpreendente: para o observador também o que mais importa é que aquela condição é observada pelos outros com admiração. A implicação é que, em nosso sonho de vigília, na verdade não nos deleitamos tanto em nos imaginarmos no usufruto da riqueza quanto em nos imaginarmos observados com admiração. Pintamo-nos em repouso, realizados, acomodados com sofisticação e elegância, gozando da simpatia e da veneração dos outros – e, sem esse último aspecto, tudo o mais se esmaeceria. Esse sentimento, no entanto, se transmite, juntamente com seus efeitos, à pessoa do rico, seja ela quem for.

Isso está plenamente de acordo com o que vimos antes. Afinal, o que almejamos com o propósito de melhorar nossa condição, movidos pela vaidade, é

> Ser observados, servidos, notados, com simpatia, consideração e aprovação; eis todas as vantagens que por esse meio podemos almejar.

> É a vaidade, e não a tranquilidade e o prazer, que nos interessa. Mas a vaidade é sempre fundada na crença de sermos objeto de atenção e aprovação (TMS, I.iii.2.1).

Reiteramos que nada disso está à plena luz da consciência. Há um jogo de ilusão causado pela beleza da utilidade: pensamos que buscamos os fins, mas, na verdade, nos esquecemos destes e, efetivamente, buscamos os meios. Segundo Smith, esse é um "motivo *secreto*":

> Entretanto, esse princípio não influi em nossa conduta apenas quando se trata de objetos tão frívolos: é muito frequentemente o motivo secreto dos mais sérios e importantes objetivos, seja da vida privada, seja da vida pública (TMS IV.1.7. Trad. p. 221, com modificações).

Um desses propósitos da vida privada é a acumulação de riquezas, a ascensão social. Pensamos desejar a riqueza pelo bem que ela nos traria, mas, secretamente para nós mesmos, desejamos satisfazer nossa vaidade, ser observados por todos com admiração. Smith chama a isso de um "engano" que a natureza nos "impõe" (TMS IV.1.10). A esse amor dos meios pelos meios, o esquecimento dos fins, o filósofo também denomina de "amor aos sistemas":

> O mesmo princípio, o mesmo amor aos sistemas, a mesma consideração pela beleza da ordem, da arte e da engenhosidade, frequentemente serve para recomendar as instituições que tendem a promover o bem público (IV.1.11)[18].

Daniel Diatkine (2010, p. 21) sustenta que o ambicioso é, secretamente, um amante de sistemas, assim como os colecionadores de relógios ou engenhocas. De fato, todos nós o somos em alguma medida, já que o "amor aos sistemas" é outro nome para a beleza que nos atrai na fineza intrínseca das coisas, que é, propriamente, a ilusão da utilidade, à qual a natureza nos submete a todos, em algum grau. O ambicioso é como o colecionador. Para o comentador, o que ele coleciona é o "capital", conceito que só irá aparecer na WN[19]. Nós, no entanto, acreditamos que o que ele pensa querer colecionar são os luxos da riqueza, mas o que ele inconscientemente quer colecionar é o olhar do "gênero humano", do "público", ser observado com admiração e respeito. Smith ilustra a atitude do ambicioso extremo na célebre fábula do "filho do homem pobre". Ele se

[18] Trataremos do homem de estado pouco adiante.
[19] Discutiremos em detalhes a posição de Diatkine no Capítulo III desta tese.

fascina demasiadamente com o prazer que "a riqueza e a grandeza" podem proporcionar, e, para obtê-lo, abdica de prazeres ou submete-se a desprazeres muito maiores ao longo de toda a vida, para finalmente, na velhice, perceber que "riqueza e grandeza" não lhe trazem felicidade.

Segundo Charles Griswold (1999), a ilusão da utilidade e a admiração pela riqueza que ela provoca são fenômenos estéticos (ibid., p. 221), e envolvem dois níveis:

> Primeiramente, ansiamos pela harmonia ou beleza da correspondência de sentimentos com os espectadores que imaginamos (corretamente) ser a boa fortuna dos ricos e poderosos. Em segundo lugar, a aprovação, por parte dos espectadores, dos ricos e poderosos é "desinteressada" (I.iii.3.2), uma função da apreciação que têm os espectadores pela beleza das incontáveis "bugigangas de frívola utilidade" possuída pelos ricos e poderosos. Somos levados, não pela apreensão dos propósitos a cujo serviço esses bens (de relógios a roupas, de carruagens a residências) podem ser postos, mas antes por sua intrínseca fineza, e tal atração pelo belo "é frequentemente o motivo secreto dos mais sérios e importantes objetivos, seja da vida privada, seja da vida pública" (IV.1.7,6). (GRISWOLD, 1999, p. 222)

Acreditamos que, de modo geral, seja possível resumir os níveis de atuação da ilusão da utilidade a esses a que o comentador se refere. Contudo, a ordem parece ser inversa. Analisemos a passagem clássica do "filho do homem pobre".

> O filho do homem pobre, a quem os céus em fúria tocaram com a ambição, quando começa a observar seu entorno, admira a condição dos ricos. Passa a considerar o chalé de seu pai muito pequeno para sua acomodação, e acredita que estaria mais bem abrigado em um palácio. Desagrada-lhe ser obrigado a andar a pé ou passar pela fadiga de locomover-se montado a cavalo. Ele vê seus superiores serem transportados por carruagens, e imagina que em uma delas poderia mover-se com menos inconveniência. Sente-se naturalmente indolente, e, desejoso de servir-se o menos possível com suas próprias mãos, julga que uma equipagem de numerosos serviçais lhe pouparia um bom tanto de aborrecimento (TMS, IV.1.8. Trad. pp. 221-22, com modificações).

No trecho acima, vemos que o "filho do homem pobre" admira, inicialmente, a conveniência do que possuem os ricos. Julga que, se possuísse o mesmo, seus efeitos lhe trariam grande comodidade e prazer. Em seguida, "Pensa que se obtivesse tudo isso permaneceria num repouso pleno de contentamento, jubilando-se na contemplação da felicidade e tranquilidade de seu estado" (ibid.), isto é, vê-se na condição de riqueza como que a realizar

uma perfeição, aquele estado de imobilidade e prazer que consistiria, em I.iii.2.2, na realização final de todos os desejos, o sonho em vigília. Então,

> Fica encantado com a distante ideia dessa felicidade. Em sua fantasia, uma vida assim lhe parece própria a alguma ordem superior de seres, até que, a fim de alcançar essa condição, ele se devota para sempre à busca por riqueza e grandeza (ibid., p. 22).

Aqui está o que diferencia o ambicioso da pessoa comum: ele não se contenta em realizar o sonho por simpatia. Essa "distante ideia" de felicidade, a qual realmente não conhece, a não ser pelas "tintas" de sua "fantasia", enfeitiça-o, coloca-o em encantamento. Ele até considera uma vida assim própria a seres superiores aos humanos – e não poderia deixar de sê-lo, pois é vista fora do fluxo da temporalidade, um estado de perfeição. E o "filho do homem pobre" decide buscar pertencer a esse estrato de seres superiores, tão distante de sua condição. Começam os reveses.

> A fim de obter as conveniências que estas proporcionam, submete-se, em seu primeiro ano, ou talvez até em seu primeiro mês de trabalho, a mais fadigas físicas e mais inquietação mental do que teria sofrido ao longo de toda a vida pela falta daquelas mesmas conveniências (ibid., p. 222).

Indolente, para alcançar o repouso trabalha em um curto período mais do que trabalharia por toda a sua vida em sua condição original.

> Ele estuda para se distinguir em alguma profissão laboriosa. Com incansável empenho, trabalha dia e noite para adquirir talentos superiores aos de seus competidores. Em seguida, procura expor às vistas do público esses talentos, e com igual perseverança procura todas as oportunidades de emprego (ibid.).

Deseja que os olhares se voltem, admirados, para ele, em seu repouso perfeito, mas, para isso, disputa avidamente o olhar "do público". "Para tanto, corteja toda a humanidade, serve àqueles a quem odeia, é obsequioso para com aqueles a quem despreza" (ibid.). Quer ser servido e adulado, mas, com esse objetivo, acaba por servir e adular. Finalmente, a conclusão trágica:

> Ao longo de toda a sua vida, para perseguir a ideia de certo repouso sofisticado e elegante, que talvez jamais alcance, sacrifica a verdadeira tranquilidade que esteve todo o tempo ao seu dispor; e se, na extrema velhice, finalmente o conquistar, verificará que ele não é de modo

> algum preferível à modesta segurança e contentamento abandonados em seu nome (ibid.)

Samuel Fleischacker (2004) aponta com precisão a ironia desse quadro: "[...] para tentar realizar suas esperanças, ele irá fortemente contra a tendência a uma 'natural indolência' que ele sente em si" (ibid., p. 106); "Esse rapaz que quer serviçais também terá de assumir maneiras servis" (ibid.). Ao fim, ele percebe que teria sido melhor permanecer no estrato social em que se encontrava.

O problema é que, para realizar tamanha ascensão social, o objetivo somente poderá ser alcançado na velhice – se for alcançado. Trata-se de um jogo de azar inteiramente viciado. Se esse ambicioso não tem êxito, tudo terá sido em vão; se o tem, será tarde demais na vida, e ao custo de um desgaste físico e mental que não lhe permitirá usufruir de sua condição. A partir daí, o "filho do homem pobre", exemplo máximo da ambição, será tomado de "esplim", verá a sua condição através do que Smith denomina "filosofia melancólica" [*splinetic philosophy*]:

> É então que, nos estertores de sua vida, com seu corpo devastado pela fadiga e pelas doenças, com sua mente perturbada e amargurada pela memória de mil injúrias e decepções causadas, segundo crê, pela injustiça de seus inimigos, ou pela perfídia e ingratidão de seus amigos, finalmente ele começa a perceber que riqueza e grandeza são meros ornamentos de frívola utilidade, não mais propícios ao conforto do corpo e à tranquilidade da mente do que os estojos dos amantes de brinquedos; e que, como eles, trazem mais incômodos para a pessoa que as carrega consigo do que toda a comodidade que possam proporcionar. [...] no langor da enfermidade e no cansaço da velhice, desaparecem os prazeres dos vãos e quiméricos sonhos de grandeza. Para alguém que se encontre nessa situação, esses prazeres já não possuem atração suficiente para recomendar os penosos desvelos que antes o ocuparam. No fundo de seu coração, amaldiçoa a ambição, e em vão lamenta a despreocupação e indolência da juventude, prazeres que se foram para sempre, e que tolamente sacrificou por algo que, quando veio a possuir, já não podia lhe proporcionar satisfação verdadeira. Tal é o miserável aspecto que oferece a grandeza a todo homem reduzido, por melancolia ou doença, a observar atentamente sua própria situação, e a considerar o que realmente falta para sua felicidade. *Então, poder e riqueza se mostram* **como na verdade são**: gigantescas e trabalhosas máquinas fabricadas para produzir algumas poucas e insignificantes comodidades para o corpo, consistindo de molas belas e delicadas que se devem manter em bom estado com a mais ardorosa atenção, e que, apesar de todos os nossos cuidados, estão sempre prontas a arrebentar em mil pedaços, esmagando, em seus destroços, seu infeliz dono. São imensos edifícios, que exigem uma vida inteira para serem erguidos, a todo momento ameaçam dominar quem neles habita, e que, enquanto estão de pé, embora possam poupá-lo de alguns dos incômodos menores, não o podem proteger de nenhuma das mais severas inclemências da estação. Afastam as chuvas de verão, não a tempestade de inverno, mas a todo o tempo o deixam

> cada vez mais exposto à ansiedade, ao medo e à dor; às doenças, à ira e à morte. (TMS, IV.1.8. Trad. pp. 223-24, com modificações. Grifos nossos).

O encantamento quebrou-se. É que, segundo Smith, "em tempos de dor ou sofrimento", nossa imaginação "parece confinada e encerrada dentro dos limites de nós mesmos" (TMS IV.1.9, trad. p. 224). Não há mais espaço, nessas circunstâncias, para a vaidade, para o gosto pelos olhares admirados, nem para o prazer do belo. Forçosamente, o entorno do "filho do homem pobre" que se fez rico se mostra com um realismo atroz. Tudo aparece sem as "tintas ilusórias da imaginação" e o brilho que elas conferem aos mecanismos bem engenhados, e o que se vê são molas, engrenagens e aparatos metálicos em sua fosca crueza.

Mas essa "filosofia melancólica" só acomete a nós na doença e no abatimento. A imaginação, embalada pela saúde e o bom ânimo, volta a atuar, e a pintar os meios, as finalidades sem fim, com as cores cintilantes de sempre.

> Mas ainda que essa filosofia melancólica, familiar a todos os homens em tempos de doença ou infortúnio, deprecie de modo tão absoluto os grandes objetos do desejo humano, quando desfrutamos de melhor saúde ou melhor humor, jamais deixamos de considera-lo sob um aspecto mais agradável. Nossa imaginação, que na dor e no sofrimento parece confinada e encerrada dentro dos limites de nós mesmos, em tempos de conforto e prosperidade expande-se para tudo que nos rodeia. [...] Os prazeres da riqueza e da grandeza, considerados desse ponto de vista complexo, afetam a imaginação como algo grande e belo e nobre, cuja obtenção bem vale toda a fadiga e ansiedade que tanto tendemos a dedicar-lhes (TMS IV.1.8-9. Trad. pp. 223-25, com modificações).

Quanto a isso, Diatkine aponta a ironia de Smith: "Aqui o texto da TMS afirma um paradoxo surpreendente; pois Smith argumenta que esse erro [a ilusão do prazer "da riqueza e da grandeza"] é normal e que, ao contrário, sua correção é o sintoma de uma patologia tanto física quanto mental" (DIATKINE, 2010, p. 17). Em boa saúde e ânimo, somos todos "nós" que enxergamos o quanto "riqueza e grandeza" são belos, e nos inclinamos a empenhar grandes esforços em prol da aquisição de riquezas. "E é bom", afirma Smith, "que a natureza se imponha a nós dessa maneira. É essa ilusão [*deception*] que dá origem e mantém em contínuo movimento a indústria do gênero humano" (IV.1.10). Não fosse tão célebre, essa afirmação causaria espécie. Afinal, mostrou-se que, iludidos, desconsideramos a felicidade ao nosso alcance para sonhar com uma falsa felicidade; ou nos colocamos insensatamente em busca do que se

mostrará nossa infelicidade. No entanto, segundo Smith, isso é o que imprime movimento no gênero humano. A ambição responde pela civilização e pelo progresso:

> É o que primeiro os incitou [aos humanos] a cultivar o solo, a construir casas, a fundar cidades e estados, e a inventar e aperfeiçoar todas as ciências e as artes, que enobrecem e embelezam a vida humana; que mudaram toda a face do globo, transformando as rudes florestas naturais em planícies agradáveis e férteis, o insondável e estéril oceano em nova fonte de subsistência, e na grande via de comunicação entre as nações da terra. Por causa desses trabalhos humanos, a terra foi obrigada a redobrar sua fertilidade natural, para manter um número maior de habitantes (TMS IV.1.10. Trad., p. 225).

E não é apenas do ponto de vista dos grandes feitos humanos, nem no caso modelar em que um indivíduo ascende dos estratos inferiores para o superior, que Smith aponta a importância da ambição. Em trecho anterior à publicação da WN, o autor já destacava sua necessidade para a boa condução dos negócios humanos, e a correspondente aprovação que recebe.

> Algo bem distinto ocorre com relação aos objetos mais extraordinários e importantes de autointeresse. Parece-se pobre de espírito se não se busca a estes com algum grau de energia por si mesmos. Desprezaríamos um príncipe que não se mostrasse ansioso por conquistar ou defender uma província. Teríamos pouco respeito por um cavalheiro que não se esforçasse para ganhar uma propriedade, ou mesmo um cargo considerável, quando pudesse adquiri-los sem maldade ou injustiça. Um membro do parlamento que não mostra nenhuma preocupação quanto à própria eleição é abandonado por seus amigos, como totalmente indigno de sua associação. Mesmo um comerciante é considerado bem insípido por seus vizinhos, se não se empenha para conseguir o que eles chamam de um serviço extraordinário, ou alguma vantagem incomum. Esse espírito e agudeza constitui a diferença entre o homem de empreendimento e o homem de regularidade maçante. Esses grandes objetos de autointeresse, dos quais a perda ou a aquisição alteram bastante a posição da pessoa, são os objetos da paixão propriamente chamada ambição; uma paixão que, sempre que se mantém dentro dos limites da prudência e da justiça, é admirada no mundo e tem, até mesmo, certa grandeza irregular, que deslumbra a imaginação, quando ultrapassa os limites de ambas as virtudes, e é não só injusta, mas extravagante. Daí a admiração geral por heróis e conquistadores, e mesmo por estadistas, cujos projetos foram muito ousados e extensos, embora totalmente desprovidos de justiça, como os dos Cardeais de Richelieu e de Retz. Os objetos da avareza e da ambição diferem apenas em sua grandeza. Um avaro é tão ávido por um centavo como um homem de ambição o é pela conquista de um reino (TMS III.6.7).

Mas anteriormente a tudo isso, a admiração que sentimos pela condição dos "ricos e poderosos" supre os meios para que haja a ordem e a lei, condição primordial para o andamento dos negócios humanos e a prosperidade social. Segundo Smith, a "disposição a admirar, e quase venerar os ricos e poderosos, e a desprezar, ou ao menos negligenciar pessoas de baixa condição ou situação de pobreza" é "necessária tanto para estabelecer como para manter a distinção de posições sociais e a ordem da sociedade" (TMS I.iii.3.1). A submissão da maioria dos indivíduos a alguns, e destes entre si, ocorre, desse modo, espontaneamente, sem que haja, para tanto, guerras, pactos ou contrato social.

> Sobre essa disposição do gênero humano de acompanhar todas as paixões dos ricos e dos poderosos funda-se a distinção de posições sociais e a ordem da sociedade. Nossa obsequiosidade para com nossos superiores surge mais frequentemente de nossa admiração pelas vantagens de sua situação do que de quaisquer expectativas privadas de receber benefícios em virtude de sua boa vontade. Seus benefícios podem estender-se apenas a alguns poucos, mas suas fortunas interessam a quase todos. [...] Tampouco nossa deferência para com suas inclinações se funda principalmente ou inteiramente na consideração da utilidade de tal submissão e da ordem da sociedade que é assim mais bem sustentada. Mesmo quando a ordem da sociedade parece requerer que nos oponhamos a eles, nós mal podemos convencer-nos de fazê-lo. Que os reis são os servos do povo, a ser obedecidos, resistidos ou punidos conforme a conveniência pública requeira, tal é a doutrina da razão e da filosofia; mas não a doutrina da Natureza. Esta nos ensinaria a submetermo-nos a eles pelo seu próprio bem, a tremer e curvar-nos ante sua elevada posição, a considerar seu sorriso como recompensa suficiente por quaisquer serviços, e a temer seu desprazer, ainda que nenhum mal possa disso sobrevir-nos, a não ser a mais severa de todas as mortificações (TMS I.iii.2.3).

Smith nos dá muitos exemplos de como essa ordem é necessária para a civilização e o progresso. Trataremos disso em mais detalhes no Capítulo VI desta tese. Por ora, destaquemos apenas um trecho da *História da astronomia*, em que o autor assinala a importância fundamental da lei e da ordem para o avanço da filosofia e das ciências:

> O gênero humano, nas primeiras eras da sociedade, antes do estabelecimento da lei, da ordem e da segurança, tinha pouca curiosidade em descobrir os elos ocultos que unem os eventos ["*appearances*"] aparentemente disjuntos da natureza. Um selvagem,

> cuja subsistência é precária, cuja vida se expõe diariamente aos piores perigos, não tem inclinação para entreter-se com a busca do que, quando descoberto, não parece servir a nenhum outro propósito que não tornar o teatro da natureza um espetáculo mais conexo para sua imaginação. [...] desprotegido pelas leis da sociedade, exposto, sem defesa, em todas as ocasiões ele sente sua fraqueza; e em nenhuma sua força e segurança (EPS, p. 48).

Além de responder, originalmente, pela lei e a ordem, é a ilusão da utilidade que anima, frequentemente, o espírito público, que ergue, gere a aprimora as instituições para o bem comum.

> O mesmo princípio, o mesmo amor aos sistemas, a mesma consideração pela beleza da ordem, da arte e da engenhosidade, frequentemente serve para recomendar as instituições que tendem a promover o bem público Quando um patriota se esforça para o aperfeiçoamento de qualquer parte da política pública, sua conduta nem sempre surge da pura simpatia com a felicidade daqueles que devem colher o benefício dela. Não é geralmente em virtude um sentimento solidário para com carregadores e transportadores que um homem de espírito público incentiva o reparo de estradas. Quando a legislatura estabelece prêmios e outros incentivos para fazer avançar o linho ou as manufaturas de lã, sua conduta raramente procede da pura simpatia com o transportador de tecidos baratos ou finos, e muito menos com o operário ou mercador. A perfeição da política, a extensão do comércio e da manufatura, são objetos nobres e magníficos. A sua contemplação nos agrada, e nos interessamos por tudo o que tenda a avançá-los. Fazem parte do grande sistema de governo, e as engrenagens da máquina política parecem mover-se com mais harmonia e facilidade por meio deles. Temos prazer em contemplar a perfeição de um sistema tão belo e grandioso, e ficamos inquietos até removermos qualquer obstrução que possa minimamente perturbar ou comprometer a regularidade de seus movimentos. Todas as constituições de governo, no entanto, valem apenas em proporção ao quanto tendem a promover a felicidade dos que sob ele vivem. Esse é seu único uso e finalidade (TMS I.iv.11. Grifos nossos.)

Assim, graças a esse princípio, o “amor aos sistemas”, o interesse pessoal, egoísta, é capaz de suprir o bem público, e não só ao impulsionar o progresso por meio da acumulação de riquezas, concentração das terras, agricultura, divisão do trabalho, etc.; mas também naquilo que aparentemente só poderia ser obra da benevolência, da sabedoria e da virtude, a implementação e aperfeiçoamento das instituições do estado e do governo. É desse modo que obras de especulação podem incentivar o “espírito público” nas pessoas.

> [...] se quereis implantar a virtude pública no peito de quem é desatento para o interesse de seu país, frequentemente será em vão que lhe contareis das superiores vantagens de que usufruem os súditos de um estado bem governado; que são mais bem abrigados, bem vestidos e bem alimentados. Essas considerações em geral não causarão impressão. Tereis mais chances de persuadi-lo se lhe descreverdes o grande sistema da política pública que propicia tais vantagens, se lhe explicardes as conexões e interdependências de suas múltiplas partes, sua mútua subordinação e sujeição geral à felicidade da sociedade; se mostrardes como esse sistema poderia ser introduzido em seu próprio país, o que impede que isso lá ocorra no presente, como essas obstruções poderiam ser removidas, e como todas as várias engrenagens da máquina do governo podem mover-se com maior harmonia e suavidade, sem raspar umas nas outras ou retardar-se mutuamente em seus movimentos. Dificilmente seria possível que um homem ouvisse a um discurso desse tipo e não se sentisse animado em algum grau de espírito público. Ao menos por um momento ele sentirá algum desejo de remover essas obstruções e colocar em movimento tão bela e ordenada máquina. Nada tende tanto a promover o espírito público quanto o estudo da política, dos vários sistemas de governo civil, com suas vantagens e desvantagens, da constituição de nosso próprio país, sua situação e interesse com respeito às nações estrangeiras, seu comércio, sua defesa, as desvantagens que o sobrecarregam, os perigos aos quais pode se expor, como remover as primeiras e guarda-lo contra os últimos. Sob esse aspecto, as inquirições políticas, se justas, razoáveis e praticáveis, são, de todas as obras de especulação, as mais úteis. Mesmo a pior e mais frágil delas não é completamente sem utilidade. Elas servem ao menos para animar as paixões públicas dos homens e incitá-los a buscar os meios de promover a felicidade da sociedade (TMS IV.1.11).

Obras como as que Smith promete ao fim do último parágrafo da TMS, sobre jurisprudência e economia política. Obras como a *Riqueza das nações*.

I.vi. Irregularidade de nossos sentimentos morais: conclusão do capítulo

O louvor que dedicamos à "riqueza e ao poder", bem como o desprezo que temos pela pobreza, parecem ser o fruto, no primeiro caso, da condição de extraordinária felicidade que lhe atribuímos, e, no segundo, da dor a que temos de nos submeter, contra nossa vontade, ao simpatizar com os pobres.

É determinante, em ambos os casos, o fato de se tratar, aqui, de uma simpatia não pessoal, mas entre grupos sociais distantes uns dos outros. Tal distância facilita a simpatia com a riqueza, e faz com que ela seja de um tipo "peculiar"; por outro lado, dificulta a simpatia com a pobreza, já que não podemos resolver o sofrimento dos

pobres a quem desconhecemos, e essa mesma ignorância de suas reais condições atua contrariamente ao mecanismo da simpatia, tendo-se em conta que se trata de uma simpatia dolorosa.

Em virtude de uma "ilusão" que a "natureza nos impõe", tendemos a ver na condição de riqueza um estado de "perfeita felicidade", espécie de sonho de vigília, no qual projetamos a realização de todos os desejos. E, embora em estados melancólicos nos inclinemos a ver a "riqueza e o poder" como "verdadeiramente são" (TMS IV.1.8), na situação normal, de saúde e melhores humores, aquela "ilusão" não deixa de atuar sobre nós, por meio da imaginação.

No caso da riqueza, somos bastante propensos a ignorar ou perdoar os vícios dos que a possuem. Mesmo assim, podemos percebê-los quando são de grande intensidade, e, consequentemente, em algum grau podemos separar o louvor à riqueza da censura que merecem os vícios a ela frequentemente associados, ainda que não necessários. No caso dos pobres, contudo, não parece haver uma razão definitiva, em Smith, para aquele tipo de desprezo que muitas vezes lhes dedicamos, que somente caberia ao "vício e à loucura" (I.iii.3.1).

De qualquer modo, pode-se dizer que se apresenta, nesse caso, uma "irregularidade de sentimentos", expressão que Smith usa para se referir aos casos em que temos gratidão ou ressentimento por ações de boas ou más consequências que não foram motivadas, contudo, pela intenção de causar o bem ou o mal; ou quando não atribuímos grande mérito a ações bem-intencionadas que não são exitosas, a despeito de, em princípio, a intenção ser o fator mais importante, embora não o único, a determinar esses sentimentos (cf. TMS II.iii.2-3). De maneira semelhante, pela ação dos princípios da simpatia tenderíamos somente a simpatizar pouco ou não simpatizar com os pobres. No entanto, frequentemente ocorre, mais do que isso, uma condenação a estes.

A possível pertinência da associação da "irregularidade de sentimentos" a esse caso parece corroborar-se pelo teor de sua causa: a "intenção" da "natureza" de incitar o caráter ativo, prático, da humanidade:

> O homem foi feito para a ação, e para promover, pelo exercício de suas faculdades, mudanças tais nas circunstâncias externas, tanto suas como dos outros, que pareçam mais favoráveis à felicidade de todos. Ele não deve satisfazer-se com a benevolência indolente, nem imaginar-se um amigo da humanidade, só porque em seu coração quer bem à prosperidade do mundo. Para que ele reúna todo o vigor de sua

> alma e estire cada nervo a fim de produzir os fins que são próprios ao seu ser, a Natureza o ensina que nem ele próprio, nem o gênero humano podem satisfazer-se plenamente com sua conduta, nem conferir-lhe o mais alto grau de aplauso, a não ser que ele de fato os produza (TMS II.iii.3.3).

Ora, a busca por riqueza visa, dada a "ilusão" que a natureza produz em nós, a uma mudança das circunstâncias externas da própria pessoa, o que lhe traria felicidade. Do mesmo modo, produz essa mudança relativamente aos outros, e promove, igualmente, a civilização e a prosperidade. É a "natureza", portanto, que nos "ensina" a buscar esses fins, relativos ao enriquecimento pessoal, em prol do bem do "gênero humano". Com efeito, na parte em que Smith trata da ilusão causada pela beleza da utilidade, e da ambição dela decorrente, o filósofo afirma que o rico, "levado por uma mão invisível", "sem ter intenção, e sem o saber, promove o interesse da sociedade, e supre os meios para a multiplicação da espécie" (TMS IV.1.11).

Capítulo II

O quadro do "pequeno sistema econômico" da *Teoria dos sentimentos morais*

No capítulo anterior, vimos que na TMS existe uma espécie de irregularidade em nossos juízos acerca das condições de riqueza e de pobreza. Segundo procuramos demonstrar, tendemos a louvar a primeira delas como se fosse uma virtude, e a desprezar ou negligenciar a última como se fosse um vício ou debilidade. Esse viés de nossos sentimentos morais com respeito à situação material de vida deve-se, primeiramente, ao tipo específico de relação interpessoal a que se refere a teoria de Smith no que concerne à prosperidade dos indivíduos em geral. Trata-se de um relacionamento entre grupos sociais, e não entre pessoas que têm algum grau de convívio ou que não se classificam em qualquer conjunto determinado por condições externas aos indivíduos. Em segundo lugar, essa característica, associada à ilusão da utilidade, faz com que concebamos ilusoriamente a condição dos "ricos e dos grandes" como um estado de "perfeita felicidade", no qual desejaríamos estar; por outro lado, no caso da pobreza, o distanciamento de convívio social assevera os efeitos da distância mental entre o "estado natural e ordinário" da vida e aquele em que se encontram os pobres, o que torna sua condição aquela que desejamos evitar.

Já pudemos ver, no referido capítulo, em que consiste o "pequeno sistema econômico" da TMS. A ilusão da utilidade, ou "amor aos sistemas", é o modo como a "natureza" se impõe a nós, de modo a promover o avanço da humanidade. Somos movidos pelo "propósito de melhorar nossa condição" a buscar a riqueza como aparente situação de felicidade, quando, de fato, o que ambicionamos é satisfazer nossa vaidade, por meio da admiração que sentem os espectadores pela condição dos "ricos e poderosos". Como consequência, promove-se a prosperidade individual e social, assim como, de modo geral, a civilização e o progresso.

Neste capítulo, completaremos o panorama do "pequeno sistema" da prosperidade com a explicação do papel da aversão à pobreza como injustiça necessária para moderar os ímpetos da ambição; em seguida, trataremos das consequências desse sistema para a felicidade individual.

II.i. A pobreza e a prudência

Muitos comentadores mencionam o papel da relutância em simpatizar com os pobres na conduta do acumulador de riquezas da TMS. Mas nenhum dos que consultamos se deteve na questão do ponto de vista conceitual. Rasmussen (2008), por exemplo, após analisar, da perspectiva de Rousseau e de Smith, a ilusão de que riqueza traz felicidade (cf. ibid., pp. 76-82), assume sem mediações que:

> [...] no fim, as pessoas abdicam do tempo livre, da tranquilidade e da segurança, e se submetem a trabalhos e ansiedades intermináveis a fim de satisfazer sua vaidade e evitar o desprezo que suscita a pobreza (RASMUSSEN, 2008, p. 87).

Para em seguida concluir: "Em suma, a faculdade humana natural da simpatia induz quase todos a pensar que o dinheiro pode comprar felicidade" (ibid.).

Daniel Rauhut (2005) promete uma discussão sobre o tema, mas, ao fim, limita-se a afirmar que "Os interesses sociais de cada indivíduo, isto é, tornar-se uma pessoa admirada e poderosa e evitar tornar-se pobre e desprezado, tem um importante papel na formação do autointeresse de cada uma e de todas as pessoas" (ibid., p. 24), para em seguida analisar as consequências disso.

Outros autores dedicam especial atenção aos problemas conceituais relativos à admiração pela riqueza na obra de Smith, mas não veem nisso nenhuma imbricação com a relutância em simpatizar com a pobreza. Podemos mencionar, por exemplo, Jean-Pierre Dupuy e Eléonore Le Jallé. Esses autores contendem quanto a

> [...] dois fenômenos que detiveram a atenção de Smith, a saber, de um lado, a admiração pelos ricos e os poderosos, fundada na simpatia dos espectadores com a satisfação dos grandes, e, de outro lado, a existência da inveja, fenômeno contraditório à simpatia (JALLÉ, 2009, p. 73).

Analisaremos esses dois comentários um pouco mais detalhadamente, porque apresentam elementos que poderiam refutar nossa argumentação. Dupuy considera o modo como Smith trata a inveja pela riqueza em I.ii.5 e I.iii.1, em que ela aparece como "cláusula de exceção" à simpatia, e em seguida toma o trecho em I.iii.2.1, em que o filósofo afirma que "É isso [a admiração que todos têm pelos "ricos e poderosos"] que torna [...] a grandeza objeto de inveja, e compensa, na opinião do gênero humano" todos

os males que se tem de enfrentar, bem como todos os bens de que se tem de abdicar "para sua busca". O fato de Smith afirmar que a riqueza é "objeto de inveja", no momento mesmo em que é admirada (DUPUY, 1992, p. 94), mostraria, para o comentador, que, ali, a inveja passa a ser não mais oposta à simpatia, mas constitutiva dela. A simpatia com as riquezas seria uma "simpatia invejosa" (ibid., p. 100), a qual consistiria em uma admiração que contém o desejo de ter para si o que os "ricos e poderosos" possuem. Nesse sentido, ela compreenderia uma espécie de constante ameaça, velada, à condição do rico – o pobre quer para si o que é do rico. Quando o pobre com ele simpatiza, pensa em si a usufruir dos bens da riqueza – o que traz uma ponta da ideia de que, se pudesse, ele os tomaria para si. Por outro lado, o pobre também tem um prazer, ao simpatizar com o rico, que carrega um desprazer, "o tormento da inveja". Portanto, a admiração dos pobres constitui, para os ricos, um bem, pelos motivos expostos aqui, mas, ao mesmo tempo, um mal, por sua velada ameaça; do mesmo modo que é um bem e um mal, simultaneamente, para os pobres. Nas palavras de Dupuy, "O mal está no bem, como o verme no fruto, tal é a corrupção da moralidade" (ibid.).

Le Jallé (2009) responde a Dupuy ao sustentar que, naquele trecho particular da TMS, Smith utiliza a palavra "inveja" em sentido diverso dos anteriores. Em I.ii.5 e I.iii.1, a inveja é uma rejeição à superioridade sobre nós adquirida por alguém que era nosso igual. Já em I.iii.2.1, ao afirmar que a "grandeza" é uma situação invejada, Smith quer dizer que é uma situação reconhecida como desejável, e frequentemente desejável (JALLÉ, op. cit., p. 80). A inveja a que Smith se refere anteriormente não só tem significado diverso, mas se aplica a um caso distinto, "muito preciso", não à posse de riquezas, mas ao enriquecimento súbito (ibid., p. 79). Desse modo, segundo a comentadora, para Smith a simpatia com a riqueza não encontra nenhum obstáculo, contanto que seja uma condição em que a pessoa já se encontrava desde o início (referente à ancestralidade da família) ou que tenha sido alcançada gradualmente (ibid., p. 82).

A discussão, sem dúvida é de interesse, mas esses comentários não consideram a diferença que destacamos, entre a simpatia interpessoal e a que se dá entre grupos sociais. É certo que a inveja em I.ii.5 se aplica, como afirma Jallé, à súbita ascensão, e não àquela que é fruto de esforços contínuos e se realiza gradualmente, nem à riqueza já consolidada. Porém, esse é um problema concernente a relações pessoais, diretas, e não diz respeito àquilo de que trata I.iii.2, um contato entre grupos sociais, e distantes.

Contra esse posicionamento, Jallé arrola duas passagens da LJ (A, p. 322; B, p. 402) e uma da WN (V.i.b.8), em que Smith afirma que os homens se submetem mais facilmente à autoridade de quem provém de famílias às quais já se costumava obedecer do que a alguém recentemente tornado superior. Todas essas passagens, porém, tratam das causas da consolidação da subordinação entre os homens em seus primórdios, em comunidades pequenas (cf., p. ex., WN V.i.b.4-8). Isso talvez pudesse ser considerado quanto à simpatia pelos ricos no momento em que Smith trata da origem da distinção de classes (TMS I.iii.2.3). Mas ali o filósofo mostra em que consiste esse tipo de simpatia (I.iii.2.2), e como ela determina a subordinação entre os homens, sem, contudo, remeter esse fenômeno à sua origem histórica ou "antropológica". Todos os exemplos que ele nos fornece nessa seção mostram uma condição de enorme "riqueza e poder", não sua constituição em sociedades pastoris ou "bárbaras".

A maioria dos comentadores considera em algum grau de profundidade a simpatia pelos "ricos e poderosos", mas não dedica atenção especial ao desprezo pelos pobres. E, no entanto, a nosso ver, o tema não é nem um pouco desprezível, pelo contrário. A que se deve esse silêncio? Talvez ao fato de que, embora Smith seja, em dado momento, bastante claro quanto à importância do tema, não se encontra maior menção a ele no restante de sua explicação da busca por riquezas. Após os primeiros parágrafos de I.iii.2, a ênfase parece recair sobre a "vaidade", e essa palavra se associa muito mais à tentativa ou pretensão de alcançar a grandeza do que à prevenção da decadência. Mas pode a vaidade, sozinha, justificar a acumulação? Para responder a isso, vejamos o que Smith afirma sobre a "vaidade" em outros momentos da TMS.

Em certo ponto, o autor define a vaidade como a busca ostensiva pelo prazer de receber aprovação por atributos que se parece possuir, mas que de fato não se possui, ao menos não no grau ostentado. Ela se associa à frivolidade, à vanglória, a paixões infantis, que um mínimo de bom senso extinguiria.

> O louvor mais sincero não pode proporcionar mais do que um pequeno prazer se não puder ser considerado como algum tipo de prova de que se é digno de louvor. Não é de modo algum suficiente que, por ignorância ou erro, a estima e a admiração sejam, de uma forma ou de outra, concedidas a nós. [...] Quem nos aplaude por ações que não fizemos, ou por motivos que não tiveram qualquer influência sobre nossa conduta, não aplaude a nós, mas a outra pessoa. Não podemos obter nenhum tipo de satisfação de seus louvores. [...] Satisfazer-se com tais aplausos infundados é uma prova da mais superficial leviandade e fraqueza. É o que se denomina propriamente vaidade, e é o fundamento dos vícios mais ridículos e desprezíveis,

> dos vícios da afetação e da mentira comum; loucuras das quais, se a experiência não nos ensinasse como são comuns, imaginaríamos que a menor centelha de bom senso nos pouparia (TMS, III.2.4).

Não parece razoável esperar que a ambição impulsionada pela vaidade seja bem calculada. Uma paixão infantil, pouco realista, tenderia, provavelmente, a engendrar projetos insensatos. Por isso, a simples vaidade parecer ser mais adequada para orientar a conduta dos que já se encontram na mais elevada condição social do que a dos que lutam para chegar a ela. Com efeito, já vimos que as "virtudes" dos "grandes" são meramente de aparência, e da máxima frivolidade:

> São os grandes insensíveis ao baixo preço pelo qual podem adquirir a admiração pública: ou parecem imaginar que para eles, assim como para os outros homens, ela deve ser adquirida pelo suor ou pelo sangue? Por quais importantes feitos o jovem nobre é instruído a manter a dignidade de sua posição, e tornar-se digno da superioridade sobre seus concidadãos a que a virtude de seus ancestrais o alçou? Será pelo conhecimento, pela indústria, pela paciência, pela temperança, ou por qualquer outra virtude? Como todas as suas palavras, todos os seus movimentos são acompanhados, ele aprende a ter um cuidado habitual para com cada circunstância do comportamento cotidiano, e estuda para realizar todos esses pequeninos deveres com a mais exata propriedade (TMS I.iii.2.4)

Não obstante, Smith destaca que o "jovem nobre" foi elevado a tal condição pela "virtude de seus ancestrais". Como poderia tal virtude ser induzida pela vaidade?

Para responder a isso, iniciemos por destacar um personagem da TMS: o "homem privado". Dessa espécie de homem, afirma Smith:

> Se ele jamais quiser se distinguir, deve ser por virtudes mais importantes. Ele deve adquirir dependentes para contrabalançar os dependentes dos grandes, e não possui quaisquer fundos para pagar por eles, a não ser o trabalho de seu corpo e a atividade de sua mente. Ele deve, portanto, cultivá-los: deve adquirir superioridade de conhecimento em sua profissão, bem como superioridade de indústria em seu exercício. Deve ser paciente na labuta, resoluto no perigo e firme nos infortúnios. (TMS, I.iii.2.5)

Se os "ricos e poderosos" em geral possuem apenas a pequena virtude de uma superior propriedade no comportamento ordinário, o "homem privado", que quer tornar-se homem público e adquirir dependentes, deve distinguir-se não só pelo conhecimento profissional e pela indústria, mas também pela correção de sua conduta, que deve ter as

marcas da “probidade, prudência, generosidade e franqueza”. Esses homens, “educados nas camadas médias e inferiores”, são os candidatos aos “mais altos cargos” e a condução dos detalhes da administração pública em “todos os governos” (TMS I.iii.2.5).

O “homem privado” se associa seja diretamente à virtude da prudência, seja a virtudes a ela associadas, além da ousadia e da coragem, por meio das quais pode esperar satisfazer sua vaidade, ao obter o respeito e a admiração “do gênero humano”. Ora, é bem sabido que na WN a prudência é o “princípio” segundo o qual os homens de todas as camadas sociais, exceto os proprietários de terras, podem realizar o “desejo de melhorar sua condição”. Mas na TMS, antes de sua última edição, isso não era muito destacado. No entanto, encontramos trechos em que a prudência já se mostra como virtude capaz de se conjugar à ambição. “Riqueza e honras” podem resultar da “indústria, prudência e circunspecção” – e, segundo Smith, é muito provável que de fato resultem.

> Se considerarmos as regras gerais pelas quais a prosperidade externa e a adversidade são comumente distribuídas nesta vida, veremos que, apesar da desordem em que todas as coisas parecem estar neste mundo, mesmo assim cada virtude encontra naturalmente sua própria recompensa, a recompensa mais adequada para encorajá-la e promovê-la; e isso com tanta certeza, que se requer uma concorrência totalmente extraordinária de circunstâncias para que isso não ocorra. Qual é a recompensa mais adequada para encorajar a indústria, prudência e circunspecção? Sucesso em todos os tipos de negócios. E é possível que, em toda a vida, essas virtudes falhem em alcançá-la? A riqueza e as honras externas são sua devida recompensa, e dificilmente deixam de adquiri-la (TMS III.5.8).

Note-se que, nesse trecho, continua a ser a vaidade que é gratificada quando se tem tais virtudes – sua “recompensa adequada” não é uma razoável prosperidade, mas “riqueza e honras”. No entanto, se não se pertence aos “estratos superiores da vida”, como seria possível obtê-las, senão com um mínimo de planejamento? É necessário que a prudência ampare a ambição. Mas a vaidade, por si só, não pareceria uma paixão afeita à prudência.

É nesse ponto que se destaca o papel do injusto desprezo que recai sobre os pobres. Sem freios, a vaidade poderia fazer com que a ambição de ser admirado se satisfizesse com a mera aparência da riqueza, com gastos superiores às possibilidades da pessoa vaidosa. Ou então, o ambicioso se atiraria a aventuras desarrazoadas, a fim de

obter a única coisa que veria adiante, a glória da riqueza. É necessário que o cuidado em evitar a pobreza atue como moderador, do contrário a ambição teria poucas probabilidades de êxito, e, portanto, não poderia ser o motor da prosperidade – tenderia a ser o motor do desperdício, da desordem e da decadência.

Mas Rasmussen trata a aversão à pobreza não só como moderadora da ambição. Afirma ele que as pessoas "se submetem a trabalhos e ansiedades intermináveis" não só para satisfazer à vaidade, mas inclusive para "evitar o desprezo que suscita a pobreza" (RASMUSSEN, 2008, p. 87). Ou seja, evitar ao máximo a pobreza é um motivo adicional para buscar a riqueza. Isso parece razoável, e acrescentamos que repelir a situação de pobreza se imbrica à vaidade: ela não pode aceitar o desprezo, porque é oposto daquilo que sua natureza pede. A vaidade, portanto, compreenderá a necessidade de se evitar a pobreza. Deve-se levar a sério o que Smith afirma logo na abertura de seu capítulo sobre "A origem da ambição e da distinção de posições". Ele é explícito ao afirmar a importância de ambas as disposições, a de simpatizar facilmente com a riqueza e a de não simpatizar com a pobreza:

> É porque o gênero humano é disposto a simpatizar mais inteiramente com nossa alegria do que com nosso pesar que desfilamos nossas riquezas e ocultamos nossa pobreza. Nada é tão mortificante quanto sermos obrigados a expor nossas mazelas às vistas do público e sentirmos que, embora nossa situação esteja aberta aos olhos de todo o gênero humano, nenhum mortal concebe por nós a metade do que sofremos. Do mesmo modo, **é principalmente pela atenção que dedicamos aos sentimentos do gênero humano que buscamos a riqueza e evitamos a pobreza** (TMS, I.iii.2.1)

Assim, temos o retrato do sistema de acumulação de riquezas na TMS. Trata-se de um jogo em que o acumulador entra, dedica-se avidamente a ascender na escala social, talvez não consiga seu objetivo, mas, se o conseguir, será, provavelmente, na idade avançada. Isso terá lhe trazido desgastes físicos e mentais grandes, e ele tenderá a frustrar-se, ao fim, quando se quebra o encanto associado inicialmente à ilusão da utilidade, e a simpatia fácil do espectador não é mais capaz de lhe dar prazer. Seus descendentes ostentarão a riqueza legada em frivolidades, o que provocará a entrada de novos ambiciosos no jogo, e assim por diante. No círculo da riqueza, os que lá se encontram gastam, enquanto os que buscam alcançá-lo ganham; ao fim, estes saem do jogo, e entram os novos jogadores, que começarão sem nada – é um circuito descontínuo, de contínua renovação de rodadas: a cada rodada, as peças são trocadas.

Uma característica peculiar a esse jogo é que ele implica a infelicidade de seus principais jogadores, mesmo quando são exitosos: a acumulação de riquezas, como mostramos, tende a resultar na infelicidade dos que respondem pela prosperidade social, os acumuladores. Por outro lado, os pobres padecem duplamente, pela pobreza e pelo desprezo das demais pessoas. A sociedade, em seu conjunto, é levada por "toda a fadiga e alvoroço deste mundo" (TMS I.iii.2.1).

II.ii. Infelicidades privadas, benefícios públicos?

Vimos, então, que o "pequeno sistema econômico" da TMS implica que "riqueza e grandeza" recebam os louvores devidos à sabedoria e à virtude, embora envolvam vários aspectos viciosos; e que "pobreza e debilidade" tendem a receber a condenação que seria devida apenas ao vício e à loucura.

Isso, por um lado, causa um duplo sofrimento aos pobres, pois além dos males inerentes à sua condição, padecem da obscuridade e dos maus juízos que lhes recaem. Por outro lado, a busca pela riqueza, que move a prosperidade, tende a causar frustração e infelicidade para o acumulador. Tomados em seu conjunto, ricos, pobres e acumuladores, assim como todas as categorias intermediárias que se podem imaginar, constituem uma sociedade em que a luta por posição social é "o propósito de metade dos trabalhos da vida humana", de modo a produzir e difundir "a avareza e a ambição", das quais resultam "todo o tumulto e atropelo, [...] toda a rapina e injustiça [...] neste mundo" (TMS I.iii.2.8).

Veem-se claramente as consequências disso para a felicidade dos indivíduos. Smith partilha, de maneira modificada, da visão estoica segundo a qual a felicidade resulta, por necessidade, da tranquilidade da mente, e faz disso o parâmetro para uma espécie de escala. Para ele, "a felicidade consiste na tranquilidade e no prazer"; e, "onde houver perfeita tranquilidade, raramente não haverá algo capaz de nos divertir" (TMS III.3.30). Decorre disso que a perfeita felicidade exigiria a perfeita tranquilidade. Segundo Müller (2016), em Smith

> Posta num eixo temporal, a tranquilidade funciona como uma espécie de centro gravitacional para os estados de espírito associados à boa e má fortuna: a prosperidade leva a estados afetivos em que coisas aprazíveis parecem dominar; a adversidade gera estados afetivos em que o espectro do prazer possível é diminuído. [...] A "tranquilidade

> perfeita", por sua vez, se opõe a ambos esses estados gerados pela fortuna: nele o prazer possível de ser obtido em qualquer situação é realçado e apreciado, trata-se de um estado de espírito que nos faz perceber e aproveitar toda e qualquer oportunidade aprazível (MÜLLER, 2016, p. 160).

Se é assim, a sociedade do progresso parece distante de ser aquela que melhor promove as circunstâncias apropriadas para a felicidade. A tranquilidade, e, por conseguinte, a felicidade, é um equilíbrio entre o excesso e a falta, uma *mediocritas* – a prosperidade é um dos excessos, e parece produzir, intrinsecamente, o outro extremo. E, segundo Smith, a paixão complexa que move a todos na sociedade da prosperidade, o "propósito de melhorar nossa condição", não visa à tranquilidade, nem sequer ao prazer, exceto um muito específico, o da satisfação da vaidade. "É a vaidade, não a tranquilidade [*ease*] ou o prazer que nos interessa" (TMS I.iii.2.1). A sociedade de que fala Smith na TMS, então, é consequência e causa de mirarmos constantemente o alvo errado. Queremos, evidentemente, a felicidade, mas a vemos onde ela não está.

Tudo isso parece corroborar a visão de Charles Griswold, em *Adam Smith and the virtues of enlightenment* (1999).

> O resultado imediato desse engano é que, exceto nos raros momentos em que vemos a beleza sob um "aspecto abstrato e filosófico" (IV.1.9), estamos mergulhados em um mundo de trabalho incessante, de "melhoria de nossa condição", e portanto de infelicidade. A busca por melhorar nossa condição nos deixa "constantemente insatisfeitos" (VI.iii.51). A vida humana é naturalmente sem descanso, guiada não apenas pelo medo (como Hobbes sugeriu), mas pelo anseio por beleza. A cômica ironia desse retrato geral da vida humana é inequívoca. (GRISWOLD, 1999, p. 222).

A partir de então, poder-se-ia considerar que o bem geral do progresso da civilização se dá não só em virtude de uma multiplicidade de vícios privados e coletivos, mas também de certa propensão geral à infelicidade. Seria possível, assim, concluir que Smith coincide, quanto ao quadro que pinta da sociedade da acumulação, com o posicionamento de Mandeville, em sua célebre obra, a *Fábula das abelhas*, segundo a qual os benefícios públicos de uma sociedade próspera decorrem dos vícios privados – e, na verdade, coletivos também –, porém com um adicional negativo: na *Fábula*, as abelhas da colmeia viviam felizes com seus vícios; na TMS, nem isso.

Uma das obras morais mais populares em seu tempo, a *Fábula das abelhas: vícios privados, benefícios públicos*, de Bernard Mandeville (1670-1733), foi publicada em 1726 e, posteriormente, em 1729, desdobrada em dois volumes, nos quais ao poema original, "A colmeia ranzinza: patifes tornados em honestos", acrescentam-se *An enquiry into the origin of moral virtue* e um conjunto de seis diálogos. Não é meu objetivo, por ora, deter-me nessas obras. Basta salientar que no poema satírico as abelhas representam os humanos, egoístas e viciosos, e é justamente essa característica que torna a "colmeia" próspera, bem ordenada e militarmente poderosa. Na Investigação, Mandeville procura demonstrar que as virtudes resultam do orgulho individual (e da vaidade dele derivada), virtudes essas que, permitindo uma operação controlada dos vícios, têm o mesmo efeito social que o retratado no poema de abertura. Os diálogos tratam do mesmo assunto, porém no modo de uma resposta aos demais sistemas morais.

Adam Smith procura, na TMS, responder a Mandeville ao reverter seu sistema e mostrar que, por detrás de sua licenciosidade, o que se oculta é um sistema asceta. É porque Mandeville não aceita qualquer influência das paixões egoístas sobre os juízos e ações humanas, senão como vício, que ele pode afirmar que as virtudes são, na realidade, vícios, e estes trazem benefícios públicos, pois que são necessários para o progresso humano (cf. TMS VII.ii.4.12) . No entanto, segundo a conhecida distinção smithiana entre os sistemas de filosofia natural e os de filosofia moral, estes nunca podem nos enganar, a não ser que tenham algo de verdadeiro ou que se aproximem disso.

> Mas por mais destrutivo que esse sistema possa parecer, ele jamais poderia ter ludibriado tão grande número de pessoas, nem ter alarmado tanto os amigos de melhores princípios, não houvesse ele a alguns respeitos bordejado a verdade. Um sistema de filosofia natural pode parecer muito plausível e por muito tempo ser vastamente aceito no mundo, ainda que não tenha fundamento algum na natureza, nem qualquer espécie de semelhança com a verdade. […] Mas algo diverso ocorre quanto aos sistemas de filosofia moral, e um autor que pretenda explicar a origem de nossos sentimentos morais não poderá nos enganar tão grosseiramente, nem distanciar-se tanto de toda a semelhança com a verdade. Quando um viajante nos traz relatos de um país longínquo, pode impor à nossa credulidade as mais infundadas e absurdas ficções, como se fossem as mais certas matérias de fato. […] Um autor que trate de filosofia natural […] pretende relatar os acontecimentos de um país muito distante, com relação ao qual pode contar-nos o que bem lhe aprouver, e contanto que sua narrativa se mantenha nos limites de uma vaga verossimilhança,

> jamais terá motivos para desesperar ganhar nosso assentimento. Mas quando ele se propõe a explicar a origem de nossos desejos e afeições, nossos sentimentos de aprovação e desaprovação, o que ele pretende é relatar acontecimentos não só da mesma paróquia em que vivemos, mas de nossos próprios assuntos domésticos. Quanto a isso […] somos incapazes de aceitar qualquer relato que não tenha um mínimo de respeito pela verdade. Alguns aspectos, ao menos, devem ser justos, e mesmo os mais exagerados devem ter algum fundamento, do contrário a fraude seria detectada até pela mais descuidada inspeção que nos dispuséssemos a fazer. O autor que atribuísse à causa de qualquer sentimento natural um princípio que não tivesse conexão alguma com ele, que nem mesmo se assemelhasse a outro princípio que tivesse tal conexão, pareceria absurdo e ridículo mesmo ao menos judicioso e mais inexperiente leitor. (TMS, VII.ii.4.14)

Assim, o sistema de Mandeville "bordeja a verdade". Como? Ao afirmar que o amor próprio é importante para que "a sociedade possa prosperar e florescer". Essa prosperidade concerne, sobretudo, à "opulência" da sociedade, e, por conseguinte, diz respeito diretamente ao "sistema econômico". De fato, para Smith, o amor próprio não é necessariamente vicioso – pelo contrário, é indispensável na economia das paixões e sentimentos humanos, e pode ser um motivo virtuoso da ação. O autor o destaca especialmente ao responder a Mandeville:

> Se as ações mais generosas e dotadas de espírito público podem ou não, em algum sentido, ser consideradas procedentes do amor próprio, é algo que não examinarei por ora. A decisão dessa questão não é de modo algum importante, penso eu, para o estabelecimento da realidade da virtude, uma vez que o amor próprio frequentemente pode ser um motivo de ação virtuoso. (TMS, VII.ii.4.8)

No entanto, o sistema da prosperidade que o filósofo nos oferece não parece ser tão diverso assim da perspectiva mandevilliana. Ele retrata o trabalho do amor próprio na promoção da prosperidade como envolto em vícios: o desprezo pelos pobres e mais fracos, indulgência para com as "dissipações" dos ricos, menoscabo pela sabedoria e pela virtude, rapina, etc. Todavia, o amor próprio não é, para Smith, em si mesmo vicioso, e isso tem uma implicação importante: Mandeville considera o amor próprio necessariamente corrupto, e, por consequência, pode afirmar que tudo que dele decorra e tenha efeitos virtuosos é, na verdade, fruto do vício. Desse modo, o principal problema moral do "sistema licencioso" de Mandeville é que ele "suprime inteiramente a distinção entre vício e virtude, razão pela qual sua tendência é de todo perniciosa"

(TMS VII.ii.4.6). A *Fábula das abelhas* não poderia ser outra coisa que não uma apologia dos vícios, o que Smith repudia vigorosamente.

Contudo, há uma obra que o filósofo considera aparentada à *Fábula das abelhas*, mas sem seu caráter licencioso. Trata-se do *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (1754), de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). Em sua "Carta aos autores do *Edinburgh Review*" (1756), Adam Smith recomenda Rousseau como um dos autores mais originais da França naquele momento, e traduz três longos trechos do *Discurso*. Segundo o filósofo,

> Quem ler esta última obra [*Segundo discurso*, de Rousseau] com atenção observará que o segundo volume da *Fábula das abelhas* deu origem ao sistema do Sr. Rousseau, no qual, no entanto, os princípios do autor inglês[20] são suavizados, aprimorados e embelezados, assim como apartados de toda a tendência à corrupção e licenciosidade que os desgraçou em seu autor original. O Dr. Mandeville representa o estado primitivo do gênero humano como o mais vil e miserável que se possa imaginar. O Sr. Rousseau, ao contrário, o pinta como o mais feliz e o mais adequado à sua natureza. Ambos, no entanto, supõem não haver no homem nenhum instinto poderoso que necessariamente o determine a buscar a sociedade por si mesma; mas, de acordo com o primeiro, a miséria de seu estado original o compeliu a recorrer a esse remédio, de qualquer modo desagradável; de acordo com o segundo, alguns acidentes infelizes deram origem às paixões desnaturadas da ambição e do vão desejo por superioridade, que antes lhe eram estranhos, e que produziram fatalmente o mesmo efeito. Ambos supõem o mesmo lento progresso e gradual desenvolvimento de todos os talentos, hábitos e artes que tornam os homens ajustados para viver em sociedade, e ambos descrevem esse progresso de maneira bastante semelhante. De acordo com ambos, as leis da justiça que sustentam a atual desigualdade entre os homens, foram originalmente invenções dos astutos e dos poderosos, a fim de manter ou adquirir uma superioridade desnaturada e injusta sobre o restante de seus semelhantes. O Sr. Rousseau, contudo, critica o Dr. Mandeville: ele observa que a *piedade* [*pity*], o único princípio amável que o autor inglês concede ser natural ao homem, é capaz de produzir todas as virtudes cuja realidade o Dr. Mandeville nega. Ao mesmo tempo, o Sr. Rousseau parece pensar que esse princípio não é, em si mesmo, nenhuma virtude, e os selvagens, assim como o mais dissipado de todos os vulgos, possuem-no em maior grau de perfeição do que os homens mais polidos e de maneiras mais cultivadas; no que ele concorda perfeitamente com o autor inglês ("Letter to the Edinburgh Review", in EPS, pp. 250-51).

Segundo Dennis Rasmussen (2008), "Smith tomou extremamente a sério a mais importante crítica de seu tempo, e ele próprio preocupou-se profundamente com

[20] Mandeville (1670-1733), na verdade, era de nacionalidade holandesa, mas passou quase toda a sua vida adulta na Inglaterra, em cujo idioma escreveu sua célebre obra.

muitos dos problemas que Rousseau identificou" (p. 06). Tais críticas, segundo o autor, estariam sintetizadas nos três trechos do *Segundo discurso* que Smith traduziu para o *Edinburgh Review*.

A primeira delas, segundo Rasmussen, pode designar-se como "**a divisão dos trabalhadores**", isto é, a crítica segundo a qual não é apenas o trabalho que se divide na sociedade comercial, mas os próprios trabalhadores entre si, pois a sociedade baseada no comércio e na tecnologia leva a grandes desigualdades, o que mina a unidade social, e leva a grande fraqueza e ignorância nos indivíduos, o que não permite que haja uma "unidade pessoal" (cf. ibid., p. 11). O segundo argumento seria a crítica do "**império da opinião**". Segundo esta, na sociedade comercial as pessoas dependem necessariamente da opinião dos outros, o que leva à vaidade, ao logro e à imoralidade (cf. ibid.). Finalmente, a terceira crítica abrange a denominada "**busca da infelicidade**", segundo a qual a avidez por acumular bens (*acquisitiveness*), suscitada pelo comércio, estende o desejo das pessoas "para além de qualquer limite", e consequentemente elas despendem suas vidas em trabalho e esforço contínuos (*striving and toiling*), a fim "de atingir uma felicidade que sempre lhes escapará" (ibid.).

Os trechos traduzidos por Smith, aos quais corresponderiam, respectivamente, essas críticas, são os que se seguem.

A divisão do trabalho gera desigualdade e desagregação social, assim como individual:

> Enquanto os homens se contentaram com suas cabanas rústicas, enquanto se limitaram a costurar com espinhos e com cerdas suas roupas de pele, a enfeitar-se com plumas e conchas, a pintar o corpo com várias cores, a aperfeiçoar e embelezar seus arcos e flechas, a talhar com pedras agudas algumas canoas de pescador ou alguns instrumentos grosseiros de música – em uma palavra: enquanto só se dedicaram a obras que um único homem podia criar, e a artes que não solicitavam o concurso de várias mãos, viveram tão livres, sadios, bons e felizes quanto o poderiam ser por sua natureza, e continuaram a gozar entre si das doçuras de um comércio independente; mas, desde o instante em que um homem sentiu necessidade do socorro de outro, desde que se percebeu ser útil a um só contar com provisões para dois, desapareceu a igualdade, introduziu-se a propriedade, o trabalho tornou-se necessário e as vastas florestas transformaram-se em campos aprazíveis que se impôs regar com o suor dos homens e nos quais logo se viu a escravidão e a miséria germinarem e crescerem com as colheitas (ROUSSEAU, 1992 (1754), p. 94).

Os homens passam a depender cada qual de outrem, e passa a importar, acima de tudo, a opinião alheia. Surge a dominação, a hipocrisia, a vaidade, o logro:

> Eis, pois, todas as nossas faculdades desenvolvidas, a memória e a imaginação em ação, o amor-próprio interessado, a razão em atividade, alcançando o espírito quase que o termo da perfectibilidade de que é susceptível. Aí estão todas as qualidades naturais postas em ação, estabelecidos a posição e o destino de cada homem, não somente quanto à quantidade dos bens e o poder de servir ou de defender, mas também quanto ao espírito, à beleza, à força e à habilidade, quanto aos méritos e aos talentos e, sendo tais qualidades as únicas que poderiam merecer consideração, precisou-se desde logo tê-las ou afetar possui-las. Para proveito próprio, foi preciso mostrar-se diferente do que na realidade se era. Ser e parecer tornaram-se duas coisas totalmente diferentes. Dessa distinção resultaram o fausto majestoso, a astúcia enganadora e todos os vícios que lhe formam o cortejo. Por outro lado, o homem, de livre e independente que antes era, devido a uma multidão de novas necessidades passou a estar sujeito, por assim dizer, a toda natureza e, sobretudo, a seus semelhantes dos quais num certo sentido se torna escravo, mesmo quando se torna senhor: rico, tem necessidade de seus serviços; pobre, precisa de seu socorro, e a mediocridade não o coloca em situação de viver sem eles. É preciso, pois, que incessantemente procure interessá-los pelo seu destino e fazer com que achem, real ou aparentemente, residir o lucro deles em trabalharem para o seu próprio. Isso faz com que seja falso e artificioso para com uns, e, para com outros, imperativo e duro, e o coloca na contingência de iludir a todos aqueles de que necessita, quando não pode fazer-se temer por eles ou não considera de seu interesse ser-lhes útil. Por fim, a ambição devoradora, o ardor de elevar sua fortuna relativa, menos por verdadeira necessidade do que para colocar-se acima dos outros, inspira a todos os homens uma negra tendência a prejudicarem-se mutuamente, uma inveja secreta tanto mais perigosa quanto, para dar seu golpe com maior segurança, frequentemente usa a máscara da bondade; em uma palavra, há, de um lado, concorrência e rivalidade, de outro, oposição de interesses e, de ambos, o desejo oculto de alcançar lucros a expensas de outrem. Todos esses males constituem o primeiro efeito da propriedade e o cortejo inseparável da desigualdade nascente (ibid., p. 97).

Os homens, de autossuficientes e felizes que eram, trabalham e agitam-se até a morte em busca de uma felicidade inalcançável, pois seu objetivo não está em suas próprias pessoas, mas nos outros:

> [...] o homem selvagem e o homem policiado diferem de tal modo, tanto no fundo do coração quanto nas suas inclinações, que aquilo que determinaria a felicidade de um reduziria o outro ao desespero. O primeiro só almeja o repouso e a liberdade, só quer viver e permanecer na ociosidade e mesmo a ataraxia do estoico não se aproxima de sua profunda indiferença por qualquer outro objeto. O cidadão, ao contrário, sempre ativo, cansa-se, agita-se, atormenta-se sem cessar para encontrar ocupações ainda mais trabalhosas; trabalha até a morte, corre no seu encalço para colocar-se em situação de viver ou renunciar à vida para adquirir a imortalidade; corteja os grandes, que odeia, e os ricos, que despreza; nada poupa para obter a honra de servi-los; jacta-se orgulhosamente de sua própria baixeza e da proteção deles, e, orgulhoso de sua escravidão, refere-se com desprezo àqueles que não gozam a honra de partilhá-la. Que espetáculo não seriam para um caraíba os trabalhos penosos e invejados de um ministro europeu! Quantas mortes cruéis não preferiria esse selvagem indolente ao horror de tal vida que frequentemente nem sequer se ameniza pelo prazer de bem proceder! Mas, para aquilatar o objetivo de tantos cuidados, seria preciso que as palavras poder e reputação tivessem um sentido para seu espírito e que soubesse existir uma espécie de homens que dão valor aos olhos do resto do mundo e se sentem satisfeitos consigo mesmos mais pelo testemunho de outrem do que pelo seu próprio. Tal, com efeito, a verdadeira causa de todas essas diferenças: o selvagem vive em si mesmo; o homem sociável, sempre fora de si, só sabe viver baseando-se na opinião dos demais e chega ao sentimento de sua própria existência quase que somente pelo julgamento destes. Não cabe no meu assunto mostrar como de tal disposição nasce tamanha indiferença pelo bem e pelo mal, com tão belos discursos sobre a moral; como, tudo reduzindo-se às aparências, tudo se torna artificial e representado, seja a honra, a amizade, a virtude, frequentemente mesmo os próprios vícios com os quais por fim se encontra o segredo de se glorificar; como, em uma palavra, perguntando sempre aos outros o que somos e não ousando jamais interrogarmo-nos a nós mesmos sobre esse assunto, em meio a tanta filosofia, humanidade, polidez e máximas sublimes, só temos um exterior enganador e frívolo, honra sem virtude, razão sem sabedoria e prazer sem felicidade. [Basta-me ter provado não ser esse, em absoluto, o estado original do homem e que unicamente o espírito da sociedade e a desigualdade, que ela engendra, é que mudam e alteram, desse modo, todas as nossas inclinações naturais] (ibid., p. 114-15. Trecho entre chaves não incluído por Smith).

Um ponto fundamental de discordância entre Smith e Rousseau consiste na concepção do estado primitivo. Se para o último ele seria "a era de ouro" da humanidade, para o filósofo escocês esse "estágio" da sociedade é "miseravelmente

pobre" (WN, Introd., par. 4). Isso é reiterado em todas as obras de Smith, sem exceção. Além do mais, há algo que Rasmussen não salientou suficientemente: a sociabilidade é da natureza humana para Smith. Nós nos conhecemos por meio do outro, e dele necessitamos. Toda a questão da simpatia tem esse aspecto como eixo central. Trataremos do primeiro ponto em detalhes no próximo capítulo, e de ambos no Capítulo VI desta tese. Por ora, basta sabermos que o "estágio" primitivo é bastante infeliz, na concepção do filósofo. Por isso, quanto às críticas contidas no primeiro trecho, ele parece concordar com elas em boa medida, inclusive quanto ao surgimento da escravidão, como veremos nos dois capítulos finais. No entanto, Smith não concordaria com a ideia de que "a miséria" germinou e cresceu "com as colheitas". Para ele, o cultivo das terras, mesmo implicando grande desigualdade, melhora o provimento de todos.

> Por causa desses trabalhos humanos, a terra foi obrigada a redobrar sua fertilidade natural, para manter um número maior de habitantes. É em vão que o altivo e insensível senhor de terras vê seus amplos campos e, sem pensar nas carências de seus irmãos, consome em sua imaginação tudo o que ali está plantado. Nunca o provérbio popular e comum, de que os olhos são maiores do que a barriga, confirmou-se mais que nesse caso. A capacidade de seu estômago não mantém nenhuma proporção com a imensidão de seus desejos, pois não receberá nada além do que o mais simples camponês. É obrigado a distribuir o que sobra entre os que melhor preparam o pouco de que ele faz uso, entre os que arrumam o palácio em que se consumirá esse pouco, entre os que proveem e mantêm em ordem todas as diversas miudezas e bugigangas empregadas na economia da grandeza; entre todos os que de seu luxo e capricho extraem a porção das necessidades da vida que debalde teriam esperado de sua humanidade ou de sua justiça. Em todos os tempos, o produto do solo sustenta aproximadamente o número de habitantes que é capaz de sustentar. Os ricos apenas escolhem do monte o que é mais precioso e mais agradável. [...] São conduzidos por uma mão invisível a fazer quase a mesma distribuição das necessidades da vida que teria sido feita, caso a terra fosse dividida em porções iguais entre todos os seus moradores; e assim, sem intenção, sem o saber, promovem os interesses da sociedade, e oferecem meios para a multiplicação da espécie. (TMS IV.1.10. Trad. p. 225-26, com modificações).

Além disso, nas LJ relata-se que Smith já afirmava que a divisão do trabalho leva à opulência (cf. LJ, p. 490, p. ex.)[21]. Não há, portanto, a produção da miséria com o progresso, mas o contrário. Veremos nos capítulos V e VI que isso é uma pré-condição fundamental para a felicidade no conceito do filósofo escocês.

Quanto ao segundo trecho, no que respeita à diferença entre ser e parecer, para gozar da boa opinião alheia, Smith certamente aceita que isso é uma consequência do convívio social, porém não seu resultado em regra, pois, como já vimos, nós constituímos nossa "subjetividade" na interação com o outro, por meio do mecanismo da simpatia. A desigualdade social também tem seus males, mas o filósofo escocês considera que suas boas consequências os compensam. Imediatamente, no que concerne ao bem-estar, não parece importar muito a desigualdade, "contanto que haja liberdade pessoal", segurança e, antes de tudo, o bom suprimento das necessidades (cf. TMS III.3.31 e trecho acima, IV.1.10). E tudo isso pode resultar, em grau considerável, da prosperidade, que pressupõe e causa, ao mesmo tempo, a desigualdade. O "fausto majestoso" é também causa de males, como vimos, mas igualmente causa de um bem maior. Os demais vícios são o que Smith aponta como a "corrupção de nossos sentimentos morais" e suas decorrências, mas, do mesmo modo, consequências de algo necessário, a "ambição e a distinção de posições sociais". Parece haver, de fato, uma inevitável tendência a produzir tais vícios na sociedade descrita na TMS, mas isso não quer dizer que não possa haver melhoras. Para tanto, Smith considera importante a educação e o cultivo das letras e das ciências[22]. Finalmente, quanto à dependência mútua e a competição, o filósofo não tem uma visão predominantemente negativa disso, pois a dependência estabelecida pelas trocas comerciais é impessoal; portanto, longe de causar dependência direta entre os indivíduos, suprime-a – isso está presente tanto nas LJ quanto, notoriamente, na WN, na qual não nos deteremos neste capítulo.

As críticas contidas no último trecho são aquelas com as quais Smith parece simpatizar mais. É o próprio quadro que pinta dos males inerentes à sociedade da acumulação e do progresso. Trata-se da crítica em que Smith teria dado razão a Rousseau, segundo Rasmussen. O comentador se detém nesse aspecto ao longo de toda a obra mencionada[23]. Na verdade, apesar de o comentador afirmar que Smith "encontra uma resposta" para essa crítica à "sociedade civil" – se é que se pode dizer o filósofo

[21] Trataremos do "sistema da opulência" em Adam Smith no Capítulo IV desta Tese.
[22] Trataremos em parte da questão da educação em Smith no Capítulo VI. Para um tratamento mais detalhado da questão, ver Rasmussen (2008), Cap. 3, Seções 3 e 4.
[23] Cf. RASMUSSEN (2008), p. 13, as Seções 5 dos Caps. 1 e 2 e o Cap. 4.

escocês pretendia "responder" a tais críticas[24] –, ele não mostra de fato qualquer "resposta". Por isso, quem estiver ansioso por encontrar uma "solução" para esse "ataque" à "sociedade do comércio", terá de recorrer a uma avaliação de "custos e benefícios", como o faz Rasmussen (op. cit., p. 13; cf. Cap. 4).

Mas se o quadro que Smith nos exibe da prosperidade social na TMS não é bem alentador, convém matizá-lo. Há aspectos importantes da vida que não se ligam diretamente à esfera econômica, como a amizade, que o filósofo salienta ser um dos maiores bens que podemos ter, e a vida familiar, quando nela houver bom entendimento e amor mútuo (cf. TMS I.ii.4.1 e 2). Além disso, no quadro da TMS, ele sustenta que, afora os benefícios ilusórios da riqueza,

> Em termos de conforto físico e paz de espírito [*peace of mind*], todas as diferentes condições de vida encontram-se quase na mesma situação, e o pedinte que se banha ao sol nas beiras das estradas possui a segurança pela qual lutam os reis (IV.1.10)[25].

Infelizmente, porém, nesse sistema todos os aspectos da vida parecem ligar-se, em grau considerável, ainda que indiretamente, às condições materiais da vida. Apenas salientamos que há mitigações ao quadro sombrio que, se reunimos tudo quanto na TMS se relaciona à prosperidade, Smith nos mostra. Em meio a tudo isso, há espaço para as virtudes amáveis, assim como para as respeitáveis; é possível cultivar a amizade e a estima dos familiares e vizinhos; e é possível manter a consciência limpa pelo cumprimento dos deveres, se não houver qualidades adicionais a nos abrilhantar.

Na verdade, Smith jamais afirmou que as pessoas vivem, em sua maioria, infelizes, mas o contrário. O "estado natural e ordinário", aquele ao qual pouco se pode acrescentar em termos de felicidade, é o mesmo em que ele afirma encontrar-se "a maior parte dos homens" (I.iii.1.7), e é justamente por isso que os pobres padecem do desprezo da maioria.

---

[24] Ao longo desta tese criticaremos a concepção, a nosso ver não só anacrônica, mas errônea no que respeita ao conjunto da obra de Smith, segundo a qual o filósofo busca "defender" a sociedade comercial das apreciações negativas a seu respeito.

[25] Smith continua a defender essa posição na revisão de 1790, e inclui passagens em que isso é ratificado, como o trecho citado há pouco, III.3.31. Curiosamente, veremos que, na WN, muitas vezes não é assim que o filósofo retrata a condição dos operários.

II.iii. A verdadeira tendência à infelicidade

Delimitam-se, portanto, dois grupos de indivíduos que realmente parecem tender à infelicidade, os ambiciosos acumuladores e uma parte dos pobres, representada por aquele que "sente que [sua pobreza] ou o coloca fora das vistas do gênero humano, ou, se o notam, não têm, contudo, quase nenhum sentimento solidário para com a penúria e a aflição de que padece" (I.iii.2.2).

II.iii.1. Quem são os pobres

Aqui, não podemos escamotear uma dificuldade em Smith: ele não define claramente quem são esses pobres. Algumas vezes parecem ser trabalhadores, outras, indigentes. Além disso, somente em I.iii o autor salienta o problema da pobreza na TMS. Mais ainda, há várias outras passagens, algumas já vistas por nós mais acima, em que ele destaca que o pobre e o pedinte não vivem mal. Há muito mais destaque para a infelicidade do ambicioso acumulador.

Dentre os pobres que recebem o desprezo alheio, parece incluir-se o "trabalhador da mais baixa condição" (*meanest labourer*). Em I.iii.2.1, Smith afirma que temos "aversão à sua situação". No entanto, "se examinarmos sua economia com rigor", veremos, segundo o filósofo, que ele vive bem, e até "em ocasiões extraordinárias, pode gastar algo com a vaidade e a distinção". A esse trabalhador parece corresponder, no ED, o "pobre trabalhador" (*poor labourer*), que não é, de modo algum, o artesão ou operário. Trata-se do lavrador. De acordo com Smith, ele "parece [...] calcado abaixo do solo pelo peso deles [dos demais 'membros da república'], como que enterrado nas mais baixas fundações do edifício", e é "o mais baixo e o mais desprezado dos membros da sociedade civilizada" (ED, pp. 564). Todavia, ele desfruta de "maior afluência e abundância de bens" do que "o mais ativo e respeitado selvagem pode esperar obter" (ibid.). Pode-se inferir, portanto, que, embora esse "trabalhador da mais baixa condição" sofra com o desprezo dos demais grupos sociais, ele não vive na miséria, e talvez até encontre, no interior de seu grupo, o respeito dos próximos.

Quem, então, é o pobre miserável? Seria de se concluir, talvez, que aquele a quem os "alegres e dissipados" se dão ao trabalho de "enxotar para fora de suas vistas", o que vem "perturbar [...] a serena felicidade" dos "orgulhosos e bem afortunados" com

“a face nauseabunda da miséria” (I.iii.2.1) não é nem sequer o “pedinte nas beiras das estradas”, mas aquele que se encontra na mais extrema condição de indigência – aparentemente, para Smith, uma minoria.

Assim, no que concerne aos pobres, há um sofrimento decorrente do desprezo que sentem por eles os demais grupos sociais, mas isso não significa que sejam muito infelizes; a maioria é capaz de se suprir das “necessidades e conveniências da vida”, e pode encontrar, no interior de seu grupo social, o respeito dos próximos e familiares.

II.iii.2. Os graus de ambição: quem são os acumuladores

Resta, então, saber quem são os acumuladores de riquezas no “pequeno sistema econômico” da TMS.

Retomemos o trecho em que Smith pela primeira vez em suas obras publicadas menciona o “propósito de melhorar nossa própria condição”.

> É porque o gênero humano é disposto a simpatizar mais inteiramente com nossa alegria do que com nosso pesar que ostentamos nossas riquezas e ocultamos nossa pobreza. Nada é tão mortificante quanto sermos obrigados a expor nossas mazelas às vistas do público e sentirmos que, embora nossa situação esteja exposta aos olhos de todo o gênero humano, nenhum mortal concebe por nós a metade do que sofremos. Do mesmo modo, é principalmente pela atenção que dedicamos aos sentimentos do gênero humano que buscamos a riqueza e evitamos a pobreza. Pois qual é o propósito de toda fadiga e alvoroço desse mundo? Qual é a finalidade da avareza e da ambição, da busca por riqueza, por poder e por preeminência? É para suprir as necessidades naturais? Os salários do mais simples trabalhador podem supri-las. Vemos que eles lhe proporcionam comida e roupas, o conforto de uma casa e de uma família. Se examinássemos sua economia com rigor, verificaríamos que ele despende uma grande parte de seus salários em conveniências que podem ser vistas como supérfluas, e que em ocasiões extraordinárias ele pode dedicar uma parte até para a vaidade e a distinção. Qual é, então, a causa de nossa aversão à sua situação, e por que os que foram educados nas posições mais altas da vida considerariam pior do que a morte ser reduzidos a viver, mesmo sem trabalhar, com a mesma refeição simples que ele, a habitar sob o mesmo teto baixo e vestir-se com os mesmos trajes humildes? Imaginam que seu estômago estará melhor, ou seu sono mais saudável em um palácio do que em uma casa simples? O contrário tem sido tão frequentemente observado, e, na verdade, é tão óbvio, ainda que jamais houvesse sido observado, que ninguém o ignora. De onde provém, então, essa emulação que perpassa todos os homens de todas as diferentes ordens; e quais são as vantagens a que aspiramos com esse grande propósito da vida humana ao qual denominamos melhorar nossa condição? Ser observados, olhados com atenção, notados com simpatia, complacência e aprovação, tais são todas as vantagens que podemos pretender derivar disso. É a vaidade, não a tranquilidade ou o prazer que nos interessa. (TMS, I.iii.2.1).

Nesse trecho aparecem “nós”, “ele” e “eles”. “Nós” ostentamos nossa riqueza e escondemos nossa pobreza. “Nós” nos mortificamos ao expor nossas mazelas. “Nós” buscamos a riqueza e evitamos a pobreza. “Ele” é o “trabalhador de mais baixa condição”, que supre suas necessidades por meio de seus salários. “Ele” habita uma casa simples, faz refeições simples, veste-se com trajes simples. “Nós” temos aversão à condição desse trabalhador. “Eles” são os educados nas posições mais altas, que consideram “pior do que a morte” viver nas condições modestas do “trabalhador de mais baixa condição”. “Nós” aspiramos, “com o grande propósito da vida humana de melhorar nossa condição”, à vantagem de obtermos a simpatia fácil dos outros. A “nós” interessa a “vaidade, não o conforto do corpo e o prazer”.

Os três primeiros “nós” parecem ser os humanos em geral. Buscar a riqueza e evitar a pobreza, em termos gerais, é algo que se aplica a todos. Porém, daí para diante há algo diverso. Temos o trabalhador de mais baixa condição, contemplado à distância. Ele vive uma vida satisfatória, mas eles, os educados nas posições mais altas, “considerariam pior do que a morte” ter uma vida como a dele. “Nós” não somos “ele”, nem “eles”. Isto é, “nós” consiste no grupo intermediário, nem o trabalhador simples, nem os das posições sociais mais altas. Propomos que “nós” seja o público letrado, de condição mediana ou algo superior, mas não tão elevada, a que Smith pertence e a quem se dirige, como seu público – um público de boa condição de vida, mas não os “ricos e poderosos”, e certamente não o “trabalhador da mais baixa condição”.

É certo que o “propósito [...] a que chamamos melhorar nossa condição” perpassa todas as posições sociais, mas esse público leitor é o candidato a aspirar à gratificação de sua vaidade por meio da acumulação de riquezas. Parece lícita a cogitação de que essa “emulação” atinge a todos, mas não, talvez, no mesmo grau e da mesma forma. Na passagem acima, Smith afirma que o simples trabalhador até dedicará uma parte de seus salários à “vaidade e à distinção”. Mas qual distinção? A que ele pode ter, em seu meio modesto.

Os “grandes”, os “ricos e poderosos”, não são acumuladores. Eles já estão sob os olhares do “gênero humano”. São ostentadores de sua “superioridade”.

> [Quanto ao rico e poderoso] se seu comportamento não for inteiramente absurdo, ele tem a todo momento oportunidade de atrair o interesse do gênero humano, e de se tornar objeto da observação e do sentimento solidário [*fellow-feeling*] de todos à sua volta. (TMS I.iii.2.1)
> Seus ares, suas maneiras, sua postura, tudo marca aquele elegante e

> gracioso senso de sua própria superioridade, que os homens nascidos nos estratos inferiores dificilmente podem alcançar. Estas são as artes pelas quais ele [o jovem nobre] se propõe fazer com que o gênero humano mais facilmente se submeta à sua autoridade, de modo que possa governar suas inclinações conforme queira; e quanto a isso ele raramente é desapontado. (TMS I.iii.2.4)

O acumulador será predominantemente uma pessoa de posição social considerável, mas não um "rico e poderoso". Por outro lado, o trabalhador pobre, de maneira geral, não aparece na TMS como candidato a acumulador de riquezas, um ambicioso.

Em I.iii.2.5, ao narrar a conduta acumuladora, Smith fala das pessoas "educadas nas camadas médias e inferiores da vida". Mas seu personagem em nada lembra o "trabalhador da mais baixa condição", nem sequer um artesão simples. O filósofo afirma que esse personagem, "se quiser distinguir-se" e "adquirir dependentes", deverá ter "superior conhecimento em sua profissão".

> Deve ser paciente na labuta, resoluto diante do perigo, e firme nas situações de aflição. Esses talentos, deve trazer às vistas do público, pela dificuldade, pela importância e, ao mesmo tempo, pelo bom planejamento de seus empreendimentos (ibid.).

Difícil associar a tais circunstâncias um tecelão, ferreiro ou fiador. O acumulador, portanto, não é um artesão simples, muito menos o "trabalhador da mais baixa condição".

Contudo, a figura do ambicioso "filho do homem pobre", em IV.1.8, poderia colocaria em cheque essa interpretação. Pareceria que o pobre, tanto quanto todos os outros estratos sociais, é um possível candidato a acumulador. De fato, é possível, mas não provável. Atentemospara a passagem: "O filho do homem pobre, a quem os céus em fúria tocaram com a ambição, quando começa a observar seu entorno, admira a condição dos ricos" (ibid.). Ele não é uma pessoa comum, é uma exceção[26]. Os "céus em fúria [o] tocaram com a ambição"; não é qualquer filho de homem pobre. Ele

> Passa a considerar o chalé de seu pai muito pequeno para sua acomodação, e acredita que estaria mais bem abrigado em um palácio. Desagrada-lhe ser obrigado a andar a pé ou passar pela fadiga de se locomover montado a cavalo. Ele vê seus superiores serem

[26] Fleischacker (2004) aponta com precisão que o "filho do homem pobre" não representa, para Smith, uma pessoa pobre comum, mas um ambicioso extraordinário. Cf. ibid., pp. 105-107.

> transportados por carruagens, e imagina que em uma delas poderia mover-se com menos inconveniência. Sente-se naturalmente indolente, e, desejoso de servir-se o menos possível com suas próprias mãos, julga que uma equipagem de numerosos serviçais lhe pouparia um bom tanto de aborrecimento. (TMS, IV.1.8)

Quando se desagrada com a choupana de seu pai, não pensa em nada menos do que um palácio. Se o aborrece montar a cavalo, pensa em uma carruagem. Indolente, pensa em "numerosos serviçais". Seu pai não era assim, nem as pessoas de seu convívio. Ele não busca, como o "o trabalhador da mais baixa condição", destacar-se em sua comunidade com alguma "vaidade e distinção" proporcional ao seu meio. O trabalhador pobre não é, na TMS, tipicamente alguém que se empenha para alcançar a condição de riqueza. O "filho do homem pobre" é extraordinário. Ele é um exemplo extremo de como opera a ilusão da utilidade para mover a acumulação no "pequeno sistema" da TMS.

Quanto a "nós", o grupo social intermediário, ele compreende os mais prováveis candidatos a buscar uma sôfrega ascensão ao "estrato superior", mas não necessariamente os indivíduos que lhe pertencem o farão. A ambição pode atingir-nos em variados graus, como a todos os demais, e provavelmente não será a maioria que terá por objetivo chegar à "riqueza e à grandeza". Certamente, permanece a emulação, porém isso não quer dizer que se tente de fato chegar lá.

Com efeito, Smith afirma que "a grande massa do gênero humano são os admiradores e veneradores [*worhsippers*]" de "riqueza e grandeza" (I.iii.3.2). Chama a atenção que o filósofo fale de "veneração". Pois o significado precípuo de venerar é "prestar culto a algo sagrado"[27]; e quem venera a uma deidade não pretende, ele próprio, ser um deus. Os veneradores são os que realizam seus "sonhos de vigília" ao se colocar no lugar dos "grandes" por meio de uma "simpatia peculiar" (I.iii.2.2). Os que decidem ascender a essa que aparece como uma "ordem de seres superiores" são poucos – e seu destino será trágico. Os demais seguirão a vida e serão afetados por graus diversos de ambição.

[27] Definição copiada de Dicionário Online Caldas Aulete, http://www.aulete.com.br/venerar.

II.iii.3. Conclusão sobre prosperidade e infelicidade

Concluímos, portanto, que, no que concerne ao conjunto da sociedade, o fato de ela ser movida pela ambição determina circunstâncias persistentes que não são as mais adequadas para o estado de "tranquilidade da mente" – do qual depende, em grande medida, a felicidade individual. Contudo, os que são mais fortemente afetados por isso, aqueles cujo estado tende a ser, ao longo ou ao fim da vida, de infelicidade, são os extremamente ambiciosos e os extremamente pobres. Entre um e outro extremo, há uma gama de pessoas ou grupos sociais que tendem a encontrar a tranquilidade possível diante das circunstâncias inerentes à sociedade do progresso. Como diz Smith, em trecho inserido na sexta edição da TMS[28],

> A infalível certeza de que todos os homens, mais cedo ou mais tarde, se acomodam ao que quer se torne sua condição permanente pode, talvez, nos induzir a pensar que os estoicos estavam, ao menos nesse ponto, muito próximos da verdade; que entre um estado permanente e outro não havia, no que concerne a verdadeira felicidade, nenhuma diferença essencial; ou, se havia alguma diferença, não era mais do que suficiente para tornar alguns desses estados simples objetos de escolha ou preferência, mas não de qualquer desejo aflito ou ansioso. (TMS III.3.30)

A ânsia por ascensão social, o desejo por adquirir mais bens, a vaidade ostentadora, tudo nos atinge em algum grau nessa sociedade. Mas isso não significa que estejamos constantemente devotados a tais objetivos ou definitivamente tomados por tais paixões. Há uma pedra no meio do caminho, ela sempre estará lá e incomodará, mas nos acostumamos a isso e seguimos a vida. Nela encontramos prazeres, exercemos virtudes e temos, provavelmente, nosso quinhão de felicidade.

II.iii. Conclusão do capítulo

Se no capítulo anterior havíamos exposto o papel da ambição principalmente pela ótica da "ilusão da utilidade", na qual Smith se detém mais, e que predomina entre os comentadores, aqui procuramos mostrar que a relutância em simpatizar com a

[28] Neste caso, como em outro acima, parece-nos lícito utilizar um trecho posterior ao período que pretendemos isolar, pois ele em nada contradiz, e vai ao encontro de tudo o que antes se expunha na TMS.

pobreza é igualmente fundamental para o "pequeno sistema econômico" da TMS. Consideramos que, a partir do que Smith afirma sobre a vaidade, ela não poderia dar origem a qualquer projeto exitoso de acumulação de riquezas. Assim, se a "economia da grandeza" é aquilo pelo que a vaidade é atraída, a aversão à pobreza representa o polo oposto, aquilo a ser evitado. É o fato de existir algo a ser evitado pela própria vaidade que permite ao filósofo inserir a prudência no círculo da ambição, sem para isso ter de recorrer a elementos externos às paixões humanas – ou, mais precisamente, a uma determinação da razão.

Permanece, assim, o princípio smithiano segundo o qual, quanto a tudo aquilo que é necessário para o gênero humano, a "Natureza" não "confiou às lentas e incertas determinações da nossa razão encontrar os meios apropriados para produzi-los" (TMS II.i.5.6, nota). "[...] erguer e sustentar" a "imensa estrutura da sociedade humana", segundo Smith, "parece ter sido, neste mundo [...] o caro e peculiar cuidado da Natureza" (TMS II.ii.3.4). Por isso "é bom que ela se imponha a nós" por meio da ilusão causada pela beleza da utilidade, de modo a que nossa ambição seja despertada e promova, assim, involuntariamente, a ordem e a lei, a civilização e o progresso necessários e inerentes à "imensa estrutura da sociedade" (IV.1.11 e II.ii.3.4). Do mesmo modo, conforme procuramos mostrar, são as paixões humanas, é a própria vaidade, ao repelir a situação de pobreza, que leva a ambição a adotar as máximas da prudência.

Surge, assim, o quadro completo desse sistema de acumulação de riquezas. O jovem ambicioso acumula durante uma vida para fugir da pobreza e chegar aos estratos superiores. Se ele for bem sucedido, ao morrer seus herdeiros desfrutarão daquilo que o acumulador não pôde: eles satisfarão sua vaidade. Mas esta não os levará a acumular mais. Ao contrário, a vaidade os levará à ostentação, já que o prazer da admiração e da simpatia fáceis do público são as únicas verdadeiras recompensas pela fortuna. Logo, eles irão desperdiçar suas fortunas em objetos de ostentação. Essa ostentação moverá a vaidade do público, o que suscitará a ambição de outros ambiciosos, os novos acumuladores, e assim por diante.

O retrato assim exposto da sociedade da progresso, como a chamamos, parece um tanto sombrio. As pessoas abdicam da felicidade de que dispõem para buscar a riqueza e o poder, na ilusão de que estas lhes trarão felicidade. Ao fim, frustram-se, quer por não atingir seu objetivo, quer porque, caso o atinjam, perceberão que ele traz

infelicidade. Em meio a isso, padecem os pobres pelo desprezo que lhes recai, padecem todos pela agitação e ansiedade que a corrida pela fortuna imprime ao todo social.

Isso, contudo, não corresponde ao que professa Adam Smith. Segundo o filósofo, a maioria das pessoas se encontra no estado natural e ordinário, isto é, em boa saúde, sem dívidas e com a consciência limpa. A esse estado, como vimos, pouco pode se acrescentar em termos de felicidade. Perguntamos como é possível tal afirmação dados os problemas apontados pelo próprio autor. Postulamos que a questão se resolve por meio da ideia de que sempre há uma felicidade possível em qualquer estado permanente em que nos encontremos. Por outro lado, a ambição não parece atingir a todos no mesmo grau. Poucos terão a infelicidade de se tornar ambiciosos extremos ou acumuladores de riquezas; no polo oposto, poucos serão os pobres em tão grande penúria que não possam contar com um grau razoável de bem-estar, a despeito da aversão dos outros grupos sociais por sua modesta condição. Assim, entre os sôfregos ambiciosos e as pessoas em extrema pobreza, há certa gama de grupos sociais intermediários, em que se compreende a maioria das pessoas, que desfruta de um grau razoável de felicidade, ainda que muito distante do ideal.

Para finalizar, acrescentamos aqui que a descrição desse sistema de acumulação de riquezas parece pressupor uma sociedade altamente estratificada, em que ricos senhores de terras formam a classe modelar, para a qual se dirigem todos os olhares e sonhos, assim como as mais fortes ambições, as que parecem verdadeiramente importar para a prosperidade geral.

No próximo capítulo, exporemos o sistema econômico de *A riqueza das nações*, particularmente quanto ao aspecto da motivação e importância da acumulação de riquezas. Procurarei mostrar que, quanto a isso, revela-se algo muito diverso do que ocorre na TMS.

Capítulo III

A acumulação na *Teoria dos sentimentos morais* e na *Riqueza das nações*

Se tivemos êxito em mostrar, anteriormente, que existe uma diferença conceitual importante entre as circunstâncias nas quais se processa a simpatia nas duas primeiras seções e aquelas em que isso ocorre na terceira seção da Parte I da *Teoria dos sentimentos morais;* que tal mudança implica uma espécie uma irregularidade que envolve também uma corrupção de nossos sentimentos morais; e que essa diferença, que permite a Adam Smith sustentar que há uma relutância em simpatizar com a situação de pobreza e, contrariamente, uma tendência a simpatizar facilmente com a de riqueza, importa à unidade dessa obra, na medida em que fundamenta a busca pessoal por enriquecimento em princípios da natureza humana que atuam espontaneamente; convém agora investigar se tais princípios são igualmente atuantes na outra grande obra publicada em vida por Smith, a *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*.

Sustentamos que na *Teoria dos sentimentos morais* aquela assimetria, combinada à necessária busca individual pela simpatia alheia, resultava em um sistema no qual a *vaidade* é moderada ao dividir-se entre o fascínio pela "riqueza e grandeza" e a necessidade de evitar a pobreza. Isso torna a ambição capaz de se amparar pela *prudência*, fornecendo o impulso e os meios "naturais" para a busca dos indivíduos por enriquecimento, vista como busca pela "melhoria de nossa condição". Tal ambição é o motor da indústria humana e do crescimento econômico, logo a prosperidade social tem origem na acumulação individual de riquezas. Vejamos, então, se na *Riqueza das nações* encontramos a mesma justificativa individual para o "progresso rumo à opulência", ou se ao menos os mesmos princípios são aplicáveis no âmbito das teorias ali apresentadas.

Na "Introdução e plano da obra", o objetivo da WN é claramente enunciado: trata-se de "explicar em que consiste o rendimento (*revenue*) da grande massa da população *(the great body of the people),* ou qual é a natureza dos fundos que em diferentes épocas *(ages)* e nações têm suprido seu consumo anual*"* (WN, Intr., 9). Não é seu objeto declarado investigar qual é o *princípio da natureza humana* que faz com que

esses rendimentos ou fundos venham a se constituir. Visto, porém, que a investigação é sobre "a natureza e as causas" da riqueza social, subentende-se que se incluem nessa problemática questões relativas à natureza humana. É a partir disso que podemos inquirir a pertinência ou não dos princípios expostos na *Teoria dos sentimentos morais* quanto à teoria do crescimento econômico e da acumulação de capital exposta na *Riqueza das Nações*.

III.i. Rumo à opulência

A WN se inicia com o apontamento de uma espécie de medida da riqueza social. Ela se mostra através da comparação entre as "nações selvagens" e as "civilizadas e prósperas".

> Entre as nações selvagens de caçadores ou pescadores, todo indivíduo capaz emprega-se em maior ou menor grau em algum trabalho útil (…). Tais nações, no entanto, são tão miseravelmente pobres que, por mera carência, frequentemente encontram-se, ou julgam-se encontrar-se reduzidos à necessidade seja de eliminar diretamente suas crianças e velhos, assim como os acometidos de doenças incapacitantes, seja de abandoná-los à míngua ou à voracidade das feras" (WN, "Introduction and plan of the work", p. 10).

A humanidade, portanto, é "miseravelmente pobre" em seu "estado rudimentar". Ao contrário, as sociedades civilizadas são tão opulentas que, embora muitos não trabalhem, todos são muito bem supridos.

> Entre as nações civilizadas e prósperas, ao contrário, embora um grande número de pessoas absolutamente não trabalhe, (…) ainda assim, o produto de todo o trabalho da sociedade é tão grande que todos se encontram frequentemente supridos em abundância, e um trabalhador, mesmo da mais baixa e pobre condição, caso seja frugal e industrioso pode desfrutar de uma porção maior do que é necessário ou conveniente à vida do que é possível a qualquer selvagem adquirir, por mais ativo e respeitável que seja. (WN, Idem, ibid.)

Nisto consiste a riqueza: o abundante suprimento dos indivíduos com bens necessários e convenientes à vida. Sendo assim, o que, em Smith, faz com que os homens deixem o estado de "miserável pobreza" para chegar ao de opulência?

O filósofo expõe as causas da opulência de uma nação entre no Livro I, Capítulos I a IV, e no Livro II da WN. Naquela primeira parte, com exceção de algumas minúcias, o sistema é praticamente o mesmo exposto antes no ED e nos dois fragmentos sobre a divisão do trabalho a ele reunidos (LJ, pp. 562-86). A ele corresponde o que reportam as notas de aula estudantis (LJ(A), vi.15-135; LJ (B), 133-246).

A opulência é efeito do aprimoramento dos "poderes produtivos do trabalho", isto é, decorre do aumento da produtividade do trabalho. Tal aumento se deve à divisão do trabalho em especialidades, bem como à sua subdivisão, o que Smith considera ser a

extensão de um mesmo movimento. Por causa disso, cada tipo de trabalho ("*whole work*") torna-se um negócio específico ("*peculiar trade*") (WN I.i.3, 4), assim como cada operação no interior de uma manufatura passa a ser, igualmente, um "ramo" de trabalho (ibid.). Como consequência, há um "grande aumento da quantidade de trabalho [...] que o mesmo número de pessoas é capaz de executar", resultado imediato de três circunstâncias: o aumento da destreza de cada trabalhador, ao restringir seu trabalho a uma única e simples tarefa; o tempo que deixa de ser perdido por ele ao passar de um tipo de trabalho para outro; e, finalmente, a invenção de "grande número de máquinas que facilitam e abreviam o trabalho, de modo a tornar um homem capaz de fazer o trabalho de muitos" (ibid., par. 5).

Esta última circunstância resulta duplamente da divisão do trabalho: originalmente, é fruto da maior atenção do trabalhador a uma tarefa singular, o que decorre da divisão do trabalho em especialidades e sua subdivisão em operações simples; ao longo do tempo, porém, essa divisão se desdobra, e a invenção de máquinas e ferramentas passa a ser, ela mesma, um ramo específico, levado a cabo por "filósofos" especializados em sua concepção e aprimoramento (WN I.i.8).

O trabalho despendido na agricultura é muito menos suscetível de ser dividido e subdividido do que aquele que se realiza nas manufaturas, pois no primeiro caso a ocasião para os diferentes tipos de operação ocorre em diferentes estações do ano (ibid., par. 4). Aqui Smith salienta o caráter gerador de excedente do trabalho nas manufaturas, visto que afirma que na agricultura a "superioridade do produto raramente é mais do que proporcional à superioridade do trabalho e das despesas" aplicados à produção; donde se infere que nas manufaturas a maior quantidade de trabalho e despesas resulta em um aumento mais do que proporcional do produto (ibid.)[29].

---

[29] Isso não significa que o trabalho agrícola não seja produtor de riquezas. Ao contrário, Smith afirma que é o mais produtivo, pois na agricultura "a natureza trabalha junto com o homem; e embora seu trabalho nada custe, seu produto tem valor, assim como o do mais caro trabalhador" (II.v.12). Por isso, "As operações mais importantes da agricultura parecem visar não tanto ao aumento da fertilidade da terra, embora também o façam, mas sobretudo ao seu direcionamento para a produção das plantas que sejam mais proveitosas para o homem" (ibid.). Daí que: "Os trabalhadores e o gado de trabalho empregados na agricultura, portanto, não apenas ocasionam, como os trabalhadores das manufaturas, a reprodução de um valor igual ao seu próprio consumo, ou ao capital que os emprega, juntamente com os lucros dos seus proprietários, mas a de um valor muito maior. Além da capital do agricultor e de todos os seus lucros, regularmente ocasionam a reprodução da renda do senhor de terras. Essa renda pode ser considerada como produto dos poderes da natureza, cujo uso o senhor das terras empresta ao arrendatário. Ela é maior ou menor de acordo com a suposta extensão desses poderes, ou, em outras palavras, de acordo com a suposta fertilidade natural ou melhorada da terra. É o trabalho da natureza que permanece depois de se deduzir ou compensar tudo o que pode ser considerado trabalho do homem" (WN II.v.12). Portanto, a produtividade da terra é muito mais do que proporcional às despesas que são feitas para o seu cultivo. O mesmo não ocorre com o aumento das despesas: ele ocasiona um aumento apenas proporcional do

A divisão e subdivisão do trabalho dependem da extensão do mercado. Quanto maior for o mercado, maior poderá ser o grau de especialização e menor o número de operações realizadas pelo trabalhador. A extensão do mercado, por seu turno, depende do número de habitantes de cada região, e especialmente da facilidade de transporte de mercadorias entre cidades e entre nações (WN I.iii).

No que respeita aos princípios da natureza humana, a divisão do trabalho, como se sabe, "É a consequência necessária, embora muito lenta e gradual, de certa propensão da natureza humana, que não tem em vista tão extensa utilidade: a propensão a negociar, barganhar e trocar uma coisa por outra" (WN I.ii.1). A propensão a realizar essa espécie de contrato em que consiste a troca "é comum a todos os homens, e não é encontrada em nenhuma outra raça de animais, que parecem ignorar tanto esta quanto qualquer outra espécie de contrato" (ibid., 2). Na WN, Smith circunscreve seu objeto de modo a evitar a discussão sobre a origem desse princípio – se ele é original ou derivado, "como é mais provável, [...] das faculdades da razão e da fala" (ibid.). Nas notas de aula sobre suas preleções sobre jurisprudência, reporta-se que o filósofo teria afirmado que a propensão à troca deriva do "princípio de persuadir, que tanto predomina na natureza humana" (LJ (B), 221; cf. LJ (A), vi.56). Mas se na WN Smith não remete tal propensão a esse princípio original, ele, no entanto, nos informa de outro princípio: a troca resulta do amor-próprio, ou, mais particularmente, do interesse.

Com efeito, logo após mostrar que animais que parecem combinar entre si diferentes ações não o fazem senão por instinto, Smith explica por que os humanos realizam trocas. Os outros animais são capazes de subsistir sem ajuda mútua, o que não ocorre conosco. E cada homem terá mais chances de obter a ajuda necessária se não contar com a benevolência dos outros, mas sim com seu amor-próprio.

> Numa sociedade civilizada, ele [o homem em geral] tem a todo momento necessidade da cooperação e assistência de grandes multidões, […] e em vão esperaria recebê-las apenas da benevolência alheia. É mais provável consegui-las se puder **interessar o amor-próprio dos outros em seu favor**, ao mostrar-lhes que eles mesmos terão vantagem se lhe fizerem o que solicita. […] Não é pela benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos receber nosso jantar, **mas pela atenção que dedicam a seu próprio interesse**. Não nos dirigimos à sua humanidade, mas a seu **amor-próprio**, e jamais lhes falamos de nossas necessidades, mas das vantagens deles. (WN, I.ii.2 – Grifos nossos)

---

produto da terra. No caso das manufaturas, o aumento das despesas gera um aumento mais do que proporcional do produto.

É essa mesma propensão e esse mesmo interesse que dão origem à divisão do trabalho. Esses princípios parecem ser atuantes nos humanos desde nossos primórdios.

> Numa tribo de caçadores e pastores uma pessoa em particular produz arcos e flechas, por exemplo, com mais rapidez e destreza do que qualquer outra. Ele frequentemente os troca com seus companheiros por reses ou carne; **e finalmente ele descobre que dessa maneira pode obter mais reses e carne do que se ele mesmo fosse a campo apanhá-los**. Em atenção a seu **próprio interesse**, portanto, pouco a pouco a confecção de arcos e flechas passa a ser sua principal ocupação, e ele se torna uma espécie de armeiro. Outro excele na confecção dos madeiramentos e coberturas para suas cabanas ou habitações nômades. Ele costuma ser útil aos seus vizinhos desse modo, que lhe recompensam da mesma maneira com reses e carne, até que finalmente ele descobre ser de seu interesse dedicar-se inteiramente a esse emprego e tornar-se uma espécie de carpinteiro. Assim também outro se torna ferreiro ou caldeireiro; um quarto, curtidor ou preparador de peles e couros, o item principal das vestes dos selvagens. E assim, **a certeza de ser capaz de trocar toda a parte excedente**, ou acima do que irá consumir, do produto de seu próprio trabalho pelas parcelas dos produtos do trabalho de outras pessoas conforme sejam necessárias, estimula cada qual a dedicar-se a uma ocupação específica, e cultivar e aperfeiçoar qualquer talento ou gênio que possua para aquela espécie particular de atividade. (WN, I.ii.3)

Note-se que a origem da divisão do trabalho é também a origem do mercado: eles são reciprocamente determinados. É por isso que a divisão do trabalho ocorre de maneira "muito lenta e gradual". Para que cada qual se dedique a um só tipo de trabalho, é preciso que tenha a "certeza de ser capaz de trocar" o excedente por produtos dos trabalhos alheios – e, para tanto, é preciso que as pessoas tenham se especializado em um tipo de trabalho. As duas condições, portanto, terão de se realizar pouco a pouco, ao longo dos tempos, e segundo a concorrência de diversos fatores.

Reúne-se a elas uma terceira, subjacente, a acumulação de reservas (*stock*). Para que haja a especialização do trabalho, é necessário que antes haja reservas acumuladas para manter o trabalhador durante o período em que produz e vende sua mercadoria.

> No estado rudimentar da sociedade, em que não há divisão do trabalho, em que as trocas se dão raramente, e em que cada homem se provê de tudo, não é necessário acumular-se ou armazenar-se de antemão qualquer reserva com a finalidade de sustentar os negócios da sociedade. […].

> Mas uma vez que a divisão do trabalho esteja inteiramente estabelecida, o produto exclusivo do trabalho de um homem não pode suprir senão uma parcela muito pequena de suas necessidades ocasionais. A vasta maioria delas é suprida pelos produtos do trabalho de outros homens, comprados com o produto de seu próprio trabalho ou, o que vem a ser o mesmo, com o preço desse produto. Tal compra, porém, não pode realizar-se antes que o produto de seu próprio trabalho seja não apenas concluído, mas vendido. É preciso, portanto, que se armazene em algum lugar uma reserva de bens de diferentes gêneros, suficiente para mantê-lo e supri-lo com os materiais e instrumentos necessários para o seu trabalho, ao menos até o momento em que ambos aqueles eventos possam realizar-se. [...] Essa acumulação deve, evidentemente, ser anterior à aplicação de seu trabalho por tão longo período em ocupação tão específica (WN, II, Introd.).

Se a especialização do trabalho exige acumulação prévia de reservas, sua subdivisão também a requer, pois seu efeito imediato é o aumento da produtividade do trabalho, o que significa que maior quantidade de matérias-primas será necessária para a manutenção de um mesmo número de trabalhadores pelo mesmo período. Além disso, vimos que a divisão (e subdivisão) do trabalho leva à invenção de máquinas e instrumentos, os quais passam a ser necessários para a produção, e, portanto, é preciso maior quantidade de recursos acumulados para que se possa adquiri-los. Finalmente, Smith afirma que a maior divisão do trabalho implica a necessidade de maior número de trabalhadores em cada ramo de ocupação, logo será necessária uma quantidade adicional de reservas para mantê-los durante o período em que não se realizaram ainda a produção e as vendas.

> Assim como a acumulação de reservas deve, segundo a natureza das coisas, ser prévia à divisão do trabalho, assim também o trabalho só pode ser mais e mais subdividido na proporção em que as reservas são previamente mais e mais acumuladas. A quantidade de matérias-primas que um mesmo número de pessoas pode preparar aumenta em larga proporção conforme o trabalho vem a ser mais e mais subdividido; e como as operações realizadas por cada operário reduzem-se gradualmente a maior grau de simplicidade, diversas novas máquinas vêm a ser inventadas para facilitar e abreviar essas operações. Conforme a divisão do trabalho avança, portanto, a fim de dar emprego constante a um igual número de operários, faz-se necessário um igual estoque de provisões, e um maior estoque de matérias-primas e instrumentos do que se requeriam em um estado de coisas mais rudimentar, e estes devem ser previamente acumulados. Mas o número de operários em cada ramo de ocupação geralmente aumenta com a divisão do trabalho naquele ramo, ou melhor, é o

> aumento de seu número que os capacita para classificar-se e subdividir-se dessa maneira (WN, II, Introd., 3).

Tudo o que expusemos até aqui está muito próximo do que consta nas LJ e na ED. Nesse ponto, porém, cessam os paralelos. No final do trecho acima, Smith ainda fala dos operários a classificar e subdividir seu próprio trabalho. Agora, porém, surgirá um proprietário das reservas ou estoques, cujo interesse é aumentar a produtividade de seus trabalhadores. Assim, esse proprietário passa a ser responsável sozinho não só pela divisão do trabalho, mas também por suprir os operários com os melhores meios para a sua execução.

> Assim como a acumulação de reservas é previamente necessária para sustentar esse grande aprimoramento das forças produtivas do trabalho, assim também essa acumulação naturalmente leva a esse aprimoramento. A pessoa que emprega suas reservas na manutenção de trabalho necessariamente deseja emprega-la de tal maneira que produza a maior quantidade possível de trabalho. Ela se empenhará, portanto, tanto em fazer entre seus operários a distribuição mais apropriada de seu emprego, quanto em provê-los com as melhores máquinas que possa inventar ou adquirir. As habilidades dessa pessoa quanto a ambos esses aspectos são geralmente proporcionais à extensão de suas reservas, ou ao número de pessoas que elas podem empregar. A quantidade de indústria, portanto, não apenas aumenta em cada país conforme aumentem as reservas que a empregam, mas também, em consequência desse aumento, a mesma quantidade de indústria produz uma quantidade muito maior de trabalho (WN, II.Intr.4).

É aqui que ocorre uma grande mudança no pensamento de Smith relativamente ao que vinha sendo antes apontado como motor da opulência: os dois fatores que o filósofo apontava na "Introdução e plano da obra" como determinantes da abundância ou não dos "fundos" que suprem os habitantes de uma nação, a saber, primeiramente, a habilidade, destreza e planejamento com que o trabalho se realiza, dependente da divisão do trabalho, e, em segundo lugar, a proporção dos trabalhadores empregados em trabalho útil, dependente da acumulação de "reservas de capital" no país; ambos vêm a se subsumir a esta última condição. É a acumulação de reservas que produz tanto um quanto outro.

Isso permite ao filósofo introduzir um novo conceito, o de capital e, com ele, o de trabalho produtivo ou improdutivo. O capital consiste nas reservas investidas por

seus proprietários a fim de obter um rendimento periódico regular, o lucro.

> [...] quando [alguém] possui reservas o suficiente para mantê-lo por meses ou anos, ele naturalmente busca derivar uma renda da maior parte delas, e reserva para seu consumo imediato apenas o que pode mantê-lo até que esse rendimento comece a chegar. [...]
> Há duas diferentes maneiras para se empregar um capital de modo que ele confira um rendimento ou lucro a seu empregador.
> Primeiramente, ele pode ser empregado no cultivo, manufatura ou aquisição de bens, revendendo-os com um lucro. [...]
> Em segundo lugar, ele pode ser empregado no aprimoramento da terra, na aquisição de máquinas e instrumentos úteis ou outras coisas desse gênero, que conferem um rendimento ou lucro [...] (WN, II.1.2-5).

O trabalho produtivo é aquele que Smith denomina na introdução da WN de trabalho útil. Esse tipo de trabalho é o que se fixa de maneira duradoura nos materiais sobre os quais se aplica: ele acrescenta ao valor das matérias-primas que utiliza o valor de sua própria subsistência, juntamente com um lucro para o proprietário do capital, que "adiantou" ao trabalhador sua manutenção e os materiais. Em outras palavras, trata-se do trabalho que produz mercadorias.

> Existe um tipo de trabalho que se acrescenta ao valor dos objetos sobre os quais se aplica; existe outro que não tem tal efeito. O primeiro, como produz valor, pode ser chamado de trabalho produtivo; o outro, de improdutivo. Assim, o trabalho de um operário geralmente acrescenta ao valor dos materiais sobre os quais ele trabalha o valor de sua própria manutenção e o do lucro de seu mestre. O trabalho de um criado, ao contrário, não se acrescenta ao valor de coisa alguma. Embora o operário tenha seu salário adiantado pelo seu mestre, ele, em verdade, nada lhe custa, pois o valor desses salários geralmente é recuperado, juntamente com um lucro, pelo valor aumentado do objeto sobre o qual seu trabalho se aplica. Mas a manutenção de um criado nunca é recuperada. Um homem enriquece ao empregar uma multidão de operários. Ele empobrece ao manter uma multidão de criados. O trabalho destes, no entanto, tem seu valor, e merece sua remuneração tanto quanto o trabalho daqueles outros. Mas o trabalho do operário se fixa e realiza em algum objeto particular ou bem que possa ser vendido, que dura pelo menos por algum tempo após o término do trabalho. Trata-se, por assim dizer, de certa quantidade de trabalho acumulada e estocada para ser empregada, se necessário, em alguma outra ocasião. O objeto, ou, o que vem a ser o mesmo, o preço desse objeto, pode, posteriormente, se necessário, colocar em movimento uma quantidade de trabalho igual à que originalmente o produziu. O trabalho do criado, ao contrário, não se fixa ou realiza em nenhum objeto particular ou bem vendável. Seus serviços geralmente perecem no instante mesmo em que se realizam, e raramente deixam algum traço ou valor atrás de si pelo qual se possa posteriormente obter igual quantidade de serviço. (WN II.iii.1)

Ao trabalho produtivo se opõe o improdutivo, o que não produz algo que possa ser vendido pelo valor de tudo o que foi consumido para a sua produção, juntamente com um lucro[30]. Seu tipo emblemático é, como o mostra o trecho acima, o trabalho de serviçais. No entanto, há muitos outros trabalhos improdutivos que, todavia, são úteis, como é o caso daquele aplicado em vários ramos do serviço público:

> O trabalho de algumas das mais respeitáveis ordens da sociedade é, como a dos serviçais domésticos, improdutivo de qualquer valor, e não se fixa ou realiza em qualquer objeto [*subject*] permanente, ou mercadoria vendável, que perdure após o término do trabalho, e pela qual uma igual quantidade de trabalho possa ser posteriormente obtida. O soberano, por exemplo, com todos os oficiais tanto da justiça quanto militares que lhe servem, todo o exército e a marinha, são trabalhadores improdutivos. [...] A proteção, segurança e defesa da república, efeito de seu trabalho neste ano, não comprará proteção, segurança e defesa para o ano seguinte (WN II.iii.2).

Assim, os lucros do capital provêm do trabalho produtivo; não, porém, do proprietário do capital, mas do trabalhador por ele empregado. Com efeito, o lucro não guarda nenhuma proporção com qualquer trabalho executado pelo empregador do capital, mas é proporcional ao volume deste último que é investido:

> Os lucros das reservas, pode-se talvez pensar, consistem apenas em um nome diferente para os salários de um tipo particular de trabalho, o de inspeção e direção. Os lucros, contudo, são inteiramente diversos dos salários, regulados por princípios muito diferentes, e não mantêm nenhuma proporção com a quantidade, dificuldade ou engenhosidade desse suposto trabalho de inspeção e direção. Eles são regulados inteiramente pelo valor das reservas empregadas, e são maiores ou menores em proporção à extensão dessas reservas (I.vi.6).

Desse modo, capital e trabalho são completamente separados. Embora o empreendedor possa trabalhar, não é isso que o qualifica para receber um rendimento na forma de lucro. Do ponto de vista individual, a acumulação de capital resulta da

[30] Mas, contrariamente ao que poderiam sugerir os trechos citados, o trabalho produtivo não consiste apenas naquele empregado na terra e nas manufaturas – embora seja a elas que Smith dê maior destaque em toda a obra. Incluem-se entre os trabalhos produtivos, além de todos os que se aplicam sobre a terra (embora a terra possua, ela própria, fertilidade, o que possibilita a renda da terra – cf. II.v.12) e as manufaturas, os do comércio. Os dois primeiros põem em movimento "imediatamente" a maior quantidade de trabalho produtivo (II.v.11-12), mas o último também põe algum trabalho produtivo em movimento, embora sua maior contribuição produtiva seja indireta, ao possibilitar a existência e a maior produtividade dos primeiros (II.v.6-10).

parcimônia do proprietário de capital, que reinveste seu lucro em seu negócio. O capital da sociedade aumenta de maneira correspondente, pela soma das partes: quanto mais os indivíduos acumulam capital, mais a sociedade o acumula conjuntamente.

> Tudo que uma pessoa poupa de seu rendimento, ela acrescenta a seu capital, e ou bem o emprega ela mesma na manutenção de um número adicional de mãos laboriosas, ou possibilita a outra pessoa fazê-lo, ao emprestá-lo a juros, isto é, por uma parcela dos lucros. Assim como o capital de um indivíduo só pode ser aumentado com o que ele poupa de seu rendimento anual, do mesmo modo o capital da sociedade, que é o mesmo que o de todos os indivíduos que a compõem, só pode ser aumentado da mesma maneira (WN II.iii.15).

Aqui, podemos voltar ao ponto destacado mais acima, segundo o qual é a acumulação de reservas que promove a divisão e subdivisão do trabalho; agora, porém, isso se recoloca na forma plena do conceito de capital. Tanto o aprimoramento dos poderes produtivos do trabalho quanto o aumento da proporção de "trabalho útil" empregado, relativamente ao que não o é, resultam da acumulação de capital. É ela, portanto, que causa o aumento da riqueza das nações:

> O produto anual da terra e do trabalho de qualquer nação não pode ser aumentado em seu valor por nenhum outro meio que não pelo aumento do número de seus trabalhadores produtivos, ou dos poderes produtivos dos trabalhadores que já estão empregados. É óbvio que o número de seus trabalhadores produtivos nunca poderá ser muito aumentado, senão em consequência de um aumento de capital ou dos fundos destinados a mantê-los. Os poderes produtivos do mesmo número de trabalhadores não podem ser aumentados, a não ser em consequência de algum acréscimo ou aperfeiçoamento das máquinas e instrumentos que facilitam e abreviam o trabalho; ou de uma mais adequada divisão e distribuição de emprego. Em ambos os casos, um capital adicional é quase sempre necessário. É apenas por meio de um capital adicional que o empregador de qualquer trabalho pode fornecer aos seus operários máquinas melhores ou fazer uma distribuição mais adequada do emprego entre eles. Quando o trabalho a ser feito consiste em um número de partes, manter cada homem constantemente empregado de uma única maneira requer um capital muito maior do que no caso em que cada homem é ocasionalmente empregado em cada parte diferente do trabalho. Quando comparamos, portanto, o estado de uma nação em dois períodos diferentes, e verificamos que o produto anual da sua terra e do seu trabalho é evidentemente maior no último do que no primeiro, que suas terras são mais bem cultivadas, suas fábricas mais numerosas e mais florescentes, e seu comércio mais extenso, podemos ter certeza de que seu capital deve ter aumentado durante o intervalo entre esses dois períodos, e que mais deve ter sido adicionado a ele pela boa conduta de alguns que do que lhe foi subtraído pela má conduta privada de outros ou pela extravagância pública do governo (II.iii.32).

A mudança teórica que a introdução dos conceitos de trabalho produtivo e

capital opera na teoria econômica de Smith pode ser dimensionada pela inversão que ela causa. Em certo ponto do Livro II, o autor afirma que não é o trabalho, mas a parcimônia do proprietário que é a causa imediata do aumento de capital:

> É a parcimônia, e não a indústria, a causa imediata do aumento do capital. A indústria, de fato, provê aquilo que a parcimônia acumula. Mas seja o que for que a indústria possa proporcionar, se a parcimônia não o poupasse e guardasse, o capital jamais cresceria (WN II.iii.16).

Reunindo-se a isso o trecho citado mais acima, infere-se imediatamente que o trabalho, produtor direto das riquezas da sociedade, passa a ser causa indireta de seu aumento. De modo contrário, o capital, produtor indireto das riquezas, passa a ser causa direta da prosperidade social.

Segundo Cristóvão dos Santos (1996),

> É pela derivação das reservas [*stock*] em capital que chegamos a uma diferenciação entre os indivíduos envolvidos na produção, entre trabalhadores e empreendedores. [...] Ao cumprir o papel econômico que a propriedade de reservas lhes confere, esses indivíduos, vistos como empreendedores ou empreiteiros, são assim tomados mais no sentido de acumuladores de capital do que de planejadores da produção, como os consideravam Quesnay e Turgot. É sem dúvida como resultado dessa transformação conceitual que Smith vem a compreender o comportamento dos empreendedores e sua motivação como a mola propulsora da atividade econômica (ibid., p. 60).

Consequentemente, se queremos saber qual é o princípio da natureza humana que move a prosperidade na WN, devemos questionar qual é, originalmente, o princípio que leva os indivíduos a acumular capital.

III.ii. Origens da divisão do trabalho e da acumulação de reservas (*stocks*)

É bem sabido que Smith define riqueza não como um estado, mas como um fluxo que se estende da produção ao consumo de bens[31]. Portanto, uma nação pobre passa a ser opulenta conforme seu produto cresça ano após ano. São duas as "circunstâncias" segundo as quais o produto do trabalho pode ser aumentado: o aprimoramento dos poderes produtivos do trabalho, por meio de sua divisão e, como consequência, pelo uso de máquinas e instrumentos; e o aumento da proporção dos trabalhadores empregados em trabalho produtivo, em relação aos que não o são, o que depende da acumulação de capital.

Portanto, para saber qual é a origem do crescimento econômico e da opulência em Adam Smith, devemos começar por examinar a origem da divisão do trabalho.

> [A] divisão do trabalho, da qual tantas vantagens resultam, […] é a consequência necessária, embora muito lenta e gradual, de certa propensão da natureza humana, que não tem em vista tão extensa utilidade: a propensão a permutar, negociar e trocar uma coisa por outra (WN, I.ii.1).

Como a divisão do trabalho, portanto, tem origem na propensão a trocar, vejamos em que consiste essa ação "exclusivamente humana", a troca:

> Quem quer que sugira uma barganha, de qualquer espécie que seja, propõe o seguinte: **Dá-me isso que eu quero e terás isto que tu queres** – eis o significado de toda proposta desse gênero; e é dessa maneira que obtemos uns dos outros a vasta maioria dos bons ofícios de que necessitamos. (WN, I.ii.2)

Assim, trocar significa dar a alguém algo que ele quer sob a condição de receber, em contrapartida, algo que nós queremos. Numa sociedade civilizada, esse é o modo como geralmente nos provemos de todos os bens e serviços de que precisamos.

---

31 "O trabalho anual de cada nação é o fundo que originalmente fornece todas as necessidades e conveniências da vida que ela consome anualmente, as quais consistem sempre no produto imediato desse trabalho ou no que é comprado com esse produto de outras nações.
Conforme, portanto, esse produto, ou o que é comprado com ele, guarda uma proporção maior ou menor para com o número daqueles que devem consumi-lo, a nação será melhor ou pior provida com todas as necessidades e conveniências para as quais tenha ocasião " (WN, "Introdução e plano da obra", página 10).

Assim definida, a troca é movida por "interesse" ou "amor-próprio". Ela supõe que possuamos uma coisa de que não necessitemos ou que não queiramos, ao menos não tanto quanto queremos ou necessitamos de outra coisa, e por isso cedemos uma sob a condição de obter a outra. Como a pessoa que aceita realizar essa troca encontra-se na mesma situação que a nossa, no fim ambos estaremos melhor do que no princípio. Eis o que se chamaria de uma "troca vantajosa", portanto interessada. Como vimos, será a mesma troca interessada que dará origem à divisão do trabalho. Ela surge no momento em que o selvagem se torna, espontaneamente, um artesão e mercador, e disso se origina também, quase simultaneamente, a acumulação de reservas.

Porém, nessa descrição da origem da divisão do trabalho, a propensão a trocar envolve algo adicional àquela primeira ideia de troca vantajosa. Há outro princípio implícito: cada qual quer *ter mais coisas do que de outro modo poderia obter*[32]. É o princípio de acumulação que aparece. É por isso que o selvagem hipotético jamais para de produzir arcos e flechas. Não fosse porque "seu próprio interesse" inclui esse desejo pela posse de mais e mais reses e carne (ou coisas em geral)[33], não seria evidente a razão pela qual o selvagem escolhe dedicar-se de modo contínuo e exclusivo à produção de arcos e flechas. É isso que possibilita a cada qual ter a certeza de ser capaz de trocar o produto excedente de seu próprio trabalho, o que, reciprocamente, faz com que todos tenham interesse na especialização.

É verdade que a progressão não é repentina, e Smith afirma que a divisão do trabalho é "a consequência muito lenta e gradual (…) [da] propensão a permutar, barganhar e trocar uma coisa por outra" (WN, I.ii.1). Mas por que o amor-próprio do nativo se dirige precisamente para a acumulação? Por que não para outros objetivos, como conquistar a preferência das pessoas mais atraentes, ou disputar outros e mais variados talentos? Por que a busca por "ter mais"?

Há de se considerar, quanto a isso, que a condição primitiva da humanidade é, para Smith, "miseravelmente pobre". A subsistência, nesses tempos, não era de modo algum abundante. E é sempre a subsistência o que primeiramente nos preocupa. No Livro III da WN, em que se trata do "progresso da opulência" historicamente, afirma Smith que "a subsistência, na natureza das coisas, tem primazia sobre a conveniência e

---

[32] Para um bom estudo genealógico sobre a naturalização da acumulação e do crescimento econômico a partir de Adam Smith, ver MAROUBY, Christian, 2004.

[33] O autor destaca, em seu capítulo IV, "Da origem e uso do dinheiro", que, se a carne serve mal à função de meio de troca, não se pode dizer o mesmo do gado, embora este ainda seja bem mais precário que o sal e os metais.

o luxo" (WN III.i.2). Quanto ao conjunto da sociedade, nas *Lectures on jurisprudence*, a escassez é o que causa a mudança dos "modos de subsistência" - como Ronald Meek (1977) os denominou. Ali, Smith afirmava haver

> [...] quatro estados distintos pelos quais passa a humanidade, primeiramente a Era dos Caçadores, em segundo lugar, a Era dos Pastores; em terceiro, a Era da Agricultura, e, em quarto, a Era do Comércio. (LJ(A), p. 14).

A passagem de uma a outra dessas eras, definidas segundo as ocupações principais por meio das quais se obtém a subsistência, é determinada pela capacidade, ou antes a exaustão da capacidade de cada uma de prover àquela sociedade com o necessário para a sobrevivência. A multiplicação dos humanos vem a tornar, sucessivamente, cada uma delas, em certo momento, incapaz de sustentar-se, o que levaria, em longuíssimos períodos de tempo, à gradual passagem à outra[34]. Segundo o autor, quando "*finalmente, a era do comércio aflora*", a sociedade teria exercido "*toda a sua capacidade para alcançar a maior tranquilidade e conveniência*" (LJ, p. 16).

Porém, se essa é a razão antropológica e coletiva para a acumulação social de "fundos de subsistência", isso não necessariamente coincide com a motivação individual. É verdade que, na TMS, "a autopreservação e a propagação da espécie são as grandes finalidades que a natureza parece ter proposto na constituição de todos os animais", razão pela qual "A humanidade é dotada do desejo destes fins, e de aversão pelo oposto" (II.i.5.6n); no entanto, na mesma obra a busca por acumulação resulta, como vimos, de uma *ilusão* que a *utilidade* causa em nós, que nos leva a cumprir muito melhor as finalidades da natureza do que nosso desejo de autopreservação.

> E é bom que a natureza se imponha a nós dessa maneira. É essa ilusão que engendra e mantém em contínuo movimento a indústria humana (VI.i.10).

Portanto, na TMS, como em tantos outros momentos da própria WN, os interesses individual e coletivo não se movem pelas mesmas razões, mas, por uma "ordenação natural", acabam por coincidir – na verdade, o interesse coletivo se cumpre melhor assim do que se fosse diretamente buscado. Em TMS II.ii.3.5, Smith afirma que os "dois grandes propósitos da natureza" são "a sustentação do indivíduo e a

[34] Cf. LJ, pp. 14-16.

propagação da espécie", porém

> [...] quanto a estes e todos os objetivos desse tipo, ainda distinguimos a causa eficiente da causa final de todos os seus movimentos e arranjos. [...] As rodas de um relógio são admiravelmente ajustadas ao fim para o qual ele foi feito, o apontamento das horas. Todos os seus movimentos concorrem da maneira mais minuciosa para produzir tal efeito. Se elas fossem dotadas do desejo e da intenção de produzi-lo, não o fariam melhor. Ainda assim, jamais lhes atribuímos tal desejo ou intenção, mas ao relojoeiro, e sabemos que elas são postas em movimento por uma mola, que, tanto quanto as rodas, não intenciona o efeito que produz. Quando, por princípios naturais, somos levados a promover esses fins, que uma razão refinada e ilustrada nos recomendaria, tendemos fortemente a imputar a essa razão a causa eficiente dos sentimentos e ações pelos quais promovemos tais fins, e a imaginar que é fruto da sabedoria humana aquilo que, na realidade, é fruto da sabedoria de Deus (TMS II.ii.3.5).

Isso parece se relacionar à metáfora da "mão invisível". Além de estar presente na clássica passagem da *Riqueza das nações*[35], ela já se encontra, também, na *Teoria dos sentimentos morais*:

> Eles [os senhores de terras] são levados por uma mão invisível a promover aproximadamente a mesma distribuição do que é necessário à vida que teria sido feita, fosse a terra dividida em iguais porções entre todos os seus habitantes; e assim, sem pretendê-lo, sem sabê-lo, promovem o interesse da sociedade, e proporcionam meios para a multiplicação da espécie. (TMS, IV.i..11)

Nas *Lectures*, há um trecho que afirma claramente ser a necessidade que primeiramente propulsiona a "indústria" humana, mas há também a vaidade, ou o desejo por refinamento e elegância:

> Procurei explicar que as causas que dispõem o homem à indústria são, dentre todos os animais, peculiares apenas a ele: a natural fragilidade de sua constituição e seus desejos de elegância e refinamento (LJ, p. 340)

O impulso gerado pela necessidade, contudo, parece encontrar rapidamente um

[35] "Ele [o proprietário de capital] geralmente, na verdade, não tem a intenção de promover o interesse público, nem sabe o quanto ele o está a promover. Ao preferir sustentar a indústria doméstica à estrangeira, busca apenas a sua própria segurança; e ao dirigi-la de modo a que seu produto seja do mais alto valor, busca apenas o seu próprio ganho, e é assim levado, como em muitos outros casos, por uma mão invisível a promover um fim que não participava de suas intenções" (WN, IV.ii.9).

limite. Os maiores avanços devem-se à segunda das motivações:

> Mas essas necessidades [de sobrevivência] podem ser supridas sem grande dificuldade […]. Os selvagens, que não se empregam em diferentes atividades, conseguem, cada qual, suprir-se de alimentos roupas e habitação. […] Os mesmos temperamento e inclinações que o levaram [o selvagem] a realizar esses melhoramentos o impulsionam a refinamentos ainda maiores. Seu modo de vida lhe parece rude e desleixado, e não mais pode satisfazê-lo: ele busca por refinamentos e sofisticações mais elegantes. (LJ, p. 335)

Isso se assemelha em muito à ordem em que a virtude da prudência nos recomenda o aumento da fortuna externa, na Parte inserida na TMS em 1790, quanto ao "caráter da virtude". Ali, afirma o autor:

> Embora originalmente seja para suprir as necessidades e conveniências do corpo que as vantagens da fortuna externa nos são recomendadas, não é possível viver por muito tempo no mundo sem perceber que o respeito de nossos iguais, nosso crédito e posição na sociedade em que vivemos, depende muito do grau em que possuímos ou se supõe que possuamos essas vantagens. O desejo de nos tornarmos propriamente objetos desse respeito, de merecer e obter crédito e reputação entre nossos iguais [*equals*], é talvez o mais forte de nossos desejos; e nossa preocupação em obter as vantagens da fortuna é, consequentemente, muito mais estimulada e atiçada por esse desejo do que pelo de suprir todas as necessidades e conveniências do corpo, o que sempre se pode conseguir muito facilmente. (TMS VI.iii.3)

Desse modo, o "interesse" que originalmente move a acumulação parece visar, no início, ao provimento das necessidades, mas seu mais forte motor é o provimento dos objetos de vaidade. Esta, contudo, como veremos abaixo, não será mais a mesma que na TMS. Na WN, a vaidade opera de maneira ainda mais temperada, discreta, inteiramente assimilada à prudência.

Vejamos mais de perto o que é o *interesse* na sociedade em que a acumulação já se estabeleceu.

III.iii. Interesse privado e aprimoramento

Se na TMS o "motor da indústria humana" nos é apresentada segundo uma complexa urdidura de princípios da natureza humana, articulando-se o amor-próprio e o senso de justiça, a vaidade e a prudência, na WN os princípios da acumulação são expostos de maneira muito mais simples e sintética. De modo geral, a partir da *propensão à troca*, mobiliza-se o *interesse.* Ao longo de toda a obra, Smith associa o interesse à busca do maior ganho, o que está, como vimos, na origem da sociedade comercial (cf. WN I.ii.2 e 3).

E se o comércio é fruto do interesse, jamais da benevolência[36], será esse mesmo princípio ou paixão que fará com que as reservas ou fundos acumulados por algumas pessoas sejam aplicados de forma lucrativa, especialmente na forma em que "*põe para trabalhar pessoas industriosas*"(WN, I.vi.5), o que é, vimos acima, a atividade nuclear das sociedades comerciais avançadas, ou seja, da economia de uma nação. Se o possuidor de reservas as aplica numa atividade produtiva, ao empregar trabalhadores, é porque busca lucrar com isso, pois

> Ele não teria **interesse** algum em empregá-los, a não ser que esperasse obter com a venda do trabalho deles algo mais do que suficiente para restituir-lhe as reservas; e ele não poderia ter **interesse** algum em empregar uma grande quantia, em vez de uma pequena, a não ser que seus lucros tivessem alguma proporção com o montante aplicado. (WN, I.vi.5. Grifos nossos)

A própria autorregularão do sistema do comércio, baseada, como se sabe, na interação entre oferta e demanda, é, em última instância, fruto do interesse:

> A quantidade de qualquer mercadoria levada ao mercado naturalmente se ajusta à demanda efetiva. É do interesse de todos os que empregam sua terra, trabalho ou reservas [capital] para levá-la ao mercado que a sua quantidade nunca exceda a demanda efetiva; e é do interesse de todas as outras pessoas que ela nunca esteja aquém dessa demanda.

[36]Lembremos que na TMS, VII.ii.3.13-15, o comentário de Smith sobre o sistema de Hutcheson é uma crítica à rejeição do amor-próprio (self-love) como possível motivo de ações virtuosas. No parágrafo 16, o autor defende que, ao contrário, a falta de "cuidado adequado para com os objetos do autointeresse" não deixa de "diminuir um tanto a dignidade e a respeitabilidade" do caráter de uma pessoa, e que "os cuidados com nossa própria felicidade e interesse privados também constituem princípios de ação dignos de louvor. Os hábitos da previdência, da indústria, da prudência, da atenção e da compenetração geralmente são cultivados, segundo se supõe, por motivos de interesse privado (self-interested motives), e no entanto são considerados qualidades valorosas, merecedoras da estima e da aprovação de todos". Ora, esses "hábitos" são precisamente as qualidades que causam a "prosperidade" das nações na WN.

(WN, I.vii.12)

Portanto, todas as "peças" centrais do "mecanismo" do crescimento econômico se articulam em torno do *interesse*.

Esse *interesse* é o que na TMS Smith denomina, em uma única passagem, *autointeresse* (*self-interest*). Em VII.ii.3.16, Smith atribui "o cuidado com nossa própria felicidade e interesse privados" a "motivos de autointeresse [*self-interested motives*]". Já em II.ii.2.1, o filósofo atribui a "corrida por riquezas, honras e privilégios" ao exercício do amor-próprio.

> Se [um homem] quer agir de modo a que o espectador imparcial possa se identificar com os princípios de sua conduta, que é o que de todas as coisas ele mais deseja, ele deve, em ocasiões assim, como em todas as outras, atenuar a arrogância de seu amor-próprio, e rebaixá-lo a um nível tal que outros homens possam acompanhá-lo. Eles concordarão com o amor-próprio a ponto de lhe permitir ser mais preocupado com sua própria felicidade do que com a dos outros, e buscá-la, igualmente, de maneira mais enérgica. Até aí, sempre que se colocarem em seu lugar, eles prontamente o acompanharão. Na corrida pela riqueza, honras, distinções, que ele se empenhe ao máximo, que force cada nervo e cada músculo para ultrapassar todos os seus competidores. Mas se ele acotovelar ou empurrar qualquer um deles, a tolerância dos espectadores acabará inteiramente. (TMS, II.ii.2.1. Grifos nossos)

Esta última forma do amor-próprio, portanto, coincide com o autointeresse, ou "interesse privado". Amor-próprio e autointeresse são muitas vezes utilizados de modo alternativo, indiferentemente, por Adam Smith na TMS. Apenas em um trecho dessa obra o autor os distingue: contra Hutcheson, ele afirma que o amor-próprio inclui a busca pelo "prazer da autoaprovação, o reconfortante aplauso de nossas próprias consciências" (TMS, VII.ii.3.13), e, por conseguinte, pode mover também ações benevolentes. Concluímos, portanto, que o amor-próprio inclui o autointeresse, mas é mais amplo do que este. O autointeresse é o amor-próprio na forma estrita da busca pela "felicidade e interesse privados", que, em seu modo virtuoso, pertence ao âmbito da prudência, cujos objetivos são o "*cuidado da saúde, da fortuna, da posição social e da reputação do indivíduo*" (TMS, VI.i.4)[37]. É ele que move a competição por riquezas,

[37] Para um estudo muito interessante sobre o que há de comum e de diverso entre amor-próprio e autointeresse, ver FORCE, 2003.

posição, reputação. Trata-se, assim, do interesse a que se refere Smith na WN relativamente à busca por maior ganho. Porém, ao falar da acumulação de capital, o filósofo mais frequentemente se refere à frugalidade e à parcimônia do que ao interesse. Vejamos em que consistem essas qualidades.

Tanto o trabalhador quanto o proprietário de capital tendem a ser frugais. Smith menciona, por exemplo, o "camponês frugal e industrioso", para mostrar as vantagens da sociedade comercial, apesar das enormes desigualdades a ela inerentes, em face de uma sociedade de selvagens:

> […] as acomodações de um príncipe europeu nem sempre excedem em tanto as de um camponês frugal e industrioso quanto às acomodações deste excedem a de muitos reis africanos, senhores absolutos das vidas e liberdades de dez mil selvagens nus (WN, I.i.11).

Na verdade, Smith trata a frugalidade e a prudência como "naturais" aos trabalhadores. Ele o mostra, por exemplo, ao defender o trabalho livre contra o trabalho escravo, por conta da vantagem econômica do primeiro[38]. Uma das razões disso é que nos dois casos o "senhor" ou o contratante terão de arcar com a manutenção do trabalhador, porém, quando se trata de um escravo,

> (…) os fundos destinados a repor ou reparar, se assim posso dizê-lo, o desgaste do escravo são normalmente administrados por um capataz negligente ou um senhor descuidado. Os fundos destinados ao mesmo fim, com respeito ao homem livre, são administrados por este mesmo. No primeiro caso, as desordens que em geral reinam na economia do rico se introduzem naturalmente na administração desses fundos, ao passo que, no segundo caso, a **estrita frugalidade e a parcimoniosa atenção** dos pobres se estabelecem com igual naturalidade nessa administração (WN, I.VIII.41. Grifos nossos).

Aqui, o "homem rico" não é retratado como frugal e parcimonioso. Mas esse é um caso específico: se na economia do "homem rico", nesse trecho, "as desordens em geral reinam", é porque se trata de um proprietário de terras ocioso. No entanto, geralmente o "proprietário de capital" é tão "naturalmente" dotado de frugalidade e parcimônia quanto o trabalhador. O mercador, por exemplo, inclina-se naturalmente à parcimônia na maior parte das circunstâncias: "*A alta taxa de lucro parece em toda parte destruir* ***a parcimônia que, em outras circunstâncias, é natural ao caráter do***

[38] Veremos que Smith não é contra a escravidão apenas em virtude de interesses econômicos. Sua condenação é de caráter moral, e peremptória. Trataremos disso nos Capítulos V e VI desta tese.

mercador" (IV.vii.3.61. Grifos nossos.). Em geral, qualquer proprietário de capital bem-sucedido é frugal.

> Raramente ocorre […] que grandes fortunas sejam feitas […] em qualquer ramo de negócios bem conhecido, regular e estabelecido, a não ser em consequência de uma longa vida de indústria, frugalidade e dedicação. (WN, I.x.b.38)

É verdade que por vezes um "especulador" pode fazer fortuna súbita, mas do mesmo modo pode perdê-la, e portanto não é esse tipo de acumulação que conta para a prosperidade de uma nação.

> Um ousado aventureiro por vezes pode adquirir uma considerável fortuna em duas ou três especulações bem sucedidas; mas é igualmente provável que ele a perca em duas ou três mal sucedidas. (WN, I.x.b.38)

De fato, o que permite que o capital seja acumulado é a parcimônia (isto é, a poupança).

> Os capitais são aumentados pela parcimônia e diminuídos pela prodigalidade e má conduta.
> O que quer que uma pessoa poupe de seu rendimento, ela acrescenta ao seu capital, e ou bem o emprega ela mesma na manutenção de um número adicional de mãos produtivas, ou permite que outra pessoa o faça, emprestando-o a juros, isto é, por uma parte dos lucros. Assim como o capital de um indivíduo só pode ser aumentado pelo que ele poupa de seu rendimento ou ganhos anuais, assim também o capital de uma sociedade, que é o mesmo que o de todos os indivíduos que a compõem, só pode ser aumentado da mesma maneira (WN, II.iii.13-14).

A frugalidade e a parcimônia, qualidades ligadas à poupança, se opõem à prodigalidade, ligada ao desperdício. Do mesmo modo, a má administração ou negligência se equipara à prodigalidade, em oposição à diligência. Mas para Smith, tanto a parcimônia quanto a diligência *sempre* prevalecem.

> Os efeitos da má administração são frequentemente os mesmos que os da prodigalidade. Todo projeto insensato e malsucedido (…) tende da mesma maneira a diminuir os fundos destinados à manutenção de mãos produtivas. (…)
> Mas na verdade dificilmente ocorrerá que as circunstâncias de uma grande nação sejam muito afetadas quer pela prodigalidade, quer pela negligência dos indivíduos; o esbanjamento e a imprudência de alguns é sempre mais do que compensada pela frugalidade e diligência de outros" (WN, II.iii.26-27)

Portanto, parcimônia e diligência são motores da prosperidade econômica. A pessoa que possui reservas tenderá "naturalmente" a cultivar ambas. Ele "naturalmente" procurará obter um rendimento da maior parte de suas reservas – isto é, irá poupá-las do consumo imediato para aplica-las como capital.

> Quando as reservas que um homem possui não são mais do que suficientes para mantê-lo por poucos dias ou semanas, ele raramente pensa em derivar delas um rendimento. [...]
> Mas quando ele possui reservas suficientes para mantê-lo por meses ou anos, ele naturalmente se empenha em obter um rendimento da maior parte delas, reservando para o seu consumo imediato apenas tanto quanto possa mantê-lo até que esse rendimento venha entrar. [...] A parte que ele espera que lhe dê um rendimento é chamada de capital. A outra é a que supre seu consumo imediato (WN II.i.2).

Do mesmo modo, ele será diligente em sua aplicação, pois, nas palavras de Smith, "A pessoa que emprega suas reservas na manutenção de trabalho **necessariamente** deseja empregá-la de tal maneira que produza a maior quantidade possível de trabalho" (WN II.Intr.4. Grifos nossos). Em certo momento do Livro II, o filósofo é específico quanto ao que leva alguém a manter seu capital, em vez de dilapida-lo para seu consumo:

> Com o que poupa anualmente, um homem frugal [...] proporciona a manutenção de um número adicional de mãos produtivas naquele mesmo ano ou no seguinte [...]. [Esse fundo] é preservado, contudo, por um princípio muito poderoso, **o claro e evidente interesse** de todo indivíduo que detenha ou venha a deter qualquer parcela de sua propriedade. Depois disso, nenhuma parcela desse fundo pode ser empregada para outra coisa que não mãos produtivas, a não ser com evidente perda para a pessoa que assim o perverte de sua destinação própria (WN II.iii.19, grifos nossos).

Trata-se do mesmo princípio que leva cada qual a empregar seu capital ou seu trabalho no ramo que seja mais lucrativo – e, consequentemente, naquele em que ele é mais necessário, e, portanto, mais vantajoso para a sociedade[39]. Com efeito, ao defender

[39] Como vimos, o interesse individual faz com que a busca por maiores ganhos por parte de cada pessoa na esfera da produção corresponda às demandas dos indivíduos na esfera da circulação. Como se pressupõe que cada qual saiba do que necessita melhor do que ninguém, assume-se que o que ele demanda corresponde à sua necessidade. Dado que o que é socialmente necessário consiste na soma das necessidades individuais, a sociedade, desse modo, supre-se do que necessita. Os mesmos pressupostos fazem com que o melhor suprimento das necessidades sociais corresponda à produção do maior valor econômico possível. Trataremos da questão do valor em Adam Smith no próximo capítulo.

a vantagem social da supressão de favorecimentos ou restrições legais a setores específicos da economia, Smith afirma que tal vantagem decorre da liberdade dos indivíduos para aplicar seu capital ou seu trabalho onde julguem que possam ganhar mais, isto é, conforme o seu interesse:

> Todos os sistemas de preferência ou de restrição, portanto, sendo assim completamente removidos, o sistema óbvio e simples de liberdade natural[40] estabelece-se por si mesmo. Todo homem, desde que não viole as leis da justiça, é deixado perfeitamente livre para perseguir seu próprio interesse à sua maneira e para colocar seu trabalho e seu capital em competição com os de qualquer outro homem ou ordem de homens. O soberano está completamente desincumbido de um dever no cumprimento do qual, caso o tente, se exporá sempre a inúmeras ilusões, e para o propósito do qual nenhuma sabedoria ou conhecimento humano jamais poderia ser suficiente: o dever de supervisionar a indústria dos particulares e dirigi-la para os empregos mais adequados ao interesse da sociedade (WN IV.ix.51).

Parcimônia e diligência, portanto, obedecem ao mesmo princípio: o interesse. Por que se aplicam as reservas em atividades produtivas? Para ganhar mais, isto é, por interesse. E por que o indivíduo frugal poupa sua renda e a reaplica em seu negócio? Não há dúvidas de que a resposta é a mesma. E a boa administração ou diligência, o que é senão o cuidado de ter todo o lucro possível com o seu capital? Mas por que trabalhadores e proprietários de capital, por um lado, e consumidores, por outro, estão sempre atentos ao seu interesse? Aqui, a resposta parece residir no mesmo que na TMS: o desejo de melhorar nossa condição.

> Com respeito ao esbanjamento, o princípio que impulsiona ao gasto é a paixão pelo gozo presente; o qual, embora por vezes violento e quase irrefreável, em geral é apenas momentâneo e ocasional. **Mas o princípio que leva a poupar é o desejo de melhorar nossa própria condição**, desejo esse que, embora calmo e desapaixonado, acompanha-nos desde o ventre materno, e não nos abandona até que cheguemos ao túmulo. Em todo o intervalo entre esses dois momentos, dificilmente se encontra um único instante em que qualquer homem esteja tão perfeita e completamente satisfeito com sua situação, que não deseje nenhuma mudança ou aprimoramento, seja qual for. Um aumento da fortuna é o meio pelo qual a maior parte dos homens se propõe e deseja melhorar sua condição. Trata-se do meio mais comum e mais óbvio. E a maneira mais provável de aumentarem sua fortuna é a poupança ou acumulação de uma parte do que obtêm, seja regularmente ou anualmente, ou ainda em ocasiões extraordinárias. Embora o princípio do gasto, portanto, em todos os

[40] Trataremos do "sistema da liberdade natural" no Capítulo VI desta tese.

> homens quase sempre prevaleça em algumas ocasiões, e no caso de alguns homens, em quase todas as ocasiões, ainda assim, no caso da maior parte dos homens, considerando-se toda a trajetória de suas vidas em média, o princípio da frugalidade parece não apenas predominar, mas predominar vastamente.
> Com respeito à negligência, o número das iniciativas prudentes e exitosas é em toda parte muito maior do que o das insensatas e malsucedidas. (…) A bancarrota é talvez a maior e mais humilhante calamidade que pode se abater sobre um homem inocente. A maioria deles, portanto, é suficientemente cuidadosa para evitá-la. Alguns, de fato, não a evitam; também há os que não evitam as galés. (WN, I.iii.28-29).

E mais adiante, acrescenta o autor:

> O esforço uniforme, constante e ininterrupto de cada homem para melhorar sua condição, princípio do qual toda a opulência pública e nacional, bem como privada, originalmente se deriva, é muitas vezes poderoso o bastante para sustentar o progresso natural das coisas rumo ao desenvolvimento, a despeito da extravagância do governo e dos maiores erros de administração. (WN, II.iii.31; p. 343).

Eis o princípio por detrás do constante crescimento da riqueza das nações, do "progresso natural das coisas rumo ao desenvolvimento": o "desejo de melhorar nossa condição", o mesmo apontado como causa universal da indústria humana na TMS. O "interesse" não se volta especificamente para o suprimento da subsistência, nem para a satisfação da vaidade, mas é motivado por algo mais geral, que inclui a ambos. No entanto, o "propósito de melhorar nossa condição" não parece significar a mesma coisa na TMS e na WN. É o que sustentaremos a seguir.

III.iv. O desejo de melhorar a própria condição

A pequena, porém significativa explicação da indústria humana exposta na TMS relaciona o "propósito de melhorar nossa condição" diretamente à ambição. Esta, por seu turno, é motivada pela vaidade e pela ilusão da utilidade. É certo que, como procuramos demonstrar, a ambição não pode ser produtiva, a não ser que a vaidade seja modificada ou temperada pela prudência. Na WN, no entanto, a ênfase parece recair inteiramente sobre a prudência.

Com efeito, vimos que a parcimônia (WN II.iii.16), a frugalidade, a indústria, a dedicação e a diligência (WN, I.x.b.38, II.iii.27) são as qualidades que, motivadas pelo interesse, levam à acumulação de capital, e assim ao funcionamento do sistema econômico da

WN. Ora, em trecho inserido na TMS em 1790, portanto após a publicação da WN (1776), Smith afirma que o cuidado "*com a fortuna, a posição social e a reputação do indivíduo*" são os objetos próprios da "*virtude comumente chamada prudência*" (TMS VI.i.4.5); e os "métodos" que a prudência recomenda para que tal cuidado tenha efeito parecem coincidir perfeitamente com aquelas qualidades:

> Seus métodos preferidos para desenvolver nossa fortuna são os que não nos expõem a perdas ou riscos: verdadeiro conhecimento e habilidade em nossa profissão ou ramo de negócio, indústria e perseverança em seu exercício, frugalidade, e mesmo algum grau de parcimônia em todos os nossos gastos. (TMS VI.i.6)

E, se houver alguma dúvida quanto a isso por causa da cláusula atenuante "e mesmo algum grau de parcimônia", logo em seguida Smith assinala claramente que a pessoa regida pela virtude da prudência é uma acumuladora:

> O homem que vive de acordo com sua renda está naturalmente contente com sua situação, a qual, por acúmulos contínuos, embora pequenos, melhora a cada dia. (TMS VI.i.12. Trad. de Lya Luft, pp. 268-69, com modificações nossas).

Por outro lado, na WN a vaidade, e mesmo a ambição, são pouco mencionados, em passagens pouco importantes, e aparecem mais como fatores de prodigalidade e desperdício, apontados por Smith como prejudiciais à prosperidade das nações, do que como motores desse "sistema econômico". Há dois trechos em que ele é taxativo quanto a isso:

> Nos países em que um homem rico não tem outro modo de despender sua renda, a não ser na manutenção de tantas pessoas quanto possível, ele não tende a excedê-la, e sua benevolência, ao que parece, raramente é tão violenta a ponto de tentá-lo a manter maior número do que pode. Porém, onde ele pode gastar toda a sua renda, por maior que seja, consigo próprio, seus gastos frequentemente não têm limites, pois sua vaidade frequentemente também não o tem, e tampouco sua afeição para consigo próprio. Por isso nos países comerciais as riquezas, não obstante as mais violentas regulações legais para prevenir sua dissipação, muito raramente permanecem por muito tempo na mesma família. (WN, III.4.13)
> [...] é muito raro que a liberalidade e a hospitalidade levem à extravagância, embora a vaidade quase sempre o faça (WN, IV.i.30).

De fato, para Smith a queda do poder feudal e, simultaneamente, a origem da

sociedade do comércio, deveram-se ao encontro entre duas paixões opostas, a vaidade desperdiçadora e a avareza acumuladora:

> Uma revolução da maior importância para a felicidade pública foi, desse modo, ocasionada por duas diferentes ordens de pessoas, que não tinham a menor intenção de servir ao público. Gratificar sua mais infantil vaidade era o único motivo dos grandes proprietários. Os mercadores e artífices, muito menos ridículos, agiam meramente com vistas a seu próprio interesse, e em obediência ao princípio dos mascates, de ganhar cada centavo possível. Nenhum deles tinha conhecimento ou previsão da grande revolução que a tolice dos primeiros e a indústria dos últimos gradualmente ocasionava (TMS III.iv.17).

Mas essa avareza parece ser apenas um modo do "desejo de melhorar a própria condição", peculiar a um tempo e a um grupo social. Smith não se refere ao proprietário de capital como um avaro, e sim um parcimonioso[41]. Quanto à ambição, destacada na TMS como fundamental para a contínua impulsão da indústria humana (Cf. TMS, IV.i.8-10), não é sequer mencionada nos dois primeiros livros da WN, precisamente aqueles em que se estabelecem as causas gerais da riqueza das nações[42]. É que a figura modelar do "proprietário de capital" na WN, o que move as engrenagens da prosperidade, não parece ser um empreendedor ousado, movido por um "ideal" grandioso ou uma ávida ambição. Sua virtude cardeal, a prudência, é "antes cautelosa do que ousada, e mais preocupada em preservar as vantagens que já possuímos do que em nos impelir à aquisição de vantagens ainda maiores" (TMS VI.i.6). O proprietário de capital é mais parcimonioso do que audacioso; é alguém que calcula o retorno de seu capital, e procura garantir-se o quanto puder contra eventuais perdas.

A figura desse acumulador de capital não se parece em nada com "o filho do homem pobre, a quem os céus em fúria tocaram com a ambição" (TMS, IV.1.8), o acumulador da TMS. Também não pode ser o a figura da generalidade dos homens, na mesma obra, que busca "melhorar sua condição" para satisfazer, consciente ou inconscientemente, a vaidade, o que só pode se completar com a ostentação, e engendra "todo o alvoroço e fadiga deste mundo" (TMS, I.iii.2.1). Daniel Diatkine (2010) chama-

---

[41] Curioso é que Thomas Hobbes, no Livro I, Cap. VI do Leviatã, sustenta que mesquinhez e parcimônia são expressões da mesma paixão, conforme ela seja aprovada ou reprovada pela pessoa que a exprime: "Magnanimidade no uso das riquezas, [chama-se] liberalidade. Pusilanimidade no mesmo, mesquinhez, miserabilidade, ou parcimônia, conforme isso agrade ou não". Mas aqui estamos em um sistema valorativo e conceitual completamente diverso.

42 A primeira delas, a divisão do trabalho e seu aprimoramento, é explicada no Livro I; a segunda, o aumento da proporção de trabalho útil empregado, é diretamente proporcional à quantidade de capital acumulada, o que se explica no Livro II.

o de “acumulador silencioso”, expressão que nos parece muito apropriada. Segundo o comentador, o “acumulador silencioso” da WN não pode ser movido pela vaidade, visto que o capital, em si, não é passível de ostentação.

> Diferentemente do senhor de terras, [...] [o empresário] permanece cuidadosamente oculto pelos muros de sua austera fábrica e de seu escritório. O negociante capitalista não se expõe, não vive em uma mansão no topo da colina. À espreita, em sua “oficina secreta de produção”, como disse Marx, ele permanece silencioso. A avidez é substituída pelo lucro em nome do lucro, e essa atividade insaciável será descrita na WN como uma atividade infinita (ibid., p. 401).

Isso implica uma diferença entre “acumulação de riquezas” e “acumulação de capital”, já que a primeira visa ao consumo (ou ostentação), e a segunda, a si mesma, infinitamente. Diatkine sustenta, no entanto, haver uma unidade entre TMS e WN, e que, na verdade, a acumulação de capital já estaria sugerida na primeira. Ela seria movida não pela vaidade, mas pelo “amor aos sistemas”. O comentador defende que o “acumulador silencioso” da WN seria um “amante de sistemas”, representado na TMS exatamente pelo ambicioso “filho do homem pobre”. Como o “amor aos sistemas” é inconsciente (DIATKINE, 2010, p. 401), o jovem ambicioso da TMS – que dedica enormes esforços durante toda a sua vida supostamente para chegar à condição de grandeza, de poder e riqueza, sem, provavelmente, jamais se satisfazer – é vítima da ilusão da utilidade. Ele pensa buscar riqueza, mas na verdade é um amante de sistemas, por isso acumula dinheiro infinitamente – justamente porque o que ama são os meios, a acumulação, e não os fins que julga buscar, “um repouso elegante e sofisticado”.

Diatkine argumenta que o “filho do homem pobre” é um amante de sistemas primeiramente porque, no capítulo inicial sobre a utilidade, após descrever os colecionadores de relógios e de bugigangas, e sustentar que seus diletantismos se devem à ilusão que leva ao desejo dos meios e esquecimento dos fins, Smith afirma que esse princípio é “frequentemente o motivo secreto dos mais sérios e importantes objetivos da vida pública e privada”, para em seguida dar o exemplo do referido empreendedor. (TMS, IV.1.5-7; Cf. DIATKINE, 2010, 391). Pouco depois, Smith nomeia o princípio do engano a que somos conduzidos pela utilidade, o “amor aos sistemas”, e afirma que “o mesmo princípio, o mesmo amor aos sistemas, a mesma atenção à beleza da ordem, da arte e do projeto, frequentemente serve para tornar estimadas as instituições que

tendem a promover o bem-estar público" (TMS, IV.i.11; DIATKINE, 2010, p. 391). Segundo o comentador, se tal princípio "também serve" para promover projetos públicos, é porque nos trechos anteriores ele já operava sobre os "objetivos da vida [...] privada", a busca por riquezas, exemplificada por meio do personagem do "filho do homem pobre". Consequentemente, este é movido pelo "amor aos sistemas".

Em segundo lugar, como o jovem ambicioso se encanta com os luxos que a vaidade dos outros exibe, e visto que esses outros são, segundo Diatkine, provavelmente senhores de terras, o "filho do homem pobre" não poderia esperar alcançar essa condição, que se restringe a um círculo muito excludente. Ele não pretenderia, portanto, satisfazer à sua vaidade, alcançando a condição deles, mas apenas adquirir os luxos que lhe parecem "meios para uma vida confortável" (DIATKINE, op. cit., p. 395). Mas ele não quer um ou outro luxo em especial, ele quer os meios para adquirir luxos. Ele mesmo acredita ter em vista tornar-se um rentista, mas, segundo Diatkine, Smith mostra que ele engana a si mesmo, o que se mostraria pelo trecho abaixo:

> Fica encantado com a distante ideia dessa felicidade. Em sua fantasia, uma vida assim lhe parece própria a alguma ordem de seres superiores, até que, a fim de alcançar essa condição, ele se devota para sempre à busca por riqueza e grandeza. (TMS, IV.i.8; DIATKINE, op. Cit., p. 395).

E, prossegue Diatkine, "Essa 'felicidade' permanece 'para sempre' distante, e sua busca nunca cessa". (ibid.). A partir disso, conclui ele que:

> Smith enfatiza o caráter insaciável do desejo do 'filho do homem pobre. Mas tradicionalmente, não é a vaidade que é insaciável. […] Mas a paixão que é sempre insaciável é a avidez. Esta habitualmente é pensada como o desejo do dinheiro pelo dinheiro. […] Creio que aqui reside a originalidade de Smith: o desejo interminável por um aumento na riqueza, sugere ele, não é um desejo por dinheiro, mas por capital. Este não é diretamente baseado na avidez – ao menos não no sentido tradicional – mas sim associado ao amor aos sistemas, o amor às máquinas pelas máquinas, a despeito do uso que possam ter. Aqui, o amor aos sistemas e aos modelos substitui o amor ao dinheiro.(Id., p. 396).

Isso permite ao comentador afirmar que:

> O filho do homem pobre é um 'self-made man' que dedica sua vida inteira aos negócios. Talvez ele tenha a esperança de mais tarde vendê-lo e comprar uma mansão, mas ele raramente realiza esse objetivo.

> Pois o amante de sistemas, na medida em que permanece um *amateur*, nunca encerra os negócios. (…) As máquinas que o filho do homem pobre tanto ama são claramente empresas de negócios. (Ibid., p. 399)

Nós, no entanto, não concordamos com Diatkine. De fato a acumulação na WN é "atividade infinita", por isso não só cada capital tende a tornar-se "um fundo perpétuo" (WN II.iii.19), como tende a expandir-se continuamente (WN II.i.2). Isso certamente diferencia a acumulação de capital da acumulação de riquezas. Mas não cremos que o motivo para aquela acumulação consista no fato de serem os ambiciosos, na TMS, e os proprietários de capital, na WN, extraordinários amantes do sistema de acumulação em si mesmo. Detenhamo-nos, por agora, no caso do "filho do homem pobre".

Primeiramente, Smith não afirma em momento algum que, devido à sua extração social, ele não poderia pensar em alcançar a condição dos "ricos e poderosos". Apenas ressalva que, mesmo com o máximo esforço e talento, ele pode não alcançá-la. Mas o filósofo considera a hipótese de que ele a alcance, provavelmente na velhice.

> Ao longo de toda a sua vida, para perseguir a ideia de certo repouso sofisticado e elegante, **que talvez jamais alcance**, sacrifica a verdadeira tranquilidade que esteve todo o tempo ao seu dispor; **e se, na extrema velhice, finalmente o conquistar**, verificará que ele não é de modo algum preferível à modesta segurança e contentamento abandonados em seu nome. É então que, nos estertores de sua vida, […] finalmente ele começa a perceber que **riqueza e poder são meros ornamentos de frívola utilidade, não mais propícios ao conforto do corpo e à tranquilidade da mente do que os estojos dos amantes de brinquedos**; e que, como elas, trazem mais incômodos para a pessoa que as carrega consigo do que toda a comodidade que possam proporcionar. (TMS, IV.1.8)

Em segundo lugar, concordamos que o "filho do homem pobre" julga serem os luxos que cercam a riqueza e o poder capazes de proporcionar uma vida extremamente confortável, e pensa desejar esse conforto, quando, na realidade, o que o atrai é a ilusão da utilidade, a beleza do bom arranjo dos meios, e não os fins. Daí o caráter de encantamento da atração que ele tem por aquela "distante ideia de felicidade". Se ele atentasse para os fins, logo que começasse a busca por "riqueza e poder", perceberia que todo o trabalho requerido para alcançar esses luxos traz "mais fadigas físicas e mais inquietação mental do que teria sofrido ao longo de toda a vida pela falta daquelas mesmas conveniências" (ibid.). A questão é: quais são esses meios que o encantam? Parece-nos claro que é a "economia da grandeza", não a acumulação em si. Tanto assim

que ele não permanece confinado à sua "secreta oficina de produção". Como o mostra o trecho acima, na hipótese de ser exitoso, ele realmente obterá os "ornamentos de frívola utilidade" em que, na realidade, consistem "riqueza e poder". Apenas o esforço para obtê-los terá sido tão grande que, achacado por enfermidades e melancolia (*spleen*), sua posse não poderá mais lhe proporcionar prazer.

Logo, de fato o "filho do homem pobre" crê buscar "o conforto do corpo e a tranquilidade da mente", mas, na verdade, ele busca a beleza da pompa e do luxo que cercam a condição de "riqueza e grandeza", de modo a satisfazer à sua vaidade; e ele pode, efetivamente, alcançar "riqueza e poder", mas verá que ela não proporciona felicidade, dado o custo de sua aquisição.

O amor aos sistemas surge exatamente como a atração pela beleza da boa organização, independentemente dos fins a que ela serve. E, assim como ocorre com quem ambiciona fortuna pessoal, as instituições úteis ao bem público são encarecidas pelo amor aos sistemas porque exibem uma bela ordem:

> A perfeição da ordem pública (*Police*) , a extensão do comércio e das manufaturas, são objetos nobres e magníficos. A sua contemplação nos apraz, e nos interessamos pelo que quer que tenda a promovê-los. (TNS, IV.1.11)

Assim, não é o bem que tais instituições podem trazer ao cidadão que muitas vezes nos atrai, mas a beleza de sua constituição. Isso não quer dizer que tenhamos amor aos sistemas que produzem os meios para produzir e manter essas instituições, embora certamente um seja necessário ao outro. Da mesma maneira, o "filho do homem pobre" não é um amante do sistema de acumulação de riquezas, ainda que esta seja necessária aos seus fins. O que ele verdadeiramente ama é a beleza da ordem e brilho de tudo o que cerca os ricos e poderosos, e tal é o motivo pelo qual deseja chegar à condição de riqueza e poder.

Mas então, se vaidade e ambição não são mais tão importantes na WN quanto eram na TMS; e se o "amor aos sistemas" não pode ser, por esse prisma, o fator de coesão entre elas, haveria de fato uma grande diferença entre a concepção econômica presente na WN e aquela exposta na TMS? Parece-nos haver uma considerável mudança, como procuraremos demonstrar.

É fato que o "amor-próprio", e especificamente o "interesse", é o que leva à acumulação em ambas as obras. Nesse sentido, portanto, não há contradição alguma. Do

mesmo modo, o "interesse" se associa ao desejo de melhorar nossa própria condição tanto na TMS quanto na WN. No entanto, não podemos deixar de notar que na última obra esse princípio parece ter sofrido uma grande mudança. Na TMS, o propósito melhorar nossa condição aponta para um estado ideal, a condição de "riqueza e grandeza". Em seu grau máximo, ele visa, portanto, à realização de uma condição por inteiro em um futuro distante. Na WN, ele também tem uma mira para o futuro – mas agora essa realização parece nunca ser plena, e, ao mesmo tempo, não estar num futuro tão distante. Vejamos novamente como Smith a define na WN:

> Com respeito ao esbanjamento, o princípio que impulsiona ao gasto é a paixão pelo gozo presente; o qual, embora por vezes violento e quase irrefreável, em geral é apenas momentâneo e ocasional. **Mas o princípio que leva a poupar é o desejo de melhorar nossa própria condição**, desejo esse que, embora **calmo e desapaixonado**, acompanha-nos desde o ventre materno, e não nos abandona até que cheguemos ao túmulo. Em todo o intervalo entre esses dois momentos, **dificilmente se encontra um único instante em que qualquer homem esteja tão perfeita e completamente satisfeito com sua situação, que não deseje nenhuma mudança ou aprimoramento, *seja qual for***. Um aumento da fortuna é o meio pelo qual a maior parte dos homens se propõe e deseja melhorar sua condição. Trata-se do meio mais comum e mais óbvio. E a maneira mais provável de aumentarem sua fortuna é a poupança ou acumulação de uma parte do que obtêm, seja regularmente ou anualmente, ou ainda em ocasiões extraordinárias. (WN, I.iii.28. Grifos nossos).

Há duas importantes diferenças entre o "desejo de melhorar nossa condição" tal como definido acima e aquele que se apresenta na TMS. Nesta, como procuramos mostrar, ele se identifica com o desejo de alcançar a condição de "riqueza e grandeza" para satisfazermos à nossa vaidade, sermos observados e admirados. Já na WN, melhorar nossa condição é realizar alguma mudança, "seja qual for", que desejamos a todo instante. Não são necessariamente grandes mudanças ou grandes aprimoramentos. E esse desejo não é sôfrego, como o do "filho do homem pobre", ele é "calmo e desapaixonado". Isto é, a todo tempo queremos melhorar uma coisa aqui e outra ali. E nós efetivamente podemos fazê-lo. Esse desejo é contínuo, mas como ele se encarna numa multiplicidade de desejos, não necessariamente grandiosos, ele é continuamente realizável, contrariamente à condição de "riqueza e grandeza", que se coloca como prospecto único para o fim da trajetória de acumulação.

Além disso, o meio para realizá-lo, um aumento de nossa fortuna, pode ser alcançado gradualmente, por meio da "poupança ou acumulação de uma parte" do que

ganhamos, “seja regularmente ou anualmente, ou ainda em ocasiões extraordinárias”.

Isso implica, a nosso ver, que a prosperidade individual – e, portanto, social – da WN, contrariamente à TMS, não implica mais ansiedade e frustração. Melhoramos progressivamente nossa condição, por meio de uma infinita, porém realizável, sequência de mudanças, possibilitadas pela poupança realizada em qualquer momento e com qualquer regularidade, de modo “calmo e desapaixonado”. Notem toda a serenidade do processo, e como ele contrasta com o caráter dramático – e “trágico” – da narrativa do “filho do homem pobre”.

Se a acumulação é um objetivo movido pelo desejo de melhorar nossa própria condição, não é porque a acumulação mesma se constitui nessa melhora, mas ela a permite. Essa melhora, por sua vez, não é um objetivo que só se cumpriria perfeitamente – e, de fato, poderia não se completar para muitas pessoas – no final de uma vida. Os objetivos são tópicos e realizáveis. Todavia, como surgem continuamente, os meios para realizá-los, isto é, a acumulação de reservas, têm de ser continuamente buscados. Cremos que isso justifica aquilo que Diatkine apontou: a acumulação, na WN, acaba por ser uma finalidade sem fim, e o sistema sobre ela assentado igualmente o é. O comentador, no entanto, julga que o mesmo caráter de “sistema produtivo” da economia (para utilizar a concepção de BOYER (2011, p. 228)) já se encontra na TMS. Discordamos quanto a isso, porque o fato do “filho do homem pobre a quem os céus em fúria tocaram com a ambição” dedicar-se a vida inteira a um objetivo ao qual ele possivelmente não chegará, e que, mesmo se o alcançar, se mostrará ilusório; esse fato, isto é, o caráter contínuo da acumulação ao longo de uma vida, não anula outro aspecto, o de que sua finalidade está posta. Na WN essa finalidade é difusa e, digamos, cíclica – portanto é alcançável, ainda que a cada vez, numa circularidade ao infinito. Ora, se, por um lado, os fins são alcançáveis, os meios para eles têm de ser constantemente buscados. E aqui sobressai o contraste com a TMS. O jovem ambicioso acumula durante uma vida porque quer satisfazer à sua vaidade – fruto de uma ilusão provocada pela utilidade. Se ele for bem sucedido, ao morrer seus herdeiros desfrutarão daquilo que o acumulador não pôde: eles satisfarão sua vaidade. Mas isso não os levará a acumular mais. Ao contrário, a vaidade os levará à ostentação, já que o prazer da admiração e da simpatia fáceis do público são as verdadeiras recompensas pela fortuna. Logo, eles irão dilapidar suas fortunas em objetos de ostentação. Essa ostentação moverá a vaidade do público, o que suscitará a ambição de outros jovens ambiciosos, os novos acumuladores, e assim por diante.

Já na WN, o acumulador não trabalha e poupa para satisfazer à vaidade, mas porque *não é natural* não acumular, se isso estiver a seu alcance.

> Mas quando [alguém] possui reservas o suficiente para mantê-lo por meses ou anos, ele **naturalmente** busca derivar uma renda da maior parte delas. (WN, II.1.2)
> O que [o homem rico] anualmente poupa […] é, em nome do lucro, imediatamente empregado como capital. […] Seu rendimento, é de se supor, lhe é pago em dinheiro. […] Ao poupar uma parte dele, [...] essa parte, em nome do lucro, **é imediatamente empregada como capital**, seja por ele mesmo ou por alguma outra pessoa […] (WN, II.iii.18, grifos nossos).

Quem quer que tenha reservas além do que pretende consumir, irá "naturalmente" buscar derivar uma renda disso, seja ao aplicar o dinheiro a juros, seja ao empregá-lo em um empreendimento.

Por isso, o capital não tenderá a ser gasto após se ter atingido a condição de riqueza. Seu objetivo é ser um *fundo perpétuo* – cuja função, para o proprietário, é render-lhe regularmente um ganho, o lucro –, a ser repassado de geração em geração.

> Com o que poupa anualmente, um homem frugal não apenas proporciona a manutenção de um número adicional de mãos produtivas naquele mesmo ano ou no seguinte, mas, tal como o fundador de uma casa de trabalhos pública [*publick workhouse*], estabelece, por assim dizer, um **fundo perpétuo** para a manutenção do mesmo número **por todo o tempo futuro**. […] [Esse fundo] é preservado, contudo, por um princípio muito poderoso, o claro e evidente interesse de todo indivíduo que detenha ou venha a deter qualquer parcela de sua propriedade. Depois disso, nenhuma parcela desse fundo pode ser empregada para outra coisa que não mãos produtivas, a não ser com evidente perda para a pessoa que assim o perverte de sua destinação própria (WN II.iii.19, grifos nossos).

As gerações futuras não tenderão a dilapidá-lo, porque o "desejo de melhorar a própria condição", que leva à frugalidade e à boa administração, tende sempre a predominar sobre o princípio que leva à prodigalidade, "o gozo presente" (cf. trechos acima, WN II.iii.28, 29). Assim, a "estrutura" geral do sistema econômico da WN, no que se refere à acumulação de riqueza, difere inteiramente daquilo que a TMS mostrava. Nesta, a acumulação cessa ao fim da trajetória do ambicioso, cujo papel será cumprido por novos ambiciosos. Já na WN a trajetória do acumulador não tem fim, pois não tem uma finalidade determinada, a não ser a própria acumulação. Seu sucessor prosseguirá

do ponto em que parou o outro, e assim por diante. Como o capital da sociedade equivale à soma de todos os capitais individuais, a acumulação social tende a ser igualmente contínua e, mais do que isso, como que "automática", uma vez que a reaplicação de parte dos lucros de cada proprietário em seu próprio negócio é "natural". Trata-se, portanto, de um sistema em que a acumulação de riquezas se apresenta de modo completamente diverso do que assinalava o "pequeno sistema econômico" da TMS.

Além da "estrutura" do sistema ser outra, ele tem consequências para o acumulador no que concerne à sua felicidade. O "ambicioso" da TMS tem um final trágico porque aposta em uma satisfação que só se efetivará no fim de sua trajetória – e que, até lá, terá lhe custado demais. Mas na WN, como os desejos se realizam continuamente, o acumulador obtém sucessivas satisfações, e nada indica que irá, ao fim, ser infeliz, embora ele nunca esteja "perfeitamente satisfeito". Na verdade, se aceitarmos que o "homem prudente", inserido na TMS após a publicação da WN, corresponde ao acumulador nesta última obra, concluiremos que sua satisfação aumentará gradualmente ao longo da vida (cf. TMS VI.i.12)[43].

Enfim, não parece mais aplicar-se à WN o que sustenta Griswold (1999), que "exceto nos raros momentos em que vemos a beleza sob um "aspecto abstrato e filosófico" (IV.1.9), permanecemos "mergulhados em um mundo de trabalho incessante, de 'melhoria de nossa condição', e portanto de infelicidade" (ibid., p. 222). Isso se adequa perfeitamente ao "pequeno sistema econômico" descrito na TMS. Mas o comentador afirma que, a partir desta obra, "é crucial ver que *A riqueza das nações*, e, assim, o mundo de aquisição de riqueza que ela promove, é pintada *no interior* dessa moldura" (ibid.). Para nós, a "moldura" está consideravelmente alterada na WN. Nesse sentido, tendemos a concordar com outro comentador, Samuel Fleischacker, segundo o qual:

> Como já vimos na WN, uma lenta e gradual 'melhora de nossa condição' é perfeitamente compatível com o contentamento para o último Smith; é apenas uma precipitação impaciente e exagerada por riqueza e grandeza que "pode pôr em perigo, mas não poderia aumentar ... a tranquilidade [de alguém] (TMS 215)". Desejar uma melhora gradual da própria condição é moralmente inofensivo, e inevitável, dada a análise que Smith faz da atuação da simpatia. A

[43] Trataremos da relação entre o "proprietário de capital" e o "homem prudente" nos capítulos V e VI. Neste último capítulo, abordaremos em detalhes a questão da felicidade individual na sociedade do comércio.

> vaidade não é inevitável, e é uma corrupção da simpatia. Nos últimos escritos de Smith, melhora da própria condição e vaidade não são a mesma coisa. (FLEISCHACKER, 2004, p. 113).

III.v. Conclusão do capítulo

Neste capítulo procuramos mostrar que, assim como na TMS, na WN também é a acumulação de riqueza por parte dos indivíduos que move a prosperidade social. Expusemos que, embora Adam Smith afirme que o fator mais determinante para a riqueza de um país, a destreza e habilidade do trabalhador, seja regulado pela divisão do trabalho, esta é uma função direta da acumulação de reservas; e, como o segundo fator mais importante, a proporção dos indivíduos empregados em trabalho útil, também o é, tudo finalmente depende da acumulação. Tais reservas, no entanto, assumem na WN um novo caráter, ao subsumir-se ao conceito de capital. Associada ao igualmente novo conceito de "trabalho produtivo", a ideia de capital acaba por estabelecer uma separação completa entre o possuidor de reservas (*stock*) e o trabalhador. A cada qual corresponderá um rendimento, cujo montante é determinado por regras completamente diversas. Dado que a acumulação de capital é causa do "progresso rumo à opulência", o comportamento e a motivação dos proprietários desses recursos passam a ser a "mola propulsora" do sistema.

Esse comportamento, como na TMS, é motivado pelo amor-próprio, no modo específico do autointeresse. Este, por seu turno, se identifica com a ideia geral do "desejo de melhorar a própria condição", também como naquela primeira obra. Porém, por trás da aparente semelhança, há uma grande diferença: na WN o conteúdo da ideia de "melhorar a própria condição" não corresponde ao que se encontra na TMS. Agora, tal melhora será entendida não mais como ascensão social, mas como aquisição de meios para a realização de múltiplos pequenos objetivos. A força desse desejo também não será mais arrebatadora e violenta, mas "calma e desapaixonada", embora dominante e persistente.

O novo conceito de capital introduz uma definição completamente distinta de riqueza: antes destinada ao consumo, agora ela é consagrada a proporcionar um rendimento regular e permanente ao seu proprietário. Nesse contexto, a vaidade deixa de se sobressair como característica do acumulador, que passará a ser sóbrio, ou prudente. A modificação do objetivo e da força do "interesse", reunida ao conteúdo do conceito de capital, resulta também na mudança da paixão predominante do

acumulador, que não mais será a ambição, e sim a parcimônia e a frugalidade, pois a acumulação de capital se dá pela poupança de seu proprietário.

Concluímos, assim, que o "sistema econômico" da WN não corresponde ao "pequeno sistema econômico" da TMS. Este se caracteriza por uma descontinuidade da acumulação individual – visto que ela finda quando o acumulador atinge seu objetivo – e uma continuidade da acumulação coletiva, dada pelo surgimento de novos acumuladores. Na WN, a acumulação é contínua, tanto para os indivíduos quanto para a sociedade. A acumulação individual é contínua porque o incessante surgimento de pequenos desejos torna o objetivo da acumulação infindável, e porque os fundos aplicados como capital são "perpétuos", portanto passados de geração em geração. E, tendo em vista as características assinaladas do capital e do interesse dos indivíduos, essa acumulação se torna como que "automática" do ponto de vista da sociedade em seu conjunto.

No próximo capítulo, mostraremos que a introdução dos conceitos de capital e de trabalho produtivo na teoria de Adam Smith responde a novidades apresentadas pela teoria econômica dos fisiocratas, e particularmente pelo Quadro Econômico de Quesnay. Isso nos permitirá aprofundar a análise das características inovadoras do sistema econômico da WN, e demonstrar que ele logra reunir em uma única estrutura conceitual a produção e a apropriação da riqueza.

Capítulo IV

A influência da teoria fisiocrática sobre o pensamento de Smith na *Riqueza das nações*

Nos três capítulos anteriores, apresentamos e comparamos o "pequeno sistema econômico" da TMS e o "grande sistema econômico" da WN. Mostramos que no primeiro deles a prosperidade social e individual se escorava no "propósito de melhorar nossa condição", no modo específico da ambição de ascender socialmente, entendida como busca por mudar de "posição social", chegar aos "estratos superiores da vida" – ou parecer-se, em suas condições materiais, com alguém desses estratos. Assim, tal objetivo tinha como contrapartida observável pelo espectador a ostentação de luxos. Daí sua necessidade intrínseca de corresponder a um acúmulo de grande riqueza. Como a intenção do indivíduo era chegar a uma posição a enorme distância da sua, a ambição é caracterizada como sôfrega. Do mesmo modo, a acumulação é ávida. A esse acúmulo, levado a cabo por vários indivíduos, correspondia a prosperidade social.

Já na WN, é o mesmo propósito ou "desejo de melhorar a própria condição" que move a prosperidade individual e social. Contudo, a esse desejo não corresponde mais a ávida ambição, mas a sóbria parcimônia. Com efeito, Smith já não se refere ao "desejo de melhorar a própria condição" como causa de "todo alvoroço e fadiga deste mundo". Ele o qualifica como "calmo e desapaixonado". Vimos que isso se relaciona a uma nova noção de riqueza, o capital. Ela não se destina ao consumo, mas a gerar um rendimento permanente para seu proprietário. A partir disso, articula-se um sistema da prosperidade em que a acumulação social de riqueza tende a ser sistemática, pois assim o é a acumulação de capital. Nesse novo sistema, a prosperidade, enquanto busca por aumento da fortuna, não parece implicar infelicidade individual.

Neste capítulo, mostraremos que essa mudança na concepção smithiana do progresso resulta de haver o filósofo incorporado às suas noções de economia política conceitos formulados pelos fisiocratas, estes particularmente representados por François Quesnay.

IV.i. O "sistema da opulência"

Ao tratarmos dos sistemas econômicos de Smith na TMS e na WN, concentramo-nos sobre o aspecto da busca por riqueza ou acumulação. Do ponto de vista da economia política, o "pequeno sistema econômico" da TMS dizia respeito à luta por apropriação da riqueza, não aos fatores que a produzem. Na análise da WN, seguimos mais de perto a trilha daquele "pequeno sistema", em que a produção de maior riqueza é consequência indireta do fato de os indivíduos buscarem enriquecer.

Smith, no entanto, já tratava do âmbito da produção, propriamente dita, tanto em seu curso sobre jurisprudência quanto no manuscrito do *Primeiro esboço de A riqueza das nações*. Raul Cristóvão dos Santos (1996) apresenta uma descrição precisa da concepção smithiana do "progresso econômico" quanto ao lado da produção. Segundo ele, a "teoria do progresso econômico desenvolvida por Smith nas *Preleções* [LJ]" tem como "conceito-chave a ideia de opulência, compreendida como abundância de bens úteis a baixos preços, causada pela divisão do trabalho, apenas"[44] (ibid., p. 07).

Nas palavras de Smith:

> Um estado verdadeiramente opulento é aquele em que a opulência pode ser facilmente alcançada, ou em que um pouco de trabalho, empregado de maneira adequada e judiciosa, é capaz de proporcionar a qualquer um uma grande abundância de todos os bens necessários e convenientes à vida (ED, 567).

O problema é que a economia da opulência não logra reunir sistematicamente a participação na produção e a participação na apropriação do produto. Tampouco as associa às diferentes "posições" sociais. Na TMS, as posições sociais se dividem entre os "ricos e poderosos", os profissionais das "posições médias e inferiores da vida" e o "trabalhador pobre" (TMS I.iii.2). Já em ED, encontramos os grupos dos que não trabalham absolutamente, e se apropriam da maior parte da produção da sociedade (presumivelmente nobres e proprietários de terras), o rico mercador, o administrador dos negócios do mercador, os artesãos que trabalham sob as ordens desses administradores e o trabalhador pobre, o lavrador (cf. ED, pp. 563-64). Não há o proprietário de capital.

---

[44] A explicação para a abundância proporcionada pela divisão do trabalho é exatamente a mesma que Smith apresenta na Riqueza das nações: aumento da destreza do trabalhador, o fato do operário não perder tempo na passagem de uma função a outra; e a invenção, assim propiciada, de máquinas e instrumentos. Cf. LJ, p. 345.

A única apropriação que se relaciona diretamente à produção é a do operário, e este é tratado como um artesão, que se educa em um ofício. Seu salário é determinado pela oferta do produto de seu trabalho, proporcionalmente à respectiva demanda. O mínimo pelo qual o artesão aceita trabalhar é o que permite sua subsistência e compensa sua educação, uma vez considerada sua expectativa de vida.

> Um homem obtém o preço natural de seu trabalho quando recebe o suficiente para mantê-lo durante o tempo em que trabalha, pagar as despesas em educação e compensar pelo risco de ele não viver o suficiente para ter êxito em seu ramo. Quando um homem tem isso, há incentivo suficiente para o trabalhador, e a mercadoria será cultivada na proporção da demanda. (LJ, pp. 495-6)

A interação entre oferta e demanda determina o quanto pode variar o montante que o mestre artesão recebe de seu subordinado, mas não a proporção que aquele receberá do que foi produzido por este. A parcela que o mestre recebe como paga do operário depende de um arranjo estabelecido entre os dois, conforme à natureza do trabalho, e não à oferta e demanda. Como destaca Cristóvão dos Santos,

> Uma vez que o estoque [“*stock*”] é visto exclusivamente como tal, e não como capital, os ganhos do mestre dependem da dificuldade e do tempo gasto no processo de aprendizagem, e, portanto, não estão relacionados ao montante de estoque utilizado na produção. (SANTOS, 1996, pp. 23-24).

A divisão do trabalho permite que cada trabalhador produza mais por tempo trabalhado. Como esse processo é geral, os trabalhadores podem obter mais bens em troca do que produzem durante o período em que trabalham, e, por conseguinte, a parcela do mestre também aumenta (cf. LJ, 342-43).

Afora a parcela do trabalhador, portanto, a distribuição do produto não guarda nenhuma proporção necessária com a participação na produção. Na verdade, havia, segundo Smith, uma desproporção, uma distribuição “injusta”, segundo a qual quem mais produzia riquezas, e com maior dificuldade, menos delas se apropriava. Portanto, a explicação para a distribuição da riqueza era externa à explicação de sua produção. Isso transparece no *Primeiro esboço de A riqueza das nações*.

> Se supuséssemos, portanto, que o produto do trabalho da multidão **fosse igual e justamente dividido**, cada indivíduo [quando há divisão do trabalho], seria de se esperar, não poderia estar muito mais bem

> provido do que a pessoa que trabalha sozinha para prover-se [sem divisão do trabalho]. Mas, no que respeita ao produto do trabalho de uma grande sociedade, **nunca ocorre algo como uma divisão justa e igualitária**. De cem mil famílias, cem, talvez, absolutamente não trabalham, e, ainda assim, **seja pela violência ou pela opressão mais ordeira da lei**, utilizam uma maior parte do trabalho da sociedade do que dez mil famílias. Do mesmo modo, a divisão do que resta após esse enorme desfalque **não é de modo algum proporcional ao trabalho de cada indivíduo**. Ao contrário, **os que trabalham mais ganham menos**. O opulento mercador, que passa a maior parte de seu tempo na luxúria e nas diversões, desfruta de uma parcela muito maior dos lucros de seu comércio do que os funcionários e contadores que administram os negócios. Estes últimos, novamente, gozam de bastante tempo livre e não sofrem outras dificuldades que não o confinamento durante o expediente, e desfrutam de uma parcela muito maior do produto do que um número três vezes maior de artesãos, que, sob suas ordens, realizam um trabalho muito mais severo e com maior assiduidade. O artesão, por seu turno, embora trabalhe em local fechado, protegido do mau tempo, em situação confortável e assistido pela conveniência de inúmeras máquinas, desfruta de uma parcela muito maior do que o pobre trabalhador, que tem de lutar contra o solo e as estações do ano, e que, não obstante proporcionar as matérias-primas para os luxos de todos os outros membros da república, e sustentar, por assim dizer, sobre seus ombros toda a fábrica da humana sociedade, parece ele próprio calcado ao subsolo por esse peso, como que enterrado nas mais baixas fundações do edifício. Em meio a **tão opressiva desigualdade**, como explicar a maior afluência e abundância de bens de que normalmente desfruta este, que é o mais baixo e o mais desprezado dos membros da sociedade civilizada, em comparação com aquilo que o mais ativo e respeitado selvagem pode esperar obter? (ED, pp. 563-64. Grifos nossos.).

Vemos, portanto, que a divisão do produto do trabalho não era, nesse período do pensamento smithiano, nem justa, nem igualitária; que a "violência" ou a "opressão da lei" eram o que permitia que parte das pessoas não trabalhasse e se apropriasse da maior parte do trabalho; e que a participação no produto é inversamente proporcional à quantidade e à dificuldade do trabalho que cada grupo realiza.

Assim concebido, o aumento da opulência é observável de maneira difusa, visto que não é quantificável em sua totalidade. Por conseguinte, é considerado como algo que ocorre ao longo dos tempos, e não em determinado período. Daí não existir propriamente um sistema autoexplicativo da produção e distribuição, nem sequer do aumento da riqueza em períodos determinados. Essa sistemática forneceram os fisiocratas, e particularmente Quesnay.

IV.ii. A influência dos fisiocratas

Smith referia-se a um "*surplus*", um excedente que provinha do trabalho, especialmente o aplicado nas manufaturas – e não na terra, como afirmava Quesnay – nas quais, dividido e subdividido, esse trabalho proporcionava mais do que o trabalhador necessitava para si, e proporcionava um "lucro" ao "mestre" do artesão. Isso ampliava a "opulência" de uma nação, como se pode ler tanto na LJ como no *Primeiro Esboço*. Mas coube a Quesnay, sobretudo, e a seus seguidores apresentarem a ideia de uma circularidade da produção e uma interdependência das partes. Isso permite aos fisiocratas determinar as diferentes posições sociais segundo o lugar que ocupam no "circuito da produção", dentro do qual assume papel central o proprietário de fundos produtivos ou capital. A esse respeito, comenta Schumpeter:

> É exatamente a ideia dessa interdependência geral o que a ciência é capaz de acrescentar aos conhecimentos do homem prático, de espírito arejado e bem informado. Raramente o historiador de uma ciência pode afirmar com tanta certeza como neste caso quem foi o seu fundador. Sem a visão do circuito, da auto-renovação contínua do fluxo de bens, não teria sido possível a descoberta do fio condutor da causalidade econômica. (SHCUMPETER, J. A. Fundamentos do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, pp. 47 e 48. Apud. KUNTZ, pp. 19-20).

Vejamos a que corresponde, conceitualmente, essa inovação dos fisiocratas. Segundo Kuntz, o ponto de partida se relaciona à definição da "classe" que é produtiva, e das que não o são.

> O Quadro [Econômico, elaborado por Quesnay] descreve o movimento interno de uma economia, mostrando, em forma resumida, as transações com mercadorias, o fluxo de renda e as várias despesas. Essa economia é constituída por três "classes", denominadas *produtiva, proprietária* e *estéril* (KUNTZ, p. 21).

A classe produtiva é constituída pelos trabalhadores agrícolas e seus empregadores, os arrendatários. A classe proprietária é constituída fundamentalmente por proprietários de terras. Finalmente, a classe chamada *estéril* é a dos artesãos, trabalhadores das manufaturas. (ver KUNTZ, p. 21-22). A importância dessa classificação é que somente a classe produtiva gera *produto líquido*, isto é, paga todos os seus custos, inclusive os de subsistência, e gera, adicionalmente, um excedente, que é apropriado pelos proprietários de terra como renda. Por meio dos gastos do setor produtivo e dos proprietários, o produto líquido mantém a produção manufatureira.

> Os fisiocratas dão um [...] sentido, no entanto, à sua teoria da agricultura como setor fundamental da economia. Este, na verdade, é o sentido fisiocrático, distintivo de seu sistema. Segundo esse ponto de vista, somente o setor rural é capaz de gerar um *produto líquido*, isto é, um excedente em relação aos custos. Este subproduto, transferido aos proprietários de terra, sob a forma de *rendimento,* é a fonte primária que anima todo o sistema, o fundamento de toda atividade não agrícola (KUNTZ, p. 24).

O setor estéril é assim denominado não porque nada produza, mas porque não gera um excedente: o que ele produz equivale ao que consome.

> Os fabricantes de mercadorias de mão de obra não produzem riquezas, pois seu trabalho só aumenta o valor dessas mercadorias [matérias primas] do salário que lhes é pago, e que se tira do produto dos bens de raiz [isto é, a alimentação, em esquema simplificado]. [...] Eles consomem tanto quanto produzem e o produto de seu trabalho é portanto igual às despesas que seu trabalho exige (QUESNAY, "Homens.", p. 548, Apud KUNTZ, p. 25).

Essas despesas, inclusive a subsistência dos operários e mestres, equivalem ao trabalho que eles despendem para "reunir" e dar "feitio" às matérias primas. Assim, o "valor" do produto vendido equivale a tudo o que se consumiu para produzi-lo, sem gerar excedente (cf. KUNTZ, p. 25). Nas palavras de Quesnay,

> O valor venal dessas mercadorias é só o próprio valor venal da matéria prima e da subsistência que o trabalhador consumiu durante seu trabalho, e a venda desse valor venal repetida pelo trabalhador não é, no fundo, mais que um comércio de revendedor (QUESNAY, Diálogo sobre os artesãos, INED, p. 896. Apud. Id., Ibid.)

Ou seja, para Quesnay e os fisiocratas, as manufaturas e o comércio, embora necessários para o funcionamento da economia, em termos de geração de novas riquezas são nulos, um jogo de soma zero, em que se recebe exatamente o quanto se gastou para produzir e distribuir os produtos.

O único recurso a gerar excedente é a terra. O produtor acrescenta à terra seu trabalho, o uso de instrumentos e uma quantidade de sementes. A terra, por seu *poder de geração*, isto é, sua fertilidade, lhe devolve, ao fim do processo, toda a semente utilizada, mais uma quantidade equivalente à sua subsistência, mais a depreciação dos instrumentos (em espécie e em dinheiro, resultante da venda do produto da terra), tudo isso com um *acréscimo* em produto que permitirá que outros trabalhadores, empreiteiros e ociosos subsistam e utilizem matérias-primas. O produto líquido é

concebido em termos físicos, uma quantidade a mais de frutos da terra do que, digamos, a quantidade de frutos da terra que têm de ser nela aplicados para que ela produza.

> A justificação latente do produto líquido é, com efeito, que só a terra produz porque só ela é viva. Ao trabalho do homem ela acrescenta seu próprio, que é um dom gratuito (SALLERON, "Introdução ao *Diálogo sobre os artesãos*, INED, 1958, p. 554. Apud. KUNTZ, 1982, p. 32).

Porém, além disso, a produtividade da terra pode ser aumentada em parte conforme mais terras sejam agricultadas, mas sobretudo conforme sejam melhoradas e mais bem utilizadas as técnicas e tecnologias de produção, e mais bem aproveitado o trabalho, como se verá mais adiante. De qualquer modo, quando a produtividade da terra aumenta, aumenta o número de trabalhadores não agrícolas que podem ser sustentados, aumenta a disponibilidade de bens agrícolas e manufaturados.

Ora, a ideia de excedente (s*urplus*) como responsável pelo aumento da riqueza dos indivíduos, e, de modo geral, da nação, já estava presente em Smith ao menos desde 1762, em seu curso sobre jurisprudência.

> Quando o trabalho é assim dividido, e tanto mais pode ser feito por um homem, proporcionalmente.. [...] o excedente [s*urplus*] em relação à sua manutenção é considerável, e ao mesmo tempo pode ser trocado por um quarto do que valeria antes, se ele houvesse feito tudo sozinho (LJ, p. 490).

Essa nota de aula tem um significado claro: a divisão do trabalho permite que cada um produza muito mais do que o necessário para si, portanto pode vender esse excedente a um preço bem inferior ao que o venderia, caso produzisse tudo sozinho. Com isso, ele passa a ter acesso a mais bens para si, ao mesmo tempo em que os outros podem comprar cada produto a um menor preço.

O excedente, contudo, não era pensado como acréscimo de valor. Ele consistia no excesso em relação ao que o trabalhador consumia. Na WN, contudo, Smith incorpora a concepção fisiocrática de produto líquido como acréscimo de valor. Mantém-se, no entanto, a ideia de que o trabalho produz a riqueza, como no sistema da opulência. O que o filósofo fará será atribuir aquela produtividade que acrescenta valor ao produto a um tipo de trabalho em geral. Não se trata mais do trabalho especializado, mas do que produz mercadorias. Desse modo, em vez de setor produtivo e setor estéril, Smith assimila essa mesma ideia de produtividade ou "esterilidade" aos conceitos de trabalho produtivo e improdutivo.

> Existe um tipo de trabalho que se acrescenta ao valor dos objetos sobre os quais se aplica; existe outro que não tem tal efeito. O primeiro, como produz valor, pode ser chamado de trabalho produtivo; o outro, de improdutivo. Assim, o trabalho de um operário geralmente acrescenta ao valor dos materiais sobre os quais ele trabalha o valor de sua própria manutenção e o do lucro de seu mestre. O trabalho de um criado, ao contrário, não se acrescenta ao valor de coisa alguma. Embora o operário tenha seu salário adiantado pelo seu mestre, ele, em verdade, nada lhe custa, pois o valor desses salários geralmente é recuperado, juntamente com um lucro, pelo valor aumentado do objeto sobre o qual seu trabalho se aplica. Mas a manutenção de um criado nunca é recuperada. Um homem enriquece ao empregar uma multidão de operários. Ele empobrece ao manter uma multidão de criados. O trabalho destes, no entanto, tem seu valor, e merece sua remuneração tanto quanto o trabalho daqueles outros. Mas o trabalho do operário se fixa e realiza em algum objeto particular ou bem que possa ser vendido, que dura pelo menos por algum tempo após o término do trabalho. Trata-se, por assim dizer, de certa quantidade de trabalho acumulada e estocada para ser empregada, se necessário, em alguma outra ocasião. O objeto, ou, o que vem a ser o mesmo, o preço desse objeto, pode, posteriormente, se necessário, colocar em movimento uma quantidade de trabalho igual à que originalmente o produziu. O trabalho do criado, ao contrário, não se fixa ou realiza em nenhum objeto particular ou bem vendável. Seus serviços geralmente perecem no instante mesmo em que se realizam, e raramente deixam algum traço ou valor atrás de si pelo qual se possa posteriormente obter igual quantidade de serviço. (WN II.iii.1)

Por consequência, não haverá na WN distinção entre agricultura e manufaturas quanto à produção de valor excedente. Portanto, para Smith, tanto na terra quanto nas manufaturas há produtividade, ainda que o aumento dessa produtividade seja maior nas manufaturas do que na terra, pois as primeiras permitem uma maior e contínua divisão do trabalho (cf. WN I.i.4)[45].

> Em qualquer outra arte ou manufatura [além da que serviu de exemplo, a produção de alfinetes], os efeitos da divisão do trabalho são similares aos que ocorrem nessa simples manufatura; embora, em muitas delas, não possa nem ser muito subdividido, nem reduzido a uma operação tão simples. No entanto, onde quer que a divisão do trabalho possa ser introduzida, ela causa, nessa arte, um aumento proporcional dos poderes produtivos do trabalho. [...] A natureza da agricultura, na verdade, não admite tão grandes subdivisões do trabalho, nem uma separação tão completa entre uma atividade e outra quanto as que ocorrem na manufatura. [...] A impossibilidade de fazer uma separação tão completa de todos os diferentes trabalhos

[45] Smith considera que o trabalho na terra é o "mais produtivo de todos, e o mais vantajoso para a sociedade" (WN II.v.12. Cf. tb.IV.ix.30). O trabalho na terra tem necessariamente de ser mais produtivo, pois além dos lucros do arrendatário e os salários do lavrador, paga a renda da terra. A diferença entre o trabalho na terra e o nas manufaturas está no fato de que a produtividade do trabalho nas manufaturas aumenta mais rapidamente do que a do trabalho na terra, visto que a agricultura não comporta grande divisão do trabalho. Quanto a essa questão, sou grato a Leonardo André Paes Müller por esclarecer alguns pontos importantes.

> empregados na agricultura é, talvez, a razão pela qual o aprimoramento dos poderes produtivos do trabalho nessa arte nem sempre se mantenham a par com o seu aprimoramento nas manufaturas (WN I.i.4).

Na verdade, para os fisiocratas também há aprimoramento das forças produtivas do trabalho, porém apenas aquele aplicado ao único recurso capaz de gerar riqueza, a terra. Esse aumento decorre da capacitação técnica. A esse respeito, comenta Kuntz:

> Este excedente, já se viu, é algo que a natureza oferece como um dom, um "puro dom", como se diz algumas vezes nos textos dos fisiocratas. Na verdade, não tão puro: Quesnay consagra muito de seu esforço a demonstrar a importância do trabalho bem realizado, isto é, do trabalho tecnicamente capacitado a provocar o melhor, a mais generosa resposta da natureza. (KUNTZ, CN, p. 39).

Mas quem capacita o trabalho não é, como na LJ, o próprio trabalhador, ao se educar, e sim aquele que investe no aumento da produtividade: o "rico arrendatário". Nas palavras de Quesnay,

> Quanto mais ricos forem os lavradores, tanto mais eles criarão possibilidades para aumentar a produção das terras e o poderio da nação. Um arrendatário pobre só pode cultivar em prejuízo do Estado, porque ele não pode, com o seu trabalho, obter aqueles produtos que a terra só oferece depois de um longo e rico cultivo (QUESNAY, Arrendat., p. 87).

E mais adiante:

> Os habitantes das cidades acreditam ingenuamente que são os braços dos camponeses que cultivam a terra e que a agricultura somente perece por faltarem homens nos campos. Costuma-se dizer que é preciso expulsar os mestres-escolas dos campos, porque, pelas instruções que transmitem aos camponeses, favorecem a sua deserção. [...] Olham-se os camponeses como escravos do Estado. [...] [Na verdade,] Quando o próprio camponês lavra a terra, está dando uma demonstração de sua miséria e de sua inutilidade. [...] os camponeses são empregados pelos *ricos arrendatários* em trabalhos mais vantajosos para si e muito mais úteis para a agricultura (Ibid., p.99).

Assim, que não é o trabalho do cultivador que "provoca a melhor resposta da natureza", mas o investimento do rico arrendatário, que emprega seus capitais na agricultura de larga escala, e para tanto "capacita" o trabalho, pela sua gestão e pela aplicação de técnicas avançadas. É por isso que Quesnay chega a afirmar que são os recursos dos arrendatários que "fertilizam a terra":

> Podemos afirmar que são as riquezas dos *arrendatários* que fertilizam as terras, que multiplicam os animais, que conduzem e fixam os habitantes dos campos, que constroem a força e a prosperidade da nação (Ibid., p. 100).

O arrendatário é um proprietário de capital, de fundos para investimento rentável, e é ele que faz com que se extraia o *produto líquido*, o excedente que enriquece arrendatários, proprietários e, de modo geral, o Estado. Na WN, a figura do proprietário de capital também é de grande importância. Mas ele não existia em suas obras anteriores. É importante salientar que na TMS "rico e poderoso" se identifica com a nobreza e os grandes proprietários de terra. Em I.iii.2.4, Smith identifica o poderoso com o nobre:

> Têm os poderosos (*the great*) consciência do baixo preço pelo qual adquirem a admiração pública; ou será que imaginam que para eles isso deve ser adquirido, como ocorre com todos os outros homens, ao custo de suor ou de sangue? Por que importantes feitos o jovem nobre é instruído a sustentar a dignidade de sua condição, e tornar-se digno dessa superioridade sobre seus semelhantes, a que a virtude de seus ancestrais os elevou? Será pelo conhecimento, pela indústria, pela paciência, pela abnegação ou por qualquer sorte de virtude? [...] Como ele é consciente do quanto é observado, e do quanto o gênero humano é disposto a favorecer suas inclinações, ele age, nas mais indiferentes ocasiões, com a liberdade e a altivez que esse pensamento naturalmente lhe inspira. Seus ares, suas maneiras, sua postura, tudo denota o elegante e gracioso senso de sua própria superioridade, à qual os que nasceram nas camadas inferiores da sociedade dificilmente podem chegar. Tais são as artes por meio das quais ele se propõe a fazer com que o gênero humano se submeta mais facilmente à sua autoridade, e a governar suas inclinações em favor de seu próprio prazer; e quanto a isso ele é raramente decepcionado (TMS I.iii.2.4).

E em IV.i.10, o rico é identificado com o senhor de terras:

> Não importa que o orgulhoso e insensível senhor de terras veja seus vastos campos e, sem pensar nas necessidades de seus semelhantes, consuma ele mesmo, em imaginação, toda a colheita do que ali se planta. [...] A capacidade de seu estômago não guarda proporção alguma com a imensidão de seus desejos, e ele não receberá mais do que o mais humilde camponês. [...] Tudo o que o rico pode fazer é selecionar de todo o montante o que seja mais precioso e agradável (TMS IV.i.10).

Na WN, por outro lado, quem exerce esse papel são as riquezas do "proprietário de capital", que, em virtude de sua parcimônia, reaplica seus rendimentos na atividade produtiva. Por isso Smith afirma, em um fraseado que lembra o de

Quesnay quanto às "riquezas do rico arrendatário", que não é o trabalho (ou indústria), mas a parcimônia do proprietário de capital que gera prosperidade.

> Tudo que uma pessoa poupa de seu rendimento ele acrescenta a seu capital, e ou bem o emprega ele mesmo na manutenção de um número adicional de mãos laboriosas, ou possibilita a outra pessoa fazê-lo, ao emprestá-lo a juros, isto é, por uma parcela dos lucros. Assim como o capital de um indivíduo só pode ser aumentado com o que ele poupa de seu rendimento anual, do mesmo modo o capital da sociedade, que é o mesmo que o de todos os indivíduos que a compõem, só pode ser aumentado da mesma maneira.
> É a parcimônia, e não a indústria, a causa imediata do aumento do capital. A indústria, de fato, provê aquilo que a parcimônia acumula. Mas seja o que for que a indústria possa proporcionar, se a parcimônia não o poupasse e guardasse, o capital jamais cresceria (WN II.iii.15-16).

O proprietário de capital, portanto, coloca mãos laboriosas para produzir. Na verdade, ele promove o aumento da proporção de trabalho produtivo empregado em comparação com o trabalho improdutivo.

> A parcimônia, ao aumentar os fundos destinados à manutenção de mãos produtivas, tende a aumentar o número dessas mãos cujo trabalho se adiciona ao valor dos objetos sobre os quais se aplica. Tende, portanto, a aumentar o valor de troca do produto anual da terra e trabalho do país. Ela põe em movimento uma quantidade adicional de indústria, o que traz um acréscimo de valor ao produto anual (WN II.iii.17).

Mas a parcimônia que aumenta o capital não é apenas um fator a aumentar o valor do produto anual do país. Esse aumento de capital é o *único* fator que permite o aumento do produto anual do país. Somente ele permite empregar mais pessoas em trabalho produtivo, somente ele aumenta a produtividade do trabalho já aplicado na produção, e isso seja pela aquisição de máquinas e instrumentos, seja por uma maior subdivisão do trabalho.

Do mesmo modo que, como vimos acima, não é o trabalho (indústria) que aumenta o capital de um indivíduo, mas sua parcimônia, ou seja, a reaplicação de seu lucro na produção, assim também é essa mesma atividade do parcimonioso proprietário de capital, e não o trabalhador, que aumenta o produto anual da nação. É claro que Smith não está em contradição com o que afirmara antes, que toda riqueza provém do trabalho. Mas o que se quer dizer aqui é que, assim como para os fisiocratas a terra só é bastante fértil se lhe for aplicado um "trabalho capacitado", isto é, empregado nas condições técnicas e sob a organização que somente os fundos do rico arrendatário podem proporcionar, assim também na WN o trabalho só gera um excedente

economicamente relevante se for acompanhado pelas máquinas, instrumentos e organização que só o capital pode lhe dar. A partir do Livro II da WN, a ênfase não será mais na riqueza que o trabalho especializado e subdividido pode trazer, mas sim na riqueza que pode trazer o capital, aplicado na contratação e administração do trabalho (cf. WN II.iii.32).

Portanto, a figura do proprietário de capital, e particularmente do dono de manufaturas, é muito semelhante ao do arrendatário de Quesnay. E não se trata de um ostentador vaidoso, como na TMS, mas de um parcimonioso, um "home prudente".

Os fisiocratas falavam de um aumento anual da riqueza da nação. Smith, a partir da WN, passará a fazer o mesmo. Porém, como seu *surplus* não é o fruto da terra, mas de um capital aplicado no emprego de trabalho que gera variados produtos, não será possível dar conta dele em termos de produto físico, nem simplificadamente. Cereais plantados podem gerar mais cereais do que os que foram utilizados – e isso, calculado em dinheiro, mostra a riqueza produzida[46]. Mas como tratar, do ponto de vista teórico, o trabalho que gera mais produtos de toda sorte do que consome? A esse respeito, comenta Kuntz:

> [Os adiantamentos anuais] Precisamente por serem gerados e empregados no mesmo setor, como produtos e como insumos, tornam possível a Quesnay estudar o problema do excedente sem se debater com a questão do valor (KUNTZ, CN, p. 58).

Para Smith isso não pode ocorrer, pois os setores produtivos são muitos, e os insumos são inteiramente diversos do produto. Talvez por isso Smith tenha tratado do problema do valor real e do valor monetário das mercadorias. Ele dedicou o capítulo V da WN à proposição e discussão do valor enquanto trabalho despendido.

> O valor de qualquer bem [...] para a pessoa que o possui e não pretende usá-lo ou consumi-lo, mas trocá-lo por outros bens, equivale à quantidade de trabalho que ele lhe possibilita comprar ou comandar. O trabalho, portanto, é a verdadeira medida do valor de troca de todos os bens.
> O preço real de qualquer coisa, o que qualquer coisa realmente custa para aquele que deseja obtê-la, é a agitação e o incômodo para obtê-la. O que realmente uma coisa vale para quem a obtém, e que deseja desfazer-se dela ou trocá-la por outra coisa, é a agitação e o incômodo que ela pode poupar-lhe, e que ele pode impor a outra pessoa. O que é comprado com dinheiro ou mercadorias é adquirido pelo trabalho,

[46] Isso segundo o conhecido pressuposto de Quesnay, que se houver liberdade de comércio, tanto interno quanto externo, o preço dos cereais tende a se manter razoavelmente constante ao longo dos tempos.

> tanto quanto o que obtemos pelo desgaste de nosso próprio corpo. O dinheiro ou as mercadorias na verdade nos poupam desse desgaste. Eles contêm o valor de certa quantidade de trabalho, que trocamos pelo que supomos naquele momento conter o valor de uma igual quantidade de trabalho (WN I.v.2).

Mas como também não se pode quantificar igualmente tempos de trabalhos de tipos diferentes, na prática esse valor será computado a partir de seu reflexo, o valor monetário do preço de seu produto. A teoria do preço real das mercadorias, o qual consiste no quanto de trabalho pode ser comandado por estas na troca, tem uma consequência importante. Ela estabelece implicitamente que, embora os preços flutuem segundo a oferta e a demanda, tomados em conjunto ao fim de um período, eles não poderão ser senão a medida do trabalho que era possível comandar. A quantidade total de produtos do trabalho corresponde ao quanto podia ser demandado e ofertado. Por conseguinte, ao fim, os desvios dos preços causados por excessos de demanda ou de oferta terão, na soma total dos preços, de se contrabalançar (Cf. WN I.iv.17, citado mais abaixo).

Isso importa, porque é o que permite a Smith tratar do aumento do capital da nação, portanto do aumento de sua riqueza. Os fisiocratas tratavam disso, como o mostra o célebre *Tableau Économique* de Quesnay. Mas eles só podiam tratar do aumento da riqueza por uma estimativa indireta: como a riqueza se origina inteiramente da terra, o aumento do produto de subsistência mais consumido, os cereais, seria proporcional ao aumento da riqueza total. No entanto, o *Tableau* não foi concebido como instrumento para medir a quantidade da riqueza, mas sim para mostrar *como* a riqueza produzida circula e se reproduz anualmente. Smith abre um novo caminho. Se o que se produz é, em tese, trabalho despendido ou comando sobre trabalho, então a soma dos valores em dinheiro de todas as mercadorias produzidas, corrigidos para um mesmo período, é uma representação confiável da riqueza produzida naquele ano.

> O valor real de todos os diferentes componentes do preço, deve ser observado, é medido pela quantidade de trabalho que eles podem, cada um deles, comprar ou comandar. O trabalho mede o valor não só da parte do preço que se resolve em trabalho, mas daquilo que se resolve em renda e daquilo que se resolve em lucro (WN I.vi.9)

> Assim como o preço ou o valor de troca de cada mercadoria em particular, tomado separadamente, se divide em uma ou outra ou em todas essas três partes; assim também o de todas as mercadorias que compõem todo o produto anual do trabalho de qualquer país, considerado em sua complexidade, deve resolver-

> se nas mesmas três partes e ser dividido entre os diferentes habitantes do país, quer como salários do seu trabalho, como lucros de seu patrimônio, ou como renda de suas terras. A totalidade do que anualmente é recolhido ou produzido pelo trabalho de toda sociedade, ou, o que vem a ser o mesmo, seu preço total, é dessa maneira originalmente distribuído entre alguns de seus diferentes membros. Os salários, o lucro e a renda são as três fontes originais de todos os rendimentos, bem como de todo valor de troca. Todos os demais rendimentos são, em última instância, derivados de um ou outro destes (WN I.vi.17).

O aumento da riqueza da nação já não é, portanto, algo que se dá ao longo dos tempos, como no *Esboço* ou nas *Lectures*. A riqueza é, efetivamente, algo que se renova e expande ciclicamente, no curto prazo, e de maneira quantificável por meio da soma dos preços dos produtos.

Por outro lado, a assimilação do personagem do "rico arrendatário" na figura do proprietário de capital confere a este último conceito um atributo particular. Ele permite estabelecer uma relação sistemática entre participação na produção e apropriação do produto.

Cristóvão dos Santos (1996) destaca que, no "sistema da opulência" da LJ e do ED, o trabalhador ou artesão e o mestre pertencem à mesma "classe". Eles têm a mesma posição social e seus respectivos ganhos variam em proporção direta. Quanto mais aumenta a produtividade do trabalho, mais ganham o mestre e o artesão. Isso se deve ao fato de que o personagem do mestre não busca aumentar seus lucros. Ele recebe uma paga determinada pelo tipo de trabalho especializado que supervisiona. Não investe, portanto, para ampliar lucros. Nas palavras de Santos, "Smith [na LJ e no ED] não faz absolutamente nenhuma referência à utilização, por parte dos mestres, do estoque como adiantamentos para os operários a fim de obter ganhos adicionais do produto de seu trabalho" (SANTOS, 1996, p. 22).

Esse não é o caso do "rico arrendatário" de Quesnay. Ele já investe para aumentar os lucros.

> [...] o *rico arrendatário* [...] cultiva em grande escala, [...] multiplica as despesas para aumentar os lucros; [...] não negligenciando nenhum meio, nenhuma vantagem particular, faz o bem geral (QUESNAY, "Arrendatários', 1982, p. 100).

Ora, na WN o proprietário de capital o investe com o objetivo de obter um lucro, e este já não é mais, como no "sistema da opulência", proporcional a qualquer especialidade do trabalho empregado, mas sim ao montante investido:

> Em troca da manufatura completa, seja por dinheiro, por trabalho ou por outros bens, além do que pode ser suficiente para pagar o preço dos materiais e o salário dos operários, algo deve ser deixado para os lucros do empregador, que arrisca seu patrimônio nessa empreitada. O valor que os trabalhadores acrescentam aos materiais, portanto, divide-se [...] em duas partes, das quais uma paga os seus salários, e a outra, os lucros de seu empregador sobre todo o estoque de materiais e salários adiantados. Ele não poderia ter interesse em empregá-los, a menos que esperasse um ganho com a venda de seu trabalho; e ele não poderia ter interesse em empregar um grande estoque, em vez de um pequeno, a menos que seus lucros guardassem alguma proporção com o montante deste (WN I.vi.5).

Como os proprietários de capital desejam obter o máximo lucro possível – e, portanto, pagar os menores salários possíveis –, a proporção entre o lucro e o montante investido dependerá da relação entre a demanda por trabalho e a quantidade de trabalhadores disponíveis (cf. WN I.vii e ix). Os salários, assim, são determinados pelos mesmos fatores (WN I.vii e viii). Do mesmo modo, o proprietário de terras pode exigir uma renda porque detém um recurso produtivo. Como seu recurso, a terra, não pode ser facilmente levado para outro tipo de produção ou para outro lugar, sua renda será o que restar após subtrair-se do preço do produto da terra tudo o que cabe aos lucros do empreendedor que arrenda as terras e aos salários do lavrador (WN I.vii e xi). Estes últimos ganhos devem consistir sempre aproximadamente nos mesmos lucros e salários correntes no mercado. Desse modo, cada um receberá proporcionalmente à importância de seu recurso produtivo para suprir as demandas da sociedade. A taxa de lucro será maior ou menor quanto maior ou menor for a oferta de capital em proporção à demanda; os salários serão maiores ou menores quanto maior ou menor for a oferta de trabalho em relação à demanda por trabalho; e a renda da terra será maior ou menor quanto maior ou menor for sua produtividade ou a demanda por seu uso, descontados os ganhos do capital e do trabalho que se aplicam sobre sua qualidade natural de gerar produto.

Vê-se, portanto, que a assunção de que o proprietário de capital investe para obter uma vantagem, para melhorar o quanto puder sua própria condição, reunida ao conceito de trabalho útil, permite que Smith estabeleça um sistema em que a produção e

a distribuição da riqueza se relacionam segundo os mesmos princípios (cf. WN I.vi.17, acima).

Ademais, em virtude do já mencionado "desejo de melhorar a própria condição", o proprietário de capital sempre terá interesse em reaplicar uma parte de seus lucros em seu negócio. Isso torna a acumulação de capital como que "automática", logo também sistemática.

Por outro lado, as "posições sociais" passarão a ser classificadas segundo a propriedade ou não de meios de produção. Smith se referirá na WN aos diferentes estratos sociais como divididos entre proprietários de terras, proprietários de capital e proprietários tão-somente da própria capacidade de trabalho.

Vê-se, portanto, que a adoção crítica, por parte de Smith, das ideias fisiocráticas resultaram em um sistema completamente diverso dos que havia antes formulado.

IV.iii. Uma nova concepção de sociedade

Com o surgimento desse novo "personagem" na WN, ausente da TMS e do *Esboço da Riqueza das Nações* (doravante, ED), o "proprietário de capital", o que parece emergir no quadro traçado por Smith não é apenas um novo sistema econômico. Ressalta-se em seu pensamento outra noção de estrutura social. De fato, na TMS apenas aparecem o pobre, o profissional e o senhor de terras. O *Esboço de A riqueza das nações*, provavelmente datada de 1763, lista as categorias dos que "*absolutamente não trabalham*" (presumivelmente os nobres e fidalgos), o "*mercador opulento*", os "*os administradores e contadores*", "*os artesãos*" (que trabalham sob a direção dos últimos), e o "*trabalhador pobre*" (os camponeses). (ED, p. 563-564.). Isso se parece bastante com uma sociedade ao modo do *ancien régime*. Se observarmos bem, os grupos sociais que se inserem na apropriação da riqueza no ED correspondem às "posições sociais" (*ranks of people*) da TMS. As duas primeiras categorias correspondem aos "estratos superiores" (*superior stations*) (TMS I.iii.3.6); os administradores, contadores e parte dos artesãos correspondem às "posições média e inferior" (*middle and inferior ranks*) (I.iii.2.5); enquanto a parte mais baixa dos artesãos e o "trabalhador pobre", o lavrador, pertencem ao grupo do "trabalhador da mais baixa condição" (*the meanest labourer*) (I.iii.2.1). Excluem-se dessa lista, evidentemente, os

indigentes.

Já na WN, Livro I, utilizando exatamente a mesma palavra, *ranks*, Smith define quais são as posições sociais (*ranks of the people*) precisamente segundo a distribuição "natural" da riqueza. É isso que intitula o Livro I: "Das causas do aprimoramento dos poderes produtivos do trabalho, e da ordem segundo a qual o seu produto é naturalmente distribuído entre as diferentes classes do povo [*ranks of the people*]". E essas posições sociais já não serão mais as mesmas que antes. Agora, elas se definem conforme o tipo de recurso produtivo com que cada qual participa da produção da riqueza. São elas a do trabalhador assalariado, a do proprietário de terras e a do proprietário de capital.

Não à toa, na TMS Smith associa muito facilmente os ricos aos poderosos, e muitas vezes se refere a eles conjuntamente, os "ricos e poderosos" (*the rich and the powerful*) (cf. TMS I.iii.2.3, I.iii.3.1, VI.ii.1.20), os "ricos e os grandes" (*the rich and the great*) (cf. TMS I.iii.3.2, 4, 7; IV.1.8 e 11; VI.ii.1.20). A palavra "riqueza" (*wealth*) é associada a "grandeza" ou "honras e privilégios" absolutamente todas as vezes que ocorre na TMS.

O mesmo não se verifica na WN. Smith parece notar que a riqueza que se acumula em nome de "melhorar a própria condição" não é, nessa obra, a mesma de que falara na TMS. Na verdade, ele faz uma distinção explícita entre riqueza e poder político:

> Riqueza é poder, como diz Hobbes. Mas a pessoa que adquire ou herda uma grande fortuna não necessariamente adquire ou herda, com isto, qualquer poder político, seja civil ou militar. Talvez sua fortuna possa proporcionar-lhe os meios para adquirir esses dois poderes, mas a simples posse da fortuna não lhe assegurará nenhum deles. O poder que a posse dessa fortuna lhe assegura, de forma imediata e direta, é o poder de compra; certo comando sobre todo o trabalho ou sobre todo o produto do trabalho que esteja então no mercado. Sua fortuna é maior ou menor exatamente na proporção da extensão desse poder; ou seja, de acordo com a quantidade de trabalho alheio ou – o que é a mesma coisa – do produto do trabalho alheio que esse poder lhe dá condições de comprar ou comandar. O valor de troca de cada coisa será sempre exatamente igual à extensão desse poder que essa coisa traz a seu proprietário (WN I.v.3. Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996. P. 88).

Claro está que aqui o autor procura refutar Thomas Hobbes. Mas talvez ele também busque refutar, em parte, a associação que ele próprio fizera na TMS. De fato,

poucas vezes na WN Smith utiliza a expressão "os ricos e grandes", e é para falar dos príncipes e nobres na Europa medieval (cf., p. ex., WN III.iv.5). "Riqueza e grandeza" aparecem, sobretudo, no Livro III, e qualificam a condição de países, não de pessoas – esse caso ocorre apenas em V.i.c.14. A expressão "riqueza e poder" aparece em IV.6.c.13, mas igualmente para qualificar países.

Por outro lado, na TMS e no ED não há oposição "sistêmica" de interesses entre os grupos sociais. Isto é, no processo que move a prosperidade coletiva, eles se complementam. Entre o acumulador ambicioso e o nobre ou senhor de terras há uma diferença de condição, não de interesses. Ao contrário, aquele quer chegar a ser este; a diferença é que um acumula e o outro gasta. Já no *Esboço*, as diversas "categorias do povo" (*ranks of people*) dispõem-se numa hierarquia harmoniosa quanto à prosperidade social, ainda que moralmente injusta. Mas na WN, embora ao fim e ao cabo todos colaborem para o "progresso rumo à opulência", devido à autorregulação inerente às sociedades comerciais (e à própria natureza humana), há oposição de interesses entre os trabalhadores e proprietários de terras e os proprietários de capital:

> O **interesse** da primeira dessas três grandes ordens [proprietários de terras] […] é estrita e inseparavelmente associado com o interesse geral da sociedade. [...]
> O **interesse** da segunda ordem [assalariados] é tão estritamente associado ao interesse da sociedade quanto o interesse da primeira. […]
> O **interesse** dessa terceira ordem [proprietários de capital] não tem a mesma conexão com o interesse geral da sociedade que o das duas primeiras. […] Qualquer nova proposta de lei ou regulação do comércio que venha dessa ordem deve sempre ser recebida com muita cautela […]. Trata-se de uma ordem de homens **cujo interesse nunca coincide exatamente com a do público, e que de fato em muitas ocasiões o ludibriou e oprimiu**. (WN, I.xi.Concl.8-10)

Quase paradoxalmente, é a última ordem a que mais colabora para o crescimento da riqueza da nação; não obstante, é a que teria menos interesse em promover essa prosperidade – antes o contrário, pois para os que já se encontram instalados no mercado, a melhor situação seria a de declínio da riqueza geral. Isso porque a taxa de lucro é inversamente proporcional ao crescimento da riqueza da nação:

> A taxa de lucro não aumenta, como a renda da terra e os salários, com a prosperidade, e cai com o declínio da sociedade. Ao contrário, ela é naturalmente baixa em países ricos e alta em países pobres, e é sempre a mais alta nos países que estão indo mais rapidamente à ruína (ibid.).

Consequentemente, os proprietários de capital procurarão, sempre que possível, “Ampliar o mercado e reduzir a concorrência” (ibid.), por meio do estabelecimento de privilégios legais, monopólios e oligopólios.

De tudo isso, o que se conclui é que Smith não está mais a tratar da mesma sociedade que na TMS. Ali, riqueza e poder se associavam facilmente porque pareciam de fato estar unidos por privilégios inerentes a distintos estratos sociais. Os membros das “posições superiores”, modelo da riqueza, eram retratados como reis, príncipes, “jovens nobres”, etc. Daí, talvez, nas LJ e no ED a apropriação da riqueza explicar-se pelo poder de impor interesses, “seja pela violência, ou pela via mais ordeira da lei”.

Nesse sentido, ao incorporar a concepção fisiocrática de uma estrutura econômica em que a produção e a distribuição da riqueza se fazem por um “mecanismo” autônomo, no qual a apropriação do produto é proporcional à participação dos recursos produtivos na sua geração, Smith acolhe uma nova noção de sociedade. O poder político, agora, embora guarde certa relação com a posse de riqueza, não é mais diretamente associado a ela. Essa nova noção, segundo nos parece, envolve o entendimento de que a hierarquia social é mais efetivamente definida pela posse ou não de riquezas do que pelo pertencimento a estratos sociais determinados. Nesse sistema, também, as riquezas que contam não são as que propiciam a aquisição de bens para uso pessoal, mas sim as que possibilitam a produção de mais riquezas. Em outras palavras, trata-se do que viria a ser chamado por Karl Marx de “meios de produção”.

IV.iv. Conclusão do capítulo

Em virtude da adoção crítica do conceito fisiocrático de produtividade n'*A riqueza das nações*, prosperidade e opulência passam a ser conceitos coincidentes, explicados pelos mesmos princípios. Da mesma maneira que a prosperidade surge no interior de um sistema que, sob condições desejáveis, tende a ser maquinal, automático, seu correspondente, o capital, se acumula também como que automaticamente. Embora essa acumulação radique na conduta dos indivíduos, movidos pela busca por riqueza, é a característica especial dessa riqueza que assegura, sob condições desejáveis, sua acumulação. Dado que o capital não é riqueza para o consumo, mas sim para gerar rendimentos, o indivíduo será tanto mais rico quanto mais reaplicar parte de seus lucros como capital. E, visto que o capital é o que proporciona a produção de riquezas, a melhoria da condição do proprietário de capital passa a corresponder, necessariamente, ao aumento da riqueza da nação. Constitui-se, assim, algo que pode propriamente chamar-se sistema econômico, pois em seu interior organizam-se as esferas da produção e da distribuição de riquezas segundo um mesmo conjunto de princípios.

Mas esse sistema não abrange apenas a produção e distribuição de riquezas: ele associa a esses polos interligados a organização da sociedade em categorias ou grupos sociais hierarquizados. A cada posição relaciona-se diretamente o recurso produtivo com que entra no circuito de geração da riqueza, e que lhe atribui "naturalmente" um rendimento proporcional, segundo regras "espontâneas". Os que possuem terras aferem uma renda proporcional à participação da fertilidade natural na geração da riqueza; os que possuem capital recebem lucros proporcionais à quantidade de subsistência e matérias-primas que adiantam aos trabalhadores; e os que possuem apenas seus próprios corpos e sua força recebem os salários proporcionais ao que produziram de riquezas, deduzidas as despesas de produção e os lucros do capital – o que corresponde à reposição de sua subsistência.

Desenha-se, assim, uma concepção de sociedade da qual se eliminam os traços ainda atinentes ao *Ancien Régime*, perceptíveis na hierarquia social antes descrita na TMS. Em seu lugar, afigura-se uma estrutura em que as desigualdades correspondem ao tipo de recurso produtivo que se possui, o que define as posições sociais.

Finalmente, assim como Quesnay apresenta um protagonista da prosperidade, um personagem, o "rico arrendatário", Smith terá agora um novo protagonista da

prosperidade social: o “proprietário de capital”. Trataremos desse personagem em detalhes no próximo capítulo.

Capítulo V

O acumulador de capital n' *A Riqueza das nações* – do ostentador vaidoso ao homem prudente

No capítulo anterior, procurei mostrar como o sistema econômico que Smith vem a conceber n'*A riqueza das nações* difere radicalmente do que havia até então proposto. As "categorias do povo" de que ele antes tratava se definiam pelo tipo de trabalho que realizavam e/ou pelo grau de apropriação da opulência gerada pelo trabalho. Não havia uma relação direta entre a participação na produção da opulência e a sua apropriação. Na verdade, havia uma desproporção, uma distribuição "injusta", segundo a qual quem mais produzia riquezas, e com maior dificuldade, menos delas se apropriava. Portanto, a explicação para a distribuição da riqueza era externa à explicação de sua produção. Isso transparece no *Primeiro esboço de A riqueza das nações*.

> Se supuséssemos, portanto, que o produto do trabalho da multidão **fosse igual e justamente dividido**, cada indivíduo [quando há divisão do trabalho], seria de se esperar, não poderia estar muito mais bem provido do que a pessoa que trabalha sozinha para prover-se [sem divisão do trabalho]. Mas, no que respeita ao produto do trabalho de uma grande sociedade, **nunca ocorre algo como uma divisão justa e igualitária**. De cem mil famílias, cem, talvez, absolutamente não trabalham, e, ainda assim, **seja pela violência ou pela opressão mais ordeira da lei**, utilizam uma maior parte do trabalho da sociedade do que dez mil famílias. Do mesmo modo, a divisão do que resta após esse enorme desfalque **não é de modo algum proporcional ao trabalho de cada indivíduo**. Ao contrário, **os que trabalham mais ganham menos**. O opulento mercador, que passa a maior parte de seu tempo na luxúria e nas diversões, desfruta de uma parcela muito maior dos lucros de seu comércio do que os funcionários e contadores que administram os negócios. Estes últimos, novamente, gozam de bastante tempo livre e não sofrem outras dificuldades que não o confinamento durante o expediente, desfrutam de uma parcela muito maior do produto do que um número três vezes maior de artesãos, que, sob suas ordens, realizam um trabalho muito mais severo e com maior assiduidade. O artesão, por seu turno, embora trabalhe em local fechado, protegido do mau tempo, em situação confortável e assistido pela conveniência de inúmeras máquinas, desfruta de uma parcela muito maior do que o pobre trabalhador, que tem de lutar contra o solo e as estações do ano, e que, não obstante proporcionar as matérias-primas para os luxos de todos os outros membros da república, e sustentar, por assim dizer, sobre seus ombros toda a fábrica da humana sociedade, parece ele próprio calcado abaixo do solo pelo peso, como que enterrado nas mais baixas fundações do edifício. Em meio a **tão opressiva desigualdade**, como explicar a maior afluência e

> abundância de bens de que normalmente desfruta este, que é o mais baixo e o mais desprezado dos membros da sociedade civilizada, em comparação com aquilo que o mais ativo e respeitado selvagem pode esperar obter (ED, pp. 563-64. Grifos nossos.).

Vemos, portanto, que a divisão do produto do trabalho não era, nesse período do pensamento smithiano, nem justo, nem igualitário; que a "violência" ou a "opressão da lei" eram o que permitia que parte das pessoas não trabalhasse e se apropriasse da maior parte do trabalho; e que a participação no produto é inversamente proporcional à quantidade e à dificuldade do trabalho que cada grupo realiza. Daí não existir, propriamente um sistema auto-explicativo da produção e distribuição. Isso forneceram os fisiocratas, e particularmente Quesnay. A partir dos conceitos de setor estéril, proprietários e setor produtivo, os fisiocratas lograram formular um quadro segundo o qual a posição dessas últimas categorias na produção do excedente, isto é, na reprodução e acréscimo de riqueza, determinava o quanto cada uma deveria receber da riqueza gerada. Vimos que Adam Smith assimila essa ideia, modificando os três setores econômicos dos fisiocratas na nova noção de terra, trabalho produtivo e capital. Importam especialmente para o crescimento da riqueza das nações os dois últimos. A produção da riqueza depende de um grupo que se divide entre proprietários de capital e proprietários de sua própria capacidade de trabalho (lavradores ou operários). Se, para Quesnay, assume papel especial no aumento da produtividade da terra o "rico arrendatário", acumulador de fundos destinados ao emprego na produção agrícola, para Smith esse papel será cumprido pelo proprietário de capital.

Neste capítulo, procuraremos especificar os atributos que Smith observa neste personagem, o acumulador silencioso, parcimonioso, diligente na aplicação e administração de seu capital. É em sua figura que delinearemos a mudança que se opera entre o antigo buscador de riquezas, sôfrego por alcançar uma condição superior – e destinado à frustração – e o acumulador silencioso, que segue o desejo de melhorar paulatinamente sua condição de vida.

Acreditamos que haja indícios consideráveis que o "proprietário de capital" que Smith apresenta n' *A riqueza das nações* se inspirou em uma ideia entretida pelos fisiocratas do empreendedor que faz a sociedade prosperar. Ele se representa pelo personagem do "rico arrendatário" que Quesnay tanto louvava.

Ao apontar claramente o caráter do acumulador silencioso e a implicação moral que este traz para a concepção smithiana do crescimento econômico, será possível sustentar que o filósofo escocês buscou, em sua última revisão da *Teoria dos sentimentos morais*, conciliar o que havia escrito antes com sua nova concepção do sistema econômico das sociedades comerciais.

V.i. O rico arrendatário e o proprietário de capital

Retomemos a figura do rico arrendatário a que se refere Quesnay. O patrono dos fisiocratas detém-se na descrição das características do "rico arrendatário", por isso é possível verificar algo de sua concepção desse agente econômico nos verbetes "Arrendatários" e "Cereais", publicados na *Encyclopédie*. Neste último artigo, Quesnay pinta um retrato desolador da agricultura mal conduzida.

> A cultura ruim, no entanto, requer muito trabalho; mas se o agricultor não pode fazer as despesas necessárias, suas obras são infrutíferos; ele sucumbe. Os tolos burgueses atribuem seu insucesso à preguiça. Eles acreditam, sem dúvida, que basta arar, atormentar a terra para forçá-la a trazer boas colheitas; nós aplaudimos quando se diz a um homem pobre que não está ocupado, vai arar a terra. São os cavalos, bois, e não os homens, que devem arar a terra. São os rebanhos que devem fertilizá-la; sem essa ajuda, a terra recompensa pouco o trabalho dos agricultores. Não se costuma dizer que ela não fez os adiantamentos do cultivo, e que, ao contrário, é preciso esperar um longo tempo pela colheita? Qual poderia ser o destino deste homem indigente a quem se diz "vá arar a terra"? pode ele cultivá-la por conta própria? Encontrará trabalho entre os agricultores, se estes são pobres? Estes, incapazes de pagar a despesa de uma boa cultura, incapazes de pagar os salários dos empregados domésticos e dos lavradores, não podem ocupar os camponeses. A terra sem fertilizantes e quase inculta não pode senão deixar a uns e outros a definhar na miséria (QUESNAY, "Grains", 2005. Edição *online*, não paginada).

Essa situação, no entanto, é contrastada com a abundante lavoura das regiões ricas da França. O fator determinante dessa produtividade é a presença do "rico arrendatário". No verbete "Arrendatários", o fisiocrata apresenta o retrato de seu empreendedor, e veremos que ele se assemelha sob vários aspectos ao do "proprietário de capital" de Adam Smith. Afirma o economista:

> Estes pobres cultivadores, tão pouco úteis ao Estado, não representam absolutamente o verdadeiro lavrador, o *rico arrendatário* que cultiva em grande escala, que governa, que comanda, que multiplica as despesas para aumentar os lucros; que, não negligenciando nenhum meio, nenhuma vantagem particular, faz o bem geral; que emprega utilmente os habitantes do campo, que pode escolher e esperar os tempos mais favoráveis para a venda de seus cereais, para a compra e a venda de seus animais. (QUESNAY, "Arrendatários', 1982, p. 100).

Aqui, podemos verificar algumas características do "rico arrendatário". Notamos, primeiramente, que sua produção é "em grande escala". Em segundo lugar, ele dirige a produção pessoalmente. Ele reinveste continuamente em seu negócio, a fim de obter maiores ganhos, já que "multiplica as despesas para aumentar os lucros". Ele é diligente, pois não negligencia "nenhum meio". É movido pelo interesse, e, desse modo, promove o bem geral. Por conseguinte, naturalmente ele calcula suas ações econômicas de modo a obter a maior vantagem de sua atividade. É um empregador de mão de obra, e, ao empregar pessoas, faz com que seu trabalho seja útil, como antes não era. Pode-se inferir, desse modo, que ele é um conhecedor de seu ramo de negócios.

O "proprietário de capital" de Smith também é rico, evidentemente. Não no sentido dos "grandes", dos "ricos e poderosos" a que o filósofo se referia na TMS, mas no sentido dado por Quesnay, uma pessoa que dispõe de fundos ou "reservas" ("*stock*") para "adiantar" os investimentos necessários à produção.

> O valor que o trabalhador adiciona às matérias-primas, portanto, divide-se, nesse caso, em duas partes, da qual uma paga seus salários, e a outra os lucros de seu empregador sobre o total das reservas em matérias primas e salários que ele adiantou. (WN I.vi.5).

Assim como o "rico arrendatário", ele aumenta seus investimentos para aumentar seu lucro. E, desse modo, em nome de seu próprio interesse, promove a prosperidade geral.

> Toda a parcela de seu rendimento que um homem rico gasta anualmente é, na maioria dos casos, consumida por hóspedes ociosos e serviçais domésticos, que nada deixam em troca de seu consumo. A parcela que ele anualmente poupa, como, em nome do lucro, é imediatamente empregada como capital, é da mesma maneira consumida, e também quase no mesmo período, mas por um grupo diferente de pessoas, por trabalhadores, operários e artífices, que reproduzem com um lucro o valor de seu consumo anual (WN II.iii.18)

> Todo indivíduo se empenha continuamente para encontrar o emprego mais vantajoso para qualquer capital de que disponha. É sua própria vantagem, na verdade, e não a da sociedade, que ele tem em vista. Mas o estudo de sua própria vantagem naturalmente, ou antes necessariamente, o leva a preferir o emprego que é mais vantajoso para a sociedade (IV.ii.4)

Ele é diligente, e conhece seu ramo de negócios:

> Raramente ocorre (…) que grandes fortunas sejam feitas (…) em qualquer ramo de negócios bem conhecido, regular e estabelecido, a não ser em consequência de uma longa vida de indústria, frugalidade e atenção. (WN, I.x.b.38)

É o emprego do capital, a parcimônia e a diligência do empreendedor que fazem com que a sociedade prospere.

> O produto anual da terra e do trabalho de qualquer nação não pode ser aumentado em seu valor por nenhum outro meio que não pelo aumento do número de seus trabalhadores produtivos, ou dos poderes produtivos dos trabalhadores que já estão empregados. É óbvio que o número de seus trabalhadores produtivos nunca poderá ser muito aumentado, senão em consequência de um aumento de capital ou dos fundos destinados a mantê-los. Os poderes produtivos do mesmo número de trabalhadores não podem ser aumentados, a não ser em consequência de algum acréscimo ou aperfeiçoamento das máquinas e instrumentos que facilitam e abreviam o trabalho; ou de uma mais adequada divisão e distribuição de emprego. Em ambos os casos, um capital adicional é quase sempre necessário. É apenas por meio de um capital adicional que o empregador de qualquer trabalho pode fornecer aos seus operários máquinas melhores ou fazer uma distribuição mais adequada do emprego entre eles. Quando o trabalho a ser feito consiste em um número de partes, manter cada homem constantemente empregado de uma única maneira requer um capital muito maior do que no caso em que cada homem é ocasionalmente empregado em cada parte diferente do trabalho. Quando comparamos, portanto, o estado de uma nação em dois períodos diferentes, e verificamos que o produto anual da sua terra e do seu trabalho é evidentemente maior no último do que no primeiro, que suas terras são melhor cultivadas, suas fábricas mais numerosas e mais florescentes, e seu comércio mais extenso, podemos ter certeza de que seu capital deve ter aumentado durante o intervalo entre esses dois períodos, e que mais deve ter sido adicionado a ele pela boa conduta de alguns que do que lhe foi subtraído pela má conduta privada de outros ou pela extravagância pública do governo (II.iii.32).

Para Quesnay, a o "rico arrendatário" é de tal modo responsável pelo aumento do produto da terra, que ele chega a afirmar que são as suas riquezas que trabalham a terra.

> Podemos afirmar que são as riquezas dos arrendatários que fertilizam as terras, que multiplicam os animais, que conduzem e fixam os

> habitantes dos campos, que constroem a força e a prosperidade da nação. (QUESNAY, "Arrendatários", 1984, p. 100).

Adam Smith tem uma passagem em que, igualmente, afirma que é a "parcimônia" do proprietário de capital, e não a indústria, que aumenta o capital – com a consequência óbvia, pelo que foi mostrado acima, do aumento da riqueza da sociedade.

> É a parcimônia, e não a indústria, a causa imediata do aumento do capital. A indústria, de fato, provê aquilo que a parcimônia acumula. Mas seja o que for que a indústria possa proporcionar, se a parcimônia não o poupasse e guardasse, o capital jamais cresceria. (WN II.iii.16)

Parece-nos, portanto, haver ao menos indícios de que Smith se inspirou, em sua nova visão da acumulação de riquezas, agora como capital, na figura do empreendedor fisiocrático. Ele parece ter estendido a ideia das virtudes da aplicação de fundos ou "reservas" na agricultura para todo e qualquer investimento de capital.

V.ii. Acumulação de capital e felicidade individual

O personagem que emerge a partir da elaboração dessa figura, o motor do "progresso da sociedade" na WN (I.i.9), não é mais um acumulador de riquezas a ser ostentadas, mas um "profissional honesto", como Quesnay descreve o rico arrendatário[47]; um profissional nos negócios, parcimonioso, frugal, prudente. Seu objetivo não é chegar à condição das elites nobiliárquicas, ou alcançar um "repouso elegante e sofisticado" (TMS IV.i.8), mas ter cada vez mais meios para poder realizar pequenos objetivos em interminável sucessão, melhorias em sua vida. Como sugere Diatkine (2010, p. 396), ele não se caracteriza pela avidez, mas pela perseverança e método, num empenho "calmo e desapaixonado", contínuo, "atividade infinita" (DIATKINE, 2010, p. 401).

---

[47] "Não consideramos aqui o rico lavrador como um operário que ara ele mesmo a terra; é um empreendedor que governa e que faz sua própria empresa se valorizar por meio de sua inteligência e de sua riqueza. A agricultura conduzida por agricultores ricos é uma profissão muito honesta e muito lucrativa, reservada aos homens livres capazes de fazer adiantamentos consideráveis em despesas necessárias para o cultivo da terra, que fornecem ocupação aos camponeses e lhes proporcionam sempre ganho adequado e seguro". (QUESNAY, "Grains").

Isso tem implicações quanto à avaliação que Smith fazia da sociedade comercial no que concerne à felicidade dos indivíduos. Na TMS, parece que o "propósito" de "melhorar nossa condição" se assenta em uma paixão viciosa, a vaidade, e não na busca por uma condição verdadeiramente melhor de vida.

> De onde vem, então, essa emulação que arrebata todas as classes de homens, e quais são as vantagens que almejamos obter por meio do grande propósito da vida humana, ao qual denominamos melhorar nossa condição (*bettering our condition*)? Ser observados, servidos, notados, com simpatia, consideração e aprovação; eis todas as vantagens que por esse meio podemos almejar. É a vaidade, e não a tranquilidade e o prazer, que nos interessa (TMS, I.iii.2.1).

Essa vaidade deriva de uma ilusão, que faz com que a vida cercada de luxos pareça trazer felicidade individual. Os espectadores simpatizam com a condição dos "ricos e poderosos" por julgarem que eles são extremamente felizes em sua vida luxuosa. Isso, por seu turno, leva-nos a admirar sua situação e, por conseguinte, admirar as próprias pessoas que nela vivem. Observamos tudo o que essas pessoas fazem e dizem, e simpatizamos facilmente com elas. Daí se origina a ambição de desfrutar de tal admiração e simpatia: a vaidade de se ver observado. (Cf. TMS I.iii.2). Porém, como a origem de tudo reside numa ilusão, visto que, na verdade, a riqueza não é mais propícia à felicidade do que outras situações, sua busca seria vã, e, em última instância, tenderia a levar as pessoas à infelicidade e à frustração. Isso estaria representado na figura do "filho do homem pobre", apresentada por Smith em IV.i.8:

> O filho do homem pobre, a quem os céus em fúria tocaram com a ambição, quando começa a observar seu entorno, admira a condição dos ricos. Passa a considerar o chalé de seu pai muito pequeno para sua acomodação, e acredita que estaria mais bem abrigado em um palácio. Desagrada-lhe ser obrigado a andar a pé ou passar pela fadiga de se locomover montado a cavalo. Ele vê seus superiores serem transportados por carruagens, e imagina que em uma delas poderia mover-se com menos inconveniência. Sente-se naturalmente indolente, e, desejoso de servir-se o menos possível com suas próprias mãos, julga que uma equipagem de numerosos serviçais lhe pouparia um bom tanto de aborrecimento. Pensa que se obtivesse tudo isso permaneceria num repouso pleno de contentamento, jubilando-se na contemplação da felicidade e tranquilidade de seu estado. Fica encantado com a distante ideia dessa felicidade. Em sua fantasia, uma vida assim lhe parece própria a alguma ordem superior de seres, até que, a fim de alcançar essa condição, ele se devota para sempre à busca por riqueza e grandeza. A fim de obter as conveniências que estas proporcionam, submete-se, em seu primeiro ano, ou talvez até em seu primeiro mês de trabalho, a mais fadigas físicas e mais inquietação mental do que teria sofrido ao longo de toda a vida pela falta daquelas mesmas

> conveniências. Ele estuda para se distinguir em alguma profissão laboriosa. Com incansável empenho, trabalha dia e noite para adquirir talentos superiores aos de seus competidores. Em seguida, procura expor às vistas do público esses talentos, e com igual perseverança procura todas as oportunidades de emprego. Para tanto, corteja toda a humanidade, serve àqueles a quem odeia, é obsequioso com aqueles a quem despreza. Ao longo de toda a sua vida, para perseguir a ideia de certo repouso sofisticado e elegante, que talvez jamais alcance, sacrifica a verdadeira tranquilidade que esteve todo o tempo a seu dispor; e se, na extrema velhice, finalmente o conquistar, verificará que ele não é de modo algum preferível à modesta segurança e contentamento abandonados em seu nome. É então que, nos estertores de sua vida, com seu corpo devastado pela fadiga e pelas doenças, com sua mente perturbada e amargurada pela memória de mil injúrias e decepções causadas, segundo crê, pela injustiça de seus inimigos, ou pela perfídia e ingratidão de seus amigos, finalmente ele começa a perceber que riqueza e grandeza são meros ornamentos de frívola utilidade, não mais propícios ao conforto do corpo e à tranquilidade da mente do que os estojos dos amantes de brinquedos; e que, como elas, trazem mais incômodos para a pessoa que as carrega consigo do que toda a comodidade que possam proporcionar. (TMS, IV.1.8)

No entanto, essa busca iludida pela riqueza, geradora de infelicidade, seria o motor do progresso na sociedade do comércio.

> [...] está bem que a natureza nos ludibrie dessa maneira. É essa ilusão (deception) que faz surgir e mantém em contínuo movimento a indústria do gênero humano. (TMS, IV.1.10)

Dos comentadores recentes, Charles Griswold, em sua *Adam Smith and the virtues of enlightenement* (1999), foi o que mais destacou esse aspecto da obra de Smith. Para ele, a TMS e a WN são obras complementares, e o sistema econômico apresentado na última se fundamentaria, em última instância, nessa ilusão, e, por conseguinte, implicaria a felicidade individual.

> O resultado imediato desse engano é que, exceto nos raros momentos em que vemos a beleza sob um "aspecto abstrato e filosófico" (IV.1.9), estamos mergulhados em um mundo de trabalho incessante, de "melhoria de nossa condição", e portanto de infelicidade. A busca por melhorar nossa condição nos deixa "constantemente insatisfeitos" (VI.iii.51). A vida humana é naturalmente sem descanso, guiada não apenas pelo medo (como Hobbes sugeriu), mas pelo anseio por beleza. A cômica ironia desse retrato geral da vida humana é inequívoca. É crucial ver que *A riqueza das nações*, e assim o mundo de aquisição de riquezas que ela promove, é pintada *no interior* desse quadro. Aqui encontramos uma parte fundamental do quadro no interior do qual a vida humana na modernidade, como concebida no projeto de Ilustração de Smith, deve ser compreendida. (GRISWOLD, 1999, p. 222).

Como consequência, na visão do comentador, a avaliação que Smith faz da sociedade comercial não seria entusiástica. O filósofo "defende" essa forma de sociedade, porém com restrições.

> Tomadas conjuntamente, portanto, a *Teoria dos sentimentos morais* e a *Riqueza das nações* formam partes complementares de um todo maior, em que filosofia moral, economia política, ciência social e história sustentam uma visão não-sentimental da vida decente e produtiva de um não-filósofo. Smith procura desintoxicar a busca por riqueza e proporcionar uma defesa limitada de suas virtudes, contra as acusações gregas e cristãs de que ela necessariamente destrói a moderação (e.g., *Rep*. 555c-d), que ela destrói o espírito marcial e, assim, compromete a liberdade, ou que ela invariavelmente leva à mesquinhez, à frouxidão, à possessividade, bem como a desigualdades moralmente inaceitáveis (GRISWOLD, op. cit., p.265).

Em obras posteriores, dois dos atuais comentadores mais importantes da obra de Smith buscaram refutar essa posição. Samuel Fleischacker, em *On Adam Smith's Wealth of nations* (2004), sustenta que Adam Smith teria mudado sua concepção da sociedade comercial na WN, a partir da qual teria passado a considerar que a acumulação gradual de riquezas é perfeitamente compatível com a felicidade individual. Dennis Rasmussen, em *The problems and promise of commercial society: Adam Smith's response to Rousseau* (2008), procura refutar a ambos os comentadores. Para ele, Smith não teria mudado sua concepção da acumulação de riquezas, e haveria unidade entre TMS e WN. No entanto, o filósofo escocês não teria feito uma "defesa limitada" da sociedade comercial. Ele seria um defensor assertivo do comércio, e isso porque, embora a motivação individual que leva ao seu progresso tenda a conduzir as pessoas a certo grau de infelicidade, essa forma de sociedade seria mais capaz de garantir as "pré-condições para a felicidade" do que todas as outras que a antecederam.

Rasmussen sintetiza essa discussão de maneira, a nosso ver, correta:

> Se muitos dos aparentes conflitos do *corpus* de Smith foram analisados e resolvidos nas muitas refutações ao "Problema Adam Smith" que surgiram ao longo de décadas, esse conflito quanto à felicidade [entre opulência social e felicidade pessoal] tem recebido muito menos atenção. Dois dos melhores trabalhos recentes sobre Smith, no entanto, efetivamente tratam desse conflito: *Adam Smith and the virtues of enlightenment*, de Charles Griswold, e *On Adam Smith's Wealth of nations*, de Samuel Fleischacker. Ambos oferecem discussões perspicazes sobre o lugar da felicidade no pensamento de Smith, mas não creio que nenhum deles tenha tido pleno êxito em resolver esse aparente conflito (RASMUSSEN, p. 133).

Visto que defendemos que houve uma mudança na concepção smithiana da economia e da sociedade como um todo a partir da WN, inserimo-nos nesse debate. Como, nesta parte, procuraremos mostrar que Smith não só mudou de posição, como estava consciente disso e procurou conciliar, na última edição da TMS, sua antiga visão com a que apresentava na WN, todo o restante deste capítulo incluirá o debate com os referidos comentadores.

V.iii. A acumulação redimida

Fleischacker (2004) argumenta, primeiramente, que, na WN, Smith não apresentaria mais uma visão negativa da acumulação de riquezas[48], que seria, desde então, compatível com a felicidade individual; em segundo lugar, sustenta ele que a atenuação da crítica de Smith à "sociedade da acumulação" se justifica pelo seu afastamento da filosofia estoica. Ele fundamenta essas convicções tanto no contraste entre trechos semelhantes da WN e da TMS (particularmente IV.i)[49] quanto na análise dos trechos acrescentados e suprimidos na última revisão da TMS[50].

O comentador defende que a Parte IV da TMS não representaria mais o pensamento de Smith a partir da WN[51]. Nessa parte, o filósofo sustenta que a ilusão da utilidade, combinada com a vaidade, nos leva a buscar "grande riqueza", e que isso move o progresso, em detrimento da felicidade individual – ainda que para o bem dos pobres, que seriam, assim, providos do necessário para a subsistência.

Para o comentador, no entanto, na WN "uma lenta e gradual 'melhoria de nossa condição' é perfeitamente compatível com o contentamento para o último Smith" (FLEISCHACKER, 2004, p. 113).

> Desejar uma melhora gradual da própria condição é moralmente inofensivo, e inevitável, dada a análise que Smith faz da atuação da simpatia. A vaidade não é inevitável, e é uma corrupção da simpatia. Nos últimos escritos de Smith, melhoria da própria condição e vaidade não são a mesma coisa. (Ibid.).

---

[48] O autor, assim como os outros dois acima mencionados, não diferencia entre "acumulação de riquezas" e "acumulação de capital", distinção feita por Daniel Diatkine (2010) e que, como procuramos mostrar no capítulo anterior, é fundamental.
[49] FLEISCHACKER (2004), pp. 108-111.
[50] Ibid., pp. 112-114.

[51] Ibid., p. 108.

A antiga visão negativa da acumulação é notória em TMS IV.i, em que se apresenta a passagem do "filho do homem pobre". Embora Fleischacker assinale que esse personagem é uma exceção, pois não segue o que seria normal em seu meio[52], ele admite que esse trecho realmente implica que a avidez por acumular riquezas é o que move a prosperidade na TMS[53]. Por que, então, Smith a deixou permanecer na última revisão da obra? Para o comentador, o motivo teria sido a pouca atenção que o filósofo dedicou a essa parte da TMS ao longo de todas as suas revisões. Como prova disso, haveria nessa seção outros aspectos explicitamente contraditórios com a teoria econômica apresentada por Smith na WN, e, portanto, ele não teria atentado para o trecho em questão em 1790.

Fleischacker argumenta que essa parte da TMS apresenta aspectos "técnicos" de uma concepção econômica que contraria em muitos pontos o que Smith afirma na WN. Na primeira obra, ao tratar das melhorias na instituições a que o "amor aos sistemas" pode conduzir, o filósofo as exemplifica com o estabelecimento de um subsídio a um setor das manufaturas. Na WN, essa espécie de favorecimento distorce o encaminhamento normal dos capitais, incentivando monopólios e setores menos produtivos do que poderiam ser[54]. Além disso, Smith sugeriria que é a demanda por bens de luxo que move a economia, ao passo que na WN a principal demanda seria por bens de consumo popular ou geral, como alimentos, sabões, roupas comuns, etc[55]. Finalmente, em IV.i.10 lê-se que a prodigalidade dos ricos permite que os pobres se provejam do necessário para a subsistência, ao passo que na WN a prodigalidade é condenada, e o que cumpre essa função é, ao contrário, a parcimônia[56]. O comentador argumenta que, se o autor houvesse atentado para essa parte de sua obra na revisão de 1790, teria, provavelmente, retificado noções contrárias a sua teoria econômica.

O posicionamento anterior de Smith quanto à acumulação de riquezas se deveria, para o comentador, a uma filiação muito forte do autor à filosofia estoica. Com efeito, no Capítulo 3 (I.iii.3) existente ao fim da Seção 3 da TMS até a sexta edição, Smith elogiava e assumia para si a postulação por ele atribuída aos estoicos, segundo a qual

> Quando examinamos desse modo as bases em que se assentam os diferentes graus de estima que o gênero humano tende a dedicar às

[52] Ibid., pp. 105-107.
[53] Ibid., pp. 107-108.
[54] Id., p. 109. Cf. TMS IV.i.11.
[55] Ibid.
[56] Id. Ibid.

diferentes condições de vida, verificamos que a excessiva preferência que geralmente se dá a algumas sobre outras é em grande medida sem qualquer fundamento. Se a capacidade de agirmos com propriedade e tornarmo-nos objeto próprio da aprovação do gênero humano, como tenho me empenhado em mostrar, for o que principalmente recomenda nossa preferência de uma condição à outra, isso pode ser igualmente alcançado em todas elas. A mais nobre propriedade de conduta pode ser sustentada tanto na adversidade quanto na prosperidade; e, embora isso seja um tanto mais difícil na primeira dessas condições, é precisamente por isso que se torna mais admirável. [...]

Era por conta disso, de acordo com a filosofia estoica, que para um homem sábio todas as diferentes condições de vida eram iguais. A natureza, diziam, recomenda alguns objetos ao nosso assentimento, e outros à nossa desaprovação. Nossos apetites primários nos levavam à busca por saúde, força, serenidade e perfeição em todas as qualidades da mente e do corpo; assim como de tudo o que pudesse promovê-las e assegurá-las, riquezas, poder, autoridade; e o mesmo princípio original nos ensinava a evitar o contrário. Mas ao escolher ou rejeitar, ao preferir ou afastar esses primeiros objetos de apetite e aversão originais, a natureza igualmente nos ensinava que isso devia ser feito segundo certa ordem, propriedade e graça, cuja observância era de consequência infinitamente maior para nossa felicidade e perfeição do que o próprio alcance desses mesmos objetos. Os objetos de nossos apetites e aversões primários deveriam ser buscados ou evitados principalmente porque a observância dessa graça e propriedade exigia tal conduta. Em dirigir todas as nossas ações segundo estas é que consistia a felicidade e a glória da natureza humana. Em nos afastarmos das regras que elas nos prescreviam consistia sua maior desgraça e sua mais completa depravação. É certo que a aparência exterior dessa ordem e propriedade era mais facilmente mantida em algumas circunstâncias do que em outras. Para um tolo, no entanto, para alguém cujas emoções não se sujeitavam a qualquer controle apropriado, agir com verdadeira graça e propriedade era igualmente impossível em qualquer situação. Embora a frívola multidão pudesse admirá-lo, embora sua vaidade pudesse por vezes elevar-se, em virtude de seus louvores ignorantes, a algo que se parecesse com a aprovação de si, ainda assim, quando ele voltasse suas vistas para o que se passava dentro de seu próprio peito, ele se tornaria secretamente consciente do absurdo e da baixeza de seus próprios motivos, e interiormente coraria e tremeria ao pensar no desprezo de que se sabia merecedor, e que o gênero humano certamente lhe dedicaria se visse sua conduta à mesma luz sob a qual seu próprio coração era obrigado a observá-la. Para o homem sábio, ao contrário, alguém cujas paixões eram mantidas em perfeita sujeição aos princípios que regem sua natureza, à razão e ao amor à propriedade, agir de maneira a merecer aprovação era igualmente fácil em todas as ocasiões. Gozasse de prosperidade, daria graças a Júpiter por o haver contemplado com circunstâncias que se podiam facilmente dominar, e nas quais havia pouca tentação ao erro. Estivesse na adversidade, ele igualmente daria graças ao diretor do espetáculo da vida humana por lhe haver oposto um atleta vigoroso, contra o qual, embora a disputa devesse ser mais violenta, a vitória seria igualmente certa, e tanto mais gloriosa. Pode haver vergonha na desgraça que nos acomete sem qualquer falta nossa, e na qual nos comportamos com perfeita

> propriedade? Não pode haver, portanto, qualquer mal nisso, mas, ao contrário, o maior bem e a maior vantagem. (TMS I.iii.3a.1-2)

À filosofia estoica, Smith tinha pouco a objetar:

> Uma filosofia (...) a cujos preceitos, em sua maior parte, não se pode opor questão alguma, exceto a honorável objeção de que ela nos ensina a almejar uma perfeição inteiramente fora do alcance da natureza humana (ibid., 3).

Por isso mesmo, esse capítulo, precisamente na Seção em que se trata da influência da prosperidade e da adversidade econômicas sobre nossos juízos – e de como a vaidade nos leva a "todo alvoroço e fadiga deste mundo" em prol da busca contínua pelo enriquecimento, a fim de obter a simpatia fácil do gênero humano –, implicava forte crítica à sociedade movida por esses sentimentos e pela acumulação. Segundo os estoicos, a ânsia ardorosa por enriquecer e por fugir à pobreza seria bastante oposta à verdadeira virtude. E, ainda que a sabedoria estoica preconizasse algo acima da perfeição de que somos capazes, no contraste com toda a frivolidade que Smith atribuía à ambição no Capítulo 2, inferir-se-ia que esta sociedade é merecedora de grande censura – mesmo que seja a melhor que podemos ter.

O posterior afastamento de Smith com relação à filosofia estoica, segundo Fleischacker, se comprovaria pela substituição, em 1790, do antigo capítulo 3 da TMS I.iii, "Da filosofia estoica", pelo novo "Da corrupção de nossos sentimentos morais ocasionada pela disposição a admirar os ricos e poderosos e a desprezar ou negligenciar pessoas de condição inferior ou de pobreza", com a reinserção do primeiro na Parte VII da obra, de caráter histórico. Nessa parte, contrariamente ao que ocorre na Parte I, Smith não se compromete com os sistemas filosóficos que expõe. Além disso, aponta Fleischacker, o parágrafo final do antigo Capítulo 3, que continha o que "parecia endossar o estoicismo"[57] é suprimido, e, em seu lugar, segue-se uma discussão da filosofia estoica (TMS VII.ii.1.24-47), cuja conclusão é que esse sistema "prescreve" uma atitude de contemplação e distanciamento do que constitui "a própria ocupação e atividade" que a natureza prescreve para "nossas vidas" (TMS VII.ii.1.46).

Se antes o autor simplesmente afirmava que a perfeição humana que essa filosofia nos levava a almejar estava acima das capacidades da natureza humana (mas

[57] FLEISCHACKER (2004), p. 112.

ele não negava que a "natureza nos ensina" essa perfeição, como ideal)[58], agora Smith afirma que ela erra quanto ao que nos "prescreve" a natureza:

> **A natureza não nos prescreveu essa sublime contemplação [da ordem determinada pela "benevolente sabedoria que dirige todos os eventos da vida humana] como a grande ocupação e atividade de nossas vidas.** Ela apenas a aponta para nós como consolo para nossos infortúnios. **A filosofia estoica a prescreve como a grande atividade e ocupação de nossas vidas.** [...] Pela perfeita apatia que ela [a filosofia estoica] nos prescreve, ao empenhar-se em não meramente moderar, mas erradicar todos os nossos afetos privados, parciais e egoístas, ao nos recomendar não sentir pelo que quer que recaia sobre nós, nossos amigos ou nosso país nem mesmo as paixões simpáticas e reduzidas do espectador imparcial, ela intenta nos tornar absolutamente indiferentes e despreocupados quanto ao sucesso ou malogro de tudo quanto a natureza nos prescreve como a atividade e ocupação próprias de nossas vidas.
> **Os raciocínios da filosofia, pode-se dizer, embora possam confundir e desorientar o entendimento, jamais podem romper as conexões necessárias que a natureza estabeleceu entre as causas e seus efeitos.** As causas que naturalmente excitam nossos desejos e aversões, esperanças e receios, alegrias e tristezas, sem dúvida continuariam a produzir em cada indivíduo, segundo o presente grau de sua sensibilidade, seus efeitos próprios e necessários, **a despeito de todos os raciocínios do estoicismo**. Os juízos do homem dentro do peito, no entanto, poderiam ser bastante afetados por esses raciocínios, e esse grande companheiro interior poderia ser por eles ensinado a tentar refrear todos os nossos afetos privados, parciais e egoístas até uma tranquilidade mais ou menos perfeita. Orientar os juízos desse companheiro interior é o grande propósito de todos os sistemas de moralidade. Que a filosofia estoica teve grande influência sobre o caráter e a conduta de seus seguidores, disso não se pode duvidar; e, embora ela por vezes os tenha incitado a uma violência desnecessária, sua tendência geral era animá-los a ações da mais heroica magnanimidade e da mais ampla benevolência. (TMS VII.ii.1.46-47. Grifos nossos).

Assim, nesse novo trecho Smith enfatiza que a filosofia estoica pode ser exemplar em certos aspectos, mas não traduz o que a natureza humana não só permite, mas recomenda – ela chega a se opor, de fato, ao que a natureza nos prescreveria, contrariando sua antiga exaltação aos estoicos.

---

[58] No último capítulo da parte da TMS que fornece os elementos mais gerais da teoria (I.i.5), Smith discute os dois padrões segundo os quais se pode julgar quanto ao grau de censura ou aplauso que alguma ação mereça: a "completa propriedade e perfeição", que só existem idealmente, ou o "grau de aproximação ou distância dessa completa perfeição a que normalmente chegam as ações da maior parte dos homens". O primeiro critério faz com que todas as ações humanas pareçam sempre censuráveis e imperfeitas. O segundo faz com que se aplaudam as ações que ultrapassem o grau comum de proximidade à perfeição, e se reprovem as que fiquem aquém desse grau. O mesmo valeria para a avaliação de obras de arte.

Por outro lado, os parágrafos adicionados na mesma sexta edição da TMS, em III.3 (parágrafos 12 a 45), incluem reflexões que atenuam a adesão de Smith à ideia estoica segundo a qual em qualquer posição social, todos dispõem praticamente das mesmas condições para a felicidade. Isso ocorreria, segundo Fleischacker, particularmente no parágrafo 30, no qual se lê:

> A infalível certeza de que todos os homens, mais cedo ou mais tarde, se acomodam ao que quer se torne sua condição permanente pode, talvez, nos induzir a pensar que os estoicos estavam, ao menos nesse ponto, muito próximos da verdade; que entre um estado permanente e outro não havia, no que concerne a verdadeira felicidade, nenhuma diferença essencial; ou, se havia alguma diferença, não era mais do que suficiente para tornar alguns desses estados simples objetos de escolha ou preferência, mas não de qualquer desejo aflito ou ansioso. (TMS III.3.30)

Quanto a esse ponto, afirma o comentador:

> Não apenas somos conduzidos por uma série de frases atenuantes – "pode", "talvez", "ao menos", "muito próximos" –, mas Smith imediatamente depois enfatiza uma mitigação ["*qualification*"] no interior das visões dos próprios estoicos sobre essa questão: "ou, se havia alguma diferença, não era mais do que suficiente para tornar alguns desses estados simples objetos de escolha ou preferência, mas não de qualquer desejo aflito ou ansioso". (Estritamente falando, Smith já se afastou dos estoicos, pois não era parte de sua visão que as condições externas fizessem qualquer diferença para a felicidade, somente que algumas dessas situações eram, não obstante, objetos próprios para ser preferidos) (FLEISCHACKER, 2004, p. 113).

O comentador apresenta, ainda, outros dois argumentos retirados das inserções de Smith na sexta edição da TMS. Primeiramente, Smith inclui uma condição para que a felicidade seja quase igualmente possível em todas as condições, a "liberdade pessoal" (TMS III.3.31). Para os estoicos, não havia essa condição, e mesmo o escravo poderia alcançar a felicidade, se virtuoso[59]. Em segundo lugar – e, para nós, esse parece ser o argumento mais forte –, o "homem prudente" do capítulo sobre o caráter da virtude (VI.i), "está naturalmente contente com sua situação, a qual, por acúmulos contínuos, embora pequenos, melhora a cada dia"[60], o que parece mostrar que Smith passou a considerar que apenas a avidez pelo enriquecimento é prejudicial à felicidade.

---

[59] FLEISCHACKER (2004), p. 113.
[60] TMS VI.i.12. Trad. de Lya Luft, pp. 268-69, com modificações nossas.

Finalmente, Fleischacker afirma que, se os trechos que não correspondiam ao seu novo modo de pensar foram deixados intactos por Smith, é porque ele não se dedicou à revisão da Parte IV da TMS, e isso o evidenciaria o fato de, ao longo das cinco revisões feitas na obra, ter havido apenas uma "mínima alteração" no texto em questão, a mudança, no parágrafo 8, de um verbo auxiliar[61]. "Trata-se de uma bela peça literária, então pode bem ser que Smith tenha querido deixá-la intata nas edições posteriores, não importa o que pensasse sobre algumas de suas implicações"[62].

Disso, conclui ele, para o "último Smith", uma melhoria gradual da própria condição não envolve a vaidade, e em nada contraria os princípios da moral (Cf. FLEISCHACKER, 2004, p. 113).

Daí ele defender, contra Griswold, que na WN, assim como nas partes ultimamente inseridas na TMS, houve um pronunciado afastamento da antiga visão crítica de Smith quanto à acumulação de riquezas – visão essa que permitia ao último comentador afirmar que, para Smith, na sociedade comercial predominam as "virtudes medianas", que o filósofo não poderia defender, senão de maneira desapaixonada, não entusiástica[63].

Concordamos que houve esse afastamento, embora não, a nosso ver, com a destituição do papel da vaidade na busca individual por acumulação de riqueza, mas sim com sua moderação nos limites da prudência, como o próprio comentador parece admitir no trecho em que assume para si algo que estaria no pensamento de Smith:

> Em algum grau, o status social inevitavelmente refletirá o status moral, e uma pessoa de bem preocupa-se, corretamente, em não ser considerada uma pessoa de má moral, mesmo que ela saiba que uma tal opinião seria injusta (op. cit., p. 119).

Tampouco concordamos que a parábola do "filho do homem pobre" tenha sido mantida por descuido ou capricho de Smith, mas disso trataremos no próximo capítulo.

Rasmussen, porém, em sua obra já citada, levanta objeções ao ponto de Fleischacker:

> [...] a ideia de que Smith tenha mudado sua posição quanto ao ponto mais importante dessa passagem [a do "filho do homem pobre"] parece ser desmentida pelo acréscimo, na edição final de sua obra, em

[61] FLEISCHACKER (2004), p. 108.
[62] Ibid.
[63] Cf. GRISWOLD (1999), pp. 264-65.

> 1790, de um capítulo inteiro sobre as corrupções associadas à tendência das pessoas de admirar os ricos e imaginar que eles são supremamente felizes – um capítulo que parece corroborar o ponto sustentado na passagem anterior sobre a ilusão da busca por riqueza (ver TMS I.iii.3, 61-66). (RASMUSSEN, 2008, p. 136).

Creio, contudo, ter elementos para afirmar, contrariamente a Rasmussen, que o novo capítulo 3 é uma peça conceitual que Smith utilizou para lidar com o fato de seu antigo ponto de vista não mais coincidir inteiramente com o que tinha à época da última revisão da TMS. A nosso ver, a ideia de que Smith abandonou a visão segundo a qual busca por fortuna incluiria necessariamente algum afastamento da verdadeira virtude – e, portanto, da verdadeira sabedoria e felicidade – seria corroborada não só pela supressão do antigo Capítulo 3, mas pelo próprio capítulo que o substituiu, bem ao contrário do que Rasmussen afirma acima.

V.iv. O capítulo 3 de 1790

Dos comentadores aqui utilizados, nenhum atentou especialmente para o novo Capítulo 3 da TMS. Nota-se mais frequentemente a supressão do antigo capítulo, em louvor aos estoicos, que, de fato, é muito significativa. Mas a que vem o que o substituiu? Fleischacker limita-se a observar que existe uma "corrupção" de nossos sentimentos morais ocasionado "disposição *natural* a admirar, simpatizar excessivamente com os ricos", e que "a estrutura de nossos sentimentos necessita disso" (op. cit., p. 112). Disso o comentador infere a assinalação de outro aspecto que afastaria Smith dos estoicos: "esse capítulo coloca em profunda suspeita a noção de que o que quer que a natureza implante em nós é bom" (idem). Ocorre que Smith nunca afirmou, nem sequer atribuiu aos estoicos a afirmação de que tudo o que a natureza "implante em nós é bom".

O que estranha nesse capítulo – e talvez por isso ele não tenha atraído muita atenção – é que ele, aparentemente, não traz nada de muito novo. Ao contrário, em muitos pontos é bastante semelhante a I.iii.2. Senão, vejamos.

O Capítulo 3 de 1790 afirma em seu primeiro parágrafo que "a disposição a admirar os ricos e poderosos, e a desprezar, ou ao menos negligenciar os pobres e de baixa condição" é "necessária para estabelecer e manter a distinção de posições e a

ordem da sociedade". O parágrafo terceiro do Capítulo 2[64] afirma e explica o mesmo.

C3 afirma que isso é ao mesmo tempo a maior e mais universal causa de corrupção de nossos sentimentos morais, e que, por esse motivo, riqueza e grandeza recebem o respeito e a admiração que seriam devidos somente à sabedoria e à virtude; ao passo que a pobreza e a fraqueza recebem, injustamente, o desprezo que caberia somente ao vício e à tolice. C2 afirma que o "homem pobre" sofre duplamente, pela pobreza e por não ser notado, e portanto não poder receber "honra e aprovação" (par. 1). Suas ocupações modestas "não proporcionam nenhum divertimento para os alegres e dissipados". O rico é observado por todos e tudo o que faz ou sente é aprovado ou admirado (par. 2). Suas virtudes são frívolas, e dizem respeito à propriedade ("*propriety*") de sua aparência (par. 4).

> E assim, a posição, o grande objeto de disputa entre as esposas dos maiorais dos vilarejos ("*aldermen*"), é a finalidade de metade dos esforços da vida humana; e é a causa de todo o tumulto e alvoroço, toda a rapina e a injustiça que a avareza e a ambição introduziram neste mundo (TMS I.iii.2.8)

A "corrupção de nossos sentimentos morais", portanto, já era bastante salientada em C2. O trecho inicial de C3 parece, assim, apenas resumir esse aspecto. Prossigamos na comparação.

C3 nos diz que os grandes objetos da ambição e da emulação consistem na obtenção do respeito e da admiração do "gênero humano", e que, para tanto, dois caminhos se apresentam a nós, o da sabedoria e virtude, e o da riqueza e grandeza. O grupo dos que escolhem o primeiro é seleto e muito pequeno; a vasta maioria são os "admiradores e adoradores da riqueza e da grandeza" (par. 2). C2 nos diz que "posição, distinção e preeminência ninguém despreza", a não ser que esteja "muito acima ou muito abaixo do padrão ordinário da natureza humana", que seja ou muito "confirmado na sabedoria e na verdadeira filosofia" ou muito "habituado à sua própria baixeza", a ponto de "ter esquecido o desejo, e quase a própria vontade de ter superioridade" (I.iii.2.8).

C3 aponta que a afirmação segundo a qual "riqueza e grandeza" merecem respeito, independentemente de qualquer mérito ou virtude, "é pouco concorde à boa moral, ou até à boa linguagem". No entanto, como se constata que elas "quase

[64] Doravante, nesta parte do capítulo, abreviaremos Capítulo 2 e Capítulo 3 por C2 e C3.

constantemente o obtêm", deve-se, por consequência, considerar que são, "em alguns aspectos, seus objetos naturais" (I.iii.3.4). C2 afirma que "Sobre essa disposição do gênero humano a acompanhar todas as paixões dos ricos e dos poderosos é que se fundam a distinção de posições e a ordem social" (I.iii.2.3), e "que os reis são servos do povo [...], é a doutrina da razão e da filosofia; mas não é a doutrina da Natureza" (ibid.).

C3 afirma que o caso é diferente nos "estratos medianos e inferiores", pois ali a busca por fortuna e a aspiração à virtude são "quase a mesma coisa" ("*very nearly the same*"). Requer-se dessas pessoas "verdadeiras e sólidas habilidades profissionais, juntamente com uma conduta prudente, justa, firme e temperante". "O velho e bom provérbio, portanto, segundo o qual 'a honestidade é a melhor política', continua a ser, em tais estratos, perfeitamente verdadeiro" (I.iii.3.5). C2 afirma que os "homens educados nas posições medianas e inferiores", se quiserem se destacar, será "por virtudes mais importantes" do que as frivolidades "dos ricos e poderosos"; devem adquirir "superior conhecimento em sua profissão e superior indústria em seu exercício", ser "paciente[s] na labuta, resoluto[s] nas situações de perigo e firme[s] nas situações de aflição", e "Probidade e prudência, generosidade e franqueza devem caracterizar seu comportamento em todas as ocasiões ordinárias" (I.iii.2.5).

C3 aponta que o mesmo não ocorre nos "estratos superiores" das cortes dos príncipes e dos salões dos grandes, em que o mais importante é ser um "homem da moda", um arrogante e adulador, que se destaca pela aparência de sua conduta, e não pelas virtudes "sólidas e viris de um guerreiro, estadista, filósofo ou legislador" (I.iii.3.6). Por isso, os tolos que querem imitá-los seguirão as "virtudes" que os tornam admirados, "roupas da moda", o "estilo" de linguagem e conversação da moda, os "ares e postura" da moda (I.iii.3.7). E mesmo os que se empenham em de fato alcançar tal posição não se importam em incorrer nos maiores vícios e até crimes, visto que, se tiverem êxito, sua "esplêndida situação" obliterará, aos olhos dos "admiradores e adoradores da riqueza e da grandeza", os horrores da conduta pela qual esta foi alcançada (I.iii.3.8). No entanto, a pessoa que assim obteve sucesso é infeliz, porque ela mesma sabe daquilo que fez, e teme a vingança dos que também o sabem. Portanto, "essa lembrança nunca deixará de a atormentar" (I.iii.3.8).

Paralelamente, C2 aponta que as virtudes pelas quais os "grandes" se destacam não são, absolutamente, "conhecimento, indústria, paciência, abnegação ou qualquer outro tipo de virtude". Sua "virtude" consiste em "Seus ares, suas maneiras, sua postura", que "marcam aquela elegante e graciosa consciência de sua própria

superioridade, que os que foram criados nos estratos inferiores dificilmente podem alcançar" (I.iii.2.4). Faltam-lhes por completo as "virtudes que se requerem" em situações de perturbação pública. "Destacar-se em um baile é seu maior triunfo, e ser bem sucedido numa intriga de galanteria, seu maior empreendimento" (I.iii.2.5).

Todas essas passagens mostram que, aparentemente, o Capítulo 2 de 1759 e o Capítulo 3 inserido em 1790 são absolutamente correspondentes. Ao se ler o último, tem-se a impressão de que se está a repassar o primeiro.

Nós, no entanto, cremos que há diferenças muito sutis, mas de extrema importância, entre um e outro capítulo. Este é o primeiro dos dois pontos principais da hipótese que pretendemos demonstrar. Argumentamos que Smith mudou seu posicionamento quanto ao que move a prosperidade das sociedades em seu estágio comercial ao estabelecer uma diferença entre a busca pela fortuna, tal como apresentada na TMS antes da sexta edição, e a acumulação de capital, apresentada na WN. Isso está estritamente relacionado, segundo defendemos, com uma diferença conceitual entre riqueza e capital, diferença essa que se deveria, conforme nossa concepção, à influência do pensamento fisiocrático, e particularmente do Quadro Econômico de Quesnay, sobre a ideia smithiana de "progresso da opulência", e mesmo, talvez, sobre sua visão geral da sociedade. O ponto central da tese reside em defender que não só Adam Smith tinha plena ciência dessa mudança, como procurou conciliá-la com o que havia escrito em sua primeira obra. Essa tentativa se patenteia por aspectos por vezes sutis, porém relevantes das modificações que o filósofo introduziu no texto da TMS em sua última revisão, de 1790. O primeiro desses aspectos está precisamente, sustentaremos, no novo Capítulo 3 (I.iii.3); o segundo, na Parte VI, introduzida na mesma edição. Investigaremos, por ora, a que veio o novo capítulo.

Se Smith inseriu um capítulo com temática semelhante ao do precedente, não deve ter sido para preencher lacuna – hipótese absurda –, mas para desenvolver o que já estava em perspectiva, ou para mostrar que algo pode ser diferente do que havia antes mostrado.

Não parece haver diferença notável entre os dois capítulos no que respeita às pessoas dos "estratos superiores". São frívolos ostentadores, porque isso lhes basta para receber a atenção do público. Como consequência, não desenvolvem verdadeiras virtudes ou habilidades importantes. Todavia, isso agora é mostrado sob o ângulo dos "candidatos à fortuna" – ou seja, dos que inicialmente não a possuem. Em C2 os aspirantes à fortuna das "camadas médias e inferiores" se distinguiam por "virtudes

mais importantes", e por isso os "cargos mais altos [...] e todos os detalhes da administração" ficavam sob a responsabilidade de tais pessoas, a despeito do desprezo e da inveja de seus frívolos superiores, que acabavam por se curvar a eles (I.iii.2.5).

Já em C3 os "candidatos à fortuna" que anseiam pela condição dos "estratos superiores" são os vaidosos e os ambiciosos. O capítulo cumpre o que promete, e mostra a corrupção de nossos sentimentos morais quanto a esses dois tipos.

O vaidoso quer receber um louvor sem de fato ter aquilo que o tornaria digno disso (TMS III.2.4 e 8). Como temos uma "disposição a admirar, e consequentemente a imitar os ricos e os grandes, [...] eles são capazes de estabelecer ou liderar o que se chama de moda" (I.iii.3.7). E como mesmo seus "vícios e loucuras" são da moda, os homens vaidosos nisso também os imitam, com orgulho. Aqui surge algo bastante interessante: Smith alega que "Os homens fúteis muitas vezes se dão ares de uma devassidão da moda que, em seus corações, eles não aprovam, e de que talvez não sejam realmente culpados" (ibid.). Isto é, eles secretamente reprovam os vícios da moda, os quais, não obstante, eles ostentam, por vezes falsamente, a fim de receber o louvor dos que admiram tais vícios. Eis uma enorme corrupção de nossos sentimentos morais: finge-se, com orgulho, possuir vícios que não se tem, e escondem-se, envergonhadamente, as virtudes que na verdade se possui.

"Há hipócritas da fortuna e da grandeza, assim como da religião e da virtude: e um homem fútil tende a fingir o que ele não é, quanto às primeiras, tanto quanto o homem astuto tende a fazer o mesmo quanto as últimas" (TMS I.iii.3.7)

O outro exemplo de vaidoso causa menos perplexidade. É aquele que para manter sinais exteriores de riqueza gasta tudo o que possui. É a ruina de "muitos homens pobres" (ibid.).

Finalmente, Smith fala do ambicioso, que, para se elevar às altas esferas, transgride fortemente as regras da prudência e até da justiça. Com esse objetivo, por vezes ele chega a perpetrar crimes, iludido de que a admiração que sua futura fortuna atrairá será capaz de apagar a memória do que cometeu. Geralmente não obtém sucesso e é punido, mas, se o obtiver, não terá felicidade: será atormentado pelo seu conhecimento do que fez e pelo medo da vingança (cf. I.iii.3.8).

Vemos, portanto, que em C3 o profissional, educado nas "camadas médias e inferiores", saiu das cortes dos príncipes e salões dos poderosos, lugares em que figurava em C2. Em seu lugar, entraram os "hipócritas da riqueza e grandeza" e o ambicioso facínora.

O profissional, no entanto, não está ausente de C3. Com efeito, há diferenças importantes quanto ao personagem do homem vindo de uma "posição inferior" quando retratado em C2, e quando em C3. Tudo leva a crer que Smith quis chamar a atenção para a semelhança entre eles, pois os denomina de maneira quase idêntica. No Capítulo 2, são os "homens educados nas posições médias e inferiores da vida"; no Capítulo 3, são os dos "estratos medianos e inferiores da vida". Ambos cultivam profissões, são prudentes, justos, firmes, aplicados, probos. O que há de diferente entre eles?

Comecemos por notar que apenas em C2 ele é chamado de "homem privado", em oposição aos "grandes", que são homens públicos (I.iii.2.5). Ele quer se destacar, e, para tanto, "Deve adquirir dependentes para contrabalançar os dependentes dos grandes". Concentremo-nos nisso. Antes de tudo, ele pretende medir-se ou emparelhar-se com os dos "estratos superiores". Ele quer "atrair para si a atenção e a admiração do gênero humano" (I.iii.2.5). Em C3, ele não tem esse objetivo; busca aumentar sua fortuna, mas uma fortuna "tal que homens em tais estratos podem razoavelmente esperar adquirir". Para tanto, "quase sempre depende do favorecimento e da boa opinião de seus vizinhos e iguais" (I.iii.3.5). Logo, o olhar que o segundo busca para si não é o do "gênero humano", de um grande público indistinto, mas de "iguais", pessoas como ele. Isso indica que o segundo não anseia por mudar de posição social, mas parece querer melhorar sua condição mais ou menos dentro do estrato em que se encontra, ao passo que o primeiro se mede pelos estratos superiores. Parece querer tornar-se um homem público.

Observemos que, no Capítulo 2, o homem das "posições médias e inferiores" adquire uma profissão, virtudes, habilidades, com um objetivo inicial: "adquirir dependentes para contrabalançar os dependentes dos grandes". Que são esses dependentes? Não serão trabalhadores contratados para a produção, pois a estes Smith não denomina, nem na LJ, nem no ED, "dependentes"[65]. Hão de ser serviçais ou aduladores, como os dos "grandes". Isso nos remete ao "filho do homem pobre" de IV.1.8. Ele também quer serviçais e aduladores, assim como bens de luxo peculiares às pessoas de estratos superiores. Na verdade, ele pretende ascender aos estratos superiores.

> O filho do homem pobre [...] admira a condição dos ricos. Passa a considerar o chalé de seu pai muito pequeno para sua acomodação, e acredita que estaria mais

[65] Aduziremos mais argumentos quanto a isso abaixo.

> bem abrigado em um palácio. Desagrada-lhe ser obrigado a andar a pé ou passar pela fadiga de se locomover montado a cavalo. Ele vê seus superiores serem transportados por carruagens, e imagina que em uma delas poderia mover-se com menos inconveniência. Sente-se naturalmente indolente, e, desejoso de servir-se o menos possível com suas próprias mãos, **julga que uma equipagem de numerosos serviçais** lhe pouparia um bom tanto de aborrecimento. Pensa que se obtivesse tudo isso permaneceria num repouso pleno de contentamento, jubilando-se na contemplação da felicidade e tranquilidade de seu estado. Fica encantado com a distante ideia dessa felicidade. Em sua fantasia, uma vida assim lhe parece própria a alguma ordem superior de seres, até que, **a fim de alcançar essa condição**, ele se devota para sempre à busca por riqueza e grandeza. (TMS, IV.1.8)

Além disso, o primeiro homem "das posições médias e inferiores da vida" não quer apenas se destacar em uma profissão. Pretende alçar voos mais altos, destacar-se na política e na guerra – não importa o quão maléficos possam ser seus efeitos para os outros. Ele está "descontente com sua posição", e por isso é ávido não só para "expor seus talentos" às "vistas do público", mas também para, por meio de suas virtudes marciais e políticas, atrair a "atenção e a admiração do gênero humano".

> Ele [...] deve adquirir superior conhecimento em sua profissão, e superior indústria em seu exercício. Deve ser paciente no trabalho, resoluto no perigo e firme na aflição. Esses talentos, ele deve expor às vistas do público [...] Com que impaciência o homem de espírito e ambição, **descontente com sua condição**, busca em seu entorno alguma grande oportunidade para distinguir-se? Nenhuma circunstância que possa proporcionar-lhe essa oportunidade é vista como indesejável. **Ele até olha para diante com satisfação em face da perspectiva de uma guerra no estrangeiro, ou alguma dissenção civil; e, com secreto arrebatamento e prazer, entrevê, em meio à confusão e derramamento de sangue que acompanham tais situações, a probabilidade de apresentarem-se as tão ansiadas ocasiões para atrair para si a atenção e a admiração do gênero humano**. (TMS I.iii.2.5. Grifos nossos.)

Ora, o "filho do homem pobre" quer igualmente expor seus talentos às vistas do público.

> Ele [o "filho do homem pobre"] estuda para se distinguir em alguma profissão laboriosa. Com incansável empenho, trabalha dia e noite para adquirir talentos superiores aos de seus competidores. Em seguida, procura **expor às vistas do público** esses talentos, e com igual perseverança procura todas as oportunidades de emprego. Para tanto, corteja toda a humanidade, serve àqueles a quem odeia, é obsequioso para com aqueles a quem despreza. (TMS, IV.1.8. Grifos nossos.)

De modo contrário, o segundo homem dos "estratos medianos e inferiores" não

parece descontente com sua situação. Ele também é um "profissional", mas não estão presentes nele as ambições marciais e políticas. O homem das "profissões medianas e inferiores" (I.iii.3.5) é perfeitamente concorde à figura do "homem prudente" da Parte VI da TMS, inserida na mesma sexta edição – que sustentaremos mais abaixo ser o modelo do "proprietário de capital" da WN.

> Seus métodos preferidos para desenvolver nossa fortuna são os que não nos expõem a perdas ou riscos: verdadeiro conhecimento e habilidade em nossa profissão ou ramo de negócio, indústria e perseverança em seu exercício, frugalidade, e mesmo algum grau de parcimônia em todos os nossos gastos. (TMS VI.i.6)

O "homem prudente" está contente com sua condição, por isso não é ávido por se arriscar – bem ao contrário.

> O homem que vive de acordo com sua renda está naturalmente contente com sua situação, a qual, por acúmulos contínuos, embora pequenos, melhora a cada dia. [...]Não tem nenhuma preocupação em alterar uma situação tão confortável, e não sai em busca de novos empreendimentos e aventuras, que poderiam colocar em perigo, mas não poderiam aumentar em muito a segura tranquilidade de que verdadeiramente usufrui. (TMS VI.i.12. Trad. de Lya Luft, pp. 268-69, com modificações nossas).

E, do mesmo modo que o segundo homem dos "estratos medianos e inferiores", a ambição marcial e política não o toca:

> O homem prudente **é avesso a entrar em quaisquer disputas de partidos, detesta a facção**, e nem sempre é propenso a ouvir a voz mesmo da mais nobre a magnânima ambição. Se convocado diretamente, não declinará do serviço de seu país, mas jamais entrará em tramas para impor seu ingresso, e estaria muito mais contente se os negócios públicos fossem bem administrados por outra pessoa, do que se ele próprio tivesse de aceitar o transtorno e sustentar a responsabilidade de administrá-los. **No fundo de seu coração, ele preferiria o prazer da segura tranquilidade, não apenas aos vãos esplendores da ambição bem sucedida, mas à verdadeira e sólida glória das mais grandiosas e magnânimas ações.** (TMS, VI.i.13. Grifos nossos).

Ao que parece, então, há um grau considerável de oposição entre o personagem do homem dos "estratos medianos e inferiores" apresentado em C2 e o que se mostra em C3. O primeiro parece associar-se ao "filho do homem pobre", ao passo que o último parece associar-se ao "homem prudente". Guardemos isso.

Tornemos, neste ponto, ao outro modo como Smith se refere no Capítulo 2 ao homem das "posições médias e inferiores da vida": "homem privado". Destacamos que isso indica que ele quer sair da condição privada e atingir a de homem público. Ora, em um parágrafo inserido na sexta edição, Smith afirma:

> A grande fonte tanto da miséria quanto das desordens da vida humana, parece originar-se de uma avaliação exagerada da diferença entre uma situação permanente e outra. A avareza superestima a diferença entre pobreza e riqueza**; a ambição, aquela entre uma condição ["*station*"] privada e uma condição pública**; a vaidade da glória, aquela entre a obscuridade e a reputação extensa. A pessoa sob a influência de qualquer dessas paixões extravagantes, não só é miserável na sua situação real, mas muitas vezes está disposta a perturbar a paz da sociedade, a fim de chegar ao que ela tolamente admira. A menor observação, no entanto, pode satisfazê-lo, que, em todas as situações comuns da vida humana, uma mente bem-disposta pode ser igualmente calma, igualmente alegre e igualmente satisfeita. Algumas dessas situações podem, sem dúvida, merecer ser preferidas a outras: mas nenhuma delas pode merecer ser perseguida com aquele ardor apaixonado que nos leva a violar as regras de prudência ou de justiça; ou a corromper a tranquilidade futura de nossas mentes, seja pela vergonha da lembrança de nossa própria insensatez, seja pelo remorso do horror de nossa própria injustiça. Sempre que a prudência não orienta, sempre que a justiça não permite a tentativa de mudar a nossa situação, o homem que a tenta joga o mais desigual de todos os jogos de azar, e joga tudo contra quase nada (TMS III.3.31. Grifos nossos.).

A ambição é, portanto, uma "paixão extravagante", resultado da "avaliação exagerada" da diferença entre a "condição privada" e a "condição pública", isto é, entre ser um "homem privado" e ser um "homem público". Logo, por tudo o que vimos, parece-nos lícito afirmar que o personagem do Capítulo 2 é um ambicioso. Não à toa, o texto termina com uma admoestação aos ambiciosos:

> "Do amor", diz milorde La Rochefoucault, "sempre se segue a ambição, mas da ambição dificilmente se segue o amor". Essa paixão, uma vez que tenha tomado plena posse do peito, não admitirá nem rival, nem sucessor. Aos que se acostumaram à admiração pública, ou mesmo a esperá-la, todos os outros prazeres adoecem ou decaem. [...] Estais verdadeiramente resolvidos a nunca trocar vossa liberdade pela servidão senhorial de uma corte, mas viver livre, destemido e independente? Parece haver apenas um, e talvez apenas um caminho para continuardes nessa virtuosa resolução: jamais adentreis o lugar de onde tão poucos foram capazes de retornar; jamais adentreis o círculo da ambição, nem jamais vos coloqueis em comparação com os senhores do mundo que já se apropriaram da atenção de metade

do gênero humano antes de vós. (TMS I.iii.2.7)

A advertência se dirige aos que não têm a admiração pública; o "homem privado" das "posições médias e inferiores" do Capítulo 2 ousou ter a esperança de obtê-la, do mesmo modo que o "filho do homem pobre".

Tudo isso parece confirmar a associação feita há pouco: acreditamos que o ambicioso das "posições médias e inferiores" do Capítulo 2 se identifica com o "filho do homem pobre" da Parte IV, assim como o homem dos "estratos medianos e inferiores" do Capítulo 3 se identifica com o "homem prudente" da Parte VI. Sustentamos que o último é o personagem idealizado do "proprietário de capital" da WN[66]. Smith parece querer mostrar, contrariamente ao que havia antes sustentado na TMS, que a melhoria da nossa condição não precisa ser ávida, nem infeliz. A busca da fortuna, dentro do que se possa "razoavelmente esperar", não é uma extravagância. Extravagante é buscar a ascensão social com "o ardor apaixonado" que leva a violar as "regras da prudência ou da justiça" – precisamente como o fazem o vaidoso e o ambicioso que frequentam as cortes dos príncipes e os salões dos grandes na segunda parte de C3.

Isso não é de modo algum indiferente. No Capítulo 2, a ambição e a vaidade cobriam todo o âmbito da atuação do homem educado "nas camadas médias e inferiores" – estivesse ele no comércio, na guerra ou nas cortes, e a despeito de possuir virtudes consideráveis. Toda busca por fortuna estava igualada. Já no Capítulo 3, o homem dos "estratos medianos e inferiores" se concentra no exercício de uma profissão, e está no "caminho" da virtude, não da vaidade e da ambição. Nas cortes estão os vaidosos e ambiciosos, que em nada se assemelham ao "profissional" – são, de fato, seus opostos.

Portanto, julgamos que, na verdade, o Capítulo 3 de 1790 não compara o "estudo e a prática da virtude" com a "aquisição de riqueza e grandeza", como seus dois primeiros parágrafos fariam crer. Mas ele se aproxima disso. Ele compara os que estão no "caminho da fortuna" – "uma fortuna tal que homens em tais estratos possam razoavelmente esperar obter", caminho esse que é "muitíssimo próximo" ("*very nearly the same*") da virtude – com os ambiciosos e os vaidosos que se medem com "os senhores do mundo". Tais são as duas principais partes do texto. Smith está a mostrar que a busca por "melhorar nossa condição", que ele havia associado inteiramente ao

[66] Apresentaremos fundamentos para essa proposição na parte seguinte deste capítulo.

ambicioso no Capítulo 2 de 1759, pode ser muito diferente, e, em certa medida, muito semelhante ao caminho dos "sábios e virtuosos".

Concluímos, assim, que, contrariamente ao que afirma Rasmussen, o Capítulo 3 de 1790 não corrobora a visão de que a busca por "melhorar nossa condição" é movida pela vaidade e pela ambição, e portanto tenderia a promover a infelicidade das pessoas. Trata-se antes do oposto. O Capítulo 3 busca salvar a acumulação de riquezas, quando feita no modo do "homem prudente", do "acumulador silencioso" de capital.

Vejamos agora, mais de perto, o personagem do "homem prudente". Aduziremos argumentos para demonstrar que ele corresponde ao ideal do "proprietário de capital" da WN.

V.v. O homem prudente

Se o filósofo afrouxa o rigor estoico de sua crítica à sociedade comercial, parece-nos possível afirmar, por outro lado, que ele "estoiciza" o personagem do acumulador, definindo, simultaneamente, outro traçado para essa forma específica de riqueza, o capital, em relação à riqueza luxuosa ou de consumo.

Já vimos que o capital se diferencia de outras formas de riqueza pessoal por três aspectos em especial: ele não é uma riqueza para o consumo, mas para proporcionar uma renda ao seu proprietário; ele se reproduz, juntamente com um adicional, aumentando, desse modo, a riqueza de seu proprietário, e, por conseguinte, a da nação; ele se acumula sistematicamente, de maneira "infinita", graças às características da sociedade comercial, ou graças aos princípios da natureza humana que possibilitam o surgimento dessa forma de sociedade, o desejo de melhorar nossa própria condição e a propensão à troca.

Disso se infere que o agente da acumulação, o proprietário de capital, não é mais descrito como predominantemente vaidoso ou ambicioso. Como aponta Diatkine, o capital não é riqueza que se ostente (cf. op. cit., p. 401). O que se adquire com seu lucro pode ser ostentado, sem dúvida; porém, para Smith a ostentação é própria à prodigalidade, e ele sustenta que a parcimônia é o que tende naturalmente a prevalecer (WN II.iii.27, 28). A ambição do proprietário de capital é comedida, mantém-se dentro de limites razoavelmente estreitos, que lhe são impostos pela prudência. Ele é um profissional do lucro, o que chamaríamos de "homem de negócios"; um homem

prudente. Ora, na Parte VI ("Do caráter da virtude") da TMS, inserida por Smith apenas em 1790, catorze anos após a publicação da WN, a primeira seção trata da prudência. Mais que isso, ela nos apresenta essa virtude por meio da descrição do caráter do indivíduo prudente, um personagem. Seu título o explicita: "Do caráter do indivíduo, no quanto ele afeta sua própria felicidade; ou da prudência". Sustento que esse personagem corresponde ao novo "acumulador silencioso", oposto ao antigo ambicioso da TMS, o que marca a mudança de posição em Smith quanto à frustração associada à busca pelo acúmulo de riquezas.

Inicialmente, notemos que o título trata da felicidade individual. A prudência nos "recomenda" condutas para a felicidade. Seu objetivo original é a preservação da vida e da saúde do indivíduo. Como desdobramento desse objetivo, é preciso ter meios para suprir-nos do necessário.

> A preservação do corpo e de seu estado saudável parecem ser os objetos que a natureza primeiramente recomenda ao cuidado de cada indivíduo. Os apetites da fome e da sede, as sensações agradáveis ou desagradáveis de prazer e dor, de calor e frio, etc., podem ser consideradas as primeiras lições dadas pela própria voz da natureza, dirigindo-o quanto ao que deveria escolher e ao que deveria evitar em nome desse propósito. As primeiras lições que lhe são ensinadas por aqueles aos quais se confiou sua infância tendem, em sua maior parte, para o *mesmo* propósito. Seu principal objetivo é ensinar-lhe como manter-se longe da via dos danos.
>
> Conforme ele cresce, logo aprende que algum cuidado e previdência são necessários para o provimento dos meios para gratificar esses apetites naturais, para proporcionar-se prazer e evitar a dor, para proporcionar-se a temperatura agradável do calor e evitar a desagradável do frio. No direcionamento adequado desse cuidado e previdência consiste a arte de preservar e aumentar o que se chama de sua fortuna externa. (TMS VI.i.1-2)

Insere-se, portanto, o aumento da fortuna na necessidade de preservação e de suprimento dos apetites naturais. Alguma acumulação de recursos é, por conseguinte, natural à humanidade, segundo esse ponto de vista. Contudo, Smith afirma que a intensidade de acumulação que "as necessidades e conveniências do corpo" demandam é bastante moderada (Cf. TMS VI.iii.3, mais abaixo). Isso é perfeitamente concorde ao que o autor já afirmava desde seu curso sobre jurisprudência, em 1762-3.

> Mas essas necessidades [de sobrevivência] podem ser supridas sem

> grande dificuldade (…). Os selvagens, que não se empregam em diferentes atividades, conseguem, cada qual, suprir-se de alimentos roupas e habitação. (…) Os mesmos temperamento e inclinações que o levaram [ao selvagem] a realizar esses melhoramentos o impulsionam a refinamentos ainda maiores. Seu modo de vida lhe parece rude e desleixado, e não mais pode satisfazê-lo: ele busca por refinamentos e sofisticações mais elegantes. (LJ, p. 335)
>
> (...)
>
> Procurei explicar que as causas que dispõem o homem à indústria são, dentre todos os animais, peculiares apenas a ele: a natural fragilidade de sua constituição e seus desejos de elegância e refinamento. Essas necessidades um selvagem pode, sozinho, suprir de alguma maneira (…). (LJ, p. 340)

De modo bastante semelhante, Smith agora postula que a prudência, isto é, a atenção para com nossa própria felicidade, dada nossa experiência do mundo, é que nos recomenda atentar para a reputação que os outros nos atribuem. A prudência assimila a vaidade.

> Embora originalmente seja para suprir as necessidades e conveniências do corpo que as vantagens da fortuna externa nos são recomendadas, não é possível viver por muito tempo no mundo sem perceber que o respeito de nossos iguais, nosso crédito e posição na sociedade em que vivemos, depende muito do grau em que possuímos ou se supõe que possuamos essas vantagens. O desejo de nos tornarmos propriamente objetos desse respeito, de merecer e obter crédito e reputação entre nossos iguais [*equals*], é talvez o mais forte de nossos desejos; e nossa preocupação em obter as vantagens da fortuna é, consequentemente, muito mais estimulada e atiçada por esse desejo do que pelo de suprir todas as necessidades e conveniências do corpo, o que sempre se pode conseguir muito facilmente. (TMS VI.iii.3)

Notemos que a postulação é semelhante, mas não idêntica. O selvagem, como o ávido acumulador da TMS, busca "elegância e refinamento". O homem prudente não está em busca exatamente disso, mas do "respeito" de seus "iguais". E aqui parece sobressair-se o espectador do homem prudente: não é, como tantas vezes ocorre em I.iii e IV.1 (as seções a que sempre nos referimos quanto à busca por fortuna em todas as edições da TMS), o "olhar do gênero humano", ou de nossos "semelhantes" (*brethren*), mas de nossos iguais.

De fato, em I.iii Smith afirma sempre que os ricos e poderosos são observados pelo "gênero humano" (*mankind*), isto é, a multidão indistinta dos que se encontram nos "estratos inferiores da vida".

> [Quanto ao rico e poderoso] se seu comportamento não for

> inteiramente absurdo, ele tem a todo momento oportunidade de atrair **o interesse do gênero humano**, e de se tornar objeto da observação e do sentimento solidário [*fellow-feeling*] de todos à sua volta. (TMS I.iii.2.1)
> Seus ares, suas maneiras, sua postura, tudo marca aquele elegante e gracioso senso de sua própria superioridade, que os homens nascidos nos estratos inferiores dificilmente podem alcançar. Estas são as artes pelas quais ele [o jovem nobre] se propõe fazer com que **o gênero humano** mais facilmente se submeta à sua autoridade, de modo que possa governar suas inclinações conforme queira; e quanto a isso ele raramente é desapontado. (TMS I.iii.2.4. Grifos nossos.)

É igualmente aos olhos do gênero humano que o ambicioso busca expor-se.

> Ele [das posições médias e inferiores da vida] até olha para diante com satisfação em face da perspectiva de uma guerra no estrangeiro, ou alguma dissenção civil; e, com secreto arrebatamento e prazer, entrevê, em meio à confusão e derramamento de sangue que acompanham tais situações, a probabilidade de apresentarem-se as tão ansiadas ocasiões para atrair para si a atenção e a admiração **do gênero humano**. (TMS I.iii.2.5)
> […] o homem ambicioso lisonjeia-se de que, na esplêndida situação para a qual avança, terá tantos meios para comandar o respeito e a **admiração do gênero humano**, e estará capacitado para agir com tão superior propriedade e graça que o lustre de sua futura conduta recobrirá inteiramente ou apagará de todo a indecência dos passos pelos quais se elevou a tal condição. (TMS I.iii.3.8)

Mas é justamente ao falar do profissional, em I.iii.3, que Smith menciona os "iguais".

> O sucesso de tais pessoas [homens de condição mediana e inferior] [...] quase sempre depende do favorecimento e da boa opinião de seus **vizinhos e iguais**; e sem uma conduta toleravelmente regular isso muito raramente pode ser obtido. (TMS I.iii.3.5)

Isso parece sugerir que o "homem prudente" busca o respeito de um círculo mais estreito de pessoas. É verdade que, ao comparar a justiça e a beneficência, Smith utilizara a palavra "iguais" para se referir àqueles entre os quais não há diferença de posição ou autoridade. Mas aqui o caso parece ser outro. São "seus vizinhos e iguais". Essa sugestão de um círculo menor aparece ainda outra vez em um trecho do capítulo sobre o caráter da prudência. Ali, os iguais parecem igualar-se àqueles com quem convivemos:

> Nossa posição e crédito entre **nossos iguais** depende, do mesmo modo, em larga medida daquilo de que talvez o homem virtuoso gostasse que eles dependessem por completo: de nosso caráter e

> conduta, ou da confiança, estima e boa-vontade que estes naturalmente suscitam nas **pessoas com quem convivemos** [*the people we live with*]. (TMS VI.i.4. Grifos nossos.)[67].

Parece lícito sustentar, portanto, que esse respeito que a prudência recomenda que busquemos não corresponde à admiração de multidões. É uma reputação, talvez, entre os de uma comunidade, provavelmente incluindo-se aí um *métier*, um círculo de profissionais e "clientes". Com efeito, na WN, se a "bancarrota é talvez a maior e mais humilhante calamidade que pode se abater sobre um homem inocente", motivo pelo qual "o número das iniciativas prudentes e exitosas é em toda parte muito maior do que o das insensatas e malsucedidas" (WN, II.iii.29), essa humilhação não se dá aos olhos da multidão, mas de um meio, o dos profissionais de negócios. Acreditamos que seja a esse tipo de meio que Smith se refere ao tratar aqui da reputação entre iguais.

Se é assim, podemos inferir que a vaidade – ou a ambição por ela causada –, assimilada pelos limites da prudência, não busca um grande enriquecimento para expor-se aos olhos de um grande público, mas uma acumulação sóbria, capaz de mostrar a seus iguais que o homem prudente é cuidadoso com seus negócios pessoais. E isso será realmente confirmado mais adiante. Pois se, finalmente, a prudência recomenda o zelo pela reputação e pela fortuna[68], essa atenção é mais fortemente ligada ao cuidado para não decair do que ao anseio por ascender.

> Sofremos mais, como já se observou, ao decair de uma situação melhor para outra pior do que nos alegramos ao ascender de uma pior para outra melhor. A segurança, portanto, é o primeiro e principal objeto da prudência. Ela é avessa à exposição de nossa saúde, fortuna, posição social e reputação a qualquer tipo de risco. Ela é antes cautelosa do que ousada, e **mais preocupada em preservar as vantagens que já possuímos** do que em nos impelir à aquisição de vantagens ainda maiores. **Seus métodos preferidos para desenvolver nossa fortuna são os que não nos expõem a perdas ou riscos: verdadeiro conhecimento e habilidade em nossa profissão ou ramo de negócio, indústria e perseverança em seu exercício, frugalidade, e mesmo algum grau de parcimônia** em todos os nossos gastos. (TMS VI.i.6. Grifos nossos.)

É notório que os "métodos preferidos" pela prudência para a acumulação de

---

[67] Nesse caso, a melhor tradução para "live with" parece ser "conviver", e não "viver". "Viver com alguém" pode evocar a ideia específica da vida familiar ou conjugal, o que evidentemente não está em questão no trecho destacado.

[68] "Os cuidados com a saúde, com a fortuna, com a posição social e com a reputação, de que se supõe predominantemente dependerem o conforto e a felicidade do indivíduo nesta vida, são os objetos de que propriamente se ocupa a virtude que em geral se chama de prudência". (TMS VI.i.3, 5)

fortuna correspondem exatamente aos que Smith atribui ao proprietário de capital na WN[69]. E isso marca também, particularmente no trecho acima, uma considerável mudança com relação ao papel da relutância ou aversão em simpatizar com os pobres para o progresso da sociedade em que vivemos. Como vimos no capítulo I desta tese, no que chamei de "pequeno sistema econômico" da TMS, é porque as pessoas tendem a ter admiração pelos ricos e aversão a simpatizar com os pobres – porque nos importa o que elas pensam nesse sentido – "que buscamos a riqueza e evitamos a pobreza" (TMS I.iii.2.1).

É verdade que o autor já mostrara no capítulo 1 dessa seção que é muito mais doloroso cair em relação à "condição ordinária e natural do gênero humano", isto é, uma condição de "saúde, sem dívidas e de consciência limpa" (TMS I.iii.1.7), do que pode ser prazeroso elevar-se a condição melhor. Mas isso servia para justificar por que, além de não tendermos a simpatizar com os pobres, relutávamos em fazê-lo. Visto que cada degrau abaixo da condição normal representa um abismo de sofrimento, colocarmo-nos no lugar de quem está abaixo dessa condição é doloroso (Cf. TMS I.iii.1.8). Por isso o evitamos o quanto possível. Procuramos naquele capítulo demonstrar que o medo de cair na condição de pobreza era um contraponto necessário à vaidade que nos faz buscar a riqueza. Ele a tempera, e faz com que os projetos de enriquecimento sejam calculados, e não destemperados, como a definição smithiana de vaidade sugere que, de outro modo, seriam[70].

Mas agora, assim como não é mais a ambição por grandeza e superioridade que nos move, não parece ser mais o medo suscitado pela aversão a simpatizar com os pobres o que nos refreia. Nesse sentido, concordamos com Laurie Breban (2012), em seu artigo intitulado "Sensitivity to prosperity and adversity". Segundo a autora, a

[69] "Raramente ocorre (…) que grandes fortunas sejam feitas (…) em qualquer ramo de negócios bem conhecido, regular e estabelecido, a não ser em consequência de uma longa vida de indústria, frugalidade e atenção". (WN, I.x.b.38); "Os sóbrios e frugais emprestadores de pessoas privadas […] com maior probabilidade empregarão o dinheiro emprestado em empreendimentos sóbrios, feitos em proporção aos capitais de que dispõem, e que, embora possam ter menos de grandes e maravilhosos, terão mais de sólidos e lucrativos" (WN II.ii.20); "Os capitais são aumentados pela parcimônia, e diminuídos pela prodigalidade e má conduta". (WN II.iii.14); "Com o que poupa anualmente, um homem frugal não apenas proporciona a manutenção de um número adicional de mãos produtivas naquele mesmo ano ou no seguinte, mas, tal como o fundador de um asilo público (publick workhouse), estabelece, por assim dizer, um fundo perpétuo para a manutenção do mesmo número por todo o tempo futuro". (WN II.iii.19); "É a parcimônia, e não a indústria, a causa imediata do aumento do capital. A indústria, de fato, provê aquilo que a parcimônia acumula. Mas seja o que for que a indústria possa proporcionar, se a parcimônia não o poupasse e guardasse, o capital jamais cresceria". (WN II.iii.16); "[…] todo pródigo parece ser um inimigo público, e todo homem frugal, um benfeitor público" (II.iii.25); Artesãos, industriais e mercadores somente podem aumentar o rendimento e a riqueza de sua sociedade por meio da parcimônia". (WN IV.ix.13);

[70] Tratamos disso no Capítulo II desta tese.

elevação ou rebaixamento em relação à "condição normal" é uma questão de graus: a queda em qualquer grau representa sempre uma grande distância com relação à condição padrão[71]. Por isso a evitamos. Acreditamos que isso seja plenamente verdadeiro para a nova posição smithiana quanto à acumulação de riquezas; todavia, cremos que não o era antes.

De fato, no capítulo 1 da seção em questão (I.iii), Smith compara a "condição normal e ordinária" ao "mais baixo nível de miséria".

> Mas, embora pouco possa se acrescentar a esse estado, muito se lhe pode subtrair. Embora entre essa condição e o ápice da prosperidade humana o intervalo seja apenas uma ninharia, entre aquela e o mais baixo nível de miséria a distância é enorme e prodigiosa. Por essa razão a adversidade necessariamente lança o espírito do sofredor para muito mais abaixo do seu estado natural do que a prosperidade é capaz de elevá-lo acima desse estado. O espectador deve, pois, julgar muito mais difícil simpatizar inteiramente com a infelicidade (...) do que partilhar completamente da alegria alheia, e deve afastar-se de seu natural e comum estado de espírito mais num caso do que no outro. Daí porque, embora nossa simpatia com a infelicidade seja muitas vezes uma sensação mais pungente do que a simpatia com a alegria, sempre lhe falta a intensidade do que naturalmente sente a pessoa diretamente atingida. (TMS, I.iii.I.8; Trad. de Lya Luft., pp. 53-54)

Já na nova Parte VI, desaparece a comparação com "o mais baixo nível de miséria". A questão é realmente de graus. Cair de condição é sempre mais doloroso do que subir pode ser prazeroso. Buscamos evitar qualquer queda.

> Sofremos mais, como já se observou, ao decair de uma situação melhor para outra pior do que nos alegramos ao ascender de uma pior para outra melhor. (TMS VI.i.6.)

Isso nos parece condizente com o que vimos postulando: se a vaidade perde força enquanto motor da acumulação, ao ser assimilada à prudência, seu oposto, enquanto contrapeso, também o perde. Propósitos graduais pedem uma segurança menos trágica. O ambicioso buscava chegar à condição de grande riqueza, mas se acautelava em seus projetos para evitar decair para a condição de pobreza. O "homem prudente" visa a acumular riqueza pouco a pouco, sem ansiar por chegar a qualquer ponto determinado, e é cauteloso porque não quer cair de onde está, a cada momento.

Por isso os métodos do ambicioso diferem daquilo que a "prudência" recomenda. Se o ambicioso quer sair de uma condição "mediana ou inferior" para

[71] BREBAN (2012), pp. 553-54.

chegar a uma "superior", terá de ousar. Já o "homem prudente" deseja avançar pequenos passos, com segurança: é mais cauteloso do que ousado, mais preocupado em preservar do que em adquirir. É uma pessoa frugal e parcimoniosa, conhecedora de uma profissão ou ramo de negócios. A prudência nos recomenda exatamente os "métodos" de aumentar nossa riqueza que são majoritariamente seguidos pelo proprietário de capital na WN.

O homem prudente estuda para conhecer aquilo com que lida:

> O homem prudente sempre estuda séria e determinadamente para entender o que professa entender, não meramente para persuadir outras pessoas de que entende; e posto seus talentos nem sempre sejam brilhantes, são sempre perfeitamente genuínos. (TMS VI.i.7. Trad. de Lya Luft, pp. 266-67, com modificações nossas).

Veremos que as características do "homem prudente" são opostas àquelas que Smith atribui ao "ambicioso".

Longe de ser um ostentador, ele nem sequer ostenta seus conhecimentos. Contrariamente ao ambicioso original da TMS, ele não tem o afã de expor-se aos olhos do público.

> Tampouco se esforça para impor-se a vós pelos perspicazes expedientes de um impostor astuto, ou pelos ares arrogantes de um pretenso pedante, nem pelas afirmações confiantes de um pretendente superficial e impudente: **não ostenta sequer as habilidades que realmente possui**. (TMS VI.i.7. Trad. de Lya Luft, pp. 266-67, com modificações nossas. Grifos nossos.).

De modo algum o homem prudente se caracteriza por ser um adulador ou buscador de favores.

> Em prol da reputação em sua profissão, dispõe-se naturalmente a confiar em boa medida na solidez de seus conhecimentos e habilidades; e **nem sempre pensa em cultivar os favores das pequenas associações e juntas** que, nas artes e ciências superiores, com demasiada frequência se erigem em juízes supremos do mérito, tomando para si a incumbência de celebrar talentos e virtudes uns dos outros, e denegrir tudo o que possa vir a competir com eles. Se porventura se associar a alguma organização dessa espécie, é meramente para autodefesa, não com vistas a abusar do público, mas a impedir que do público se abuse, para desvantagem de si próprio [do homem prudente], por meio de clamores, sussurros, intrigas dessa organização particular, ou de alguma outra da mesma espécie. (TMS VI.i.7. Trad. de Lya Luft, pp. 266-67, com modificações nossas.

> Grifos nossos).

Quanto aos brilhos e grandezas, ele não só não os busca, como não os admira:

> [Sua amizade] É uma ligação sossegada, mas constante e fiel, com poucos companheiros bem examinados e bem escolhidos, em cuja escolha **não é guiado pela frívola admiração das realizações brilhantes**, mas pela sóbria estima da modéstia, discrição e boa conduta. (TMS VI.i.9. Trad. de Lya Luft, p. 267, com modificações nossas).

O temperamento do homem prudente é tão avesso a perturbar sua segurança, e tão pouco atraído pelo brilho, que se abstém até mesmo da glória merecida das ações magnânimas.

> No fundo de seu coração, preferiria o desfrute imperturbado da segura tranquilidade, não apenas a todo o vão esplendor da ambição bem-sucedida, mas à glória sólida e real de realizar as maiores e mais magnânimas ações. (TMS VI.i.13. Trad. de Lya Luft, p. 269, com modificações nossas).

Sua aversão a por em risco a segurança e a tranquilidade de que goza e o receio de que lhe imputem algo censurável fazem com que até na conversação ele se mostre parcimonioso, comedido.

> O homem prudente é sempre sincero, e **sente horror ao mero pensamento de expor-se à desgraça** que se segue da descoberta da falsidade. Ainda que sempre sincero, contudo, nem sempre é franco e aberto, e ainda que nunca diga senão a verdade, nem sempre se julga obrigado, caso não o tenham propriamente convocado, a dizer a verdade completa. **Do mesmo modo como é cauteloso em suas ações, também é reservado em seu discurso**, e jamais expressa precipitada ou desnecessariamente sua opinião sobre coisas ou pessoas. (TMS VI.i.8. Trad. de Lya Luft, p. 267, com modificações nossas. Grifos nossos.).
>
> Mas embora sua palestra possa nem sempre ser tão brilhante ou divertida, é sempre perfeitamente inofensiva. **Odeia a ideia de ser culpado de petulância ou grosseria**; nunca é impertinente em relação a quem quer que seja e, em todas as ocasiões comuns, de boa vontade coloca-se antes abaixo do que acima de seus iguais. Tanto em sua conduta como em sua palestra é observador rigoroso da decência, e respeita, com escrúpulo quase religioso, todo o decoro e cerimoniais estabelecidos da sociedade. (TMS VI.i.10. Trad. de Lya Luft, p. 268, com modificações nossas. Grifos nossos.).

É verdade que o “homem ambicioso” também estuda para melhor competir em seu ramo profissional ou de negócios, mas em tudo o mais ele contrasta frontalmente com o prudente. Ele tem o afã de exibir-se ao público, e corteja a todos com vistas a subir na vida:

> Ele [o “filho do homem pobre”] estuda para se distinguir em alguma profissão laboriosa. Com incansável empenho, trabalha dia e noite para adquirir talentos superiores aos de seus competidores. Em seguida, procura expor às vistas do público esses talentos, e com igual perseverança procura todas as oportunidades de emprego. Para tanto, corteja toda a humanidade, serve àqueles a quem odeia, é obsequioso para com aqueles a quem despreza. (TMS, IV.1.8)

Além disso, em sua avidez, na busca frenética por uma “felicidade distante”, que não alcançará, o ambicioso perde toda a tranquilidade, para encontrar-se, no fim da vida, exaurido em sua saúde e sua paz de espírito:

> Ao longo de toda a sua vida, para perseguir a ideia de certo repouso sofisticado e elegante, que talvez jamais alcance, sacrifica a verdadeira tranquilidade que esteve todo o tempo a seu dispor; e se, na extrema velhice, finalmente o conquistar, verificará que ele não é de modo algum preferível à modesta segurança e contentamento abandonados em seu nome. É então que, nos estertores de sua vida, com seu corpo devastado pela fadiga e pelas doenças, com sua mente perturbada e amargurada pela memória de mil injúrias e decepções causadas, segundo crê, pela injustiça de seus inimigos, ou pela perfídia e ingratidão de seus amigos, finalmente ele começa a perceber que riqueza e grandeza são meros ornamentos de frívola utilidade, não mais propícios ao conforto do corpo e à tranquilidade da mente do que os estojos dos amantes de brinquedos; e que, como elas, trazem mais incômodos para a pessoa que as carrega consigo do que toda a comodidade que possam proporcionar. (TMS, IV.1.8)

Bem ao contrário, o homem prudente dispõe de seus meios de modo excogitado, com tranquilidade, e por isso seus projetos não são aventureiros, mas seguros. E em sua perseverante e sóbria carreira, encontra progressivamente satisfação com sua vida.

> O homem que vive de acordo com sua renda está naturalmente contente com sua situação, a qual, por acúmulos contínuos, embora pequenos, melhora a cada dia. Consegue gradualmente relaxar tanto no rigor de sua parcimônia, quanto na severidade de sua dedicação; e percebe com satisfação dobrada esse gradual aumento de conforto e desfrute por ter experimentado antes as durezas que acompanham a falta deles. Não tem nenhuma preocupação em alterar uma situação tão confortável, e não sai em busca de novos empreendimentos e aventuras, que poderiam colocar em perigo, mas não poderiam

> aumentar em muito a segura tranquilidade de que verdadeiramente usufrui. Se entra em novos projetos ou empreendimentos, provavelmente serão bem planejados e bem preparados. Ele jamais pode ser apressado ou impelido a eles por alguma necessidade, pois sempre dispõe de tempo e liberdade para deliberar sóbria e lucidamente sobre quais serão suas prováveis consequências. (TMS VI.i.12. Trad. de Lya Luft, pp. 268-69, com modificações nossas).

Perseverança, planejamento e frugalidade são, portanto, as características do homem prudente. E nisso ele é aprovado, e até estimado, pelo espectador imparcial da TMS, ainda que essa estima seja fria, pois ele busca apenas sua segurança e felicidade individuais, coisas que a natureza nos ensina a buscar, elementares para a subsistência.

> Na constância de sua diligência e frugalidade, em seu constante sacrifício do conforto e desfrute do presente pela perspectiva provável de conforto e desfrute ainda maiores num tempo mais remoto, mas mais duradouro, o homem prudente é sempre amparado e recompensado pela inteira aprovação do espectador imparcial, e pelo representante do espectador imparcial, o homem dentro do peito. (TMS VI.i.11. Trad. de Lya Luft, p. 268, com modificações nossas).
>
> Em resumo, quando orientada meramente para o cuidado da saúde, da fortuna, da posição e reputação do indivíduo, embora considerada uma qualidade muito respeitável e até, em certa medida, amável e agradável, a prudência nunca é considerada uma das virtudes mais caras ou mais enobrecedoras. Ela comanda certa estima fria, mas não parece elegível para qualquer amor ardente ou admiração. (TMS VI.i.14. Trad. de Lya Luft, pp. 269-70, com modificações nossas).

De todo modo, embora não seja objeto de exaltados louvores, o personagem do homem prudente é de todo coerente com o que argumenta Fleischacker, que "*uma lenta e gradual 'melhoria de nossa condição' é perfeitamente compatível com o contentamento para o último Smith*" (FLEISCHACKER, 2004, p. 113).

Não queremos com isso afirmar que Smith julga que os proprietários de capital sejam *de fato* assim em sua maioria, pois esse personagem, o do homem prudente, é claramente um ideal, uma pessoa inteiramente regida pela virtude da prudência. Mas esse deve ser um temperamento para o qual os acumuladores parcimoniosos e frugais propendem. No entanto, é evidente que em todo indivíduo essas características se misturam a outras – ninguém é exemplar perfeito. As próprias circunstâncias econômicas podem fazer com que a conduta das pessoas frugais mude. Mas os métodos recomendados pela prudência não deixam de ser inclinações próprias à "natureza" dos profissionais de negócios, os acumuladores de capital. É o que sugere o próprio filósofo

em um trecho da WN, ao afirmar que "*A alta taxa de lucro parece em toda parte destruir* ***a parcimônia que, em outras circunstâncias, é natural ao caráter do mercador***" (IV.vii.3.61. Grifos nossos.).

Ademais, Smith afirma que a prudência é uma virtude "selfish".

> A preocupação com nossa própria felicidade recomenda-nos a virtude da prudência; a preocupação com a felicidade das outras pessoas, as virtudes da justiça e da beneficência [...]. Independentemente de qualquer atenção relativa ao que sejam, ao que deveriam ser, ou ao que sob certa condição seriam os sentimentos das outras pessoas, a primeira dessas três virtudes nos é originalmente recomendada por nossos **afetos egoístas** [selfish], as outras duas, por nossos afetos benevolentes. (TMS VI.concl.1. Grifos nossos.).

Aqui, a tradução usual não parece dar conta do significado de "*selfish*", pois o egoísmo é um vício, e não se poderia dizer que uma virtude é viciosa. "*Selfish*" é o que está ligado ao indivíduo, ao "*self*", o "eu". Por isso, a prudência diz respeito à preservação e felicidade do indivíduo. É uma virtude, digamos, "individualista" em sua origem. Ela é a virtude mais ligada aos interesses elementares de subsistência do indivíduo. De fato, ao tratar da natureza da virtude segundo os Antigos, Smith explicitamente associa a prudência ao "interesse privado":

> De acordo com outros, a virtude consiste na busca judiciosa de nosso próprio interesse privado e felicidade, ou no governo e condução adequados dos afetos egoístas ["*selfish affections*"] que visam tão-somente a esse fim. Na opinião desses autores, portanto, a virtude consiste na prudência. (TMS VII.ii.intro.2)[72]

[72] É preciso destacar, neste ponto, que isso não significa que Smith concorde com tais autores – dentre os quais ele inclui, sobretudo, os estoicos –, nem mesmo que ele considere a prudência a principal virtude. Ela é apenas uma das virtudes, a que concerne à preservação e felicidade individuais. Conforme o filósofo, a virtude em geral consiste em um grau superiormente incomum de qualidades pertencentes a uma pessoa ou observáveis em uma ação, de modo que elas mereçam, por simpatia, não mera aprovação em virtude de sua propriedade – isto é, coincidência com o que o espectador julga que sentiria ou faria no lugar da pessoa "principalmente envolvida", mas admiração, por estarem acima do grau usual em que normalmente o espectador as encontra. "Há, quanto a isso, considerável diferença entre virtude e mera propriedade; entre as qualidades e ações que merecem ser admiradas e celebradas, e aquelas que simplesmente merecem ser aprovadas" (TMS I.i.5.7. Cf. I.i.5.6.). "Virtude é excelência, algo incomumente grande e belo, que se alça acima do vulgar e ordinário" (Id., 6). Por isso Smith não dá outra definição específica da "natureza" da virtude em geral, o que corresponderia ao que ele postula ser a primeira das duas questões a ser consideradas "ao se tratar dos princípios da moral", sendo a segunda questão "Qual é o poder ou faculdade da mente por meio do qual esse caráter, seja qual for, nos é recomendado?" (TMS VII.i.2). A leitura da Parte VII da TMS nos permite ver que, para Smith, a primeira questão fica subsumida à segunda, pois é por meio da simpatia que admiramos certas qualidades em seu grau superior ao ordinário (VII.iii.3.16-17), e o que as torna virtudes consiste exatamente em receber essa admiração do espectador. Em vez de definir a natureza específica da virtude em geral, o filósofo nos apresenta, na Parte VI, o "caráter" das diferentes virtudes, isto é, uma descrição do que é observável nas condutas duradouras das pessoas que recebem algum grau de admiração. Essas virtudes são classificadas

Trata-se do autointeresse (*self-interest*). Daí que, se o interesse, entendido desse modo, é o que move as sociedades comerciais em seu progresso, temos aqui um motivo adicional para afirmar que é a virtude da prudência que alicerça o funcionamento dessa forma de sociedade. E, se assim for, é lícito afirmar que o contentamento desapaixonado, e não a frustração é o que tende a caracterizar a acumulação de capital na WN.

V.vi. Conclusão do capítulo

No capítulo anterior procuramos demonstrar que Adam Smith mudou sua concepção da produção de riquezas numa sociedade comercial, e, como consequência, mudou também sua visão quanto ao tipo de acumulação de riquezas que promove a prosperidade e a opulência: a acumulação de capital. Este capítulo teve o objetivo de demonstrar que Adam Smith estava ciente dessa mudança, e procurou conciliar sua concepção apresentada *n'A riqueza das nações* com o que havia escrito na *Teoria dos sentimentos morais*.

Se tivemos êxito, mostramos que o personagem do acumulador de capital na obra de economia política não é mais o "ambicioso ostentador" da *Teoria dos sentimentos morais*, mas uma espécie de profissional de negócios, semelhante ao, e talvez inspirado no "rico arrendatário" a quem louvava Quesnay como motor da prosperidade.

Esse "acumulador silencioso" é frugal, parcimonioso, diligente, planeja seus empreendimentos, não pretende chegar mudar drasticamente sua posição social, progride gradualmente em sua condição de vida e tem nisso uma satisfação. Trata-se do oposto do antigo "ambicioso ostentador", cujo destino era a frustração ou a infelicidade.

Com o objetivo de demonstrar que Adam Smith tinha ciência de sua mudança de concepção quanto ao tipo de acumulação de riquezas que promove a prosperidade, procuramos expor fundamentadamente as implicações de duas alterações feitas na última revisão da *Teoria dos sentimentos morais*. Primeiramente, tratamos das consequências da introdução de um novo texto em I.iii.3, em substituição ao que havia

---

como prudência, justiça e beneficência (Cf. VI.Concl.1). O "comando de si" ["self-command"] é uma qualidade superior de atenção aos sentimentos do espectador imparcial, sem a qual ninguém pode ser "consistentemente" virtuoso "por toda a sua vida ou por qualquer período considerável" (TMS VI.Concl.1).

sido mantido pelas primeiras cinco edições da obra. Em segundo lugar, tratamos do primeiro capítulo da Parte VI da mesma obra, igualmente introduzido em sua última revisão.

Quanto ao item primeiro, procuramos demonstrar que o novo Capítulo 3 em I.iii da *Teoria dos sentimentos morais* não é, contrariamente ao que afirma Dennis Rasmussen, uma peça que corrobora a ideia de que a acumulação de riquezas é movida pela vaidade e pela ambição. Ao contrário, sendo um capítulo paralelo ao Capítulo 2, este constante desde a primeira edição da obra na sua Parte I, Seção ii, o novo Capítulo 3 tem o papel de evidenciar que há outra possibilidade de melhoria de nossa condição que não é motivada por vaidade ou ambição excessiva, mas perfeitamente compatível com a virtude, ao menos com a virtude da prudência. Trata-se da atitude do "profissional dos estratos medianos e inferiores". Nesse ponto, propus haver uma identificação entre os atributos do "profissional" e os do "homem prudente" da Parte VI da *Teoria dos sentimentos morais*.

Em seguida, tratei desse último "personagem". Procurei mostrar que suas qualidades, enquanto representação da virtude da prudência – ou do "caráter da prudência" ["*character of virtue*"] –, coincidem com o que Smith afirma n'*A riqueza das nações*" sobre o comportamento do "proprietário de capital". Sustentei que o "homem prudente" da obra sobre moral corresponde ao ideal do empreendedor na obra de economia política. Desse modo, é possível inferir que a virtude da prudência é o que alicerça a prosperidade na sociedade comercial, e que, por outro lado, a acumulação de capital, vista a partir desse personagem, não se associa à infelicidade, mas a um contentamento com a melhoria gradual da condição de vida do acumulador.

Assim, espero ter demonstrado que Adam Smith estava ciente de sua mudança de posicionamento quanto ao "propósito de melhorar nossa condição", motor da prosperidade na sociedade do comércio. Essa motivação era antes vista como parcialmente viciosa e tendente a causar a infelicidade das pessoas, não obstante benéfica para o conjunto da sociedade, e, desde a *Riqueza das nações,* passou a ser considerada virtuosa e tendente à felicidade dos indivíduos. Defendemos que o capítulo I.iii.3 e a Seção VI.i inseridos na última revisão da *Teoria dos sentimentos morais* mostram claramente que o filósofo procurou, por meio deles, abrir a possibilidade, nessa obra, de uma busca virtuosa pela fortuna.

No próximo capítulo, examinarei as consequências disso para o modo como Adam Smith parece avaliar moralmente a sociedade em seu estágio comercial.

Capítulo VI

A felicidade na sociedade do comércio

Ao longo dos capítulos anteriores julgamos haver demonstrado nossa tese, segundo a qual Adam Smith atenua seu posicionamento crítico com relação à busca por acumulação de riquezas nas sociedades comerciais entre a *Teoria dos Sentimentos Morais* e *A Riqueza das Nações*.

Nos três primeiros capítulos, expusemos o que denominamos de "pequeno sistema econômico da *Teoria dos sentimentos morais*, e de "grande sistema econômico de *A riqueza das nações*". Ali, destacamos as diferenças entre esses dois sistemas, e mostramos que tal mudança se associa à introdução do conceito de "capital" nesta última obra, como uma forma de riqueza que, contrariamente àquela de que tratava a obra moral, não se consome, mas se reproduz e amplia. A esse conceito corresponde um novo "personagem" das relações econômicas: o acumulador de capital.

A diferenciação entre essas duas formas de riqueza, sustentamos no Capítulo IV, se deve à influência do pensamento fisiocrático, e particularmente do *Quadro Econômico* de Quesnay, sobre a ideia smithiana de "progresso da opulência", e mesmo, talvez, sobre sua visão geral da sociedade.

Sustentamos, finalmente, no Capítulo V – e esse é nosso ponto principal –, que Adam Smith não só tinha ciência de sua mudança de concepção, como procurou conciliá-la com o que havia escrito em sua primeira obra. Essa tentativa se patenteia por aspectos sutis, porém relevantes, das modificações que o filósofo introduziu no texto da Teoria dos Sentimentos Morais em sua última revisão, de 1790.

Como, porém, todo o recente debate em torno desse ponto remete – e nos remeteu, igualmente – à questão da avaliação moral (predominantemente positiva ou negativa) que Smith faz da sociedade em seu estágio comercial, não podemos nos furtar a nos posicionar quanto a isso. Assim, este capítulo se dedicará ao tema da felicidade ou infelicidade dos indivíduos na sociedade do comércio, bem como à avaliação que o filósofo faz da mesma.

VI.i. O argumento da "defesa" limitada

Quer isso dizer que Griswold estava errado? Voltemos à crítica à sociedade comercial que o comentador atribui a Smith. Somos levados pela ilusão causada pelo senso de utilidade a associar a felicidade ao luxo e à ostentação.

> Na visão de Smith, esse notável fenômeno é estético em dois níveis. Primeiramente, ansiamos pela harmonia ou beleza de uma correspondência de sentimentos com os espectadores que nós (corretamente) imaginamos ser a boa fortuna dos ricos e poderosos. Segundo, a aprovação dos espectadores dos ricos e poderosos é "desinteressada" (I.iii.3.2), função da apreciação dos espectadores da beleza de incontáveis "bugigangas de frívola utilidade" que os ricos e poderosos possuem. Somos atraídos, não por qualquer senso quanto aos propósitos aos quais esses bens (de relógios a roupas, de carruagens a residências) podem servir, mas antes por sua intrínseca fineza, e essa atração pelo belo "é frequentemente o motivo secreto dos mais sérios e mais importantes projetos tanto da vida privada como da vida pública" (IV.i.7-6). Ambos os níveis de apreciação estética são obra da imaginação, ainda assim a associação da felicidade com a aparente vida bela é falaciosa. Smith se refere a essa associação como um "engano" produzido por nossa imaginação, e assim a nós imposto (seu verbo) pela natureza (IV.1.10). (GRISWOLD, 1999, p. 221-22).

No trecho acima, o comentador fundamenta-se sobretudo na Parte IV da TMS, em que Smith trata do senso de utilidade, e no qual se insere o personagem do "filho do homem pobre". Smith não parece ter mudado de posição quanto a isso. Sua excelente explicação da ilusão que nos leva a preferir os meios aos fins, e do gozo que temos nisso, parece bastante aderida inclusive à sociedade atual. Essa ilusão não está fora do escopo das buscas do "homem prudente", que procuramos mostrar associar-se ao temperamento do acumulador de capital. Vimos que as necessidades básicas ele pode facilmente suprir, mas deve atentar para a "fortuna exterior", a fim de ter o respeito de seus "iguais". Essa "fortuna exterior" há de incluir o que apraz aos outros ver que se possui.

Disso, conclui o comentador:

> O resultado imediato desse engano é que, exceto nos raros momentos em que vemos a beleza sob um "aspecto abstrato e filosófico" (IV.1.9), estamos mergulhados em um mundo de trabalho incessante, de "melhoria de nossa condição", e portanto de infelicidade. A busca por melhorar nossa condição nos deixa "constantemente insatisfeitos" (VI.iii.51). A vida humana é naturalmente sem descanso, guiada não apenas pelo medo (como Hobbes sugeriu), mas pelo anseio por beleza.

> A cômica ironia desse retrato geral da vida humana é inequívoca. É crucial ver que *A riqueza das nações*, e assim o mundo de aquisição de riquezas que ela promove, é pintada *no interior* desse quadro. Aqui encontramos uma parte fundamental do quadro no interior do qual a vida humana na modernidade, como concebida no projeto de Ilustração de Smith, deve ser compreendida. (GRISWOLD, 1999, p. 222).

De fato, Smith afirma na WN, como vimos, que o desejo de melhorar nossa própria condição "acompanha-nos desde o ventre materno, e não nos abandona até que cheguemos ao túmulo" (WN II.iii.28). Mas disso infere Griswold, imediatamente, que se segue a "infelicidade". Todavia, o trecho a que ele remete em nota é TMS IV.1.9, em que Smith generaliza o quadro do "filho do homem pobre" para todos os grandes ambiciosos. Estes já não são, como procurei mostrar, os mesmos personagens que o "proprietário de capital". Do mesmo modo, logo em seguida, Griswold remete à constante insatisfação que Smith teria atribuído à busca pela "melhoria de nossa condição". Contudo, o trecho a que ele se refere não fala da ambição comedida do "homem prudente", mas sim dos orgulhosos e vaidosos: "O homem vaidoso e o orgulhoso [...] estão constantemente insatisfeitos". O "homem prudente", o "acumulador silencioso" a que se refere Diatkine (2010), não se encaixa nesse quadro.

Sem dúvida, a ideia de que a busca por "melhorar nossa própria condição" nos move desde o nascimento até a morte sugere um trabalho incessante.

> Com respeito ao esbanjamento, o princípio que impulsiona ao gasto é a paixão pelo gozo presente; o qual, embora por vezes violento e quase irrefreável, em geral é apenas momentâneo e ocasional. Mas o princípio que leva a poupar é o desejo de melhorar nossa própria condição, desejo esse que, embora calmo e desapaixonado, acompanha-nos desde o ventre materno, e não nos abandona até que cheguemos ao túmulo. Em todo o intervalo entre esses dois momentos, dificilmente se encontra um único instante em que qualquer homem esteja tão perfeita e completamente satisfeito com sua situação, que não deseje nenhuma mudança ou aprimoramento, seja qual for. Um aumento da fortuna é o meio pelo qual a maior parte dos homens se propõem e desejam melhorar sua condição (WN, II.iii.28).

Mas é preciso qualificar essa continuidade. Incessante não quer dizer de grande intensidade sempre. Se Smith afirma que esse desejo nos acompanha por toda a vida, a sentença vem com um aposto e uma conjunção adversativa: "desejo esse que, embora

calmo e desapaixonado, acompanha-nos...” (WN II.iii.28). Não se trata, portanto, de um desejo ávido.

Smith afirma que esse esforço é constante e ininterrupto, e que dele deriva a riqueza social e individual:

> O esforço uniforme, constante e ininterrupto de cada homem [*every man*] para melhorar sua condição, princípio do qual toda a opulência pública e nacional, bem como privada, originalmente se deriva, é muitas vezes poderoso o bastante para sustentar o progresso natural das coisas rumo ao desenvolvimento, a despeito da extravagância do governo e dos maiores erros de administração. (WN, II.iii.31; p. 343)

Mas mesmo a uniformidade desse esforço talvez possa ser tomada em sentido atenuado – nesse trecho Smith se refere ao conjunto dos indivíduos da sociedade, e talvez esse “*every man*” possa ser considerado um coletivo, espécie de “média social”. De todo modo, se não por isso, na nova Parte VI da TMS, como mostrado acima, Smith é assertivo quanto ao gradual relaxamento dos rigores a que se submete o homem prudente.

> O homem que vive de acordo com sua renda está naturalmente contente com sua situação, a qual, por acúmulos contínuos, embora pequenos, melhora a cada dia. Consegue gradualmente relaxar tanto no rigor de sua parcimônia, quanto na severidade de sua dedicação. (TMS VI.i.12. Trad. de Lya Luft, pp. 268-69, com modificações nossas).

E em WN II.iii.28 de fato parece não haver satisfação perfeita, essa insatisfação é bastante atenuada, pois entre o nascimento e a morte “dificilmente se encontra um único instante em que qualquer homem esteja **tão perfeita e completamente satisfeito** com sua situação, que não deseje nenhuma mudança ou aprimoramento, seja qual for.” (Ibid., 28). Está claro que não se trata aqui de uma grande insatisfação, de um grande incômodo. Na verdade, uma satisfação completa e perfeita se nos afiguraria quase imediatamente como algo acima do humano. Igualmente claro está que não se cogita ali uma mudança de vulto em nossa condição, mas pequenas mudanças, pequenos aprimoramentos, graduais. E na TMS Smith é textual na afirmação

de que, não só o "homem prudente" está "naturalmente contente com sua situação", como sua satisfação com as graduais melhorias de sua condição é crescente:

> [...] [o homem prudente] percebe com satisfação dobrada esse gradual aumento de conforto e prazer por ter experimentado antes as durezas que acompanham a falta deles. Não tem nenhuma preocupação em alterar uma situação tão confortável. (TMS VI.i.12. Trad. de Lya Luft, pp. 268-69, com modificações nossas).

Não podemos, portanto, concordar que a WN nos mostra um quadro de infelicidade na busca por melhorar nossa própria condição. O ávido acumulador, o ambicioso do "pequeno sistema econômico" da TMS se enquadra perfeitamente no que Griswold afirma, mas não é ele que predomina na WN e na concepção smithiana desde então.

O próprio comentador admite que "*A vida de 'melhoria de nossa condição', entendida no sentido vulgar* [isto é, de acúmulo de riquezas], *não é sem suas satisfações, se reunida à 'virtude mediana'* [como o comentador qualifica a prudência comum]" (GRISWOLD, Op. Cit., p. 263). O problema é que o comentador considera essas pequenas satisfações no quadro da grande, trágica infelicidade do ambicioso, que modelaria todo o restante da sociedade, ao passo que aqui sustentamos que esse acumulador não é mais o motor da economia na WN, e nem é mais a mesma a concepção que Smith tem do conjunto da sociedade.

Em outra passagem, menos dramática, Griswold afirma que

> No tipo de virada ("*twist*") tão típico de seu pensamento, Smith explicitamente argumenta que o fato de a maioria dos indivíduos *não ser* perfeitamente feliz contribui para a "felicidade do gênero humano, assim como de todos os seres racionais". O engano causado pela imaginação, inerente ao ímpeto (*"drive to"*) de melhora de nossa condição, tal como vulgarmente entendida, cria "progresso" ou "civilização", isto é, trabalho produtivo, que pode aumentar a riqueza das nações. Isso pode, por seu turno, levar a vários aprimoramentos sociais, políticos e científicos que estimamos. (GRISWOLD, Op. Cit., p. 225).

De fato, seguindo uma tradição britânica que passa por Hobbes e Locke, Smith parece aceitar que não sermos "perfeitamente" felizes é o que move o progresso. A isso

corroboram vários trechos já citados[73]. No entanto, insistimos que entre "não ser perfeitamente feliz" e estarmos "mergulhados em um mundo [...] infelicidade" (Ibid., p. 222) há grande diferença.

VI.ii. Felicidade e progesso

Porém, acreditamos que mesmo na avaliação menos dramática de Griswold há certo exagero quanto ao peso que Smith teria dado, no conjunto de sua obra, ao "progresso" e a "civilização" em detrimento da felicidade individual. Esse pensamento, talvez um tanto melancólico, pode estar presente na TMS, e isso talvez se depreenda do trecho citado pelo comentador, pouco depois da ilustração do destino trágico do "filho do homem pobre". Afirma Smith:

> E é bom que a natureza se imponha a nós dessa maneira. É esse engano que faz surgir e mantém em contínuo movimento a indústria do gênero humano. É isso que primeiramente o dispôs a cultivar o solo, a construir casas, a fundar cidades e repúblicas, e a inventar e aprimorar todas as ciências e as artes que enobrecem e embelezam a vida humana [...]. (TMS IV.1.10).

E, pouco adiante, Smith sustenta que o egoísmo do senhor de terras o leva, por meio da célebre mão invisível, a promover a multiplicação da espécie.

> Eles [os senhores de terras] são levados por uma mão invisível a promover aproximadamente a mesma distribuição do que é necessário à vida que teria sido feita, fosse a terra dividida em iguais porções entre todos os seus habitantes; e assim, sem pretendê-lo, sem sabê-lo, promovem o interesse da sociedade, e proporcionam meios para a multiplicação da espécie. (TMS, IV.i..11)

Na mesma obra, em uma nota sobre o ressentimento e a punição que a injustiça naturalmente requer, afirma o filósofo:

> [...] a auto-preservação e a propagação das espécies são as grandes finalidades que a natureza parece ter proposto na constituição de todos os animais. A humanidade é dotada do desejo destes fins, e de aversão pelo oposto; do amor à vida e do medo da dissolução; do desejo da continuidade e perpetuidade da espécie, e de uma aversão ao pensamento de sua completa extinção. Mas embora sejamos assim dotados de um desejo muito forte por esses fins, não se confiou às

[73] LJ, p. 340, WN II.iii.28-31.

> lentas e incertas determinações de nossa razão encontrar os meios adequados para promovê-los. Para a maior parte destes, a natureza nos dirige por meio de instintos originais e imediatos. Fome, sede, a paixão que une os dois sexos, o amor ao prazer e o medo da dor, tudo nos dispõe a aplicar esses meios em nome deles mesmos, e sem qualquer consideração de sua tendência a promover esses fins beneficentes que o grande Diretor da natureza intentou produzir por seu meio. (TMS II.i.5.6, Nota 8, do autor).

Todas essas passagens vão ao encontro do que propõe Griswold (1999), que a natureza nos leva a promover o bem do "gênero humano", ao custo da felicidade dos membros individuais da sociedade.

Se isso for verdade, não terá sido a primeira vez que Smith mostrou uma faceta um tanto melancólica. Em seu curso sobre jurisprudência, segundo nos dão conta as notas de alunos, Smith discorre longamente, de modo condenatório, sobre os horrores da escravidão em qualquer era da humanidade (Cf. LJ, pp. 177-86). Ali também mostra como é desvantajoso, do ponto de vista econômico, o emprego de escravos. Não obstante, ao fim, conclui ele:

> A despeito dessas superiores vantagens [do trabalho livre], não é provável que a escravidão jamais seja abolida, e foi devido a algumas circunstâncias peculiares que ela foi abolida em um pequeno canto do mundo. [...] e embora, como mostrei, seu verdadeiro interesse [dos mestres] os levaria a colocar seus escravos em liberdade e cultivar suas terras por meio de servidores livres ou arrendatários ["*free servants or tenents*"], o amor ao domínio e à autoridade e o prazer que os homens têm em ter tudo feito por suas expressas ordens, em vez de condescender em barganhar e negociar com aqueles a quem consideram seus inferiores, e dos quais se inclinam a utilizar-se de maneira arrogante; esse amor ao domínio e à tirania, digo, fará com que seja impossível aos escravos jamais recobrarem sua liberdade em um país livre. [...] A escravidão, portanto, foi universal nos primórdios da sociedade, e o amor ao domínio e à autoridade sobre outrem provavelmente fará com que seja perpétua. As circunstâncias que fizeram com que ela fosse abolida em um pequeno canto da Europa são peculiares, e, tendo ocorrido ao mesmo tempo, concorreram para causar essa mudança. (LJ, pp. 186-7).
> O amor ao domínio e autoridade sobre outrem [...] receio que seja natural ao gênero humano, certo desejo de ter outros abaixo de si, e o prazer que causa ter algumas pessoas a quem ordenar que façam o trabalho em seu lugar, sem ser obrigado a persuadi-las a barganhar consigo. (LJ, p. 192).

Destaquemos que o pessimismo de Smith se refere a algo "provável", não certo. E parece que mesmo nesse momento o filósofo ainda deixa uma porta aberta para a canalização do "amor ao domínio" para algo menos pernicioso: o desejo de persuadir,

como uma espécie superior de domínio. No mesmo curso sobre jurisprudência, segundo as notas de estudantis feitas em 1766, Smith fala do princípio da persuasão, "que tanto predomina na natureza humana". Trata-se de fazer com que os outros pensem da mesma maneira que nós – uma espécie, portanto, de domínio. E essa habilidade discursiva é justamente a causa da divisão do trabalho, assim como seu maior instrumento:

> Mostramos, assim, que os diferentes gênios não são o fundamento dessa disposição a trocar, que é a causa da divisão do trabalho. O seu verdadeiro fundamento é o princípio de persuadir que tanto predomina na natureza humana. Quando oferecidos quaisquer argumentos para a persuasão, espera-se sempre que tenham o efeito que lhes é próprio. Se uma pessoa afirma qualquer coisa sobre a lua, ainda que não seja verdade, ela sentirá uma espécie de intranquilidade ("*uneasiness*") caso seja contradita, e teria grande prazer se a pessoa que ele busca persuadir pensasse da mesma maneira que ela. Devemos, então, principalmente cultivar o poder da persuasão, e na verdade o fazemos sem pretendê-lo. Visto que passamos a vida inteira no exercício da barganha, deve-se sem dúvida alcançar um método pronto para fazê-lo uns com os outros. (LJ, p. 494).

E na TMS Smith parece ser ainda mais explícito quanto ao caráter de dominação que o ato de persuadir envolve:

> O homem em quem acreditamos é necessariamente, nas coisas quanto às quais acreditamos nele, nosso líder e dirigente ["*director*"], e olhamos para ele com certo grau de estima e respeito. Mas, assim como, a partir da admiração por outras pessoas, vimos nós mesmos desejar sermos admirados, assim também, ao sermos conduzidos e dirigidos por outras pessoas, aprendemos a desejar sermos nós mesmos líderes e dirigentes. [...]
> O desejo de que acreditem em nós, o desejo de persuadir, de liderar e dirigir outras pessoas, parece ser um dos mais fortes de todos os nossos desejos naturais. É, talvez, o instinto sobre o qual se funda a faculdade da fala, a faculdade característica da natureza humana. Nenhum outro animal possui essa faculdade, e não podemos descobrir em nenhum outro animal qualquer desejo de liderar e dirigir o juízo e a conduta de seus companheiros ["*fellows*"]. A grande ambição, o desejo de verdadeira superioridade, de liderar e dirigir, parece ser inteiramente peculiar ao homem, e a fala é o grande instrumento da ambição, da verdadeira superioridade, de liderar e dirigir os juízos e a conduta de outras pessoas. (TMS VII.iv.24-25).

Isso nos permite entrever na sociedade comercial a possibilidade de uma espécie de "canalização" do "amor ao domínio e autoridade" para algo melhor, e possivelmente benévolo. Além disso, fica claro pelo trecho acima que a persuasão é objeto da vaidade também. E isso abre a possibilidade de a educação canalizar o "amor

ao domínio e autoridade" para esse melhor caminho. Afinal, na Parte VI, de 1790, da TMS, Smith postula que a educação opera, sob importantes aspectos, pelo direcionamento da vaidade, o modo pelo qual os jovens podem passar da pretensão vã típica de certa idade para o verdadeiro desejo de coisas valorosas.

> Embora seu filho, aos 25 anos, não passe de um pretensioso ["*coxcomb*"], não desespere, por conta disso, de vir a ser ele, antes dos 40, um homem muito sábio e valoroso, com real proficiência em todos os talentos e virtudes aos quais, no presente, apenas pode pretender de modo vão e ostentador. O grande segredo da educação é direcionar a vaidade para objetos apropriados. (TMS VI.iii.46).

Portanto, havia alguma esperança, talvez, mesmo no Smith mais pessimista, e isso parece valer tanto mais em seu momento mais maduro.

De todo modo, o filósofo não abandona a ideia de que há um "amor ao domínio" na natureza humana, e isso se associa novamente, na WN, à escravidão.

> O orgulho do homem [, afirma Smith,] faz com que ele ame dominar, e nada o mortifica mais do que ser obrigado a condescender em persuadir seus inferiores. Onde quer que a lei o permita, e a natureza do trabalho o comporte, portanto, ele geralmente preferirá o serviço de escravos ao de homens livres. A recente resolução dos Quackers da Pensilvânia de colocar em liberdade todos os seus escravos negros pode certificar-nos de que seu número não poderia ser muito grande. Fizessem eles parte considerável de sua propriedade, jamais se teria concordado com tal resolução. (WN, III.ii.10).

Temos aqui um mau retrato da humanidade: dominadora e avara. Observemos, porém, que, mais importante do que a permissão da lei, há a restrição da possibilidade oferecida pelo tipo de trabalho para a mão de obra escrava. Esse limite se mostrará com bastante clareza em trecho subsequente. Ali, Smith mostra que a manutenção de escravos como mão de obra é limitada pela lucratividade do plantio.

> Ambas [tanto a plantação de cana quanto a de tabaco nas Américas] podem sustentar a despesa do cultivo por escravos, mas o açúcar pode sustentá-la ainda melhor do que a de tabaco. O número de negros, por conseguinte, é muito maior, em proporção ao de brancos em nossas colônias açucareiras do que nas tabacaleiras. (Id.)

E, na WN, no que parece contradizer o que vimos na LJ (p. 192), se a servidão (que Smith considerava igualmente uma escravidão, embora um pouco mais humana) foi abolida naquele "canto da Europa", agora foi em virtude do interesse tanto dos

senhores de terras quanto do soberano, precisamente por causa do alto custo da mão de obra escrava – ou, de outro modo, pela maior riqueza que o trabalhador livre poderia proporcionar.

> A Igreja de Roma reivindica grande mérito nisso [a abolição da servidão]; e é certo que ainda no século XII Alexandre III publicou uma bula para a emancipação geral dos escravos. No entanto, isso parece ter sido mais uma pia exortação do que uma lei cuja exata obediência se exigia dos fiéis. A escravidão continuou a ocorrer quase universalmente por muitos séculos depois, até ser gradualmente abolida pela operação conjunta dos dois interesses acima mencionados, o do proprietário, por um lado, e o do soberano, por outro. (Id., ibid., 12).

Tomadas em conjunto, essas observações fazem crer que, na WN, a abolição da escravatura (ou da servidão) não é mais o efeito da concorrência de "circunstâncias peculiares" que calharam ocorrer em dado momento e lugar. É fruto do "mecanismo" de oferta e demanda, em circunstâncias inerentes ao desenvolvimento do comércio. Ora, ao longo de todos os capítulos a partir do oitavo do Livro I da WN, Smith nos lembra que a expansão do comércio aumenta a competição entre os capitais, o que faz cair a taxa de lucro e exige o aumento da produtividade.

> Quando as reservas de muitos ricos mercadores se direcionam para o mesmo negócio, sua mútua competição naturalmente tende a baixar seu lucro; e quando há tal aumento de estoques [*"stocks"*] em todos os diferentes negócios na mesma sociedade, a mesma competição deve produzir o mesmo efeito em todas elas (WN I.ix.2)

Se, portanto, a prosperidade de uma nação corresponde ao aumento do capital acumulado, pode-se inferir que a escravidão estaria destinada a, em algum momento, extinguir-se – isso o exigiria a necessidade de aumentar a produtividade ou diminuir os custos da produção, em virtude da queda da taxa de lucros.

Esse ponto, o da escravidão, parece estar intimamente ligado ao que acreditamos ser a avaliação positiva que Smith faz da sociedade comercial. Contrariamente ao que Griswold (op. cit.) pode fazer crer, Smith não é um defensor do "progresso" e da "civilização" em detrimento da felicidade humana.

A questão da felicidade pessoal e alheia está presente em toda a obra do filósofo escocês. No primeiro parágrafo da TMS encontramos seu tema:

> Por mais egoísta que se possa supor que o homem seja, há evidentemente alguns princípios em sua natureza que o interessam pela fortuna dos outros e tornam sua felicidade necessária a ele, embora disso ele não derive nada, exceto o prazer de vê-la. (TMS I.i.1.1).

Com efeito, essa obra pode ser lida como uma teoria que permite explicar o fundamento dos juízos e condutas humanas por meio de uma complexa combinação de sentimentos e paixões tanto egoístas quanto benevolentes. Egoísmo e benevolência constituem, sob condições, virtudes, e desse modo concorrem, contrabalançadas umas pelas outras, para a felicidade individual e coletiva – ainda que também possam concorrer, em outras condições, para a infelicidade.

VI.iii. Felicidade, virtude e prosperidade: a questão do "equilíbrio"

Frisemos, neste ponto, que Smith não teria por que "defender" a sociedade comercial. Nesse sentido, a questão colocada por Rasmussen, "Por que ele [Smith] defende a sociedade comercial, se ela mina a felicidade das pessoas [...]?" (RASMUSSEN, 2008, p. 131), parece-nos um pouco excessiva. Se o comentador mostra que o filósofo considerou profundamente as críticas que eram feitas à sociedade civil por Rousseau, isso não significa necessariamente que ele tentou "responder" a essas críticas, defender a sociedade existente contra os reproches que lhe faziam. Rasmussen vai além. Segundo ele:

> Na verdade, penso ser até forte demais dizer que Smith é ambivalente quanto à sociedade comercial, como muitos acadêmicos têm sustentado. Smith defende sem reservas a sociedade comercial, mas ele também aceita – na verdade, insiste – que muitos problemas se associam a ela (RASMUSSEN, 2008, p. 07).

Ora, seria no mínimo ingênuo, da parte de Smith, defender uma sociedade que não era, na sua visão, ameaçada por nenhum outro tipo de sociedade, e que, como mostram as notas estudantis de seu curso sobre jurisprudência, surge como consequência necessária do provimento das necessidades da vida humana em comum. A ele se atribuem as seguintes passagens:

> Antes de considerar exatamente [...] [os] métodos pelos quais se adquire propriedade, será adequado observar que as regulações a eles concernentes variam consideravelmente conforme o estado ["*state*"] ou era ["*age*"] em que a sociedade se encontra naquele momento. Há quatro estados distintos pelos quais passa o gênero humano: primeiramente, a era dos caçadores; em segundo lugar, a era dos pastores; em terceiro lugar, a era da agricultura; em quarto lugar, a era do comércio (LJ, p. 15).

E a mudança de um estado para o outro parece associar-se fortemente – se não determinar-se – à possibilidade daquela sociedade suprir seus membros[74].

> Eis o estágio dos caçadores. Com o passar do tempo, conforme o número deles se multiplicasse, eles considerariam a caça muito precária para seu sustento. [...] O arranjo mais natural que poderiam [, então,] conceber seria domesticar alguns dos animais selvagens que pegavam [...] Disso adviria a era dos pastores. [...].
> Mas quando a sociedade se tornasse numerosa, eles verificariam ser difícil sustentar-se por meio de rebanhos e manadas. Então eles naturalmente se voltariam para o cultivo da terra e o plantio de plantas e árvores que produzissem alimento adequado para eles. [...] E, desse modo, avançariam gradualmente para a era da agricultura. Conforme a sociedade se aprimorasse mais e mais, as várias artes que inicialmente eram exercidas por cada indivíduo tanto quanto necessário para seu bem-estar se separariam; algumas pessoas cultivariam uma delas, outras, outras, conforme suas diversas inclinações. Elas trocariam umas com as outras as coisas que produzissem além do necessário para seu sustento, de modo a obter, na troca, as mercadorias de que necessitavam e não produziam. [...] Desse modo, finalmente surge a era do comércio. Quando, portanto, um país está suprido com todo o rebanho ou manada que possa comportar, a terra está cultivada de modo a produzir todo o cereal e outras mercadorias necessárias para a nossa subsistência de que ela seja capaz, ou ao menos o necessário para sustentar os habitantes enquanto são exportados os produtos supérfluos da natureza ou da arte, e outros são trazidos em troca, então tal sociedade fez tudo o que está em seu poder para a sua tranquilidade e conveniência. (LJ, pp. 15-16).

Vê-se, portanto, que, para Smith, a sociedade comercial não está ameaçada, nem depende, para seu surgimento, das convicções humanas[75]. Seria, parece-nos, mais

---

[74] Quanto à "teoria dos quatro estágios", corrente no século XVIII, ver MEEK, Ronald L. "Smith, Turgot and the 'four stages' theory", in MEEK (1977), pp. 18-32. Para Meek, cada um desses estágios "mais ou menos consecutivos" pelos quais as sociedades passam " 'naturalmente' ou 'normalmente'" corresponde a um diferente "modo de subsistência". (Ibid., p. 22).

[75] Nesse sentido, é Rasmussen que parece querer defender a "sociedade de mercado" (que ele iguala, "de modo aproximativo", ao capitalismo de mercado), contra "talvez atualmente a maioria dos intelectuais ocidentais", que acusam o capitalismo de muitos males, embora "Evidentemente poucos desses pensadores ou grupos disponham de uma visão alternativa para o mundo que seja tanto verdadeiramente diferente quanto verdadeiramente realista" (p. 02). E, ao fim de sua obra, conclui: "Está claro que não precisamos simplesmente aceitar a avaliação histórica de Smith; podemos nos fazer a mesma questão que

razoável afirmar que o filósofo leva em consideração as críticas à sociedade de seu tempo para avaliá-la, tarefa a que não poderia se furtar. Smith de fato faz uma defesa, porém não da sociedade comercial, mas do "óbvio e simples sistema da liberdade natural" (WN IV.ix.51), contra as doutrinas mercantilista e fisiocrática, além de outros tipos de política que impedissem o investimento de novos capitais ou buscassem determinar os ramos de negócio para onde devessem seguir. Trataremos da "liberdade natural" mais abaixo.

Importa agora salientar que Smith avalia a sociedade de seu tempo, e parece ter dela uma visão predominantemente positiva, precisamente por assegurar da melhor maneira, na concepção do autor, algumas condições necessárias para a felicidade individual – ou, de modo mais exato, por reduzir mais eficazmente as causas certas de infelicidade individual no plano coletivo. E nisso concordamos em grande parte com os argumentos de Rasmussen (2008) a respeito da filosofia de Smith.

Concordamos, inicialmente, que a avaliação que Smith faz da sociedade comercial "se assenta numa espécie de análise de custo-benefício" (RASMUSSEN, op. cit. p. 13), ou, como preferimos, o filósofo pondera, em suas análises, os aspectos negativos e positivos de seu objeto. Por isso mesmo, parece-nos razoável a síntese que Griswold oferece desse aspecto da obra de Smith:

> Tomadas conjuntamente, portanto, a *Teoria dos sentimentos morais* e a *Riqueza das nações* formam partes complementares de um todo maior, em que filosofia moral, economia política, ciência social e história sustentam uma visão não-sentimental da vida decente e produtiva de um não-filósofo. Smith procura desintoxicar a busca por riqueza e proporcionar uma defesa limitada de suas virtudes, contra as acusações gregas e cristãs de que ela necessariamente destrói a moderação (e.g., *Rep*. 555c-d), que ela destrói o espírito marcial e, assim, compromete a liberdade, ou que ela invariavelmente leva à mesquinhez, à frouxidão, à possessividade, bem como a desigualdades moralmente inaceitáveis (GRISWOLD, op. cit., p.265).

Acreditamos, porém, que Smith faz mais do que isso. A delimitação de seu pensamento no plano da análise da "sociedade comercial" parece-nos uma imposição anacrônica e um estreitamento do escopo de sua filosofia. Como ocorre em todo o período da Ilustração, o filósofo investiga o "gênero humano": ele se enquadra

---

ele fez no século XVIII – 'Em comparação ao que?' – e considerar a sociedade comercial [...] não apenas em comparação com as sociedades pré-comerciais, mas também com as alternativas a ela que foram defendidas e implementadas no século XX. Uma análise de custo-benefício desse tipo, creio, confirmará vastamente a alegação de Smith de que, posta na folha de balanço, a sociedade comercial é, no conjunto, preferível às suas alternativas históricas" (Id., pp. 161-62).

inteiramente na tradição da "ciência do homem" de que nos fala Hume. Nesse sentido, parece-nos que Smiht procura, muito mais do que retirar a culpabilidade inexorável atribuída à busca por riqueza, remover o viés das correntes de filosofia moral que condenam absolutamente aspectos inseparáveis da "natureza humana", segundo sua visão. Todos os potenciais motivos humanos, todas as suas paixões, podem constituir virtudes, assim como vícios. É o "equilíbrio dos afetos" (TMS VII.ii.4.2) o que melhor nos cabe. Desse modo, Smith refuta as correntes filosóficas que acentuam uns em detrimento dos outros. Estão errados os "sistemas" que não aceitam que possa haver virtude movida pelo amor de si, e menos ainda pelo interesse, assim como estão errados os que não aceitam que haja virtude movida pela benevolência. Ao mesmo tempo, todos têm algo de verdadeiro, pois, nas palavras do filósofo,

> Um sistema de filosofia natural pode parecer muito plausível e ser bastante geralmente aceito no mundo sem ter, no entanto, qualquer fundamento na natureza, nem qualquer tipo de semelhança com a verdade. [...] Mas com os sistemas de filosofia moral é diferente, e um autor que pretenda explicar a origem de nossos sentimentos morais não pode nos enganar tão grosseiramente, nem afastar-se tanto de toda semelhança com a verdade. Se um viajante nos conta de algum país distante, ele pode impor à nossa credulidade as mais infundadas e absurdas ficções, como se fossem fatos. Mas quando alguém pretende informar-nos do que se passa em nossa vizinhança e dos assuntos da paróquia em que vivemos, embora ele aqui também possa, se formos descuidados a ponto de não examinarmos as coisas com nossos próprios olhos, enganar-nos a respeito de muitas coisas, ainda assim até as maiores falsidades que ele nos imponha terão de ter alguma semelhança com a verdade, e mesmo uma considerável parcela de verdade misturada a elas. O autor que trata de filosofia natural e pretende assinalar as causas dos grandes fenômenos do universo está a dar-nos conta dos assuntos de um país muito distante, quanto ao qual ele pode contar-nos o que queira, e, contanto que se mantenha nos limites da aparente possibilidade, pode contar com nosso assentimento. Mas quem se propõe explicar a origem de nossos desejos e afetos, de nossos sentimentos de aprovação e de reprovação, pretende relatar-nos não apenas os assuntos concernentes à paróquia em que vivemos, mas ao nosso próprio âmbito doméstico. Embora aqui também [...] estejamos bastante sujeitos a sermos enganados, somos incapazes de aceitar qualquer relato que não guarde um mínimo de respeito à verdade. [...] O autor que assinalasse como causa de qualquer um de nossos sentimentos naturais um princípio que não possuísse conexão alguma com ele, nem se assemelhasse a qualquer outro princípio que possuísse tal conexão, pareceria absurdo e ridículo mesmo ao mais descuidado e inexperiente leitor. (TMS VII.ii.4.14).

É por isso que Smith considera importantes todos os sistemas sobre a natureza da virtude, considerando-os, todavia, parciais. O intento de seu sistema parece ser dar o

devido lugar a cada explicação parcial, de modo a estabelecer, teoricamente, o "equilíbrio dos afetos".

> Todos esses sistemas [...], de maneira geral, tendem a encorajar as disposições meritórias e desencorajar as censuráveis.
> **Pode ser verdade, talvez, quanto a alguns deles, que tendem, em alguma medida, a romper o equilíbrio dos afetos, e dar à mente um viés particular para alguns princípios de ação, para além de sua devida proporção.** Os sistemas dos antigos, que situam a virtude na propriedade, parecem principalmente recomendar as virtudes grandiosas, magníficas e respeitáveis, as virtudes do domínio e do comando de si: fortaleza, magnanimidade, independência quanto à fortuna, indiferença a todos os acidentes exteriores, à dor, à pobreza ao exílio e à morte. É nesses grandes esforços que se mostra a mais nobre propriedade de conduta. As virtudes suaves, amáveis, gentis, todas as virtudes de complacente humanidade, em comparação, são bem pouco enfatizadas, e parecem, ao contrário, particularmente para os estoicos, ter sido muitas vezes vistas como meras fraquezas, as quais não cabe ao homem sábio abrigar em seu peito.
> O sistema benevolente, por outro lado, embora nutra e encoraje todas essas virtudes mais amenas no mais alto grau, parece negligenciar inteiramente as qualidades magnânimas e respeitáveis da mente. Chega a negar-lhes a denominação de virtudes. Chama-as de habilidades morais, e trata-as como qualidades que não merecem a mesma sorte de estima e aprovação devidas ao que se denomina propriamente virtude. Todos os princípios de ação que visam apenas ao nosso próprio interesse são tratados de maneira ainda pior, se é que isso é possível. Longe de ter algum mérito próprio, eles diminuem, segundo pretende esse sistema, o mérito da benevolência, quando cooperam com esta; e a prudência, afirma-se, quando empregada apenas na promoção do interesse privado, não se pode sequer imaginar que seja uma virtude.
> Novamente, o sistema que faz com que a virtude consista apenas na prudência, embora encoraje maximamente os hábitos da cautela, do zelo, da sobriedade e da judiciosa moderação, parece degradar igualmente tanto as virtudes amáveis quanto as respeitáveis, e extirpar da primeira toda a sua beleza, e da última toda a sua grandeza. (TMS VII.ii.4.1-4. Grifos nossos).

Mas se Smith formula um sistema que dá lugar a todos esses "princípios de ação" e estabelece em sua justa combinação as virtudes de que somos capazes, chama particularmente a atenção seu caráter remissório do amor de si, e particularmente do interesse privado. Refutar os sistemas que negam qualquer valor ao interesse, sem, contudo, abrir mão de uma "distinção real e essencial entre vício e virtude", parece ser um dos objetivos importantes de sua obra. Por isso ele postula que os sistemas licenciosos, os que pretendem que por detrás de qualquer aparente virtude há apenas vício, não passam de "moralismo" mascarado, ou, em suas palavras, "doutrinas

populares ascéticas", que, na verdade, "situam a virtude na completa extirpação e aniquilação de todas as nossas paixões" – daí que, uma vez que isso é impossível, podem afirmar não haver a possibilidade da virtude; tudo o que assim pareça não é senão uma modificação artificiosa do vício (TMS VII.ii.4.12). Mandeville seria um asceta travestido em licencioso.

Faz-se necessário destacar, aqui, que a crítica de Smith a Mandeville traz ao centro das atenções o assunto de que ora nos ocupamos: o texto que abre a obra de Mandeville intitulada *Fábula das abelhas; ou vícios privados, benefícios públicos* é um poema satírico, "A colmeia ranzinza: patifes tornados honestos", cujo tema é precisamente a relação diretamente proporcional entre os vícios de uma sociedade e seu progresso. Esse poema conta a história de uma próspera colmeia cujas abelhas "viviam como homens". Ela era opulenta, brilhava nas ciências e nas artes, era bem governada, e nela reinava a paz, pois era militarmente invencível. No entanto, apesar desse cômputo geral, todos eram movidos pela vaidade e por interesses escusos, quando não abertamente ilícitos. Em certo momento, contudo, de tanto os habitantes se queixarem da falta de honradez na colmeia, Júpiter, por castigo, decide torná-los honestos. Como resultado, a colmeia decaiu completamente e, por fim, em miséria, dissolveu-se. A moral da história não poderia ser mais clara, e a reproduzimos abaixo:

> Deixem então de se lamentar: apenas os tolos se esforçam
> (X.) Para tornar honesta uma grande colmeia.
> (Y.) Para gozar das comodidades do mundo,
> Afamar-se na guerra e viver no conforto,
> Sem grandes vícios, é uma vã
> Utopia, inculcada no cérebro.
> A fraude, o luxo e o orgulho devem viver,
> Enquanto usufruímos dos benefícios.
> A fome é um flagelo terrível, não resta dúvida,
> Mas quem sem ela se alimenta e cresce?
> Porventura não devemos o vinho abundante
> À vinha seca, bruta e retorcida?
> A qual, quando seus brotos são ignorados,
> Estrangula outras plantas, que produzirão madeira.
> Mas ela nos agracia com seu nobre fruto
> Tão logo seja amarrada e podada:

> Assim o vício torna-se benefício.
> Quando aparado e limitado pela justiça;
> Ora, quando um povo quer engrandecer,
> O vício é tão necessário ao Estado,
> Quanto a fome que nos faz comer.
> A virtude sozinha não pode fazer as nações viverem
> Em esplendor; os que querem reviver,
> A idade de ouro, devem se libertar,
> Das bolotas de carvalho, assim como da honestidade[76].

O tema, portanto, da *Fábula das abelhas* é a riqueza das nações. A crítica de Smith é reveladora do que ele vê de interessante nessa sátira.

> É a grande falácia do livro do Dr. Mandeville representar como inteiramente viciosa cada paixão que o seja em algum grau ou em algum sentido. É assim que trata como vaidade tudo o que guarde alguma referência com o que são ou deveriam ser os sentimentos alheios; e é por meio desse sofisma que estabelece sua conclusão favorita, de que vícios privados são benefícios públicos. Se o amor à magnificência – um gosto pelas artes elegantes, pelos aprimoramentos da vida humana, por tudo o que seja agradável em roupas, móveis ou equipagem, por arquitetura, escultura, pintura e música – for considerado luxúria, sensualidade e ostentação, mesmo nos homens cuja situação permita, sem inconveniência, a indulgência para com essas paixões, certamente a luxúria, sensualidade e ostentação serão benefícios públicos; visto que, sem as qualidades às quais julga apropriado atribuir nomes tão infamantes, as artes refinadas jamais poderiam encontrar estímulo, e teriam de languescer por falta de uso. Algumas doutrinas populares ascéticas, que foram correntes antes de sua época e situavam a virtude na total extirpação e aniquilação de nossas paixões, constituíram o verdadeiro funcionamento desse sistema licencioso. Foi fácil para o Dr. Mandeville provar, primeiro, que essa completa sujeição nunca existiu realmente entre os homens; segundo, que se existisse universalmente, seria perniciosa para a sociedade, pois poria termo a **toda a indústria e comércio** e, de algum modo, a todas as atividades da vida humana. Pela primeira dessas propostas, pareceu provar que não haveria verdadeira virtude, e que o que pretendia passar-se por virtude nada mais era senão logro e impostura; pela segunda, que vícios privados seriam benefícios públicos, pois **sem eles nenhuma sociedade poderia prosperar ou florescer** (TMS VII.ii.4.12. Tradução de Lya Luft, pp. 387-88. Com modificações nossas. Grifos nossos.).

[76] Tradução gentilmente cedida por Bruno Costa Simões. Direitos reservados.

O que interessa a Smith na *Fábula das abelhas* é que há "alguma semelhança com a verdade, e mesmo uma considerável parcela de verdade" no que ela afirma.

> Porém, por mais destrutivo que esse sistema [o de Mandeville] possa parecer, jamais poderia ter ludibriado tão grande número de pessoas, nem provocado um alarma tão generalizado entre os amigos dos melhores princípios, se não tivesse em alguns aspectos bordejado a verdade (TMS VII.ii.4.14. Tradução de Lya Luft, pp. 388.).

A verdade contida no "sistema" de Mandeville é mais do que o fato de que "o amor de si pode frequentemente ser um motivo virtuoso de ação" (VII.ii.4.8): é que sem o autointeresse, sem a busca individual por aumentar a "fortuna exterior", a sociedade não pode florescer. E, sendo desejável a prosperidade social, é virtuoso agir segundo esse motivo, dentro dos limites aceitos pelo espectador imparcial.

Smith professa que todas as nossas paixões e afetos nos são necessários, dentro de certa medida. Essa medida é dada pelo "equilíbrio" natural entre eles. Pode-se ler toda a TMS por esse prisma. O "mecanismo" da simpatia tende a estabelecer equilíbrios. O espectador quer simpatizar com a "pessoa principalmente envolvida", por isso tenta elevar sua sensibilidade para alcançar o "tom" dos sentimentos dessa pessoa. A "pessoa principalmente envolvida" quer a simpatia do espectador, por isso se esforça para baixar o "tom" de seus sentimentos a um nível que o outro possa alcançar (Cf. TMS I.i.4.8-9). Isso estabelece dois equilíbrios: a "harmonia da sociedade" (I.i.4.7); e a harmonia da mente, "se, em algum momento, ela a houver, infelizmente, perdido" (I.i.4.9).

As virtudes mesmas requerem um equilíbrio. A pessoa em que prepondera excessivamente a prudência é falta das virtudes de maior "beleza" e "grandeza", que só uma atenção maior à benevolência pode proporcionar (Cf. TMS VI.i.14, VII.ii.4.4); a preponderância excessiva da benevolência pode levar ao descuido de si (Cf. TMS VII.ii.3.16). Muita prudência obscurece a benevolência, e o excesso desta obscurece aquela. Mesmo o "comando de si" – a virtude régia das demais, e responsável por seu equilíbrio –, se excessivo, parece poder quebrar esse mesmo equilíbrio, e tender ao desprezo às virtudes "de indulgente humanidade" (VII.ii.4.2).

Mas a esse equilíbrio nada assegura. As "circunstâncias" e necessidades tendem constantemente a quebrá-lo, assim como nossas disposições naturais tendem a restituí-lo. Contudo, o problema está na "prosperidade". Ela é necessária e decorre de

princípios naturais aos indivíduos. E, no entanto, ela deriva de "paixões extravagantes" (TMS I.iii.2.1, IV.i.10 e II.iii.31) – portanto desequilibradas por definição – a vaidade e a ambição; e ela própria, a prosperidade, retroalimenta, estimula essas "paixões extravagantes" que a causam. A assimilação da vaidade e da ambição aos limites da prudência parece permitir, ainda que parcialmente, o equilíbrio na busca por fortuna exterior, por respeito e admiração. Não obstante, a própria prosperidade social – ou, na WN, "progresso da opulência" – parece não ser um equilíbrio: "sempre mais" é sua máxima.

Na WN, o comércio se assenta em equilíbrios, assim como os promove. Quero suprir ao máximo, mais que minhas necessidades, meus desejos; o outro também quer o máximo para si. Na barganha, cada qual obtém o razoável. Tenho muito de algo e pouco de outra coisa; o outro, ao contrário. Na troca, estabelece-se o equilíbrio. O mesmo ocorre para o conjunto da sociedade: muita oferta de algo, pouca de outra coisa – no comércio, a demanda estabelece o equilíbrio. Mas, novamente, esse equilíbrio não só não é garantido, como em muitos aspectos tende a romper-se. Por isso Smith defende – aí, sim, de fato defende – o "óbvio e simples sistema da liberdade natural" (WN IV.ix.51).

VI.iv. O "óbvio e simples sistema da liberdade natural"

Esse sistema é o que assegura a "liberdade natural" ou "justa liberdade", assentando-se, portanto, na justiça, particularmente no que concerne ao direito de propriedade. Por isso, para Smith, ele promove a liberdade ao mesmo tempo em que a limita ao seu justo grau. A "liberdade natural" ou "justa liberdade" tem origem na propriedade sobre o próprio trabalho, e, desse modo, se estende a toda forma de propriedade.

> A propriedade que cada homem tem em seu próprio trabalho, como é o fundamento original de todas as demais propriedades, por isso é a mais sagrada e inviolável. O patrimônio de um pobre homem reside na força e destreza de suas mãos; e impedi-lo de empregar esta força e destreza de suas mãos, ou de o fazer da maneira que julgue adequada sem prejuízo para o próximo é uma clara violação desta que é a mais sagrada propriedade. Trata-se de manifesta usurpação da **justa liberdade** tanto do trabalhador quanto dos que poderiam estar dispostos a empregá-lo. Assim como impede o primeiro de trabalhar

> naquilo que julgue adequado, assim também impede os outros de empregar aqueles a quem julgam mais apropriados. (WN I.x.c.12).

Violar essa propriedade – e, por conseguinte, todas as outras – é contrário à justiça. Smith nos fornece um exemplo disso ao tratar da lei que impedia as pessoas ligadas à manufatura de vender diretamente ao público seu produto, e daquela que obrigava o agricultor a exercer esse comércio direto.

> Ambas as leis eram evidentes violações da liberdade natural e, portanto, injustas; e ambas eram tão impolíticas quanto injustas. É do interesse de toda sociedade que coisas desse tipo não sejam jamais forçadas ou obstruídas (WN IV.v.b.16).

Como sistema exigido pela justiça, seu caráter intrínseco é eminentemente negativo, isto é, de restrição. Seu princípio é a não interveniência na liberdade autorizada pelo direito de propriedade.

Mas o efeito do "sistema da liberdade natural" é manter o equilíbrio a que naturalmente a sociedade do comércio tenderia. Ele é justo nesse sentido também. Smith sustenta que, se o Estado promove ou restringe qualquer investimento ou emprego, ele o faz em detrimento de outros, e, desse modo, rompe o equilíbrio que, por si mesmo, tende a se estabelecer no comércio. Ele o exemplifica ao tratar do monopólio sobre o comércio das colônias:

> [...] o monopólio do comércio de colônias, ao forçar para ele uma proporção muito maior do capital da Grã-Bretanha do que o que naturalmente teria lhe teria afluído, parece ter rompido completamente o equilíbrio natural que teria ocorrido entre todos os diferentes ramos da indústria britânica. A indústria da Grã-Bretanha, em vez de se acomodar a um grande número de pequenos mercados, adaptou-se principalmente a um grande mercado. Seu comércio, ao invés de fluir por um grande número de pequenos canais, foi ensinado a fluir principalmente por um grande canal. Mas todo o sistema de sua indústria e comércio foi assim tornado menos seguro, todo o estado de seu corpo político menos saudável do que de outra forma teria sido. Na sua condição atual, a Grã-Bretanha assemelha-se a um desses corpos sem saúde em que algumas das partes vitais são hipertrofiadas, e que, por essa razão, são susceptíveis a muitas desordens perigosas que dificilmente incidem naqueles em que todas as partes são mais devidamente proporcionais. Uma pequena obstrução daquele grande vaso sanguíneo, que foi artificialmente aumentado para além das suas dimensões naturais, e através do qual uma proporção artificial da indústria e do comércio do país foi forçada a circular, é muito provável que ocasione as mais perigosas desordens no conjunto do corpo político (WN IV.vii.c.43).

Trata-se, portanto, do sistema em que tendem a se estabelecer dois tipos de equilíbrio. Primeiramente, ao proteger a propriedade, ele impede que o interesse de um se sobreponha ilegitimamente ao interesse do outro, e assim atua, em âmbito sutil, do mesmo modo que a simpatia dos espectadores normalmente atua em casos evidentes de conflitos de interesse[77]. Assim como, na competição por fortuna e distinções, o amor próprio de um encontra um limite no amor próprio de outro, de modo a equilibrá-los e limitá-los ao que permite a justiça, por força do desejo de obter a aprovação do espectador, assim também o sistema que assegura a liberdade natural impede que o interesse em ganhos de um avance sobre o interesse em ganhos legítimos do outro.

Em segundo lugar, ao evitar que o "corpo" comercial se hipertrofie em um aspecto, e desenvolva hipotrofia em outro, propicia o equilíbrio entre as partes, e, consequentemente, a "saúde" do "corpo político".

Esse sistema se estabeleceria por si mesmo, caso o Estado se restringisse às tarefas que lhe são próprias, e se abstivesse de se incumbir de quaisquer outras.

> Todos os sistemas de preferência ou de restrição, portanto, sendo assim completamente removidos, o sistema óbvio e simples de liberdade natural estabelece-se por si mesmo. Todo homem, desde que não viole as leis da justiça, é deixado perfeitamente livre para perseguir seu próprio interesse à sua maneira e para colocar seu trabalho e seu capital em competição com os de qualquer outro homem ou ordem de homens. O soberano está completamente desincumbido de um dever no cumprimento do qual, caso o tente, se exporá sempre a inúmeras ilusões, e para o propósito do qual nenhuma sabedoria ou conhecimento humano jamais poderia ser suficiente: o dever de supervisionar a indústria dos particulares e dirigi-la para os empregos mais adequados ao interesse da sociedade. De acordo com o sistema da liberdade natural, o soberano tem apenas três deveres a atender; três deveres de grande importância, de fato, mas simples e inteligíveis para entendimentos comuns: primeiro, o dever de proteger a sociedade da violência e invasão de outras sociedades independentes; em segundo lugar, o dever de proteger, na medida do possível, cada membro da sociedade da injustiça ou opressão de

[77] Se [um homem] quer agir de modo a que o espectador imparcial possa se identificar com os princípios de sua conduta, que é o que de todas as coisas ele mais deseja, ele deve, em ocasiões assim, como em todas as outras, atenuar a arrogância de seu amor próprio, e rebaixá-lo a um nível tal que outros homens possam acompanhá-lo. Eles concordarão com o amor próprio a ponto de lhe permitir ser mais preocupado com sua própria felicidade do que com a dos outros, e buscá-la, igualmente, de maneira mais enérgica. Até aí, sempre que se colocarem em seu lugar, eles prontamente o acompanharão. Na corrida pela riqueza, honras, distinções, que ele se empenhe ao máximo, que force cada nervo e cada músculo para ultrapassar todos os seus competidores. Mas se ele acotovelar ou empurrar qualquer um deles, a tolerância dos espectadores acabará inteiramente. Trata-se de uma violação da competição leal, o que eles não podem admitir. O outro homem é, para eles, em todos os aspectos, tão bom quanto ele. Eles não se identificam com esse amor próprio que o faz preferir a si mesmo tão mais do que ao outro, e não podem acompanhar o motivo pelo qual ele o fere. (TMS, II.ii.2.1. Grifos nossos)

> qualquer outro membro da mesma, ou o dever de estabelecer uma administração exata da justiça; e, em terceiro lugar, o dever de erigir e manter certas obras e instituições públicas cuja constituição e manutenção nunca poderá ser do interesse de um indivíduo ou de um pequeno número de indivíduos, pois seu lucro nunca poderia pagar o investimento de qualquer indivíduo ou pequeno número de indivíduos, embora possa frequentemente muito mais do que o reembolsar a uma grande sociedade (WN IV.ix.51).

O problema, no entanto, é que esse sistema não se estabelece tão espontaneamente assim. Em uma passagem, Smith sugere que seja necessário que o público o conheça, exija e para ele atente.

> Remover um homem que não cometeu nenhum delito da paróquia onde escolhe residir é uma violação evidente da liberdade e da justiça naturais. O povo da Inglaterra, porém, tão cioso da sua liberdade, mas, como os povos da maioria dos outros países, sem jamais compreender corretamente em que isso consiste, há mais de um século se deixa sujeitar a essa opressão sem nenhuma emenda (WN Ixc59).

O mais problemático, porém, é que pelo menos uma vez Smith afirma que uma "liberdade natural" precisa ser restrita, a fim de que se mantenha o bem público. Trata-se do estabelecimento de um piso obrigatório para os valores de notas promissórias, com o fito de evitar o excesso de transações com tais notas – e, por conseguinte, a possibilidade do estelionato e da bancarrota em cadeia.

> Impedir os particulares – pode-se alegar – de receber em pagamento as notas promissórias de um banqueiro, por qualquer quantia, grande ou pequena, quando eles próprios estão dispostos a recebê-las, ou impedir um banqueiro de emitir tais notas, quando todos os seus vizinhos estão dispostos a aceitá-las, é uma violação manifesta daquela liberdade natural com relação à qual cabe à lei não infringir, mas defender. Tais regulamentos podem, sem dúvida, ser considerados sob certos aspectos uma violação da liberdade natural. Mas esses exercícios da liberdade natural de alguns indivíduos que podem pôr em perigo a segurança de toda a sociedade são, e devem ser, restringidos pelas leis de todos os governos, dos mais livres aos mais despóticos. A obrigação de construir muros de contenção de fogo, a fim de evitar a comunicação de incêndio, é uma violação da liberdade natural exatamente do mesmo tipo que as regulamentações do comércio bancário que aqui se propõem (WN II.ii.94).

Tal como a harmonia da sociedade e o equilíbrio dos sentimentos, paixões e virtudes, esse outro equilíbrio, o do comércio, tende a se estabelecer por si só, <u>contanto que haja certas condições</u>. Estas, no entanto, estão sempre ameaçadas de ser perdidas.

Necessário, portanto, esforço e vigilância no sentido de promover tais condições. O comércio, porém – ou o sistema da prosperidade material –, talvez seja mais delicado ainda. Seu principal obstáculo é a assimetria de poder. A pessoa ou grupo que possua o poder de impor seus interesses, pode facilmente, na verdade tende a ultrapassar os limites da "liberdade natural". Ocorre que o próprio comércio, e aquilo que decorre da própria "liberdade natural", tende intrinsecamente a gerar desigualdades.

É o caso dos grandes proprietários de capital. Eles têm um interesse extravagante – além dos limites autorizados pela "liberdade natural" – em buscar impedir a concorrência por meio de propostas de leis, de modo a estabelecer monopólios e oligopólios. O público precisa estar sempre atento a isso, pois a probabilidade de obterem êxito é grande.

> O **interesse** dessa terceira ordem [proprietários de capital] não tem a mesma conexão com o interesse geral da sociedade que o das duas primeiras [proprietários de terras e trabalhadores]. (…) Qualquer nova proposta de lei ou regulação do comércio que venha dessa ordem deve sempre ser recebida com muita cautela (…). Trata-se de uma ordem de homens **cujo interesse nunca coincide exatamente com a do público, e que de fato em muitas ocasiões o ludibriou e oprimiu**. (WN, I.xi.Concl.8-10)

Há uma assimetria de poder entre os proprietários de capital e os trabalhadores, assim como entre aqueles e o público em geral.

> Pessoas de um mesmo ramo de atividade raramente se reúnem, mesmo por alegria e diversão, sem que a conversa termine em uma conspiração contra o público, ou em algum artifício para aumentar os preços. É impossível, de fato, impedir tais reuniões por qualquer lei exequível ou consistente com a liberdade e a justiça. Mas, embora a lei não possa impedir as pessoas de um mesmo ramo de, por vezes, reunir-se, ela não deve fazer nada para facilitar tais assembléias, muito menos para torná-las necessárias (WN I.x.c27).

A desigualdade de condições materiais é não só uma consequência necessária, mas um pressuposto do próprio comércio. A divisão do trabalho só pode se iniciar quando alguns tenham acumulado "reservas" ("*stock*"), e outros, não (Cf., por ex., WN II.intr.3). Além disso, "*Para cada homem muito rico deve haver pelo menos quinhentos pobres, e a afluência de alguns pressupõe a indigência de muitos*" (WN V.i.b.2).

Essa tendência à desigualdade tenderá a ocasionar muitos outros desequilíbrios, de grande importância no que respeita à justiça e à felicidade individual – e particularmente a felicidade dos trabalhadores pobres, a "maioria da população" (WN V.i.f.50).

VI.v. O comércio e as pré-condições para a felicidade

Retorna, assim, a questão: por que Smith considera desejável a prosperidade e o florescimento da sociedade? Ou, em outros termos, por que julgamos poder afirmar que sua avaliação do avanço da sociedade para a opulência é positiva?

Quanto à felicidade individual, já vimos que, se no "pequeno sistema econômico" da TMS a prosperidade implicava uma ilusão cuja consequência era uma espécie de frustração ou infelicidade, isso foi bastante atenuado em seu pensamento a partir da WN. Por outro lado, permanece verdadeiro que a prosperidade resulta indiretamente de não estarmos completamente satisfeitos em momento algum, pois deriva do "ininterrupto" "desejo de melhorarmos nossa própria condição", pois dificilmente estaremos, em algum momento, "completamente satisfeitos".

Ora, se para Smith "a felicidade consiste na tranquilidade e no prazer"; e, "onde houver perfeita tranquilidade raramente não haverá algo capaz de nos divertir" (TMS III.3.30), então, a perfeita felicidade exigiria a perfeita tranquilidade. Nas palavras de Rasmussen,

> A felicidade, desse ponto de vista, é produzida sobretudo por um estado de harmonia ou equilíbrio interior – uma ausência de qualquer discordância interior significativa –, e Smith alega que esse é o estado 'natural' ou 'usual' que a mente de uma pessoa assume quando não é perturbada por desejos incessantes ou por fortes medos ou preocupações (RASMUSSEN, op. cit., p. 84).

Nesse aspecto, *perfeita felicidade* não é algo que esteja ao nosso alcance. Se entendermos que o estado a que se refere Rasmussen é "natural" ou "usual", temos de aceitar que, a despeito de não estarmos jamais literalmente felizes por completo, podemos desfrutar da felicidade dentro de expectativas razoáveis, e o que está para além disso é inalcançável em virtude de aspectos inerentes à nossa natureza. Rasmussen também argumenta nesse sentido:

> Embora algumas circunstâncias sejam, sem dúvida, mais propícias para a tranquilidade e a felicidade do que outras – dado que contínuos temores e ansiedades *não* são aspectos inevitáveis da natureza humana

> –, parece que desejos não plenamente realizados (e não plenamente realizáveis) invariavelmente entravam a habilidade das pessoas de alcançar uma perfeita felicidade sob quaisquer circunstâncias imagináveis (RASMUSSEN, op. cit., p. 139).

Não é negativo, portanto, que na sociedade comercial não estejamos jamais "tão completamente satisfeitos", jamais perfeitamente felizes: não o estaríamos em nenhum outro tipo de sociedade.

Quanto à "fria estima" que a prudência comum – virtude que alicerça a sociedade no estágio do comércio – suscita (cf. TMS VI.i.14), outros estágios certamente caracterizaram-se, para Smith, por virtudes destinadas a atrair um "amor ou admiração" mais calorosos (id.), mas isso não quer dizer que seus vícios não fossem piores, ou suas condições menos humanas. O filósofo nos dá um exemplo bem claro disso ao falar das nações selvagens. Em suas palavras,

> Os selvagens da América do Norte, segundo se diz, revestem-se da maior indiferença em todas as ocasiões, e se considerariam degradados se jamais se mostrassem em qualquer aspecto subjugados pelo amor, pela tristeza ou pelo ressentimento. Sua magnanimidade e comando de si, nesse aspecto, estão quase além do que os europeus podem conceber. [...] Não há um negro da costa da África que não possua, quanto a isso [a indiferença frente à morte e à tortura], um grau magnanimidade que a alma de seu sórdido senhor dificilmente poderia conceber. A fortuna nunca exerceu tão cruelmente seu império sobre o gênero humano como quando sujeitou essas nações de heróis ao refugo das jaulas da Europa, a patifes que não possuem nem as virtudes dos países de onde vêm, nem as daqueles para onde vão, e cuja leviandade, brutalidade e baixeza os expõem com grande justiça ao desprezo daqueles a quem dominaram.
> Essa firmeza heroica e invencível que o costume e a educação de seu país exige de cada selvagem não se requer daqueles que nascem em sociedades civilizadas. (TMS V.2.9-10).

Já vimos que as virtudes regidas principalmente pelo comando de si são as que Smith denomina "grandes, magnânimas e respeitáveis" (TMS VII.ii.4.2), as que "fascinam por sua estupenda superioridade sobre as mais indômitas paixões da natureza humana" (TMS I.i.5.6). Não à toa, as nações "selvagens" são chamadas aqui de "heroicas". Sem dúvida, a ideia do herói, para um apreciador dos clássicos, como Smith, remete a um "amor ou admiração ardente", ao qual a prudência comum "não está destinada" (TMS VI.i.14).

Todavia, essas mesmas virtudes heroicas se devem a circunstâncias de miséria, medo e desumanidade:

> Todo selvagem submete-se a uma disciplina espartana, e pela necessidade de sua situação está habituado a toda sorte de privações. Ele se encontra continuamente em perigo, padece frequentemente dos maiores extremos da fome e muitas vezes morre por pura falta do necessário. Suas circunstâncias não apenas o habituam a todo tipo de aflição, mas o ensinam a não aquiescer a nenhuma das paixões que tais aflições tendem a suscitar. Ele não pode esperar que seus companheiros simpatizem ou condescendam com tais fraquezas. Antes que possamos sentir muito pelos outros, devemos nós mesmos estar em alguma medida apaziguados. Se nossa própria miséria nos pressiona muito severamente, não temos sossego para atentar para a do nosso vizinho: e todos os selvagens estão ocupados demais com suas próprias carências e necessidades para poder dedicar muita atenção às de outra pessoa (TMS V.2.9).

Essa indiferença aos sofrimentos tem como contrapartida a crueldade.

> Quando feito prisioneiro de guerra, o selvagem recebe, como de costume, uma sentença de morte de seus conquistadores, mas a ouve sem expressar qualquer emoção, e em seguida submete-se às mais terríveis torturas, sem se lamuriar ou exibir outra paixão, além de desprezo pelos inimigos. Enquanto é pendurado pelos ombros sobre um fogo lento, ridiculariza seus torturadores, e lhes descreve com que superior habilidade torturaria tais inimigos, se tivessem caído em suas mãos. [...] Os espectadores manifestam a mesma insensibilidade; a visão de objeto tão horrível parece não os impressionar, quase nem olham o prisioneiro, exceto para ajudar a torturá-lo. Nas outras horas fumam tabaco, e distraem-se com qualquer objeto comum, como se nada estivesse ocorrendo (Id.ibid.).

Em outro trecho, pouco adiante, Smith é categórico em apontar a condenação que, em condições “civilizadas”, nossos sentimentos naturais fariam, corretamente, de certas condutas peculiares aos, mas não exclusivsa dos selvagens. Se eles, os selvagens, as mantinham, era apenas porque as condições do estado (ou estágio) de sua sociedade o exigiam ou favoreciam. Isso não torna, no entanto, essas condutas ou práticas menos repulsivos à nossa humanidade. Smith fala do infanticídio ou abandono de crianças.

> Pode haver maior barbaridade do que ferir uma criança? Seu desamparo, inocência e amabilidade atraem a compaixão até de um inimigo, e não poupar essa tenra idade é visto como o mais furioso esforço de um conquistador cruel e encolerizado. [...] Verificamos, nos dias de hoje, que essa prática [o infanticídio] prevalece entre todas as nações selvagens; e nesse estágio que é o mais rude e o mais inferior da sociedade essa prática é, sem dúvida, mais perdoável do que em qualquer outro. A extrema indigência de um selvagem é muitas vezes tamanha que ele mesmo está frequentemente exposto aos

> maiores extremos da fome, e não raro morre de pura carência, de modo que muitas vezes é impossível para ele sustentar a si mesmo e à sua criança. Não é de espantar, portanto, que nesse caso ele a abandone. Nos últimos tempos da Grécia, no entanto, o mesmo era permitido em virtude de interesses ou conveniências remotos, que de modo algum poderiam servir de escusa. [...] Quando o costume sanciona tão horrenda **violação da humanidade** ["*humanity*"], podemos imaginar que não haja prática tão brutal que ele não possa autorizar.

Vemos, portanto, que se outros estágios da sociedade exaltavam comumente virtudes que suscitam uma admiração muito mais calorosa do que a da prudência, isso trazia uma contrapartida desumana – e isso indica que, para Smith, há alguns aspectos do humano que devem se desenvolver, para a completude da "humanidade". Como bem o mostram as Partes II e V da TMS, o certo e o errado, o justo e o injusto não são, em grande medida, relativos às circunstâncias de cada sociedade, ainda que, sob certas condições, os sentimentos naturais associados a esses juízos possam não florescer. Há uma condição de "humanidade" a ser alcançada pelo "gênero humano". E o fundamental para isso não é necessariamente o entusiasmo com que se louvam as virtudes peculiares a uma época ou sociedade, mas há que se levar em conta, também, os vícios que as acompanham, ou as outras virtudes que não foram ainda alcançadas.

Assim, está claro que a imperfeição da felicidade individual e a "fria estima" que a virtude predominante em uma sociedade suscitam não podem ser os maiores obstáculos para a avaliação majoritariamente positiva que Smith parece fazer do seu avanço para o estágio comercial, bem como de seu progresso já nesse estágio.

Rasmussen (2008) oferece argumentos consistentes, a nosso ver, para sustentar que o filósofo escocês avaliava positivamente o avanço para e da sociedade comercial. O comentador concatena de maneira bastante clara as razões que Smith tinha para isso. Antes, porém, de adentrarmos especificamente essa questão, é preciso salientar que Rasmussen não concorda que haja uma mudança substancial, a partir da WN, no modo como Smith concebia a acumulação de riquezas e, desse modo, o conjunto da sociedade por ela movida. As razões que ele apresenta para sustentar seu posicionamento são duas, e buscam refutar a Fleischacker. A primeira delas defende que, para Smith, a vida nas sociedades comerciais é continuamente marcada pelo trabalho, e este, segundo o filósofo, implica abdicação de felicidade.

> Smith sustenta que o trabalho é, em si mesmo, 'esforço e atribulação' ("*toil and trouble*") (WN I.v.2), e requer que uma pessoa 'abdique de

> uma parcela de sua tranquilidade, de sua liberdade e de sua felicidade' (WN I.v.7). A argumentação de Fleischacker, de que uma "lenta e gradual 'melhoria da própria condição' é perfeitamente compatível com o contentamento para o último Smith" (FLEISCHACKER, op. cit., p. 113) parece não atentar para a insistência de Smith em que esse desejo deve ser "uniforme, constante e ininterrupto", e, portanto, deve gerar trabalho quase contínuo para que uma nação ou um indivíduo prospere. (RASMUSSEN, op. cit., p. 135).

Esperamos ter respondido suficientemente, acima, à questão do trabalho incessante do acumulador. Argumentamos, ali, que, do estrito ponto de vista do indivíduo, ao menos no caso das pessoas de condição mediana, esse trabalho não é necessariamente constante em intensidade, mas comporta e tende a um gradual relaxamento ao longo da vida. Quanto ao esforço do trabalhador, ele não parece estar especificamente em questão para nenhum dos comentadores, e disso trataremos adiante.

O segundo argumento é que o novo capítulo 3 (TMS I.iii.3), acrescentado na última revisão da TMS, catorze anos após a publicação da WN, reafirma o caráter ilusório da busca por enriquecimento pessoal.

> [...] a ideia de que Smith tenha mudado sua posição quanto ao ponto mais importante dessa passagem [a do "filho do homem pobre"] parece ser desmentida pelo acréscimo, na edição final de sua obra, em 1790, de um capítulo inteiro sobre as corrupções associadas à tendência das pessoas de admirar os ricos e imaginar que eles são supremamente felizes – um capítulo que parece corroborar o ponto sustentado na passagem anterior sobre a ilusão da busca por riqueza (ver TMS I.iii.3, 61-66). (RASMUSSEN, 2008, p. 136).

Esperamos ter igualmente respondido a isso acima, com o argumento de que, se a vaidade e a ilusão da utilidade inevitavelmente perpassam a sociedade do comércio e produzem certa "ansiedade" geral quanto à obtenção de riqueza ou consumo de bens supérfluos, por outro lado o mesmo capítulo a que Rasmussen se refere "salva" da acusação de frivolidade e avidez os "estratos medianos e inferiores da vida", de que se constitui a maioria da população. Além disso, o papel da vaidade e da ilusão derivada da utilidade é moderado, talvez modificado, quando dentro dos limites da prudência, tal como apresentada na Parte VI, incluída igualmente na última revisão da TMS.

Não obstante, no que concerne a avaliação positiva que Smith parece fazer da prosperidade social, os argumentos permanecem válidos, mesmo sob a suposição de que o filósofo não teria mudado de posição quanto à infelicidade inerente à acumulação. Na

verdade, o fato de Smith passar a ter uma visão mais otimista desse aspecto da vida social confere tanto mais validade à ideia de que o autor faz uma avaliação positiva do avanço do comércio.

Colocadas essas observações, retomemos a ordem dos argumentos pelos quais se pode afirmar que o advento e progresso do comércio são, de modo geral, um bem para o "gênero humano", na visão de Adam Smith.

Embora o filósofo não tenha se detido na explicitação desse ponto, há trechos que indicam claramente que ele vê benefícios no avanço para e do comércio. Que a felicidade individual é fortemente levada em consideração pelo autor, isso o mostra o critério que ele aponta para a avaliação do governo civil.

Em TMS IV.i., Smith argumenta, como já explicamos no Capítulo I desta tese, que o amor à utilidade, isto é, aos fins úteis que determinados objetos ou organizações podem proporcionar, induz-nos, "naturalmente", ao gosto pelos meios mais bem constituídos para promover tais fins. Isso acaba por provocar em nós, de acordo com os princípios de nossa natureza, uma inversão: tendemos a admirar demasiadamente os meios, a melhor constituição e organização das coisas para causar um benefício, e passamos a atentar menos para os próprios fins. Assim, um relógio, por exemplo, é útil porque nos permite ver as horas. Por conta disso, esse objeto é tanto melhor quanto mais pontual for, isto é, quanto mais sua constituição permita que ele mostre as horas com precisão. Passamos, então, a admirar o bom mecanismo dos relógios – e, nesse momento, opera a ilusão decorrente da utilidade: desejamos os relógios mais perfeitamente concebidos para uma pontualidade impecável, e em nossa imaginação e sentimentos oblitera-se a pontualidade em si. Ansiamos por relógios magistralmente arquitetados e realizados, e para isso frequentemente empenhamos grandes esforços para adquiri-los, quando, com muito menor desgaste, poderíamos obter um relógio suficientemente bom para que sejamos pontuais. Queremos os meios, e não mais os fins. Esse fenômeno se classificaria hoje como estético: o amor aos meios é um amor ao belo. É notável o quanto isso adere a muito do que observamos atualmente: um exemplo cotidiano se mostraria, talvez, no desejo que as pessoas têm por automóveis.

Disso decorre o que Smith denomina de "amor aos sistemas", o gosto e o anseio pela boa organização das instituições humanas, destacadamente as públicas. Elas servem para promover o bem público, mas o "homem de espírito público" (TMS IV.i.11) frequentemente não visa a esse bem, mas à beleza do bom funcionamento da instituição – e, ao promovê-lo, propicia o bem público.

> O mesmo princípio, o mesmo amor ao sistema, o mesmo olhar quanto à beleza da ordem, da arte e do artifício, frequentemente serve para recomendar as instituições que tendem a promover o bem-estar público. Quando um patriota se esforça para o aperfeiçoamento de qualquer parte da política pública, sua conduta nem sempre surge da pura simpatia com a felicidade daqueles que devem colher o benefício dela. **Não é geralmente em virtude um sentimento solidário com carregadores e transportadores que um homem de espírito público incentiva o reparo de estradas.** Quando a legislatura estabelece prêmios e outros incentivos para fazer avançar o linho ou as manufaturas de lã, sua conduta raramente procede da pura simpatia com o transportador de tecidos baratos ou finos, e muito menos com o operário ou mercador. A perfeição da política, a extensão do comércio e da manufatura, são objetos nobres e magníficos. A sua contemplação nos agrada, e estamos interessados em tudo o que tenda a avançá-los. Fazem parte do grande sistema de governo, e as engrenagens da máquina política parecem mover-se com mais harmonia e facilidade por meio deles. Temos prazer em contemplar a perfeição de um sistema tão belo e grandioso, e ficamos inquietos até removermos qualquer obstrução que possa, minimamente perturbar ou comprometer a regularidade de seus movimentos. **Todas as constituições de governo, no entanto, valem apenas em proporção ao quanto tendem a promover a felicidade dos que sob ele vivem. Esse é seu único uso e finalidade** (TMS I.iv.11. Grifos nossos.)

É de se questionar, aqui, se isso não nos levaria a apreciar instituições que não tendem tão bem a promover a felicidade das pessoas, meramente por serem elas muito bem concebidas e conduzidas, do mesmo modo que ocorre com relógios e carruagens. Todavia, Smith não trata disso. Importa, para nossos fins, como Rasmussen o aponta (op. cit., p. 131), que o filósofo é literal: o critério não ilusório para se avaliar uma constituição de governo é sua tendência a promover a felicidade dos governados. O bem público, portanto, consiste no que seja mais propício para a felicidade dos indivíduos que constituem o público.

Ora, ao tratar do fim do poder feudal, resultante da intensificação e aprimoramento do comércio, Smith afirma que isso foi "da maior consequência para a felicidade pública" (WN III.iv.17). A dilapidação das riquezas dos senhores feudais pela aquisição de luxos resultou na dissipação de seu poder, correspondente ao quanto podiam, com suas reservas, manter pessoas deles dependentes para seu sustento. (TMS III.iv.10). Isso possibilitou a instituição e consolidação do poder de Estado, do governo central, e o avanço do comércio – a sociedade torna-se comercial.

> Uma revolução da maior importância para a **felicidade pública** foi, desse modo, ocasionada por duas diferentes ordens de pessoas, que não tinham a menor intenção de **servir ao público**. Gratificar sua mais infantil vaidade era o único motivo dos grandes proprietários. Os mercadores e artífices, muito menos ridículos, agiam meramente com vistas a seu próprio interesse, e em obediência ao princípio dos mascates, de ganhar cada centavo possível. Nenhum deles tinha conhecimento ou previsão da grande revolução que a tolice dos primeiros e a indústria dos últimos gradualmente ocasionava (TMS III.iv.17).

Infere-se, assim, que Smith concebe o advento da sociedade comercial como um serviço ao público – ela tende a promover melhor a felicidade dos que nela vivem. A questão é por quê.

Já vimos que a perfeita felicidade está fora do alcance humano. Além disso, ela depende do indivíduo, e, por conseguinte, não podemos conceber instituições que efetivamente resultem em felicidade individual. No entanto, há instituições que seguramente promovem a infelicidade dos que sob ela se encontram. Já vimos o caso da escravidão. Há fatores que são inequivocamente empecilhos à felicidade. Por isso, é de se esperar que a melhor forma de sociedade seja aquela que mais eficazmente previna as barreiras ao alcance individual da felicidade.

Rasmussen chama a isso de "prevenir a miséria"[78]. E, acrescenta ele, com base no que Smith propõe quanto ao modo como nossos sentimentos são afetados pela prosperidade e pela adversidade, é mais premente evitar a miséria do que assegurar a felicidade.

> [...] prevenir a miséria parece ser uma tarefa mais premente do que assegurar a felicidade, na visão de Smith, uma vez que a dor é uma sensação mais "pungente" do que o prazer, e visto que o sofrimento deprime mais o espírito das pessoas do que a felicidade pode elevá-lo: "a dor...quase sempre nos coloca muito mais abaixo do ordinário, ou do que pode ser chamado de estado natural de nossa felicidade, do que [o prazer] jamais pode nos colocar acima dele" (TMS III.2.15; ver também I.iii.1.3). "Embora entre essa condição [o estado natural e ordinário de felicidade] e o ápice da prosperidade humana o intervalo seja apenas uma ninharia, entre aquela e o mais baixo nível de miséria a distância é enorme e prodigiosa" (TMS I.iii.1.8), e assim, pareceria até mais crucial aliviar as mais profundas misérias do que tentar encorajar os maiores prazeres. Desse modo, parece que, no fim das contas, o padrão de medida da sociedade para Smith não é tanto se ela

[78] No sentido da palavra em língua inglesa, isto é, "circunstâncias, coisas ou lugares que causam sofrimento ou desconforto", "estado de grande infelicidade e tormento emocional", "estado de sofrimento ou carência material resultante da pobreza ou da aflição" (Merriam-Webster Online Dictionary – https://www.merriam-webster.com/dictionary/misery)

> assegura a felicidade das pessoas – visto que isso é impossível –, mas se ela promove sua felicidade, ao menos evitando que elas estejam em condição miserável (RASMUSSEN, op. cit., p. 139).

Por que o estágio comercial cumpre esse quesito? Para responder a isso, é necessário investigar quais são os "pré-requisitos" para a felicidade, na visão de Smith.

Em duas importantes passagens, apontadas por Rasmussen, o filósofo propõe as condições sociais que permitem que as pessoas em situação inferior à dos "ricos e poderosos" fruam da felicidade tanto ou mais que estes. Essa é a deixa para o comentador estabelecer as pré-condições sociais e individuais para a felicidade, ao menos aquela que se possa "razoavelmente esperar".

> Exceto os frívolos prazeres da vaidade e da superioridade, podemos encontrar na mais humilde situação, **contanto apenas que haja liberdade pessoal** ["*personal liberty*"], todos os demais prazeres que as situações mais elevadas podem proporcionar; e os prazeres da vaidade e da superioridade raramente condizem com a perfeita tranquilidade, princípio e fundamento de toda fruição verdadeira e satisfatória. Tampouco é certo que, na situação esplêndida a que almejamos, esses prazeres reais e satisfatórios possam ser fruídos com a mesma **segurança** ["*security*"] que na humilde situação que tanto ansiamos por abandonar. (TMS III.3.31)

> No que constitui a verdadeira felicidade da vida humana, eles [os que não são ricos] não são em nada inferiores aos que lhes pareceriam tão superiores. No que respeita ao conforto do corpo e à paz de espírito, todas as diferentes posições da vida encontram-se quase igualadas, e o pedinte que se banha ao sol no acostamento das estradas possuem a **segurança** pela qual os reis lutam. (TMS IV.i.10)

As condições socialmente asseguráveis para que a felicidade seja possível, portanto, parecem ser a liberdade pessoal e a segurança. Smith não define, como o faz Hobbes, o que é liberdade e o que é segurança. Ele as toma em um sentido que supõe que as pessoas em geral compreendem. Ele dá indícios, no entanto, do que considera ser a liberdade pessoal. Ao falar do fim da servidão e da escravidão na Europa, Smith afirma que as pessoas de condição mais baixa "*tornaram-se realmente livres, no atual sentido da palavra Liberdade* ["*Freedom*"]" (WN.III.iii.5).

Porém, na LJ há um trecho em que o filósofo é, talvez, mais enfático do que em todos os destacados por Rasmussen:

> Nada tende tanto a corromper, debilitar e aviltar a mente quanto a dependência, e nada dá noções mais nobres e generosas de probidade quanto a liberdade [“freedom”] e independência. (LJ, p. 333).

Liberdade parece ser entendida, assim, como não dependência do mando de outrem para nossas escolhas pessoais: dispor de si mesmo.

Segurança parece significar a proteção da integridade, seja contra grande pobreza, seja contra agressões. Seria a segurança que a lei proporciona. Nesse sentido, Smith também tem uma passagem emblemática, ao tratar da impossibilidade da filosofia nos primórdios da humanidade, em sua *História da astronomia*.

> O gênero humano, nas primeiras eras da sociedade, antes do estabelecimento da lei, da ordem e da segurança, tinha pouca curiosidade em descobrir os elos ocultos que unem os eventos [“*appearances”*] aparentemente disjuntos da natureza. Um selvagem, cuja subsistência é precária, cuja vida se expõe diariamente aos piores perigos, não tem inclinação para entreter-se com a busca do que, quando descoberto, não parece servir a nenhum outro propósito que não tornar o teatro da natureza um espetáculo mais conexo para sua imaginação. [...] desprotegido pelas leis da sociedade, exposto, sem defesa, em todas as ocasiões ele sente sua fraqueza; e em nenhuma sua força e segurança (EPS, p. 48)[79].

Isso contrasta absolutamente com “a segurança e a felicidade gerais que predominam nas eras de civilidade e refinamento” (TMS V.2.8).

Assim, uma sociedade parece tender tanto mais para a promoção da felicidade dos seus indivíduos quanto mais assegurar que não haja dependência pessoal da vontade de outrem e que haja proteção contra a indigência e agressões.

O escravo encontra empecilhos quase insuperáveis para a fruição da vida: não possui nem liberdade, nem segurança. As sociedades do estágio da caça, os selvagens, como vimos, não possuem nenhuma segurança. Já nos estágios do pastoreio e da agricultura (este último representado por Smith principalmente pelo Império Romano e pela Europa após sua queda (WN, Livro III, Caps. II e III)), embora a segurança não fosse grande, a falta de liberdade parece ser o fator mais importante. Nas palavras do autor,

> Nesses tempos de desordem, todo grande senhor de terras era uma espécie de pequeno príncipe. Seus rendeiros eram seus súditos. Ele era seu juiz, em alguns aspectos seu legislador na paz, bem como seu líder

[79] Rasmussen cita um trecho menor da mesma passagem para esse fim, p. 142.

> na guerra. Fazia guerra segundo seu arbítrio, frequentemente contra seus vizinhos, e às vezes contra seu soberano. A segurança de uma propriedade alodial – a proteção que seu proprietário poderia proporcionar aos que nela habitavam, dependia de sua grandeza. (WN III.ii.3)

Com a queda do Império Romano, o poder dos senhores de terras tornou-se quase irrestrito. A instituição dos feudos foi o primeiro passo para uma ordenação central, mas esse arranjo ainda era muito precário.

> Após a instituição da subordinação feudal, o rei continuou incapaz de restringir a violência dos grandes senhores. Eles continuaram a fazer guerra conforme seu próprio arbítrio, quase continuamente uns contra os outros, e muito frequentemente contra o rei; e os campos continuaram a ser um cenário de violência, rapina e desordem. (WN III.iv.9).

Esse enorme poder dos senhores de terras conferia a eles, evidentemente, grande poder sobre seus servos e vilões. Smith considera a servidão uma espécie de escravidão.

> No antigo estado da Europa, os ocupantes de terra eram todos rendeiros sob concessão. Eram todos, ou quase todos escravos; mas sua escravidão era de um tipo mais ameno do que o conhecido entre os antigos gregos e romanos, ou mesmo em nossas colônias das Índias Ocidentais. Eles eram tidos como pertencentes mais à terra do que a seus mestres. Podiam, portanto, ser vendidos com ela, mas não separadamente. Podiam casar-se, desde que com o consentimento de seu mestre; e ele não podia posteriormente dissolver o casamento com a venda do homem e da esposa para diferentes pessoas. Se ele os mutilasse ou matasse, estava sujeito a alguma penalidade, embora geralmente muito pequena. Eles não podiam, contudo, adquirir propriedade. O que quer que adquirissem, era para seu mestre, e este podia tomar-lhes o que quisesse a seu bel-prazer. [...] Esses escravos nada podiam adquirir, a não ser sua manutenção diária. (TMS III.ii.8).

Na passagem subsequente, porém, Smith nos dá conta de que foi o comércio que, ao dar plena vazão à vaidade dos ricos, por meio da aquisição de bens de luxo, minou seu poder, e permitiu o estabelecimento de governo e leis.

> Mas o que toda a violência das instituições feudais jamais pode efetivar, a operação silenciosa e insensível do comércio exterior e das manufaturas gradualmente estabeleceu. Estes gradualmente forneceram aos grandes proprietários algo pelo que pudessem trocar

> todo o produto excedente de suas terras, e que pudessem consumir eles mesmos, sem nada dividir com os servos ou rendeiros. Tudo para nós mesmos, nada para os outros: tal parece ter sido, em todas as eras do mundo, a vil máxima dos senhores do gênero humano. Tão logo, portanto, encontraram um meio de consumir todo o valor de suas rendas consigo próprios, eles não mais se dispuseram a dividi-la com quaisquer outras pessoas. Por um par de fivelas de diamante, talvez, ou algo igualmente frívolo e inútil, trocaram a manutenção – ou, o que vem a ser o mesmo, o preço da manutenção – de milhares de homens por um ano, e, com isso, todo o peso e a autoridade que isso poderia lhes conferir. [...]
> Em um país em que não haja comércio exterior, nem quaisquer manufaturas sofisticadas, um homem que disponha de dez mil libras por ano não pode empregar seu rendimento de outra maneira que não mantendo, talvez, mil famílias, todas necessariamente mantendo-se sob seu comando. No presente estado da Europa, um homem que disponha de dez mil libras por ano pode gastar todo o seu rendimento, e geralmente o faz, sem manter diretamente sequer vinte pessoas, incapaz de comandar dez homens descalços, que não valem a pena. Indiretamente, talvez, ele mantenha um número tão grande ou maior de pessoas do que poderia manter pelo antigo modo de despesa. [...] Ao pagar aquele preço, ele indiretamente paga todos aqueles salários e lucros, e assim indiretamente contribui para a manutenção de todos os trabalhadores e seus empregados. Mas ele geralmente não contribui com mais do que uma proporção muito pequena da remuneração de cada um deles [...] . Embora ele contribua, portanto, para a manutenção de todos eles, eles permanecem todos mais ou menos independentes dele, pois geralmente podem todos manter-se sem ele (WN III.iv.10-11).

> [E, desse modo,] [...] o comércio e as manufaturas gradualmente introduziram a ordem e o bom governo, e, com eles, a liberdade [“*liberty*”] e segurança dos indivíduos entre os habitantes do campo, que antes viviam em um estado quase contínuo de guerra com seus vizinhos e em servil dependência de seus superiores (WN III.iv.4).

Rasmussen (2008, p. 145) observa com perspicácia que, ao parafrasear uma célebre passagem de Locke, Smith estende sutil, porém consideravelmente, seu significado. Afirma Locke: ”O rei de um grande e frutífero território nas Índias Americanas alimenta-se, abriga-se e veste-se pior do que um trabalhador diarista na Inglaterra” (LOCKE, *Segundo tratado sobre o governo*. Apud. RASMUSSEN, op. cit., p. 145). Já a reelaboração de Smith aparece da seguinte maneira:

> [...] as acomodações de um príncipe europeu nem sempre excedem em tanto as de um camponês frugal e industrioso, quanto as acomodações deste excede às de muitos reis africanos, os senhores absolutos das vidas e das liberdades de dez mil selvagens nus. (WN I.i.11).

Quanto a isso, comenta Rasmussen:

> O fato de que as condições materiais do pobre na Europa sejam mais elevadas do que até as de um rei na África é por si mesmo digno de destaque, mas aqui Smith também aponta para algo que é muito mais significativo: contrariamente aos "dez mil selvagens nus", ninguém é senhor absoluto da vida e da liberdade do camponês europeu. Além de aumentar a riqueza, Smith indica aqui e ao longo de todas as suas obras que as sociedades comerciais são capazes de suprir seus habitantes com liberdade e segurança em um grau que ultrapassa em muito todas as sociedades anteriores. (RASMUSSEN, op. cit., p. 145).

Desse modo, conclui Rasmussen:

> [...] Visto que a dependência e a insegurança são os maiores obstáculos para a felicidade, na visão de Smith, nenhuma sociedade pré-comercial foi capaz de promover a felicidade das pessoas tão efetivamente quanto as sociedades comerciais de seu tempo, que de fato proveram seus habitantes com liberdade e segurança. Esta é a principal razão pela qual Smith sustenta que a sociedade comercial representa um notório avanço relativamente ao resto da história da humanidade (RASMUSSEN, op. cit., p. 144).

Não temos, em todo o desenvolvimento dessa argumentação, nenhuma objeção a fazer a Rasmussen, e por isso o seguimos ponto a ponto. O comércio substitui a dependência direta em que a vasta maioria da população se mantinha para com os senhores de terras por uma dependência indireta, remota e fragmentária de todos para com todos, por meio da troca comercial, pela qual cada um pode suprir-se daquilo que muitos produzem. Essa dependência indireta representa, na verdade, uma independência pessoal, visto que as trocas são contratuais. A falta de uma concentração tal de recursos que permita que uns ou outros disputem o poder sobre todos leva à constituição de um governo central e ao estabelecimento de leis gerais. Isso provê segurança individual contra as agressões externas, por meio das forças militares, e contra agressões no interior da sociedade, por meio das leis, da polícia e do magistrado. É certo que nada disso jamais é perfeito, e Smith nunca nos fala de um paraíso terrestre, nem mesmo em sentido tão atenuado. Mas ele parece de fato avaliar que o estágio comercial da sociedade tende a ser bem mais efetivo na promoção desses bens do que o haviam sido as formas anteriores de sociedade, e mesmo do que as nações da Europa de seu tempo que não se encontravam bastante desenvolvidas no comércio.

Rasmussen, contudo, parece não ter enfatizado suficientemente algo muito importante para Smith: a carência material. Ao destacar aquilo para que pouco se atentou na questão do camponês inglês e do rei africano, Rasmussen subestimou seu aspecto mais óbvio: a ênfase está nas boas acomodações do camponês. Com efeito, Smith afirma que "*nenhuma sociedade pode ser florescente e feliz se a vasta maioria de seus membros for miserável e pobre*" (WN I.viii.36).

Se em passagem já citada (LJ, p. 335) o filósofo afirma que sem dificuldade o selvagem consegue suprir-se, somente com seu trabalho, de alimentos, roupas e abrigo, isso não se mantém em várias outras partes dessas notas estudantis, tampouco na TMS, como já vimos, pois o selvagem "*frequentemente morre de pura carência material*". Ademais, numa sociedade comercial, em que cada qual só pode suprir-se pela troca, e a força do estado mantém a ordem, a mais grave carência em meio à opulência é uma possibilidade constante. Por isso discordamos de Cristóvão dos Santos (1996), quando ele afirma que

> [...] a adoção crítica, por parte de Smith, dos conceitos fisiocráticos de trabalho produtivo e produto líquido implica o abandono da ideia de opulência como "abundância e baixos preços" em prol do conceito de rendimento anual (SANTOS, op. cit., p. 74).

Como procuramos estabelecer no Capítulo IV desta tese, é verdade que Smith adota, na WN, o conceito de "produto anual da terra e trabalho", como a soma dos preços de tudo o que foi produzido ou, de outro lado, a soma de todos os rendimentos recebidos na forma de salários do trabalho produtivo, lucros e renda da terra (Cf. WN II.iii e IV.ix). Parece-nos correto que isso coloca, aparentemente, problemas para a teoria smithiana da riqueza como opulência, com questões que abrangem o campo da teoria do valor. Todavia, a existência desses problemas não muda o caráter assertivo com que o autor se posiciona: a expansão do comércio significa maior afluência de bens "necessários e convenientes à vida" para as camadas inferiores da população; assim como o aumento da riqueza significa aumento do acesso da maioria da população a esses bens, e, contrariamente, a redução da riqueza significa uma redução desse suprimento para a maior parcela das pessoas.

Na LJ Smith é taxativo:

> A opulência de um estado depende da proporção entre o preço monetário do trabalho e o das mercadorias por ele compradas. Se ele pode comprar uma grande quantidade, então o estado é opulento; se uma pequena quantidade, então ele é pobre. (LJ, p. 350)

Encontramos noção semelhante na introdução da WN:

> Conforme [...] esse produto [do trabalho] guarde maior ou menor proporção com o número dos que irão consumi-lo, a nação estará melhor ou pior suprida de todas as necessidades e conveniências de que necessita. (WN Int.2)
> Entre nações civilizadas e florescentes [...] embora um grande número de pessoas absolutamente não trabalhe, muitas das quais consomem o produto de dez vezes, frequentemente cem vezes mais trabalho do que a maior parte dos que trabalham; ainda assim, o produto de todo o trabalho da sociedade é tão grande que frequentemente todos se encontram abundantemente supridos, e um trabalhador, mesmo da ordem mais inferior e pobre, se for frugal e industrioso, pode desfrutar de uma maior parcela de bens necessários e conveniências da vida do que é possível para qualquer selvagem adquirir. (WN Int.4).
>
> A subsistência do trabalhador, o preço real do trabalho, […] é muito diverso em diferentes ocasiões; mais liberal em uma sociedade que avança para a opulência do que em uma estacionária; e mais em uma estacionária do que em uma que regride. (WN I.v.15).

Não é por outro motivo que Smith procura mostrar o melhor modo para que as nações aumentem sua riqueza. Não é, talvez, por nenhum outro motivo que ele investiga a natureza e a causa dessa riqueza, senão porque o aumento da riqueza das nações significa maior abundância de "bens necessários e convenientes à vida" para a maioria da população.

VI.vi. Os males persistentes da pobreza

Quer isso dizer que Smith faz uma avaliação entusiasticamente positiva da sociedade comercial? Cremos que não. O autor é assertivo ao apontar males persistentes nesse tipo de sociedade.

Numa sociedade comercial que progride, as "ordens inferiores" da população são mais bem supridas. Isso não significa, de modo algum, que haja maior igualdade. Ao contrário, as desigualdades tendem a aumentar. Vimos no Capítulo V desta tese que, enquanto a vasta maioria trabalha, uma minoria não trabalha e consome muitas vezes mais do que os que trabalham. E "*Para cada homem muito rico deve haver pelo menos*

quinhentos pobres, e a afluência de alguns pressupõe a indigência de muitos" (WN V.i.b.2).

Essa desigualdade não é apenas de renda, mas envolve algo que vimos ser fundamental para a felicidade: o tempo livre e as diversões. Nos estágios anteriores da sociedade, e particularmente no da caça, se não havia segurança, e as condições materiais de vida eram muito precárias, havia, por outro lado, bastante tempo livre, e a fruição da arte, rudimentar como era, e dos divertimentos era coletiva. Nas sociedades comerciais, a situação é outra: poucos usufruem de tempo livre e divertimento. Disso dá exemplo Smith em seu ensaio sobre as "Artes imitativas", na parte sobre a música e a dança – texto que está entre os poucos que o autor legou para a publicação póstuma. Ali, afirma ele:

> Nas nações civilizadas, as camadas inferiores do povo têm muito pouco tempo livre, e as camadas superiores dispõem de muitos outros divertimentos; nem as primeiras, nem as últimas, portanto, conseguem despender muito tempo com a música e a dança. Entre as nações selvagens, a grande massa do povo frequentemente desfruta de grandes períodos de tempo livre, e quase não dispõe de qualquer outro divertimento; por conseguinte, eles naturalmente despendem grande parte de seu tempo naquele que é quase o único ao seu alcance. (EPS, Imitative Arts, II.1)

Esse aspecto é de grande importância, pois faz um contraponto à ideia mais otimista de Smith quanto à acumulação de riquezas. Para o acumulador, isso não parece trazer mais, na última concepção de Smith, grande infelicidade. Mas isso não atenua a infelicidade que uma vida de "esforço e labuta", com pouco lazer, traz para os pobres.

Além disso, o tipo específico de emprego que a divisão do trabalho implica tende a debilitar as faculdades mentais e as aptidões físicas dos trabalhadores.

> No progresso da divisão do trabalho, o emprego da vasta maioria dos que vivem do trabalho, isto é, do grande corpo do povo, acaba por restringir-se a algumas operações muito simples, frequentemente uma ou duas. Mas os entendimentos da maioria dos homens são necessariamente formados por seus empregos ordinários. O homem cuja vida inteira é dedicada a executar algumas operações simples, cujos efeitos são talvez sempre os mesmos, ou quase os mesmos, não tem ocasião de exercer seu entendimento ou de exercer sua invenção para encontrar meios para remover dificuldades, que nunca ocorrem. Ele naturalmente perde, portanto, o hábito de tal esforço, e geralmente se torna tão estúpido e ignorante quanto é possível para uma criatura humana se tornar. O torpor da sua mente o torna não só incapaz de apreciar ou tomar parte em qualquer conversação racional, mas de

> conceber qualquer sentimento generoso, nobre ou terno, e consequentemente de formar qualquer juízo justo até mesmo sobre muitos dos deveres comuns da vida privada . Dos grandes e extensos interesses de seu país, ele é completamente incapaz de julgar e, a não ser que sejam tomadas medidas muito específicas para mudar isso, ele é igualmente incapaz de defender seu país na guerra. A uniformidade de sua vida estacionária corrompe naturalmente a coragem de sua mente, e faz com que ele considere com aborrecimento a vida irregular, incerta e aventureira de um soldado. Ela corrompe até mesmo a atividade de seu corpo, e torna-o incapaz de exercer sua força com vigor e perseverança em qualquer outro emprego que não aquele para o qual ele foi acostumado. Sua destreza em seu próprio ramo particular parece, assim, ser adquirida às custas de suas virtudes intelectuais, sociais e marciais. Mas, em toda sociedade civilizada e desenvolvida, este é o estado em que os trabalhadores pobres, ou seja, o grande corpo do povo, devem necessariamente cair, a menos que o governo tome alguns cuidados para impedi-lo (WN V.i.f.50).

Smith nos fala de uma tendência em andamento, algo em plena ocorrência. Esse era, em sua visão, o estado da maioria do povo. Por isso a advertência ao fim: é preciso que o governo promova a educação pública para os pobres.

> Mas, embora o povo não possa, em qualquer sociedade civilizada, ser tão bem instruído como pessoas de alguma posição e fortuna, as partes mais essenciais da educação, no entanto, ler, escrever e contar, podem ser adquiridas tão cedo na vida que a maior parte até mesmo daqueles que estão a ser criados para as mais baixas ocupações tem tempo para adquiri-los antes que possam ser empregados em tais ocupações. Por uma despesa bastante pequena, o público pode facilitar, pode incentivar, e pode até impor a quase toda a massa das pessoas a necessidade de adquirir as partes mais essenciais da educação. (WN V.i.f.54)

Smith não defende a educação gratuita para os pobres, mas sim que o custo para essas crianças seja "tão moderado, que mesmo o trabalhador comum possa pagá-lo" (Id., ibid., 55). Mas o motivo da não gratuidade não consiste na economia de gastos públicos, e sim na convicção que o filósofo tem que, se o professor não depender da paga do aluno, ou mesmo se a maior parte de sua remuneração for paga pelo governo, ele não se preocupará em cumprir adequadamente suas funções, pois não temerá a perda de alunos. Daí que a instituição pública deva custear uma parte do seu salário, mas outra parte deve vir dos pais de alunos (Cf. Id., ibid.).

Smith mantém na WN, assim como na TMS (I.iii.2.2), que os trabalhadores de baixa condição não são observados por ninguém. Segundo consta na TMS, no trecho apontado, isso é um efeito da relutância que as pessoas têm em simpatizar com os

pobres. Na WN, o filósofo afirma que isso tem consequências nefastas para os indivíduos. Como esses trabalhadores não têm uma reputação a perder, acabam por tornar-se viciosos.

> Um homem de baixa condição, ao contrário [do homem de posição e fortuna], está longe de ser um membro distinto de qualquer grande sociedade. Enquanto ele permanece em uma aldeia do campo sua conduta pode ser observada, e ele pode ser obrigado a atentar para si próprio. Nessa situação, e somente nessa situação, ele pode ter o que se chama de uma reputação a perder ["*a character to lose*"]. Mas assim que ele chega a uma cidade grande ele se afunda na escuridão e na obscuridade. Sua conduta não é observada e assistida por ninguém, e é, portanto, muito provável que ele próprio a negligencie e se abandonar a toda sorte de cada tipo de vício e dissipação vulgar. (WN V.i.g.12)

E se ele escapar ao vício e à dissipação, tenderá, por outro lado, aos excessos de religiosidade das pequenos seitas – no entanto, Smith considera a religiosidade importante para as pessoas dessa condição, justamente porque é o que as torna observadas umas pelas outras, de modo a contornar a isolação e a obscuridade em que os membros dos "estratos inferiores" tendem a viver.

> Ele [o trabalhador de baixa condição] nunca emerge tão eficazmente dessa obscuridade, sua conduta nunca excita tanto a atenção de qualquer sociedade respeitável, como quando se torna membro de uma pequena seita religiosa. A partir desse momento, ele adquire um grau de consideração que nunca teve antes. Todos os seus irmãos sectários são, para o crédito da seita, interessados em observar sua conduta, de modo a, se ele der ocasião a qualquer escândalo, se ele se desviar muito daqueles costumes austeros que eles quase sempre exigem uns dos outros, puni-lo por meio daquela que é sempre uma punição muito severa, mesmo quando não acompanhada efeitos civis: a expulsão ou excomunhão da seita. Em pequenas seitas religiosas, portanto, a moral do povo comum tem sido quase sempre notavelmente regular e ordenada; geralmente muito mais do que na igreja estabelecida. A moral dessas pequenas seitas, é verdade, muitas vezes se mostra desagradavelmente rigorosa e insocial (WN V.i.g.12).

Mas o fanatismo pode ser contornado, na visão do filósofo, por duas medidas de governo, "dois remédios". Primeiramente, Smith acredita na eficácia da educação pública.

> O mesmo se pode dizer da brutal ignorância e estupidez que, em uma sociedade civilizada, parecem tão frequentemente entorpecer o entendimento de todas as camadas inferiores do povo. Um homem sem o uso apropriado das faculdades intelectuais de um homem é, se isso é possível, mais desprezível do que até mesmo um covarde, e parece ser mutilado e deformado em uma parte ainda mais essencial

> do caráter da natureza humana. Ainda que o estado não derivasse nenhuma vantagem da instrução das pessoas das camadas inferiores, ela ainda merecia sua atenção, para que elas não permanecessem completamente ignorantes. E, no entanto, não é de pouca monta a vantagem que o estado obtém com sua instrução. Quanto mais instruídas, menos susceptíveis elas são aos delírios de entusiasmo e da superstição, que, entre as nações ignorantes, frequentemente ocasionam as mais terríveis desordens. Um povo instruído e inteligente, além disso, é sempre mais decente e ordenado do que um ignorante e estúpido. Sentem-se, em sua individualidade, mais respeitáveis e com mais probabilidade de obter o respeito de seus superiores legais, e são consequentemente mais dispostos a respeitar esses superiores. Tornam-se mais dispostos a examinar, e mais capazes de entrever os interesses por detrás das queixas de facção e sedição, e são, por isso, menos aptos a ser induzidos a qualquer baderna ou oposição desnecessária às medidas de governo. Em países livres, onde a segurança do governo depende muito do juízo favorável que o povo pode fazer de sua conduta, certamente deve ser da mais alta importância que eles não sejam dispostos a julgar impetuosamente ou caprichosamente. (WN V.i.f.61).

O segundo "remédio" consiste em incentivar as artes nos meios populares – isto é, simplesmente não proibi-las, como era frequente.

> O segundo desses remédios é a alegria da frequência às diversões públicas. O estado, ao encorajar, ou seja, dar toda a liberdade a todos os que, por seu próprio interesse, queiram, sem escândalo ou indecência, divertir e entreter o povo por meio da pintura, da poesia, da música, da dança, de todos os tipos de representações dramáticas e exposições, facilmente dissiparia na maior parte da população aquele humor melancólico e sombrio que é quase sempre mentora da superstição popular e do entusiasmo. Os divertimentos públicos sempre foram objeto de pavor e ódio entre os fanáticos promotores desses frenesis populares. A alegria e o bom humor que essas diversões inspiram são completamente inconsistentes com o temperamento da mente que mais propicia seu propósito, ou sobre o qual eles poderiam trabalhar melhor. As representações dramáticas, além disso, expondo com frequência seus artifícios ao ridículo público, e às vezes até à execração pública, são, por isso, mais do que todas as outras diversões, particularmente objetos de sua aversão. (WN V.i.g.15).

Conclui-se, portanto, que o retrato geral dessa sociedade, se não é horrível, também não é dos mais entusiasmantes. A condição de vida da população pobre é ruim, mas poderia ser pior. Há muitos problemas, os quais podem ser mais ou menos contornados pela educação e o incentivo às "diversões públicas". Nesse sentido, a eventual ansiedade dos acumuladores implica melhora ao menos em parte da ansiedade

dos pobres, pois a acumulação de capital aumenta a riqueza da nação, e reduz um dos aspectos de seu sofrimento: o trabalhador pode usufruir de mais "bens necessários e convenientes à vida", e passa a ter um maior espectro de possibilidades de melhoria de sua condição, e, consequentemente, de realização de desejos.

Ao fim e ao cabo, parece-nos razoável a síntese de Griswold, segundo a qual Smith sustenta "uma visão não-sentimental da vida decente e produtiva" peculiar à sociedade comercial, e fornece uma "defesa limitada" das virtudes da busca por riquezas (GRISWOLD, op. cit., p.265). Porém, essa consideração de Griswold parece, tal como ocorre com Rasmussen e Fleischacker, dar um peso excessivo ao aspecto da acumulação de riquezas. Isso se deve ao fato de interpretarem a afirmação na TMS segundo a qual o ímpeto de acumulação é inerente ao "propósito de melhorar nossa própria condição", e isso atravessaria todas as posições sociais (cf. TMS I.iii.2.1), como se isso significasse que todos os indivíduos de cada uma dessas posições estariam constantemente numa busca frenética por enriquecimento. Já sustentamos, porém, que esse não é o caso. A nosso ver, o motivo para a "visão não-sentimental" remete ao conjunto da "sociedade comercial", sobretudo aos males da pobreza. Por isso, estendemos o objeto da "visão não-sentimental" e da "defesa limitada" de Smith para além da acumulação de riquezas, à sociedade comercial como um todo. Ela tem males consideráveis, mas é comparativamente melhor do que as que a sucederam; talvez a melhor de que a natureza humana é capaz, na visão do filósofo.

VI.vii. Suma do debate

Retomemos, neste ponto, o debate dos comentadores acerca da felicidade nas sociedades comerciais. Griswold propõe que a Smith considera que a sociedade fundamentada na virtude da prudência e na busca por acumular riquezas é uma sociedade de, "na melhor das hipóteses, virtudes medianas" (op. cit., p 264), em que as pessoas, devido à ilusão derivada do senso de utilidade, vivem "mergulhadas em um mundo de trabalho incessante", e "portanto de infelicidade" (op. cit., p. 222), mas que desse modo promovem o "progresso e a civilização" (id., p. 225). Smith teria dessa sociedade uma visão "não sentimental", e concederia a ela uma "defesa limitada" (id., p. 265).

Fleischacker (2008, pp. 104-120) refuta essa interpretação com o argumento de que Griswold não teria atentado para uma mudança na avaliação que Smith faz da acumulação de riquezas entre a TMS e a WN. Nesta, o filósofo apresentaria uma visão mais otimista do "desejo de melhorar a própria condição" que move o avanço da riqueza das nações. Para o Smith maduro, uma "lenta e gradual acumulação" seria "perfeitamente compatível com o contentamento" (ibid., p. 113), e portanto a sociedade alicerçada na busca de "melhorar a própria condição" não seria uma sociedade que progride às custas da frustração e da infelicidade individuais. Acreditamos que Fleischacker tenha razão, e nossa argumentação quanto à mudança de posicionamento de Smith coincide em muitos pontos com a do comentador.

Rasmussen, por seu turno, contende com os dois comentadores anteriores. O argumento de Fleischacker seria colocado em cheque pela manutenção, por Smith, em seu novo Capítulo III da Seção III, Parte I da TMS, da ideia de que a ambição e a vaidade se opõem à virtude e se associam à acumulação de riquezas. Além disso, a vida na sociedade de acumulação de riquezas resulta de um "desejo que deve ser 'uniforme, constante e ininterrupto'", e portanto implica "trabalho quase contínuo para que a nação e o indivíduo possam prosperar" (op. cit., p. 135). O autor relembra que para Smith o trabalho sempre implica, para quem o realiza, "abdicação de uma parcela de seu conforto, de sua liberdade e de sua felicidade" (WN, apud. RASMUSSEN, id.), portanto Smith não teria mudado sua opinião quanto à infelicidade causada pela ilusão que move a acumulação de riquezas.

Quanto a Griswold, a ele Rasmussen responde que, se, de fato, a sociedade comercial é movida pela acumulação de riquezas, motivada por uma ilusão, o que finalmente implica infelicidade, isso não quer dizer que a "defesa da sociedade comercial" por parte de Smith seja "limitada". Ela seria uma "defesa sem reservas"[80], pois os males da falta de liberdade e de segurança presentes nas demais formas de sociedade superariam de longe a infelicidade causada pela constante busca por acumulação de riquezas na sociedade comercial. Esta seria a forma de sociedade mais capaz de suprir seus membros com liberdade e segurança, condição *sine qua non* para a felicidade individual.

Embora discordemos da proposição de que Smith faz uma "defesa" da sociedade comercial, acreditamos que sua avaliação do avanço da humanidade para o

[80] RASMUSSEN (2008), p. 07.

estágio comercial seja de fato positiva, assim como ele considera desejável a prosperidade dentro das sociedades comerciais, e isso pelas razões que Rasmussen apresenta.

Refutamos, no entanto, sua interpretação segundo a qual Smith não teria passado a entreter uma visão mais otimista da acumulação de riquezas, na nova forma por ele elaborada da acumulação de capital. Seu único ponto para refutar Fleischacker seria a reafirmação smithiana, no novo capítulo 3, de que a vaidade e a ambição resultantes da ilusão da utilidade estão associadas à busca por "fortuna exterior". Argumentamos, contudo, que esse capítulo apresenta uma nova figura do "homem dos estratos medianos e inferiores da sociedade", o profissional, para quem "o caminho da virtude e o caminho da fortuna são quase os mesmos". Isso seria antes uma "salvação" da acumulação de riqueza fora do círculo dos já "ricos e poderosos", condição essa que coincidiria com a figura do "parcimonioso" "proprietário de capital" na WN. Este, por seu turno, coincidiria, em seus "métodos para aumentar a fortuna" com a figura do "homem prudente", apresentado precisamente na nova Parte VI da TMS, inserida, juntamente com o referido Capítulo 3, na revisão de 1790.

Isso, porém, não desqualificaria, ao menos em parte, a interpretação de Griswold de que Smith dedica uma "estima fria" ou "não sentimental" à sociedade comercial, da qual ofereceria uma "defesa limitada".

Em suma, consideramos que a interpretação de Rasmussen não é correta no que tange à sua refutação a Fleischacker – conforme o qual Smith teria mudado de opinião quanto à infelicidade inerente à acumulação de riquezas –, com quem concordamos quase inteiramente, exceto no que respeita à recusa da proposição de Griswold de que Smith, embora avalie de maneira positiva a sociedade comercial, teria ressalvas importantes quanto a ela. Sustentamos que Smith de fato mudou seu posicionamento, no entanto continua a ter muitas ressalvas quanto à sociedade do progresso. Todavia, concordamos com Rasmussen quanto à ideia de que a avaliação que o filósofo escocês faz da prosperidade social, e portanto do avanço para a "opulência", é majoritariamente positiva, e isso porque ela permite o melhor suprimento dos trabalhadores mais pobres e propicia a liberdade individual e a segurança de modo mais efetivo que outras formas de sociedade.

VI.viii. Conclusão do capítulo

Neste capítulo procuramos mostrar que há elementos que permitem discernir o caráter da avaliação que Adam Smith faz do estágio comercial da sociedade, especialmente a partir de *A riqueza das nações*, mas também pela consideração do conjunto de sua obra. Ao mesmo tempo, situamo-nos no debate em que a investigação conduzida nesta tese nos inseriu, quanto à propensão da sociedade dos tempos do filósofo a propiciar ou não felicidade aos seus membros.

Sustentamos que não é adequado separar aquela avaliação de tudo o mais que o pensamento filosófico de Smith compreende. Há uma unidade implícita em sua filosofia, que pretende explicar e avaliar o âmbito do humano sob vários aspectos. Nesse sentido, mostramos a importância da noção de "equilíbrio" nas concepções smithianas. Em sua obra sobre moral, deve manter-se uma proporção adequada entre os sentimentos, entre as paixões e entre as virtudes. Tal harmonia tende a se estabelecer naturalmente, contanto que haja condições adequadas. Nada, contudo, assegura estas últimas; ao contrário, elas são constantemente ameaçadas de se dissolver. É preciso, portanto, certo esforço e atenção para que o equilíbrio se mantenha. Do ponto de vista teórico, a boa medida pode ser alcançada ao não se recusar nenhuma das paixões ou "princípios de ação" inerentes à natureza humana. Todos são necessários para o indivíduo e para a sociedade. A depender do "grau" ou "direção" que assumam, ou que permitamos que assumam, serão benéficos ou maléficos para o indivíduo e para a sociedade. Não há medida clara para cada um, e requer-se certa sabedoria e capacidade para dosá-los. Essa proporção não pode se dissociar das circunstâncias em que cada um vive, bem como das inclinações individuais.

Por esse motivo, não se podem ignorar ou recusar as paixões e sentimentos associados ao provimento das condições materiais da vida e da ordem da sociedade. É nesse âmbito que se coloca a questão da prosperidade individual e coletiva. Ela é que assegura a boa manutenção daquelas condições e daquela ordem. No entanto, a busca pela prosperidade (assim como seu simétrico oposto, a repulsa à adversidade) constitui o maior problema. Ela tende a engendrar, em prol de seu equilíbrio interno, o próprio desequilíbrio de suas partes, assim como das paixões e da moralidade fora de sua circunscrição. A prosperidade promove equilibradamente o suprimento das

necessidades materiais e da ordem pública, porém, para fazê-lo, move-se pelo atiçamento da ambição e da vaidade, paixões extravagantes, desequilibradas.

A partir de *A riqueza das nações*, esse problema é atenuado pela concepção do comércio como regido pela virtude da prudência. No entanto, surge uma nova gama de problemas de equilíbrio. O comércio propicia o equilíbrio entre os interesses dos diversos indivíduos na sociedade. Ocupa o lugar, nesse sentido, em aspectos mais sutis, do papel do espectador imparcial, na *Teoria dos sentimentos morais*, quanto à manutenção dos justos limites do exercício do amor próprio (*self-love*), particularmente na "corrida" por fortuna e distinção. No entanto, cada qual, se puder, imporá seu interesse, para além do que a "liberdade natural", portanto a justiça, permite. Ocorre que o bom funcionamento do comércio, aquele que promove o equilíbrio entre os interesses, tem a característica intrínseca de gerar grandes desigualdades entre as condições materiais dos diversos indivíduos. E, embora Smith destaque que "riqueza não é poder", a não ser "poder de comando sobre trabalho", ele admite que, com isso, é possível adquirir-se poder político, além de poder excessivo de barganha. Desse modo, sempre há um grupo menor de pessoas que têm mais possibilidades de impor seus interesses aos demais, rompendo, portanto, o próprio balanço dos interesses pelo qual o comércio é responsável.

Mostramos que o estágio comercial da sociedade recebe uma avaliação positiva de Smith porque é o que melhor assegura a liberdade e a segurança dos indivíduos. No entanto, as inúmeras e profundas desigualdades de condições materiais e de poder político e de barganha que o próprio comércio naturalmente engendra constituem, na visão do filósofo, aspectos bastante sombrios da vida humana. Alguns deles podem ser parcialmente remediados por instituições públicas, mantidas pelo Estado. Outros são irremediáveis. A sociedade comercial, portanto, comporta melhorias – e Smith milita por elas –, porém não o pleno saneamento de suas más consequências.

Nesse contexto, o próprio fato de Smith retratar esses aspectos sombrios mostra que o estágio comercial, que é, segundo o filósofo, o mais avançado a que a sociedade pode chegar, não merece uma aprovação entusiástica, mas limitada.

Assim, concordamos com Charles Griswold (1999) que a sociedade do comércio, na visão de Smith, é a melhor que podemos ter, porém está longe de ser satisfatória. O filósofo, evidentemente, não incorrerá no "ascetismo" que tanto critica, não fará uma condenação rigorista da sociedade em que vivia. Ela tem muitos aspectos positivos, e poderá tê-los mais ainda, com o aprimoramento das instituições,

particularmente com a busca pelo estabelecimento do “sistema da liberdade natural”. No entanto, seus aspectos negativos são grandes e inegáveis. Ao fim e ao cabo, Smith avalia positivamente a sociedade comercial, mas com muitas restrições.

Suma conclusiva

Ao longo dos capítulos anteriores pensamos haver demonstrado que Adam Smith atenua seu posicionamento crítico com relação à busca por acumulação de riquezas nas sociedades comerciais entre a *Teoria dos Sentimentos Morais* e *A Riqueza das Nações*.

Nesse sentido, o Capítulo I delimita a concepção smithiana do sistema no qual se dá o progresso da sociedade na *Teoria dos sentimentos morais*. Esse sistema, ao qual denominamos "pequeno sistema econômico", assenta-se na busca individual por acumular riquezas. O comportamento acumulador é impelido pelo "propósito de melhorar nossa condição". Em virtude do mecanismo da simpatia e de nossos sentimentos naturais, tendemos a admirar os "ricos e poderosos", pois a "natureza nos ilude" que suas circunstâncias luxuosas promovem grandemente a felicidade desses indivíduos. Por simpatia, percebemos que essa situação atrai para os "ricos e poderosos" a aprovação e a admiração geral do público. A vaidade nos move a desejar essa admiração. Por isso, ela desperta nossa ambição de acumular riquezas para, talvez, alcançar a posição dos "estratos superiores" do sociedade, e assim fruir da mesma felicidade. Como, porém, a ideia dessa felicidade se fundamenta numa ilusão, e como talvez não se consiga ascender a tal condição, o acumulador ambicioso acaba por se frustrar ou ser infeliz. Esse sistema, portanto, caracteriza-se por ocorrer numa sociedade altamente estratificada, em que a posição modelar, na qual nos miramos, é a do nobre ou grande senhor de terras. Ao buscar essa miragem, promovemos a prosperidade social. Trata-se de um sistema, consequentemente, em que cada qual entra no jogo, realiza seu papel, frustra-se e sai, enquanto outro entra no nível inicial, como o primeiro antes começara.

Complementamos o quadro do "pequeno sistema econômico" da TMS no Capítulo II. Ali, mostramos que, apesar de notada pelos comentadores, a relutância em simpatizar com a pobreza e suas consequências são pouco estudadas quanto à sua necessidade conceitual para o sistema. Muito mais frequentemente encontramos análises pormenorizadas da tendência a simpatizar com os ricos. Mostramos, no entanto, que a aversão à pobreza é tão necessária para o "equilíbrio" da busca por riquezas quanto a admiração pela condição dos "ricos e poderosos". Sem dúvida, é a ilusão de que riqueza e poder trazem felicidade que os torna modelares, mas a ambição movida pela vaidade não poderia ter êxito, nem causar a prosperidade geral, se não fosse calculada,

planejada. Tal cautela não poderia advir da frívola e infantil vaidade, uma paixão extravagante. É necessário que o desprezo que as pessoas têm pelos pobres torne necessário à vaidade evitar a pobreza. Isso faz com que a prudência se insira na própria ambição, de modo a torna-la prudente.

Após concluído o quadro do "pequeno sistema econômico" da TMS, o retrato mostra-se bastante sombrio, o que inspirou a interpretação de muitos comentadores recentes, dentre os quais Charles Griswold. Isso, contudo, pareceria incluir Smith na gama dos autores que consideram a sociedade do progresso viciosa, caso de Bernard de Mandeville, ou, ademais, infeliz, caso de Jean-Jacques Rousseau (segundo comentadores como Dennis Rasmussen). Procuramos mostrar, contudo, que Smith não tem uma visão tão pessimista da prosperidade. Infelizes, realmente, são os casos de ambição ou pobreza extremas. Mas entre um polo e outro há um leque de grupos sociais aos quais, embora a ambição certamente atinja, não o faz no mesmo grau. A estes, mesmo em meio a "toda fadiga e alvoroço deste mundo", é possível encontrar uma condição de razoável equilíbrio e tranquilidade, ainda que distante de qualquer "ideal". De todo modo, cada qual encontra, em sua própria condição, o necessário para ter um quinhão de felicidade, segundo o pensamento de Adam Smith na TMS.

No Capítulo III, procuramos mostrar que, n'*A riqueza das nações*, o sistema da prosperidade é bem mais complexo – daí o chamarmos de "grande sistema econômico". Ele igualmente se assenta na busca individual por acumular riquezas, porém riquezas de tipo diverso das apresentadas na *Teoria dos sentimentos morais*. Tal riqueza é o capital, "reservas" ("*stock*") aplicadas direta ou indiretamente em atividades produtivas, de modo a proporcionar um rendimento constante para seus proprietários. Não se trata, portanto, de uma riqueza de consumo, mas ela própria destinada a ampliar-se – reproduzir-se com um rendimento, seja na forma de lucro, seja como juros. A acumulação de capital se dá numa sociedade estruturada sobre a humana "propensão à troca", e é movida, do ponto de vista individual, pelo "desejo de melhorar a própria condição" do indivíduo. Esse desejo, porém, é agora "calmo e desapaixonado", portanto não ávido. A acumulação é gradativa, e não visa a chegar a uma posição social determinada. O que se destaca no caráter do acumulador não é a ambição vaidosa, mas frugalidade e parcimônia. A atividade estabelecida pelo capital tende a ser duradoura e passar adiante ao longo de gerações. A acumulação de capital é sistemática, dada a motivação do acumulador, e dado que sua opção mais razoável para aumentar sua renda é reinvestir parte do lucro no negócio de que é proprietário. Portanto, trata-se de um

jogo em que cada qual entra, melhora continuamente suas condições e, ao sair, passa o jogo aprimorado adiante, para outro que, por seu turno, continuará o aperfeiçoamento a partir do que foi legado pelo antecessor.

No Capítulo IV, mostramos que a concepção desse sistema se deveu à influência do que havia sido desenvolvido pelos fisiocratas, particularmente por Quesnay. Antes de *A riqueza das nações*, Adam Smith apresentava duas diferentes elaborações em seus escritos sobre economia. O "pequeno sistema econômico" da *Teoria dos sentimentos morais* tratava da acumulação de riquezas e avanços gerais desempenhados pelo conjunto da sociedade. Seu personagem central era o ambicioso acumulador de riquezas para dispêndio em luxos. Por outro lado, nas *Preleções sobre jurisprudência* e no *Primeiro esboço de A riqueza das nações*, enfatizava-se o modo como a sociedade aumentava sua opulência, isto é, a disponibilidade de bens a baixo preço para o conjunto da população. A causa da opulência era a divisão do trabalho e seu consequente aumento da produtividade. A divisão do trabalho consistia, na verdade, na especialização, levada a cabo pelos trabalhadores independentes, divididos entre artesãos simples e mestres artesãos. Os salários de um e os ganhos de outro aumentavam conjuntamente, conforme aumentava a produtividade daquele trabalho especializado. A disjunção entre as duas explicações denotava a falta de correspondência entre os "estratos sociais" e a participação na produção da riqueza – ou, de outro modo, entre produção e apropriação do produto.

Quesnay, em suas várias versões do *Quadro econômico*, apresenta uma correspondência entre as duas partes. O autor situa a origem da reprodução e ampliação da riqueza na produtividade da terra, provocada pelo trabalho dos lavradores, quando bem dirigido e apoiado por instrumentos e animais adequados. Tal "capacitação técnica" do trabalho na terra se devia aos investimentos do "rico arrendatário". Por outro lado, o trabalho nas manufaturas não era gerador de riqueza; ele apenas reproduzia seu próprio consumo. Isso permite a Quesnay dividir a produção entre setor produtivo, proprietários de terras e setor estéril. A cada um desses setores correspondiam grupos sociais. A apropriação da riqueza produzida correspondia, sistemática e proporcionalmente, à participação dos membros do setor produtivo e da classe dos proprietários na produção. O setor estéril, por seu turno, dependia em boa medida das decisões de gastos por parte da classe proprietária.

Por outro lado, como a riqueza gerada consistia originalmente em produtos da terra, torna-se viável estimá-la quantitativamente. O parâmetro para a estimativa da

riqueza gerada pela terra consistia nos produtos mais consumidos para a subsistência imediata: os alimentos, ou, especificamente, o principal alimento da população, os cereais. Como o que é consumido pelo plantio e pelos plantadores e o que é colhido não diferem em qualidade – plantam-se e consomem-se cereais para colher cereais –, pode-se medir o "excedente", isto é, a diferença entre a quantidade de cereais utilizada para o plantio e a quantidade colhida. Dado que os preços dos cereais mantêm-se razoavelmente estáveis ao longo dos tempos, contanto que haja livre comércio, isso permitia teoricamente a mensuração da riqueza por meio do valor precificado do produto. Desse modo, é possível quantificar a riqueza total produzida no país pela soma dos preços dos cereais produzidos. Por conseguinte, é plausível verificar o quanto a riqueza aumenta anualmente.

Adam Smith modifica e incorpora vários dos conceitos dos fisiocratas em sua concepção da economia política n'*A riqueza das nações*. Ele assimila a ideia de setor produtivo e setor estéril na concepção de trabalho produtivo e trabalho improdutivo. Em vez da terra, a origem da riqueza está no trabalho. Ele é capaz de reproduzir sua manutenção, juntamente com um excedente, que será distribuído na forma de lucro (a renda da terra corresponde aproximadamente ao produto de sua fertilidade natural). Assim como, em Quesnay, a terra e o trabalho do lavrador só proporcionam riqueza se aparatados pelos investimentos adiantados pelo "rico arrendatário", em Smith o trabalho produtivo também se aprimora e se expande por meio dos investimentos feitos pelos proprietários de capital em seus respectivos negócios. Eis o novo conceito de riqueza: o capital. O aumento da produtividade do trabalho e da quantidade de trabalho útil em uma nação será proporcional ao capital ali acumulado. Desse modo, embora a riqueza tenha origem no trabalho, o que propicia o atributo da produtividade ao trabalho é o capital. Smith mantém a noção de que a terra possui a propriedade natural de gerar riquezas, portanto uma parcela do produto se deve a ela. Isso permite ao filósofo reunir em um sistema aquilo que antes explicava separadamente, a prosperidade e a opulência. Agora, participação na produção e participação no produto correspondem-se mutuamente: cada grupo social se apropria do produto conforme a parcela deste por cuja produção seus recursos foram responsáveis. É o mercado, através da oferta e da demanda, que assegura essa correspondência proporcional. À parte do capital, cabem os lucros de seu proprietário; à parte da terra, cabe a renda do senhor de terras; à parte do trabalho, cabem os salários do trabalhador.

Smith também se apropria da concepção de uma riqueza quantificável, anualmente produzida. Trata-se do "produto anual da terra e trabalho da nação". Como todo trabalho produtivo gera riqueza, não é mais necessário distinguir dentre o que é produzido o que consiste ou não em riqueza. E como os produtos são riquezas apenas na medida em que sejam mercadorias, isto é, representem comando sobre trabalho, seu valor de troca constitui sua medida. Desse modo, Smith assimila a ideia fisiocrática de uma riqueza anual mensurável, consistente na soma dos preços do "produto anual da terra e trabalho da nação".

Assim, prosperidade e opulência aparecem n'*A riqueza das nações* como conceitos coincidentes, explicados pelos mesmos princípios. Da mesma maneira que a prosperidade surge no interior de um sistema que, sob condições desejáveis, tende a ser maquinal, automático, seu correspondente, o capital, se acumula também como que automaticamente. Embora essa acumulação radique na conduta dos indivíduos, movidos pela busca por riqueza, é a característica especial dessa riqueza que assegura, sob condições desejáveis, sua acumulação. Dado que o capital não é riqueza para o consumo, mas sim para gerar rendimentos, o indivíduo será tanto mais rico quanto mais reaplicar parte de seus lucros como capital. E, visto que o capital é o que proporciona a produção de riquezas, a melhoria da condição do proprietário de capital passa a corresponder, necessariamente, ao aumento da riqueza da nação.

Finalmente, assim como Quesnay apresenta um protagonista da prosperidade, um personagem, o "rico arrendatário", Smith terá agora um novo protagonista da prosperidade social: o "proprietário de capital".

O Capítulo V teve o objetivo de demonstrar que Adam Smith estava ciente dessa mudança radical em sua concepção do sistema econômico, e procurou conciliá-la com o que havia escrito na *Teoria dos sentimentos morais*. Exploramos as características da personagem do "proprietário de capital", uma espécie de profissional de negócios, tal como o "rico arrendatário" de Quesnay, em quem provavelmente Smith se inspirou. Mostramos que o "proprietário de capital" é frugal, parcimonioso, diligente, planeja seus empreendimentos, progride gradualmente em sua condição de vida e tem nisso uma satisfação, ao contrário do antigo "ambicioso acumulador" do "pequeno sistema econômico" da *Teoria dos sentimentos morais*. Suas qualidades coincidem em larga medida com as do "homem prudente", da Parte VI da última edição dessa obra.

Para comprovar que Smith estava ciente de sua própria mudança, apoiamo-nos em três pontos: primeiro, demonstramos que o capítulo I.iii.3 inserido na *Teoria dos sentimentos morais* em 1790, diferentemente do que os outros comentadores apontaram, abre espaço para a acumulação virtuosa de fortuna nos termos dessa obra, pela figura do "profissional dos estratos medianos e inferiores da vida" – apresenta-se, assim, algo totalmente diverso do que antes havia ali; segundo, demonstramos que esse personagem é consistente com o do "homem prudente", igualmente acrescentado à última edição da obra; finalmente, demonstramos que o "homem prudente" corresponde de perto ao "proprietário de capital" de *A riqueza das nações*. Por conseguinte, comprovou-se que Adam Smith estava ciente de sua mudança de posicionamento quanto à acumulação de riquezas, pois procurou conciliar sua nova visão com a antiga por meio daquelas inserções textuais. Esse foi o ponto principal da tese, pois sua demonstração resulta necessariamente na confirmação da hipótese que propusemos inicialmente, a saber, a ocorrência da referida mudança, objeto desta tese.

Finalmente, no Capítulo VI, reunimos as análises feitas ao longo da investigação, com o fito de nos posicionarmos quanto ao teor da avaliação que Smith faz da sociedade comercial. No modo como se apresentam atualmente os debates sobre o tema de que tratei, essa problemática está necessariamente envolvida. Assim, extraí consequências do que havia demonstrado, e postulei que as desigualdades originadas pelo próprio equilíbrio de interesses que o comércio promove, pelo fato mesmo de serem apontadas por Smith, permitem afirmar que sua avaliação da sociedade do comércio é positiva, mas com muitas restrições. De maneira sucinta, podemos afirmar que tais restrições se associam a decorrências das desigualdades. O fato de haver muitos pobres e poucos ricos ocasiona dois graves problemas. Primeiro, a assimetria de poder permite que os ricos tenham mais facilidade do que os demais para promover seus interesses, de modo a avançar ilegitimamente sobre os interesses legítimos da maioria da população. Isso significa que a sociedade comercial tende intrinsecamente a atentar contra seus próprios pressupostos, gerando desequilíbrios. Segundo, o modo como Smith retrata a condição de vida dos trabalhadores pobres, a maioria da população na sociedade comercial, está longe de ser satisfatória, segundo seus próprios termos.

Assim, discordamos da asserção feita por Samuel Fleischacker e Dennis Rasmussen, sucessivamente, segundo a qual Adam Smith faz uma "defesa sem reservas" (palavras do último comentador) da sociedade comercial. Concordamos com Charles Griswold, conforme o qual o filósofo faz uma avaliação positiva, porém "não

sentimental" e "limitada" da acumulação de riquezas, e portanto da sociedade comercial. No entanto, consideramos que isso seja verdadeiro por motivos diversos dos sustentados pelo comentador, uma vez que demonstramos que Adam Smith não manteve a ideia de que a acumulação de riquezas era causadora de infelicidade individual.

BIBLIOGRAFIA

SMITH, Adam. *The theory of moral sentiments*. Indianapolis: Liberty Fund, 1984. Reprinted from Oxford: Clarendon Press, 1976.

_____ *Teoria dos sentimentos morais*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. Trad. de Lya Luft. Revisão de Eunice Ostrensky.

_____ *The wealth of nations*. Indianapolis: Liberty Fund, 1996. Reprinted from Oxford: Clarendon Press, 1979.

_____ *Essays on philosophical subjects*. Indianapolis: Liberty Fund, 1985. Reprinted from Oxford: Clarendon Press, 1983.

_____ *Lectures on jurisprudence*. Indianapolis: Liberty Fund, 1982. Reprinted from Oxford: Clarendon Press, 1978.

HOBBES, Thomas. *De Cive*. Oxford: Oxford University Press, 1984.

_____. *Leviathan.* Oxford: Clarendom Press, 2012.

HUME, David. *Treatise on human nature*. Ed.. L. A. Selby-Bigge, M.A. 3a. Ed., Revisão e notas de P. H. Nidditch; Oxford: Oxford University Press, 1978.

_____ *Enquiries concerning human understanding and concerning the principles of morals*. Ed. L. A. Selby-Bigge, M.A. 3a. Ed., Revisão e notas de P. H. Nidditch; Oxford: Oxford University Press, 1975.

LOCKE, John. *Essay concerning human understanding.* Oxford: Oxford University Press, 1971.

_____. *Second treatise of government.* Oxford: Oxford University Press, 1960.

MANDEVILLE, Bernard de. *The fable of the bees: or private vices, public benefits.* Oxford: Oxford University Press, 1824.

QUESNAY, François. "Máximas gerais do governo econômico de um reino agrícola". In: *Quesnay: Economia* (Rolf Kuntz, org.), São Paulo: Ática, 1984.

_____. "Arrendatários". In: *Quesnay: Economia* (Rolf Kuntz, org.), São Paulo: Ática, 1984.

_____. “O quadro econômico”. In: *Quesnay: Economia* (Rolf Kuntz, org.), São Paulo: Ática, 1984.

_____. “Evidência”. In: *Quesnay: Economia* (Rolf Kuntz, org.), São Paulo: Ática, 1984.

_____. “O direito natural”. In: *Quesnay: Economia* (Rolf Kuntz, org.), São Paulo: Ática, 1984.

_____. “Grains”. In: *Œuvres économiques complètes et autres textes.* Paris: INED, 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e o fundamento da desigualdade entre os homens*. Trad. Lourdes Santos Machado, introd. e notas de Paul Arbousse-Bastide e Lourival Gomes Machado. *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1992.

***

ARRIGHI, Giovanni**.** *Adam Smith in Beijing: Lineages of the twenty first century.* Londres: New Left Books, 2007.

BESSONE, Magali. “Une théorie mixte de la justice pénale, entre sentiment rétributiviste et utilité sociale”, in *Adam Smith philosophe: De la morale à l'économie ou philosophie du libéralisme*. Org. Magali Bessone and Michaël Biziou. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009.

BESSONE, Magali et **BIZIOU**, Michaël. “Adam Smith: de la morale à l'économie, la cohérence d'une philosophie”, in *Adam Smith philosophe: De la morale à l'économie ou philosophie du libéralisme*. Org. Magali Bessone and Michaël Biziou. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009.

BIZIOU, Michaël. “Liberalisme économique, pauvreté et inégalités sociales selon Adam Smith”, in *Adam Smith philosophe: De la morale à l'économie ou philosophie du libéralisme*. Org. Magali Bessone and Michaël Biziou. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009.

BOYER, Jean-Daniel.*Comprendre Adam Smith*. Paris: Armand Colin, 2011.

BRÉBAN, Laurie. “Sensitivity to prosperity and adversity: What would a Smithian function of happiness look like?”, *The European Journal of the History of Economic*

Thought, 19:4, 551-586, 2012. **DOI**: 10.1080/09672567.2010.540341

BROWN, Vivienne. *Adam Smith's discourse*. Nova York: Routledge, 1994.

CALORI, François. "*Sense or sensibility*, Adam Smith et l'inoubliable Dr. Hutcheson", in *Adam Smith philosophe: De la morale à l'économie ou philosophie du libéralisme*. Org. Magali Bessone and Michaël Biziou. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009.

DELLEMOTTE, Jean. "Sympathie, desir d'améliorer sa condition et penchant à l'échange", *Cahiers d'Économie Politique*, n.o 48, 2005.

DIATKINE, Daniel. "L'utilité et l'amour des systèmes dans la Théorie des sentiments moraux". *Revue Philosophique*, Vol. 4, 2000.

_____ "Vanish and the love of system in the *Theory of moral sentiments*". *The European Journal of the History of Economic Thought,* Vol. 17, Iss. 3, 2010.

DUPUYS, Jean-Pierre.*Le sacrifice et l'envie: le liberalisme aux prises avec la justice sociale*. Paris: Calmann-Lévy, 1992.

EMERSON, Roger L. "Enlightened ages, ages of improvement and the Scottish Enlightenment", **in** *I castelli di yale*, a. XI, n. 11, 2010-2011. Disponível online em http://www.unife.it/letterefilosofia/filosofia/rivista-i-castelli-di-yale/castelli-yale-anno-xi/Yale%202010-2011.pdf.

EVENSKY, Jerry. *Adam Smith's moral philosophy: A historical and contemporary perspective on markets, law, ethics and culture.* Nova York: Cambridge University Press, 2005.

FLEISCHACKER, Samuel. *On Adam Smith's Wealth of Nations: a philosophical companion*. Princeton University Press: Princeton e Londres, 2004.

FORCE, Pierre. *Self-interest before Adam Smith: A genealogy of economic science*. Nova York: Cambridge University Press, 2003.

FORMAN-BARZILAI, Fonna. *Adam Smith and the circles of sympathy*: *Cosmopolitanism and moral theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

FRIEDMAN, Milton. *Money mischief: episodes in monetary history.* Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 1994.

GAUTIER, Claude. “D'Adam Smith à David Hume: sympathie, morale et politique”, in *Adam Smith philosophe: De la morale à l'économie ou philosophie du libéralisme*. Org. Magali Bessone and Michaël Biziou. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009.

GRISWOLD, Charles L.*Adam Smith and the virtues of enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

_____. “Justice et marché selon Adam Smith”, in *Adam Smith philosophe: De la morale à l'économie ou philosophie du libéralisme*. Org. Magali Bessone and Michaël Biziou. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009.

HAAKONSSEN, Knud. “Adam Smith et la societé civile”, in *Adam Smith philosophe: De la morale à l'économie ou philosophie du libéralisme*. Org. Magali Bessone and Michaël Biziou. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009.

HAAKONSSEN, Knud. “The coherence of Smith’s thought”. In *The Cambridge companion to Adam Smith*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

HAMOU, Philippe. “L'histoire des sciences naturalisée: Adam Smith, de l'histoire de l'astronomie aus sentiments moraux”, in *Adam Smith philosophe: De la morale à l'économie ou philosophie du libéralisme*. Org. Magali Bessone and Michaël Biziou. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009.

HAYEK, Friedrich A. Von. *Studies in Philosophy, Politics, and Economics*. Chicago: University of Chicago Press, 1967.

JALLÉ, Eléonore Le**.** “Sympathie et envie selon David Hume et Adam Smith”, in *Adam Smith philosophe: De la morale à l'économie ou philosophie du libéralisme*. Org. Magali Bessone and Michaël Biziou. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009.

KUNTZ, Rolf. *Capitalismo e natureza: ensaio sobre os fundadores da economia política*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. “François Quesnay e a fundação da economia moderna”. In: Quesnay. Economia. São Paulo: Ática, 1984.

LEBRUN, Gerard. “La boutade de Charing-Cross”. In *Manuscrito*: Campinas: UNICAMP, vol.01, n° 02, abr. 1978, pp. 65-84.

MAROUBY, Christian. *L'économie de la nature: Essai sur Adam Smith et l'anthropologie de la croissance*. Paris: Éditions du Seuil, 2004.

MEEK, R. L.. *Smith, Marx and after: ten essays on the development of economic thought*. Nova York: Springer US, 1977.

MEEK, R. L.; **RAPHAEL**, D. D. et **STEIN**, P. G. "Introduction". In **SMITH**, Adam. *Lectures on jurisprudence*. Indianapolis: Liberty Fund, 1982. Reprinted from Oxford: Clarendon Press, 1978. Pp. 1-42.

MÜLLER, Leonardo André P. *A filosofia de Adam Smith: imaginação e especulação*. São Paulo: USP, 2016. (Tese de doutorado). Disponível em http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-22082016-132153/pt-br.php.

NUSSBAUM, Martha C.. "Duties of justice, duties of material aid: Cicero's problematic legacy", *Journal of Political Philosophy*, 8, número 2, 2000, pp. 176-206.

ORTMANN, Andreas; **BARANOWSKI**, David et **WALREAVENS**, Benoit. "Schumpeter's assessment of Adam Smith and *The wealth of nations*: *Why he got it wrong*", in *The university of New South Wales' discussion papers*, 2015, ECON 28. Disponível em versão digital em The Social Science Research Network Electronic Paper Collection: http://ssrn.com/abstract=2714146.

OTTESON, James R. *Adam Smith's marketplace of life*. Cambridge University Press: Cambridge, 2002.

PHILLIPSON, Nicholas. "The Scottish enlightenment", **in** *The enlightenment in national context*, org. Roy Porter e Mikulás Teich. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

RASMUSSEN, Dennis Carl. *The problems and promise of commercial society: Adam Smith's response to Rousseau*. The Pennsylvania State University Press: State College, 2008.

RAPHAEL, D.D. *The impartial spectator: Adam Smith's moral philosophy.* Oxford: Clarendom Press, 2007.

RAUHUT, Daniel. "Adam Smith: a champion of the poor!", in *Economists and poverty: from Adam Smith to Amartya Sen*. Ed. Daniel Rauhut, Neelambar Hatti, Carl-Axel Olsson. Nova Delhi: Vedam Books, 2005.

SANTOS, Raul Cristóvão dos. *The impact of physiocratic thought on Smith's Wealth of Nations*, Universidade de São Paulo (BR) / New School for Social Research (EUA), 1996.

SCHUMPETER, Joseph. *History of economic analysis.* Londres: Routlege, 1954.

WINCH, Donald. "Societé civile et État chez Adam Smith", in *Adam Smith philosophe: De la morale à l'économie ou philosophie du libéralisme*. Org. Magali Bessone and Michaël Biziou. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009.